

JOSE AUGUSTO DE SOUZA

A COLUNA PRESTES EM DISCURSOS

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em Letras, área de concentração Estudos Literários, Programa de Pós-Graduação em Letras, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientação: Prof^a Dr^a Marilene Weinhardt

Curitiba
2005

Para Ataliba, Ivanne e Valdeliz, pai, mãe e esposa, pela dedicação e força que a mim dispensaram; para Guilherme, Luis Gustavo e Analiz, filhos, pela força que me fizeram ter.

Agradeço a todos aqueles que acreditaram em mim e tornaram possível este trabalho. Agradeço às minhas irmãs, Teresinha, Maria Lúcia e Cíntia, por terem me apoiado desde o início. Explicitamente quero agradecer aos professores Anamaria Filizola, Benito M. Rodrigues, Patrícia Cardoso e Paulo Soethe pela contribuição crítica e teórica. Desejo manifestar meu agradecimento especial a dois professores: ao professor Edison José da Costa, incentivador de primeira hora, e a Marilene Weinhardt pela orientação competente, firmeza, paciência, bom humor e otimismo, qualidades estas que fizeram com que nunca perdesse o rumo para a consecução desta dissertação.

Desde os primórdios da civilização, o homem não se satisfaz em observar os eventos isolados sem explicação; necessita de uma compreensão da ordem subjacente do mundo. (Stephen W. Hawking, cientista, professor na Universidade de Cambridge, Uma breve história do tempo)

SUMÁRIO

RESUMO	06
ABSTRACT	07
INTRODUÇÃO.....	08
O OBJETO.....	08
A QUESTÃO DA <i>MIMÉSE</i> PARA RICOEUR	10
1. A PRESENÇA DO EU NO DISCURSO	15
DIÁRIO E MEMÓRIA	15
AUTOBIOGRAFIA E FICÇÃO	22
O DISCURSO MILITAR: A RETÓRICA DA HONRA E DO AMOR À PÁTRIA	30
JOÃO ALBERTO - O HERÓI SEM ARREPENDIMENTOS	33
JUAREZ TÁVORA - O DISCURSO COMO JUSTIFICATIVA	49
LOURENÇO MOREIRA LIMA - O TESTEMUNHO SELETIVO.....	63
2. OUTROS OLHARES.....	86
A ONIPRESENÇA GARANTIDA PELO TEMPO: AS NOITES DAS GRANDES FOGUEIRAS	86
NEILL MACAULAY. UM OLHAR ESTRANGEIRO SOBRE O BRASIL.....	108
3. NARRATIVAS ESCRITAS POR FICCIONISTAS	121
O ENGAJAMENTO COMO GUIA - O CAVALEIRO DA ESPERANÇA	121
A COLUNA EM O <i>ARQUIPÉLAGO</i>	141
<i>NO CORAÇÃO DAS PEROBAS</i> :. UMA DIFÍCIL COSTURA ENTRE DISCURSOS.....	157
4. ELIANA BRUM: UMA VISÃO PELO AVERSO	182
5. PIANCÓ: A PROXIMIDADE E O ENGAJAMENTO DETRMINANDO O PONTO DE VISTA	191
CONCLUSÃO.....	200
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	203

RESUMO

Esta dissertação tem a proposta de analisar narrativas sobre a Coluna Prestes, episódio histórico ocorrido na década de 1920. Este acontecimento da história brasileira sempre despertou-me a atenção, porque nele tiveram origem ícones tanto de direita quanto de esquerda. A pesquisa inicial partiu de duas obras, *O Cavaleiro da Esperança*, de Jorge Amado, e *No Coração das Perobas*, de Domingos Pellegrini. Estas obras proporcionaram um bom início de trabalho, pois foram escritas em épocas bem distanciadas no tempo, as narrativas sendo feitas com o Brasil vivendo circunstâncias bem diversas, o que me permitiu investigar porque as impressões de leitura que surgem no livro resultaram tão diferentes. Com o aprofundar da pesquisa foram surgindo outras obras, que me possibilitaram explorar outros aspectos e seguir outros caminhos, sendo o mais rentável para este trabalho o de analisar como a Coluna Prestes foi tratada em discursos de naturezas diferentes. Na seleção do *corpus*, foram sendo selecionados obras feitas por militares e civis que participaram da Coluna, por jornalistas e até por um brasilianista, Neill Macaulay. Estes textos foram tratados nesta dissertação como discursos que buscavam estabelecer a verdade, por serem narrativas do tipo memórias ou narrativas feitas a partir de pesquisas e reportagens. Como a Coluna foi objeto de escritores de ficção, como Jorge Amado, Domingos Pellegrini e Érico Veríssimo, foi analisado como estes autores abordaram a história oficial e de que recursos se valeram para fazer a ligação entre história e ficção. Para atingir os objetivos pretendidos, foram abordadas as idéias de Paul Ricoeur sobre a *mimese*, as de Costa Lima sobre a caracterização de autobiografia e ficção e sobremaneira, quando foram tratadas as memórias e as obras que buscavam o estabelecimento da verdade, das idéias de Gilberto Velho sobre projeto e identidade. As idéias destes teóricos foram úteis porque quase todos os livros que versam sobre a Coluna tem ligação entre si, o que possibilita o enquadramento nas idéias de Ricoeur, com a sua *mimese* I, II e III. Costa Lima em suas considerações vai dar ao leitor um papel importante, pois é ele quem vai decidir se o que lê é ficção ou autobiografia. E as idéias de Gilberto Velho foram um achado, pois permitem o desenvolvimento da idéia de que cada um que escreve sobre a sua vida, tem um projeto, que segue fielmente, na tentativa de construir uma imagem. Outra idéia que foi muito útil foi a idéia do lugar de fala, de Helena N. Brandão. É a partir desta idéia que se pode afirmar que cada sujeito faz a apreciação de um fato de acordo com a sua formação cultural.

ABSTRACT

This dissertation analyses narratives about the Prestes Column (*Coluna Prestes*), a historical episode occurred during the 1920s. This incident in the Brazilian history always drew my attention because it originated figures in the Right and in the Left. The initial survey started with two works: *O Cavaleiro da Esperança*, written by Jorge Amado, and *No Coração das Perobas*, written by Domingos Pellegrini. As the research developed, other more profitable aspects appeared. The most profitable one for this work was to analyze how the Prestes Column was treated in speeches of different natures. The following works were selected for analysis: *A Coluna Prestes*, by João Alberto de Lins e Barros and *Uma Vida e Muitas Lutas*, by Juarez Távora, because they're memoirs of soldiers who took part in the Column; *A Coluna Prestes - Marchas e Combates*, by Lourenço Moreira Lima, who was the Column's secretary; *A Noite das Grandes Fogueiras*, by journalist Domingos Meirelles; *A Coluna Prestes*, by Brazilianist Neill Macaulay; *O Cavaleiro da Esperança*, by Jorge Amado; *O Arquipélago*, by Érico Veríssimo, and *No Coração das Perobas*, by Domingos Pellegrini. In this dissertation those texts were qualified as discourses that try to determine some truth, because they are memoir narratives or narratives established from surveys and records; and narratives made by fictionists who used the history to create their own narratives. The way how these authors dealt with the official history, how they laid out their personal versions, the resources they used to connect history and fiction, and to which side their sympathies were drawn to, will be the motives of this work. In order to reach the intended goals were evoked: Paul Ricoeufs proposal about mimesis, Costa Lima's notions about autobiography and fiction characterizations, and Gilberto Velho's ideas about project and identity, especially when I worked with memoirs and with those works that tried to establish the truth. For different reasons and at different moments it was useful to use the studies from these theorists. Almost all books about the Column are connected one to each other and this allows us to qualify them in Ricoeur's mimesis I, II and III. Costa Lima ascribes an important role to the reader because it is the reader who will decide if what is being read is fiction or an autobiography. Gilberto Velho allows us to develop the idea that he who writes about his own life has a project that is strictly followed, and tries to build an image. Another very useful theorization was that one of the place of utterance, by Helena N. Brandão. From this idea, one can state that every single individual appreciates a fact according to his own cultural formation.

A COLUNA PRESTES EM DISCURSOS

INTRODUÇÃO

O OBJETO

A proposta inicial deste trabalho era uma abordagem de obras em que o episódio histórico chamado Coluna Prestes aparece como tema, a partir de uma análise comparativa entre as obras *O Cavaleiro da Esperança*, de Jorge Amado, e *No Coração das Perobas*, de Domingos Pellegrini. Como as obras são de naturezas diversas, uma se propondo como biografia e a outra claramente do campo da ficção, seria necessária uma discussão sobre o que caracteriza cada tipo de narrativa, mas o projeto acabou se modificando durante a etapa de pesquisa de caráter histórico. Os textos que li na busca de informações sobre os acontecimentos do período me chamaram a atenção, por razões explicitadas ao longo do trabalho, na abordagem desses textos, determinando uma alteração de percurso.

Optei então por ampliar o meu *corpus* de pesquisa e, ao invés de centrar o interesse em determinar em que tipo de narrativa cada obra se inscreve, resolvi verificar como a Coluna Prestes aparece em cada uma dessas narrativas. Ainda assim, sem procurar estabelecer de maneira categórica uma tipologia dessas narrativas, pois as fronteiras entre as narrativas são tênues, foi necessária uma divisão, a partir das confluências que as obras apresentam, para alcançar uma ordenação das análises.

Optei por estabelecer a seguinte classificação:

- narrativas do tipo "diário", como o livro de Lourenço Moreira Lima, *Coluna Prestes, Marchas e Combates*. Ressalto que Moreira Lima foi secretário de um Destacamento da Coluna Prestes, portanto, tendo presenciado e vivenciado os fatos que narra.

- narrativas que podem ser classificadas como memórias, como os livros *Uma Vida e Muitas Lutas*, de Juarez Távora e *A Coluna Prestes*, de João Alberto Lins e Barros;

- narrativas do tipo ficcional, quando os autores, por motivos diversos, se apropriam de fatos e personagens históricos, incorporando-os ao plano ficcional. Um desses motivos seria o de tentar dar conta de certas situações que permanecem em aberto, já que a narrativa oficial não consegue satisfazer os

leitores. Isso permitiria ao leitor uma visão do fato sob outra perspectiva que não a encontrada nos livros de história, além de ser uma tentativa de dessacralização dos grandes eventos e personagens da história, que assim perdem a aura de glória e passam a ser mais "humanos" e, portanto, mais próximos do leitor. Os livros *No Coração das Perobas*, de Domingos Pellegrini e *O Arquipélago*, de Érico Veríssimo, podem ser enquadrados nesta categoria;

- narrativas que são intituladas históricas, já que pretendem ser a expressão da verdade. Nesta classificação entram textos como os de Domingos Meirelles, *A Noite das Grandes Fogueiras* e *A Coluna Prestes*, de Neil Macaullay, entre outros, que serão usados principalmente para a comparação entre os discursos usados para tratar de fatos iguais;

- um livro de Jorge Amado, de sua fase engajada, *O Cavaleiro da Esperança*, que é apresentado como uma biografia de Luis Carlos Prestes.

Após esta classificação sumária, deparei-me com outro problema: a narrativa histórica só pode ser escrita por um historiador? E o que fazer com os textos de jornalistas que escrevem sobre fatos da história? E textos do tipo memória, como os de Juarez Távora e o de João Alberto, militares que participaram da marcha da Coluna Prestes, que se valem de mapas e cartas, são históricos?

É de se esperar que os textos que claramente se apresentam como históricos, por versarem sobre o mesmo acontecimento, apresentassem sempre uma mesma versão. Porém, de acordo com a visão de cada historiador (aqui incluo no rol dos historiadores os jornalistas como Domingos Meirelles), surge uma narrativa em que são selecionados acontecimentos que seriam mais relevantes. Os livros de Lourenço Moreira Lima, Juarez Távora e João Alberto de Lins e Barros merecem um comentário à parte: o primeiro por se tratar de um diário de quem assistiu os acontecimentos, mas ainda permanece o problema da seleção dos fatos a serem registrados; os outros dois textos que, por serem memórias escritas muito tempo depois dos fatos acontecerem, estão permeados pelo imaginário e pela experiência já vivida, com os autores inclusive já tendo presenciado fatos positivos e negativos originários da coluna de que participaram.

Mais tarde serão estudados os pormenores de cada narrativa, os acontecimentos que selecionaram e para qual direção o seu discurso aponta. É na análise de cada discurso que este trabalho se concretizará, pois é através dessa análise que se verifica o uso que o escritor faz das palavras para atingir o seu

objetivo. Acredito que o discurso acaba por revelar o indivíduo por trás do historiador. Porém, já é tempo de voltar a atenção para as idéias de Paul Ricoeur, sobre a mimese.

A QUESTÃO DA MIMASE PARA RICOEUR

Será muito produtivo para essa pesquisa a utilização da teorização de Paul Ricoeur, exposta em *Tempo e Narrativa*, sobre a mimese. Essa abordagem é interessante devido ao seguinte: o acontecimento histórico da Coluna Prestes aparece em obras de diferentes discursos, além de muitas obras apresentarem transcrições de outras, cabendo ao autor o papel de fazer o encadeamento dos episódios; nesse encadeamento, surgem apreciações em que se pode ver, no caso das narrativas históricas, a manifestação do eu do historiador, com as suas opções e pensamentos oriundos de sua postura ideológica e, no caso da ficção, em que se pode ver a tessitura da intriga, o arranjo dos acontecimentos.

Pretendo especialmente dar maior ênfase à argumentação de Ricoeur sobre a *mimese*. Para ele, se traduzirmos mimese por "representação, não se deve entender, por esta palavra, alguma duplicação de presença, como se poderia entender na mimese platônica, mas o corte que abre o espaço de ficção. O artesanato de palavras não produz coisas, mas somente quase-coisas, inventa o como-se." (RICOEUR, 1994, p.76).

Para Ricoeur, essa *mimese* não significa apenas ruptura com o real, mas principalmente "ligação, que estabelece precisamente o estatuto de transposição 'metafórica' do campo prático pelo *muthos*." (RICOEUR, 1994, p.77). Ou seja, a mimese tem a finalidade de fazer a ligação do real com aquilo que poderia ser, através da metáfora e do *muthos* (agenciamento dos fatos). Ricoeur divide essa capacidade de transformação do real em imaginário, em três momentos: *mimese* I, II e III. A seguir tentaremos definir esses três momentos miméticos. Essas definições se tornam ainda mais rentáveis devido ao fato de ser o objeto desse estudo a ficção histórica, isto é, uma narrativa de ficção que vai se apropriar de um fato já estabelecido na história.

A composição poética propriamente dita é a *mimese* II, a mimese criação, segundo Ricoeur. Só que, precedendo esse "momento", haveria o que se chama *mimese* I, ou seja "uma referência ao que precede a composição poética."

(RICOEUR, 1994, p. 77). Principalmente no estudo sobre o romance histórico, essa referência, esse momento que antecede a criação, é muito importante, pois, para confirmar ou apresentar novas versões sobre determinado fato histórico, é preciso que esse fato já seja do conhecimento do público leitor. Para se confirmar ou questionar uma história, é preciso que ela já seja do conhecimento de quem vai ler, sendo preciso que as ações que estarão na obra sejam decifráveis, a fim de que sejam processadas pelo leitor. Citando a *Poética*, de Aristóteles, Ricoeur afirma que

a *Poética* não supõe apenas agentes, mas caracteres dotados de qualidades éticas que os tornam nobres ou vis. Se a tragédia pode representá-los como melhores, e a comédia como piores, que os homens atuais, é porque a compreensão prática que os autores partilham com seu auditório comporta necessariamente uma avaliação dos caracteres e de sua ação em termos de bem e de mal. (RICOEUR, 1994, p. 94).

Voltando a atenção para o objeto deste trabalho, as narrativas sobre a Coluna Prestes, o momento da *mimese I* seria, a princípio, o conhecimento, adquirido nas aulas de história do Brasil, do sistema político brasileiro, da história brasileira e, para alguns outros leitores, que tem interesse na ficção histórica, outras obras ficcionais e jornalísticas sobre o assunto. Normalmente esse referencial se dá mediado pela leitura de textos. É através da leitura de outras obras, didáticas ou não, que o leitor vai ter a compreensão do que está sendo tratado. Seria esse o momento da *mimese I*. Ricoeur afirma que, normalmente, essa pré-compreensão do mundo da ação que ocorre dentro da obra recua ao nível de repertório de leitura, podendo, porém, se estender ao próprio universo cultural de quem lê, o que abrange aspectos éticos e sociais. Assim, pode-se reconhecer a *mimese I* em duas formas: uma *mimese I* de um conhecimento partilhado sobre um fato de que se tem referente apenas na tradição oral, e uma *mimese I* na sua forma escrita. Proponho esta questão porque uma obra, *A Coluna Prestes - Marchas e Combates*, de Lourenço Moreira Lima, secretário da Coluna Prestes, vai servir de referência obrigatória para quase todos os livros posteriores sobre a Coluna.

O estágio de *mimese II* seria o próprio reino da metáfora, o reino do *como-se*. É nesse estágio que ocorre a produção de uma compreensibilidade através do estabelecimento de relações. Para Ricoeur, a *mimese II* tem a função de mediação entre a *mimese I* e a *mimese III*, ou seja, localiza-se entre a pré-compreensão do fato narrado e sua recepção. É nesse estágio que ocorre a configuração, a

organização dos fatos dentro da narrativa a fim de alcançar o resultado pretendido por quem escreve. É aí que ocorrem as relações entre tempo e narrativa, é aí que deve aparecer a verossimilhança, a ruptura do real em direção ao que "poderia ser real". Nesse ponto ocorre a tessitura da intriga, onde os eventos devem ser não apenas enumerados, mas sim organizados de maneira a parecer uma totalidade inteligível. É dessa organização de eventos que surge a configuração que o escritor dá para os fatos que são abordados em sua obra.

Por fim a *mimese* III seria o último momento, onde o ciclo mimético se fecharia. Seria o estágio da comunicação, com a chegada da obra ao leitor/ouvinte, que assim, terá uma nova noção do referente do assunto tratado na obra.

Haveria assim um esquema no qual, de maneira geral, o momento da *mimese* I é a idéia, conhecimento ou opinião que o leitor/ouvinte teria de um determinado assunto, ou no nosso caso, de um fato histórico. Através do estágio da *mimese* II, quando ocorre a configuração realizada pelo autor daquele fato em uma narrativa, se chega ao momento da *mimese* III, quando a obra chegando ao leitor, proporciona uma nova visão ou reafirma a pré-existente daquele fato. Neste estágio, o leitor adota essa visão diferente ou fica com a sua idéia anterior sobre o assunto. É interessante que a configuração ocorrida no estágio II, seguindo o círculo mimético, um dia será parte da *mimese* I, pois será incorporada ao repertório individual do leitor/ouvinte. Como a configuração ocorre na *mimese* II, realizada pelo escritor, o leitor, ao fazer a leitura da obra, completa o ciclo autor/obra/leitor, sendo encarregado do ato de refiguração. Assim sendo, o autor configuraria e o leitor refiguraria, com esse processo ocorrendo desde *mimese* I (pré-compreensão), tomando conhecimento do fato através da configuração dada pelo autor, *mimese* II e completando o ciclo através da *mimese* III, refigurando aquele fato.

É importante que se note que Ricoeur, quando faz o seu arrazoado teórico, o faz pensando tanto no texto histórico quanto no texto ficcional. Isso fica claro quando ele define o momento da *mimese* II como o próprio reino da metáfora, o reino do *como-se*. Essa idéia pode ser confirmada com a leitura das diversas obras, de naturezas diferentes, pois, já que todo conhecimento sobre o passado só nos atinge através de textos que obviamente foram escritos por alguém. Assim, quem escreve sobre um determinado tema, faz uma escolha de acontecimentos e de

como usar esses acontecimentos, caindo aí na divisão da *mimese* proposta por Paul Ricoeur.

Seguindo este raciocínio, pretendo estudar os textos abordados na seguinte seqüência: primeiro as narrativas militares, depois o texto de Lourenço Moreira Lima, por se tratar do que Foucault chama de discurso fundador, na sua forma escrita, a seguir os textos históricos e por último os textos ficcionais.

É interessante neste momento ressaltar uma constatação de leitura. Quando o fato histórico não é o objetivo principal, servindo apenas para ressaltar um ou outro aspecto importante para a economia da obra, o resultado da leitura é de uma natureza. Quando o fato histórico é o objetivo principal da narrativa, a leitura é outra. Pode-se ver este efeito na narrativa histórica, no livro de Sílvio Martins, *O Ciclo de Vargas*, que dedica um volume ao que ele chama de *A Grande Marcha*, escrevendo aí sobre a *Coluna Prestes*, e no campo ficcional, na obra famosa de Érico Veríssimo, *O Tempo e o Vento*, quando há um episódio envolvendo a Coluna para contrapor as posições dos irmãos Toríbio e Rodrigo Cambará. Isso poderá ser melhor tratado quando da análise da obra de Domingos Pellegrini, *No Coração das Perobas*.

Dando continuidade à leitura da obra de Paul Ricoeur, outro aspecto que despertou meu interesse foi o dos arquivos, documentos e rastros. Se entendermos como arquivos e documentos apenas aqueles chamados oficiais, corre-se o risco de ter apenas a versão oficial, pois segundo Ricoeur,

o caráter institucional dos arquivos é, portanto, afirmado três vezes: os arquivos constituem o fundo documental de uma instituição; produzi-los, recebê-los ou conservá-los é uma atividade específica dessa instituição; o depósito assim constituído é um depósito autorizado por uma estipulação adjunta a que institui a entidade de que os arquivos são os fundos. (RICOEUR, 1997, p. 197).

Assim, normalmente os historiadores buscam nos arquivos oficiais suas fontes, o que acaba por produzir uma versão que quase sempre permanece estável, quase imutável. Essa questão dos arquivos, documentos e rastros é importante para este estudo pelo fato de que eles sempre constituem um recurso para quem quer apresentar um fato como "verdade". No livro de Domingos Meirelles sobre a Coluna Prestes, *As Noites das Grandes Fogueiras*, há vastas alusões a arquivos e documentos. No de Lourenço Moreira Lima, há a instituição do arquivo, pois como era secretário da Coluna, ele criou o arquivo da Coluna. Esse livro, que figura nas

prateleiras dos livros de história, se tornou referência obrigatória para quem escreve sobre a Coluna. Por fim, essa questão é interessante porque, no campo da ficção, obras de ficção escritas antes se tornam fontes de consulta para quem vai escrever depois sobre o mesmo assunto. Caem no estágio da mimese I. Nas análises que farei, será visto que alguns autores, de ficção ou não, fazem certas escolhas de versões já correntes. No caso da ficção, essa escolha pode ser feita tendo em vista o melhor aproveitamento na trama ficcional. No caso da obra não ficcional essa escolha tende a legitimar uma versão, dando a ela um caráter de verdade.

1. A PRESENÇA DO EU NO DISCURSO

DIÁRIO E MEMÓRIA

Ao escrever sobre livros de memórias e sobre livros originado de diários, de um modo simplista, pode-se apontar algumas diferenças entre estes tipos de narrativas. Entre elas a relação entre tempo de escrita e o tempo do acontecimento. Enquanto no diário há uma proximidade entre o tempo da escrita e o tempo de acontecimento, nas memórias, por não se verificar essa proximidade, o resultado final da escrita acaba por sofrer os efeitos da passagem do tempo, sendo influenciado por tudo que foi acrescentado ao imaginário do indivíduo que escreve. Mas mesmo entre diários há certas diferenças: há aquele diário que, a princípio foi feito para ser lido apenas pelo próprio eu em outro tempo, e aquele diário que pode ser classificado como diário de campanha ou diário de viagem, quando o indivíduo que escreve tem em mira outros leitores. Quanto ao primeiro tipo, a diferença de leitura se fará sentir apenas sobre o próprio indivíduo que escreve, já que esse indivíduo vai mudando com o passar do tempo. Uma pessoa que registrou um fato na mocidade, não será a mesma que vai lê-lo quinze anos depois. Não vou me deter aqui no que acontece quando um diário íntimo, isto é, que não foi feito para ser divulgado, acaba por ser apresentado ao público. Para meu objetivo esse tipo de texto não é relevante no momento.

Já no diário de campanha, que é objeto de meu estudo, há uma proximidade entre o tempo da escrita e o do acontecimento, porém essa questão tem uma particularidade. O próprio nome indica um procedimento do seguinte tipo: após os acontecimentos do dia, quando as atividades terminassem os acontecimentos seriam registrados. Porém, esse tipo de diário, tendo-se em vista que outras pessoas irão lê-lo, passará, após o término dos acontecimentos que eram objetos de seus registros, por alguns procedimentos, para a publicação. Isto se torna claro no livro de Lourenço Moreira Lima sobre a Coluna Prestes, onde o autor, bacharel em direito, registra os fatos do cotidiano da Coluna, para informar ao público sobre como aqueles acontecimentos se passaram vistos por um partícipe dos fatos.

Esse procedimento da publicação envolve outros, como a revisão, os interesses de quem patrocina a publicação etc... E isso já não é feito no calor do combate ou com o autor envolvido diretamente nos acontecimentos. É feito, posso

dizer, em um momento mais calmo, com um componente racional falando mais alto. E aí, mesmo num diário de campanha, a seleção dos acontecimentos que serão divulgados ao público obedecerá a uma lógica que dependerá de que efeito ele espera alcançar junto ao público. Seria, segundo a terminologia de Paul Ricoeur, o momento da *mimese* II, onde haveria a organização dos acontecimentos narrados.

Já no caso dos textos de memórias, o espaço entre o tempo dos acontecimentos narrados e o tempo em que eles serão narrados será maior. Isso provoca uma escrita na qual a seleção far-se-á de maneira mais consciente, pois o memorialista dispõe de um trunfo que o escritor do diário não tem: ele já constatou as conseqüências dos acontecimentos dos quais participou. Assim, quando escreve, ele tem a possibilidade de esclarecer episódios que ainda não estavam suficientemente explicados no momento da escrita. Pelo menos, apresentará a sua versão dos fatos.

Antes de me socorrer de Luiz Costa Lima, que dá um grande suporte quando se fala dos discursos do eu, e de outros estudiosos, pretendo ainda propor duas questões: a primeira é, porque alguém escreve suas memórias? Penso que há duas motivações principais, não necessariamente excludentes: a primeira, é que alguém escreve suas memórias para tentar vincular sua imagem a um acontecimento que o tempo consagrou como, na falta de outro termo melhor, positivo. Esse alguém normalmente é uma pessoa de razoável projeção junto ao público. Aos leitores em geral pouco interessaria ver publicadas as memórias de um indivíduo comum. Tal coisa se deve à curiosidade que as pessoas têm sobre a vida das pessoas famosas. A segunda motivação seria a de que alguém que escreve suas memórias o faz para, junto ao público leitor, esclarecer alguns fatos nos quais se envolveu e dos quais saiu com uma imagem não correspondente às suas expectativas. Das memórias que vamos estudar, as de João Alberto Lins e Barros se enquadram nas do primeiro tipo, e as de Juarez Távora, sem deixar totalmente de fazer parte do primeiro tipo, fazem parte daquelas memórias de quem pretende se justificar ou se defender de certas insinuações. Acredito que quem escreve suas memórias, o faz com dois objetivos principais: tentar gravar e reconstituir uma experiência pessoal que se quer transmitir, e tentar preencher lacunas que julga existir no pensamento público sobre sua participação em determinado fato.

Outra questão é: como alguém escreve suas memórias? Vou me valer dos comentários de Ângela Maria Dias, em artigo intitulado "Memória e Ficção",

publicado na Revista *Tempo Brasileiro* em 1988, ao estudar as particularidades dos discursos memorialístico e ficcional e como eles se constroem, sobre o uso da memória em uma obra de Marcel Proust, *O Tempo Redescoberto*, (DIAS, 1988, p. 102). Antes, julgo procedente fazer um breve comentário sobre a diferença entre memória e reminiscência, diferença essa que aparece subentendida no texto citado.

No dicionário, quando consultamos o verbete *memória*, vemos que a reminiscência é considerada parte da memória. Mas quando consultamos o verbete *reminiscência*, temos a informação que essa palavra pode, além de fazer parte da memória, significar recordação vaga, imprecisa. Creio que essa última definição é a mais rentável para o que pretendo discutir no momento. Quando alguém escreve suas memórias, mesmo tendo selecionado cuidadosamente durante toda a vida o que gostaria de registrar para a posteridade, naquele momento exato da escrita, involuntariamente fará uma atualização de sua vida e então poderá acrescentar alguma coisa que não percebeu na época e agora julga relevante registrar. Vai se valer então daquelas recordações vagas, ou seja, das reminiscências. Essa vagueza no relembrar pode, sem que se possa chamar de mal intencionado, levá-lo a reinterpretar o seu papel do modo que mais lhe interesse. E mesmo que tenha registrado um fato na ocasião de seu acontecimento, quando escrever suas memórias pode *atualizar* a sua participação no episódio, como uma auto-justificativa, pois já tem conhecimento de tudo que resultou daquele fato. Ângela Maria Dias escreve que "... Proust através da Memória, ainda tenta promover a reminiscência como possibilidade de renovação do sujeito, em sua relação com o universo narrado. Ao irresistível envelhecimento oriundo da consciência dolorosa da passagem do tempo, esse escritor contrapõe a atualidade sensível da imagem - 'quando o passado se reflete no instante' - no movimento da memória involuntária." (DIAS, 1988, 102) . Penso poder, a partir desse pensamento, desenvolver a seguinte idéia: no momento em que escreve suas memórias, o escritor tem a oportunidade de, após avaliar toda a sua vida, recriar a sua figura e apresentá-la ao público. Seria talvez uma tentativa de mostrar-se, não como o leitor o imagina, mas como ele, memorialista, se imagina.

No artigo "Scherazade, Voz Ausente", a professora Lúcia Helena apresenta alguns pontos que julgo interessante mencionar neste estudo. Apesar de afirmar que focaliza assunto e momento específicos, o da "prosa brasileira dos anos 1970 e 1980; e a uma questão perpassada de ideologia e da cultura brasileira em

tensão com o impasse da censura e da militarização da sociedade após o golpe de 1964" (HELENA, 1988, p. 112), ela apresenta idéias que me permitem o desenvolvimento de alguns raciocínios. Entre eles, o de como diferenciar os discursos de ficção e os de memória. Escreve ela que o romance é uma manifestação tipicamente burguesa, onde figura a multiplicidade de discursos presentes em uma determinada sociedade, e onde aparece a fragmentação do indivíduo, enquanto o discurso de memória apresenta-se como narrativa épica, em uma tentativa de organização do mundo em torno do eu.

Apesar de a professora Lúcia Helena nunca perder de foco o assunto e a produção da época que privilegiou, julgo que posso utilizar outra idéia sua, a dos riscos que a autobiografia pode provocar. Ela escreve

Mas não se logra, algumas vezes, escapar de uma outra censura (inconsciente), aquela em que leitores e produtores correm o risco de se contentar com a narrativa autobiográfica vista como um desabafo, uma transparência do vivido. Corre ainda outro risco: o de inscrever o *eu* como um absoluto, uma auto-referencialidade corpórea, na qual o *eu* do discurso se identificasse simetricamente à figura do escritor. Um *eu* em todo idêntico a si mesmo, fechado, totalizador, não mediado pela alteridade. (HELENA, 1988, p.111)

Ora, nos casos que pesquiso, bastava isso para que se fizesse a diferença entre ficção e memória. Embora algumas vezes tenhamos a impressão de que estamos lendo textos ficcionais, podemos notar claramente que todo o universo da escrita e toda a estrutura da obra está organizada em torno do autor memorialista. É o seu eu que interessa. Se ele apresenta idéias de outros em seu texto, é para poder ressaltar as suas. Nunca se poderia aplicar nos textos de João Alberto e de Juarez Távora, o que, segundo Lúcia Helena, Pedro Nava disse em depoimento ao *Jornal do Brasil* em 1982: "Falo de mim como se falasse de outro." (HELENA, 1988, p. 111). Essa afirmação é pertinente quando a obra tratada é de caráter ficcional. Afinal, na ficção, o autor tenta claramente desvincular a sua identidade da figura que vai adotar para narrar. Em uma obra ficcional a identificação clara entre autor e narrador pode ser vista como fator negativo. O teórico francês Roland Barthes faz uma defesa enfática dessa desvinculação no seu ensaio "A morte do Autor" (BARTHES, 1988, p. 69-70). Já o autor memorialista, mesmo que se reconheça outro indivíduo, diferente devido à marcha do tempo, faz questão de ser o centro de sua narrativa.

Embora se possa fazer considerações sobre se o eu do escritor de memórias no momento em que escreve é o mesmo eu do indivíduo no momento em que o fato narrado acontecia, pelo menos se pode afirmar que a intenção do escritor não é a de estabelecer a diferença. Ele pretende que o leitor não faça essa diferenciação: quando ocorrer alguma mudança de posição, é ele, autor, que explicará essa mudança.

Como estou estudando narrativas de memórias que, ou são escritas por militares, ou focalizam um acontecimento de caráter militar, utilizarei também um texto do professor Gilberto Velho, chamado *Memória, Identidade e Projeto*, de 1988. Para não perder de foco o objeto de minha pesquisa, julgo interessante lembrar que estou estudando uma narrativa do tipo diário, de Lourenço Moreira Lima, que presenciou os acontecimentos que narra, e que faz um texto em que há uma maior proximidade entre o tempo da escrita e o tempo do acontecimento, e duas narrativas do tipo memórias, a de João Alberto Lins e Barros e a de Juarez Távora. Esse dado é importante, pois pretendo considerar para qual público essas narrativas apontavam.

A obra de Lourenço Moreira Lima, evidentemente, não se destinava ao público militar de maneira geral. Pode até, como foi realmente, ser lida como fonte de consulta e de estratégia, mas como motivador ideológico, certamente não. Aqui julgo importante lembrar a ojeriza dos militares a qualquer estudo que tenha sido escrito por alguém com tendências esquerdistas. O livro de Moreira Lima, segundo o próprio autor, se destinava a revelar ao Brasil o sacrifício e a bravura dos componentes da Coluna, mas de um ponto de vista sob o qual os chefes da Coluna eram vistos como heróis, independente de serem militares ou não. Também tinha a intenção de denunciar a oligarquia dominante, com os seus desdobramentos políticos.

Já os livros de João Alberto e de Juarez Távora apontavam especificamente para o público militar. Já começa por quem patrocina a publicação dos livros: a Biblioteca do Exército. Ao contrário de Moreira Lima, que era apenas comissionado no posto de capitão, sendo Bacharel em Direito, João Alberto e Juarez, militares de carreira, usam um linguajar e um vocabulário característicos da vida castrense. Porque defendo a idéia de que o seu público alvo era preferencialmente o militar? Porque, para o militar que faz um juramento de lealdade, o passado de revolucionário talvez incomode. Talvez essas memórias

sejam uma tentativa de explicação das causas da revolta contra as autoridades e a ordem constituídas. Esse código de conduta do militar - para efeito deste estudo, o termo militar se referirá apenas aos oficiais - será motivo de estudos no próximo capítulo.

Sobre os motivos que levaram a essa quebra de conduta, e que levaram a escrita dos livros de memórias, o professor Gilberto Velho apresenta a idéia das unidades englobantes e encompassadoras. Escreve ele:

As possíveis unidades englobantes, "encompassadoras" - nação, linhagem, família, partido, igreja, variam no seu maior ou menor vínculo com os dois modelos polares - o da tradição e o da modernidade. De qualquer forma, à medida em(sic) que o indivíduo se destaca e é cada vez mais sujeito, muda o caráter de sua relação com as instituições pré-existentes, que não desaparecem necessariamente mas mudam de caráter, embora de maneira conflituosa, como a história da Igreja demonstrar de maneira clara. (VELHO, 1988, p. 120)

O Exército, mais do que qualquer outra, é uma organização englobante e encompassadora. Organização que prima por um código de conduta rígido, que lembra ou o ideal do cavaleiro cortês ou o código japonês dos samurais, o *bushido*, pretende que todos os seus integrantes pensem e ajam de maneira uniforme, usando, entre si, mas principalmente junto ao público externo, um mesmo discurso.

O professor Gilberto Velho, no estudo citado, estabelece uma diferença entre memória e projeto, quando trata das organizações englobantes. Ele afirma que "Em uma sociedade tradicional, holista, em que o indivíduo é englobado pelo clã, linhagem, tribo etc., a memória socialmente relevante é a da unidade 'encompassadora'." (VELHO, 1988, p.121). Pode-se afirmar que a sua idéia é a de que, mesmo em uma biografia, portanto uma ação individual de escrever, pode-se reconhecer a organização da qual o indivíduo faz parte, chegando-se ao ponto de

não ficar claro se um fato narrado ocorreu com o indivíduo biológico A ou B, pertencentes à mesma linhagem. Obviamente isso não significa que não haja consciência ou percepção do ciclo vital dos indivíduos A ou B, que nascem, vivem e morrem. Mas a persistência da unidade englobante é permanentemente fixada através de mitos, narrativas que reforçam o pertencimento dos indivíduos biológicos àquelas unidades. Assim, a *memória socialmente significativa* é a da unidade englobantes, havendo pouca ênfase ou reconhecimento da noção de biografia no sentido moderno. (VELHO, 1988, p. 121).

Mais adiante, Gilberto Velho, afirma que, "em qualquer sociedade há processos de inserção do lugar do indivíduo na sociedade e do desempenho de seus papéis sociais. Mas a *individualidade* seria própria das sociedades ou segmentos sociais onde florescem *ideologias individualistas* que fixam o indivíduo socialmente significativo..." (VELHO, 1988, p. 121). Faço essa citação para demonstrar o paradoxo da situação de dois indivíduos que fazem parte de uma instituição, se orgulham dela e, no entanto, se rebelam contra ela. E, a partir daí, têm que recorrer à escritura de suas memórias, talvez até em uma tentativa de *catarse*, para se justificarem junto à sua instituição.

É interessante recordar aqui a idéia de projeto, que Velho toma de empréstimo a Alfred Schultz. Projeto seria a "conduta organizada para atingir finalidades específicas". (VELHO, 1988, p. 122). Indivíduo-sujeito é aquele que faz projetos. Então, poderia propor o seguinte esquema: dentro das sociedades englobantes, a memória tende a ser a do grupo, enquanto o projeto passa a ser do indivíduo. Apóio esse esquema no que Gilberto Velho escreve:

Há segmentos e situações sociais em que fica evidente a subordinação do indivíduo a unidades englobantes e hierarquizantes. As instituições e grupos religiosos já foram objeto de considerações a esse respeito. O mundo militar, mesmo certas organizações empresariais, a continuidade ou mesmo revalorização de universos de parentesco, de vizinhança, demonstram a presença de um *holismo*, (...) matizando ou contrabalançando a predominância das ideologias individualistas. (VELHO, 1988, p.122)

Julgo muito interessante esse raciocínio de Gilberto Velho a respeito da distinção entre memória e projeto, por defender a idéia de que todo leitor facilmente reconhecerá o estilo militar na linguagem usada nas memórias de João Alberto e Juarez Távora. Usam uma terminologia própria e deixam perpassar pelo seus discursos uma ideologia adquirida nos bancos da Escola Militar. Isso porém, não anula a individualidade de cada um. "O *projeto* e a *memória* associam-se e articulam-se ao dar *significado* à vida e às ações dos indivíduos, em outros termos, a própria *identidade*." (VELHO, 1988, p. 123).

O resultado do ato de escrever as suas memórias, ocasiona uma narrativa na qual a intenção de contar sua vida pode ser deixada em segundo plano. Que a memória é seletiva já faz parte do senso comum, não necessitando de mais

discussões a respeito. É importante notar também que o memorialista, por mais que considere suas memórias como um *todo*, ou seja um conjunto de episódios já encerrado e fechado, com todas as suas conseqüências e efeitos, quando escreve, o faz abordando fato por fato. Gilberto Velho cita Helmut Wagner que, ao interpretar Schultz, escreve que "a memória voltada retrospectivamente de forma reflexiva, é suplementada pela antecipação, voltada para a frente, prospectivamente. A ação deliberada resulta de planejamento, do estabelecimento de um objetivo e de imaginário sendo realizado, e ainda da intenção de realizá-lo, ..." (VELHO, 1988, p.124). Daí poder dizer que a escrita da memória é realmente uma tentativa de atualizar o passado: escrevo sobre o que já aconteceu, mas tendo conhecimento do presente e dando a ele a configuração que desejo, consciente ou inconscientemente. Seria uma atividade de organizar o passado através do ato de escrever, dando uma organicidade ao que é, segundo Velho, fragmentado:

A memória é fragmentada. O sentido de identidade depende em grande parte da organização desses pedaços, fragmentos de fatos e episódios separados. O passado, assim, é descontínuo. A consistência e o significado desse passado e da memória articulam-se à elaboração de projetos que dão sentido e estabelecem continuidade entre esses diferentes momentos e situações ... (VELHO, 1988, p. 124).

Assim, o ato de escrever se torna uma constante atividade de desconstrução de uma imagem que é de domínio público ou de reconstrução de um passado. E essa atividade sempre é mediada pela negociação com o público a que se dirige.

A AUTOBIOGRAFIA E A FICÇÃO

Abandonando momentaneamente o papel do autor e sua atividade de escrita das memórias, irei me deter em um ponto que tem relação com a recepção da obra: qual a diferença entre ficção e autobiografia? Existe uma, posso dizer, *diferença de rota* entre a intenção do autor de escrever a verdade de sua vida, e por extensão, de algum momento marcante da história, e o modo como o leitor irá ler essa *verdade*? Esclareço que quando faço uma relação entre a história da vida de alguém que escreve suas memórias e um momento marcante da história, o faço porque a obra memorialística tem duas premissas: a do autor, que quer esclarecer

ou confirmar seu papel em um acontecimento ou em um determinado conjunto de acontecimentos através da escrita das suas memórias, e o do possível público leitor, que terá que ter sua atenção despertada para a leitura daquelas memórias. Para que essas premissas sejam alcançadas, existe uma condição: o fato e o autor fazerem parte da história e, por conseguinte, do imaginário da coletividade. Quando estabeleço essa argumentação me vem à memória as obras da Biblioteca do Exército de algumas décadas passadas: ou eram obras que versavam sobre história militar ou eram autobiografias de militares *ilustres*. Quer dizer, para o público estranho ao meio militar, pouco interessavam essas obras (tenho dúvidas se interessavam até aos próprios militares, pelo menos aos de baixa patente).

Para esclarecer ou tentar esclarecer a questão da diferença entre autobiografia e ficção, vou me valer das idéias de Luiz Costa Lima, expostas em um estudo chamado "Júbilos e Misérias do Pequeno Eu", incluído na obra *Sociedade e Discurso Ficcional*, de 1986. De início, irei adotar o raciocínio de Costa Lima, considerando, ainda que provisoriamente, autobiografia como a mesma coisa que memória. Tentando diferenciar ficção e memória, e abordando o interesse cada vez maior que as autobiografias despertam, ele escreve

que em nosso tempo, há suficientes leitores para se interessarem pelas mais variadas memórias, pelas mais diversas razões. Pois, como gênero, as memórias - provisoriamente, as tomemos como sinónimo de autobiografia - constituem uma forma de comunicação, com regras e exigências capazes de distingui-las doutros gêneros. Mas aí exatamente está o seu problema; melhor dito, o problema que pretendemos destacar: a partir pelo menos do século XVIII, é tamanho o prestígio da categoria "individualidade" que ela parece compreensível por si mesma e, assim, que se tornaria desnecessário refletir sobre o que caracterizaria um gênero definível como o relato da vida de um eu. (LIMA, 1986 p. 244)

Esse arrazoado de Costa Lima é interessante para esclarecer dois pontos: primeiro, o de definir relatos do tipo memórias como um gênero; segundo, o porquê de escrever memórias e quando, como será visto mais adiante, isso foi possível. Costa Lima fará marcações no tempo, afirmando que só com o avanço da individualidade, da emergência do eu, é que foi possível a autobiografia, em seu sentido mais estrito, aparecer. Não que antes do século XVIII, não houvesse indivíduos que escrevessem sobre suas vidas, mas escreviam suas histórias

seguindo um modelo. Costa Lima se vale da expressão de Auerbach, o "realismo criatural", quando pensa sobre isso.

Em que idade cronológica o autor resolve escrever suas memórias? Normalmente, é na idade mais avançada, quando, pressentindo o seu desaparecimento de cena, parece procurar um acerto de contas, consigo e com o mundo. Usando um exemplo de meu estudo, Juarez Távara, logo após os acontecimentos em que se envolveu na década de 1920, escreveu sobre a sua participação neles, mas em momento algum chamou isso de *memórias*: o nome de sua obra é *A Guisa de Depoimento*. Talvez o militar não julgasse a sua vida tão rica de acontecimentos para que já escrevesse suas memórias ou, talvez, não se julgasse suficientemente maduro para tal. Só em 1973, já bem avançado em anos, é que, após presenciar e participar de todos os acontecimentos revolucionários importantes da cena política brasileira recente, resolve escrevê-las. É como se, olhando para trás, visse sua vida em um bloco acabado, e olhando para a frente, antecipasse o pouco tempo que restava. É sintomático que esse momento foi pouco tempo depois de sua retirada do cenário político, quando aos militares que estavam no poder só interessava faturar o prestígio dos velhos chefes, porém mantendo-os afastados da vida pública. Quando é feito um estudo sobre o movimento de 1964, em relação com os movimentos militares das décadas de 1920 e 1930, constata que os militares que chegaram ao poder em 1964 eram todos do grupo "legalista", contemporâneo e adversário dos "tenentes" da década de 1920. Os antigos revolucionários, após terem tido o seu momento glorioso, são colocados em posição secundária no momento da chegada ao poder. Esse ato de deixar de lado os antigos "tenentes", ocorrido na "revolução" de 1964, inclusive é trabalhado ficcionalmente no livro de Luiz GUTEMBERG, *O Jogo da Gata Parida* (1987, p.120). É um romance de chave em que é apresentada a história da sucessão do presidente Ernesto Geisel, no qual um militar chamado Malta surge como alternativa civil ao candidato oficial, general Napoleão, "Napô", ministro-chefe do SNI. No livro há um trecho que descreve uma reunião do SNI, onde é deixado claro o pouco caso dos militares que chegaram ao poder em 1964 com aqueles antigos revolucionários, os antigos "tenentes". (O marechal é o Marechal Lobo Silva, personagem ficcional que o autor diz que *criou* calcado no general Cordeiro de Farias):

O ministro chefe achava que a história de "festa de casamento" era uma ingenuidade completa, um código tão tolo que dava pena. Expunha ao ridículo o general Malta, um homem que fez toda a carreira com a maior seriedade, probidade e respeito. Do Marechal, não diria o mesmo. Tinha toda uma biografia marcada por temeridades como o resto de sua geração:

- Os Tenentes de 30, cadetes de 22, envelheceram e morreram, os que já se foram, com o mesmo espírito juvenil. O marechal, com quase oitenta anos, não dá sinais de amadurecimento. Continua cometendo os excessos de ingenuidade em plena senilidade.

Napô achava que essa "juvenilidade doentia" dos Tenentes de 30 era contagiosa. Contaminava não apenas militares, mas também civis. Os udenistas, por exemplo, pegaram a doença diretamente do brigadeiro Eduardo Gomes, embora a concentração do vírus fosse a maior que já se verificou no meio civil. Estava presente em muitos outros tenentes, como Juraci Magalhães, Juarez Távora, Cordeiro de Farias, Alcides Etchegoyen, Fiúza de Castro, Canrobert e por aí afora, todos ídolos militares do udenismo. Velho Getúlio fez deles gato-sapato.

Napô contava que um dos ajudantes-de-ordens do general Costa e Silva, em 1964, descreveu-lhe uma reunião das lideranças civis e militares da Revolução no dia seguinte à deposição de Jango. O país estava totalmente sob controle dos militares. Costa e Silva não havia liderado a Revolução, mas assumiu malandramente o comando, por conta própria. No grito. Apenas chegou primeiro ao gabinete do ministro da Guerra e declarou-se chefe do comando Supremo da Revolução. A contragosto, aceitou um encontro com os líderes que efetivamente haviam conspirado e deflagrado a Revolução, arriscando, inclusive, a própria integridade física, como foi o caso de Carlos Lacerda, governador da Guanabara.

Tão logo a reunião começou, o velho marechal Juarez Távora, um desses legendários Tenentes de 30, golpeou fortemente a mesa com o punho fechado, reclamando o direito de manifestar-se, cerceado a alguns dos participantes pela postura autoritária do general, usurpador do poder.

Costa e Silva cortou-o imediatamente :

- Juarez, assim não é possível,. Você continua o eterno adolescente.

Juarez calou-se e manteve silêncio pelo resto da reunião.
(GUTEMBERG, 1987, p. 190)

Evoco esta passagem do livro de Gutemberg para ilustrar com que tipo de passado Juarez Távora tinha de lidar. Olhando para trás e vendo o malogro dos "tenentes", talvez tenha julgado necessária uma justificativa. A propósito da função das memórias, Costa Lima escreve que

Raramente o indivíduo se contenta com o que não seja o seu retrato de corpo inteiro. Pois memórias e autobiografias são substitutos dos espelhos. Se estes, metálicos e implacáveis, assinalam o desgaste dos traços, o torpor dos olhos, a redondez do ventre, fechamos-nos contra a maldade dos espelhos e procuramos

nos rever no que fomos, como se o percurso da antiga paisagem nos capacitasse a nos explicar ante nós mesmos. (...) Trata-se então de se rever estudante, jovem, ambicioso e perplexo ante encruzilhadas e inclinações contrastantes que conduzirão a inesperado caminho (...) (LIMA, 1986 p. 244)

Para Juarez, talvez o ato da escrita da memória seja a oportunidade de uma auto-reconciliação. Devemos ler então as memórias de Juarez como a verdade?

Luiz Costa Lima, citando Misch, diferencia a autobiografia da antiguidade até o período do renascimento, da autobiografia moderna. Ele escreve que na antiguidade a experiência pessoal não era por si mesmo digna de ser levada à página escrita, uma vez que o conceito de individualidade é produto dos tempos modernos. Escreve também, que "inexistia uma nítida linha divisória entre a narração de fatos reais e de fatos inventados, desde que estes fossem verossímeis." (LIMA, 1986 p. 250). Neste ponto volto à questão também do papel do leitor, que poderá, de acordo com o seu repertório de leituras e conhecimentos, ler ou não aquela narração como ficção ou verdade. Se um leitor que desconhecesse a história do Brasil lesse sobre a Coluna Prestes, sem que fossem citados documentos e arquivos, ele poderia entender a narrativa como um livro de aventuras. A afirmação de que o que vai ser narrado realmente aconteceu não é suficiente, já que isso foi e é muito explorado pelos escritores de ficção. E mesmo que fossem citados documentos e arquivos, principalmente em obras de realidades ou sociedades diferentes, a obra ainda poderia ser lida como ficção: a leitura sofre as conseqüências da formação cultural do indivíduo. Quando, há alguns anos atrás, li trechos da *Anábasis*, de Xenofonte, mesmo já tendo conhecimento do fato através de livros de História Geral, não pude deixar de entender a obra como ficção. Talvez porque aquela epopéia dos 10 mil soldados gregos através de um território e tempo já constituídos no meu imaginário como lendários, tinha todos os aspectos que procurava na ficção.

Voltando a Costa Lima, ele nos afirma que um leitor mais treinado jamais confundirá uma autobiografia com a absoluta expressão de verdade. Lembrando Collingwood, que escreveu que "(...) uma autobiografia não tem direito de existir a menos que seja um *livre de bonne foi*", escreve:

Isso significa dizer que o leitor menos ingênuo não confundirá uma confissão autobiográfica com a inequívoca declaração de verdade; contra os protestos de Rousseau, este leitor compreenderá que a confissão não passa de uma versão pessoalizada, sujeita a erros, enganos, esquecimentos, distorções e seleções conscientes ou inconscientes. Mas não poderá admitir que o autor esteja voluntariamente mentindo ou misturando o real com o ficcional. O eu do narrador há de ser idêntico ao que assina o livro - a não ser que esse eu apareça como personagem em obra pertencente a outra faixa discursiva. (LIMA, 1986, p. 252)

Para ele, nas *memórias* e na *autobiografia*, variantes das narrativas do eu, o leitor tem que aceitar que o relato é feito de *boa fé*. Costa Lima cita Pascal, para quem "(...) a autobiografia pode ser um meio de revelar a verdade, [e] pode ser um meio de encobri-la" (LIMA, 1986 p. 253). Isso não quer dizer que João Alberto e Juarez Távora queiram propositadamente falsear a verdade. Também não quer dizer que não. Para que a obra seja reconhecida como memórias ou autobiografia, tem que apresentar a coincidência do eu narrador com o eu autor. Porém as lembranças passaram pela mediação do tempo. Olhando para seu passado, o autor traz suas lembranças para o presente, mas mesmo o indivíduo biológico sendo o mesmo, passou por transformações mentais e culturais que o tornam outro. Para Costa Lima, mesmo quando o memorialista tenta encobrir a verdade, ele o faz tentando responder a uma necessidade, e reflete a posição que o autor assumia quando e quanto ao *que* relata.

E mesmo quando um fato narrado como "verdade", em narrativas do tipo *memórias*, aparece com uma outra versão conflitante, isso não pode ser levado como ação de má fé. Costa Lima escreve que "o fato, portanto, de que memórias e autobiografias não possam ser plenamente confiáveis como documentos históricos não afeta o seu caráter de escritos de boa fé." (LIMA, 1986 p. 253). É a idéia de Paul Veyne, de que não existe "a história, mas uma história de" (VEYNE, 1990, p.171). Esse argumento é interessante, porque podemos ver que em diversas obras, tanto de caráter ficcional quanto de caráter histórico, aparecem referências a fatos que aparecem em memórias ou no diário de Moreira Lima como se fossem a expressão da verdade absoluta.

Antes de encerrar essa parte, vou propor um questionamento: o memorialista, quando se refere ao seu papel nos acontecimentos da história, relata fidedignamente sua participação em episódios, vamos dizer, pouco louváveis? A experiência com Juarez Távora e João Alberto mostra que, mesmo relatando sua

participação em episódios desse tipo, o memorialista tende a se justificar. Luiz Costa Lima, quando faz referência às *Confessions*, de Rousseau, afirma que, apesar do francês ser considerado um defensor da democracia, e o percurso de seu livro ser permeado pela idéia de que somos todos iguais, "este 'inventor' da democracia previamente apresenta uma ressalva que contradiz sua invenção: ela vale para todos, exceto para si mesmo. A individualidade radical pode sonhar com a democracia, desde que guarde no bolso do colete a ressalva que a isenta" (LIMA, 1986, p. 288). Pode-se deduzir que o memorialista ou o autobiógrafo dispõe de um grande trunfo: ao elencar os acontecimentos de domínio público que irão fazer parte de seu relato, irá ressaltar os que tiveram uma participação sua positiva. Nos acontecimentos poucos edificantes, ele poderá até não negar sua participação, mas em uma espécie de truque, o tempo já terá lhe dado a solução para que se saia bem daquele episódio. Salta daí aos olhos uma intenção do memorialista: ele apresenta o fato terminado, sem possibilidade de reflexões. É assim e pronto. Na verdade, nesse tipo de obra, ao leitor é tirada a possibilidade do "se". Essa é uma das principais diferenças entre o discurso ficcional e o memorialístico-autobiográfico.

Como estou me valendo de Luiz Costa Lima, não posso deixar de analisar o "seu" discurso. Quando discute sobre se a autobiografia pode ser tomada como verdade ou mentira, ele apresenta a seguinte "fala": "um ilustre rousseauísta, cujo nome *não quero* lembrar, formula a resposta corriqueira: como as *Confessions* poderiam ser mentirosas quando constituem uma obra literária? Resolvem as duas questões, ao serem confundidas na mesma frase" (LIMA, 1986, p. 293). Querendo resolver a distinção entre ficção e verdade, ele deixa transparecer uma má vontade para com o rousseauísta: ele deixa de se lembrar já lembrando.

Costa Lima assume uma posição crítica em relação às verdades do livro de Rousseau e, por extensão, a todas as verdades do discurso memorialístico-autobiográfico, pois o ser humano, durante a vida, assume diversos papéis, em uma constante mudança. Segundo ele, o próprio Rousseau declarou que os documentos que guardara para consulta no momento em que viesse a escrever as *Confessions* se extraviaram e que o seu único guia para escrever suas memórias era a cadeia de sentimentos que marcaram a sucessão deles, e por consequência os acontecimentos que foram a sua causa e seu efeito. Levanto dois pontos: um, a palavra sentimentos é diretamente relacionada com emoções. Quer dizer, quem escreve alguma coisa é motivado a escrever por emoções e sentimentos. O outro

ponto é de que talvez Rosseau realmente não quisesse "encontrar" os documentos que lhe permitiriam uma maior fidelidade à verdade, pois essa falta de arquivos lhe permitiram uma interpretação "individualizada" dos acontecimentos. Disso tudo, Costa Lima argumenta que a autobiografia não pode ser "tomada como um documento histórico, pois é apenas o testemunho do modo como alguém se via a si mesmo, ... (LIMA, 1986 ,p. 294).

Por fim, resta a seguinte questão: em que tipo de narrativa podem ser inscritas essas narrativas do eu? Não podem ser colocadas na categoria de ficção, pois lhe faltam elementos que as caracterizem como tal. A recriação do mundo, a reflexividade que se espera de obras ficcionais não são encontradas nas obras memorialísticas e autobiográficas. Isso não quer dizer que o memorialista não possa recriar a realidade, de acordo com seus interesses e mudanças, mas não tem a intenção de tal coisa. Também não podem ser inscritas na categoria de históricas, pois são excessivamente personalizadas e a argumentação que Luiz Costa Lima apresenta é convincente, neste sentido. Essas narrativas apresentam duas características que lhe dão uma especificidade: dependem do indivíduo, pois pretendem ser a expressão de sua vida, havendo coincidência do eu que narra e do EU que escreve, e pretendem possuir uma independência da ficção. E aqui, voltamos às idéias de Ricoeur, sobre a *mimese* I. Para que o leitor reconheça a autobiografia como uma narrativa do eu, é preciso que ele reconheça os acontecimentos narrados pela memória de outrem. Ele precisa partilhar um conhecimento sobre determinado assunto com o autor memorialista. E um bom leitor, sem muitos esforços saberá distinguir os traços que caracterizam a obra como ficção ou como autobiografia.

Sobre o papel do leitor no ciclo autor-obra-leitor, é muito interessante uma lembrança que Costa Lima faz de Barret J. Mandel, "A questão é que a ficção é ficção para um sujeito. A autobiografia é autobiografia para um sujeito." (LIMA, 1986, p. 297) . Dessa apreciação surge como fator principal o leitor. É ele que, de acordo com o seu horizonte de expectativas, fará a leitura que lhe interessa ou que lhe é possível. Essa distinção entre ficção e autobiografia só é importante em relação ao autor. Olhando a história, o memorialista apresenta uma versão personalizada da história. Pretende não deixar ao leitor espaço nenhum para reflexões. Como o leitor vai receber sua obra, já não está ao seu alcance. Já o estatuto da ficção é outro: o eu que surge na narrativa é apenas o suporte que permite ao ficcionista

"reinventar" o mundo. Nas palavras de Costa Lima, a diferença entre autobiografia e ficção se dá através do eu: "Elas (ficção e autobiografia) se separam pelo papel que, respectivamente, concedem ao eu. Se, na primeira, o eu empírico do escritor é um suporte da invenção, na segunda é a fonte de experiências que tentará transmitir" (LIMA, 1986 p. 300)

O DISCURSO MILITAR: A RETÓRICA DA HONRA E DO AMOR À PÁTRIA

Perante a Bandeira do Brasil e pela minha honra, prometo cumprir os deveres de oficial do Exército Brasileiro e dedicar-me inteiramente ao serviço da Pátria.

(juramento do oficial do Exército)

Incorporando-me ao Exército Brasileiro, prometo cumprir rigorosamente, as ordens das autoridades a que estiver subordinado, respeitar os superiores hierárquicos, tratar com afeição os irmãos de armas e com bondade os subordinados, e dedicar-me inteiramente ao serviço da Pátria, cuja honra, integridade e instituições, defenderei com o sacrifício da própria vida.
(compromisso do soldado)

Senhor, umas casas existem, no vosso reino onde homens vivem em comum, comendo do mesmo alimento, dormindo em leitos iguais. De manhã, a um toque de corneta se levantam para obedecer. De noite, a outro toque de corneta se deitam, obedecendo. Da Vontade fizeram renúncia como da Vida. Seu nome é Sacrifício. Por ofício desprezam a morte e o sofrimento físico. Seus pecados mesmos são generosos, facilmente esplêndidos. A beleza de suas ações é tão grande que os poetas não se cansam de a celebrar. Quando eles passam juntos, fazendo barulho, os corações mais cansados sentem estremecer alguma coisa dentro de si. A gente conhece-os por militares...

Corações mesquinhos lançam-lhes em rosto o pão que comem; como se os cobres de pré pudessem pagar a Liberdade e a Vida. Publicistas de vistas curtas acham-nos caros demais, como se alguma coisa houvesse mais cara que a servidão. Eles, porém, calados, continuam guardando a Nação do estrangeiro e de si mesma. Pelo preço de sua sujeição eles compram a liberdade para

todos e a defendem da invasão estranha e do jugo das paixões. Se a força das coisas os impede agora de fazer em rigor tudo isto, algum dia o fizeram, algum dia o farão. E desde hoje, é como se o fizessem. Porque, por definição o homem de guerra é nobre. E quando ele se põe em marcha, à sua esquerda vai a coragem, e à sua direita a disciplina.

(trecho da carta escrita por Moniz de Aragão, a El Rei de Portugal, em 1893, publicada no Jornal do Exército de Portugal, nr 306)

Os dois primeiros trechos em epígrafe foram retirados do Regulamento de Honras, sinais de Respeito e Cerimonial das Forças Armadas, e o terceiro, apesar ter sido escrito por um português, é muito difundido pelo Exército Brasileiro para seu público interno, por espelhar, para os oficiais, o ideal militar.

Julguei interessante apresentar as transcrições para ver como o ideário e o ideal militar se transformam em discurso. Palavras como honra, sacrifício e amor à Pátria são lugares comuns em qualquer discurso de natureza militar. (Esclareço que, quando me referir a militar, estarei me referindo aos militares brasileiros, pois não me interessa no momento as realidades de outros exércitos.)

Quando li as memórias de João Alberto e Juarez Távora, não pude deixar de lê-las como uma tentativa de justificar suas atitudes perante os seus camaradas e a nação. Já de início, percebe-se a situação ambígua do militar na sociedade: como ele se vê e como a sociedade o vê. Talvez seja melhor dizer, como ele acha que a sociedade o vê. O militar se percebe como um guardião da virtude da pátria e como um abnegado, que toma a vida castrense como um sacerdócio. Muito difundida no exército é a frase atribuída a Siqueira Campos: "À Pátria tudo se dá; nada se pede, nem ao menos compreensão". Talvez por isso, os militares tornados memorialistas tentem esclarecer as circunstâncias que os transformaram, de homens que juraram obediência as autoridades, amor à pátria e cumprimento de seus deveres, em revolucionários que abertamente lutaram contra o poder constituído legitimamente.

Outro ponto que devo esclarecer é que esse discurso depositário do ideal militar é, basicamente, referente aos oficiais, que passavam por uma formação de no mínimo três anos na Escola Militar (hoje são cinco anos). Há uma diferenciação muito grande no Exército Brasileiro entre oficiais e praças. Essa diferenciação tem sua origem nos tempos do Império, quando o oficial era o filho do nobre ou do

homem de posses, enquanto que os praças eram de origem humilde, freqüentemente incorporados à força, além de condenados e escravos, que iam lutar em troca da liberdade e da alforria. A figura do oficial é associada à do gentil-homem ou do fidalgo. Até hoje, o uso da espada é privilégio do oficial: ela o distingue dos praças. O discurso que forma os oficiais é recheado de idéias que lembram o ideal cortês do cavaleiro medieval. Palavras como honra, bravura, sacrifício, amor à pátria são uma constante na sua formação. Por isso, quando se lê a história da Coluna Prestes, pode-se notar o paradoxo: se são honrados e leais, quando se revoltam não estão traindo os seus superiores e ideais?

Na carta que Moniz de Aragão dirigiu ao rei de Portugal existe um trecho que é indicador de como o militar se posiciona diante da Pátria: "Eles, porém, calados, continuam guardando a Nação do estrangeiro e de si mesma". Esse raciocínio dá ao militar um papel especial, acima de todos e de tudo. É uma posição ditatorial, paternalista, no sentido de, muitas vezes, entender que a nação e o povo que a forma não sabem o que lhes convém.

No Brasil, essa intromissão dos militares nas coisas públicas é diretamente ligada ao início da nossa república. Os militares, por terem "apadrinhado" a Proclamação da República se julgaram guardiães do novo regime e, portanto com direito de salvaguardar os ideais republicanos. Essa situação já prenuncia o dilema que atormentará os militares revolucionários do século XX: os militares que contribuíram para a República traíram o juramento que fizeram ao Imperador, assim como os revolucionários vão trair seus juramentos perante a ordem constituída legalmente. Mas vale o antigo raciocínio: os militares são os guardiães da Pátria: mesmo que o povo não queira, os militares devem "salvá-lo".

Resumindo, a formação dos oficiais do Exército Brasileiro tem um cunho claramente elitista. Isso acontece ainda hoje e era muito mais evidente nos tempos em que João Alberto e Juarez Távora se formaram. Mesmo que tenham sido cadetes de origem humilde, a orientação claramente positivista que tinham na Escola Militar, juntamente com a doutrinação de que faziam parte da nata da juventude brasileira, lhes dava uma idéia de superioridade frente aos civis. Tudo isso lhes dava também uma sensação de que eram incompreendidos pelos civis.

Se essa sensação de corporativismo, que se forma em torno da noção de honra e ideais, apresenta claramente uma idéia de unidade, porque então oficiais se rebelaram? Afinal, tudo no exército tenta conter o sentimento individual. Desde a

ordem unida, o corte de cabelo padronizado até os regulamentos que tentam controlar a conduta do militar até os menores detalhes, tudo é feito para que a instituição suplante o indivíduo. Mesmo assim, algumas pessoas diferenciam-se dos demais, adotando atitudes que irão marcar suas carreiras, algumas na defesa da "legalidade"; outras na rebelião aberta contra o sistema. Mesmo assim, com esses destaques individuais, a convivência dos oficiais desde os bancos escolares dá uma unidade ao exército, o que acaba por formar um *ethos* militar: uma unidade de pensamento que resulta em uma atitude de permitir uma discordância entre os elementos da classe, mas que assume uma atitude coletiva de defesa ante qualquer "intromissão" externa.¹

Retomo aqui a argumentação de Gilberto Velho sobre as instituições "englobantes" e os indivíduos que a formam: por algum motivo, o sentimento individual falou mais alto que o ideário da instituição. Talvez tenha sido para dar conta dessas contradições é que João Alberto e Juarez Távora escreveram suas memórias, que abordaram os mesmos episódios, mas que, em seus discursos apresentam efeitos diferentes, devido ao percurso de suas vidas diante dos acontecimentos narrados e às suas trajetórias pessoais. Mas uma das justificativas dessas transgressões que serão "justificadas" foge do componente ideológico (afinal, muitos historiadores disseram que os "tenentes" não tinham ideologia nenhuma, o que é uma impossibilidade visto que tudo que fazemos na vida tem uma ideologia por origem): tanto João Alberto quanto Juarez começam as suas memórias dando realce à sua origem humilde, como querendo dizer que toda a formação militar massificante não foi capaz de fazê-los esquecer de onde vieram: do povo. Essa origem humilde, popular, talvez, aos seus olhos, conferissem legitimidade às suas aventuras revolucionárias

JOÃO ALBERTO - O DISCURSO DO HERÓI SEM ARREPENDIMENTOS

¹ Essa unidade de pensamento levará inclusive o Presidente Artur Bernardes a colocar as polícias estaduais para combater a Coluna Prestes, pois, desconfiava que os oficiais legalistas prefeririam deixar a coluna passar sem lhe dar combate, fato contestado por Moreira Lima. Se for verdade essa omissão no combate, uma das exceções foi o Major Bertoldo Klinger, que segundo todos os que escreveram sobre a Coluna, foi o oficial do Exército que mais tenazmente combateu os revoltosos

Nas informações constantes da apresentação do livro de memórias de João Alberto Lins de Barros, assinada pelo Coronel Macedo Carvalho, diretor da Biblioteca do Exército à época da publicação, consta o seguinte: "A narrativa em linguagem direta e simples, de soldado, expõe memórias de um desprendido revolucionário de tumultuado período da vida nacional. Reproduz conversações entre vultos da década de 20, descreve o planejamento e a execução de operações militares, sangrentos combates, derrotas, vitórias, dramáticos episódios, atos heróicos, tudo ornado de determinação, renúncias e sacrifício." (BARROS, 1987, p. 8) Por este trecho, já se percebe como se deve ler essas memórias. Palavras como determinação, renúncia e sacrifício, além da qualificação de "desprendido revolucionário", conduzem o leitor a fazer uma imagem positiva do memorialista.

Outro dado importante dessa apresentação, que reforça a idéia de como a ideologia militar se reflete no discurso é a opção pela denominação Coluna Miguel Costa-Prestes. Temos a informação de que para os militares do Exército este é o nome da Coluna. Afinal, os militares não iam dar para um episódio do qual tomaram parte alguns de seus heróis, o nome de um homem que ficou para a história como o maior líder comunista do Brasil. Assim, embora possa ser a contragosto - afinal, Miguel Costa não era oficial do Exército e sim da Força Pública de São Paulo - preferem chamar a Coluna de Miguel Costa-Prestes, como se fosse uma relação de subordinação.

No prefácio, João Alberto tenta situar o leitor dentro do campo em que vai transitar: Escreve que, "Este livro deveria ter uma introdução, uma espécie de explicação preliminar ao leitor não muito identificado com os acontecimentos políticos que motivaram os levantes militares de 1922, 1924 e 1930" (BARROS, 1987, p. 9). Segundo o autor, os participantes da Aliança Liberal, que chegou ao poder em 1930, julgaram necessário dar uma explicação ao povo dos fatos que geraram a tomada do poder em 30. Essa narrativa deveria ser feita por Osvaldo Aranha, mas por motivos diversos, quem acabou tomando para si a incumbência foi João Alberto. (BARROS, 1987, p. 9). Arrisco aqui fazer uma ligação com o que Ricoeur chama de *mimese I*: estaria o autor, quando propõe uma antecipação através de uma explicação sobre o que vai narrar, remetendo ao conhecimento compartilhado que caracteriza a *mimese I* de Ricoeur?

Também no prefácio o autor nos presta uma informação sobre a gênese do seu livro. Informa que a idéia de lançar suas memórias como livro veio de um

amigo, que ele não informa se é norte-americano ou não, Paulo Frischauer. Vendo que suas histórias sobre a Coluna despertavam a atenção de alguns americanos, este fez a João Alberto a seguinte proposta: ele escreveria em português e Frischauer iria vertendo para o inglês. Porém, quando João Alberto vê a versão inglesa do combate de Alegrete fica, no mínimo, surpreso. Segundo ele

A descrição singela, quase acanhada, de um dos episódios mais sérios de minha vida transformara-se numa epopéia vibrante, na qual eu me reconhecia um verdadeiro herói. A descrição de Frischauer me comoveu, mas também me confundiu. Como poderia dizer tudo aquilo de mim mesmo? Frischauer explicou que era preciso pôr de lado a modéstia. Que eu devia falar em primeira pessoa levando o leitor à convicção da veracidade dos fatos relatados. Assim era o gosto dos americanos e assim deveria ser o livro ser escrito para os Estados Unidos.

Concordo que a forma viva e brilhante, cheia de lances calculados para prender a atenção do leitor, recomendada pelo Frischauer, é muito mais interessante do que a narrativa sem pretensões literárias feita por mim. Eu, porém, não a poderia adotar, mesmo pondo de lado outras considerações, pelo simples fato de não saber usar tal gênero de literatura. (BARROS, 1987, p. 11)

Dessa informação podemos tirar duas conclusões. Uma, a de que pode haver duas "verdades" sobre o mesmo fato real e com o nome do mesmo autor: uma a que consta na versão em português, para os brasileiros, e a outra, a "verdade" da versão na língua inglesa, que como nos informa o autor, foi transformada para agradar ao gosto do público norte-americano. Só isso daria para muitas discussões envolvendo a Estética da Recepção e o horizonte das expectativas de Jauss. Outra discussão seria sobre o cuidado com a fidelidade das traduções.

Como João Alberto foi convencido por amigos brasileiros a lançar o seu livro em português, da maneira como escrevia, sem adaptações, e concordou que Frischauer lançasse o livro, onde consta a autoria de João Alberto, na versão inglesa, (o livro se chamou *March of Column*), pode se afirmar que ele próprio reconhecia a diferença entre leitores americanos e brasileiros, além de se preocupar mais com a "verdade" que estaria sendo contada aos brasileiros. Porém cabe aqui um questionamento: o leitor norte-americano leu seu livro como ficção ou como história? Ele também afirma que não tem pretensões literárias, embora em passagens transcritas adiante aflorar um certo lirismo em sua fala. Aqui volto novamente a Ricoeur: esse arranjo no momento da transformação dos fatos em

narrativa é a *mimese* II, sendo nesse momento de tecer a intriga, que as narrativas sobre um mesmo assunto se diferenciam.

Voltando ao trecho acima transcrito, quero chamar a atenção para o seguinte: João Alberto realmente se considera um herói. Observe-se o trecho: "Como eu poderia dizer aquilo de mim mesmo?" Quer dizer, ele não poderia dizer, mas pela fala de Frischauer, seu heroísmo poderia ser destacado. E esse heroísmo é estendido aos "Tenentes": escrevendo que pretendia comentar sobre toda a sua vida, mas por enquanto se contentava em falar sobre o período revolucionário que vai de 1922 a 1930, ele justifica escrevendo que "Por enquanto, porém, fiquemos na época heróica quando, animados do mais sadio idealismo, dávamos o nosso sangue e cristalizávamos nossas esperanças por fórmulas vagas que, cedo, reconhecemos falazes" (BARROS, 1987, p. 12). Em outro momento, constatando a sua índole pacata, ele escreve que essa pacatez não era privilégio apenas dele, mas "quase todos chefes revolucionários de 1922 e 1924. Eduardo Gomes, Juarez Távora, Osvaldo de Farias são temperamentos semelhantes ao meu" (BARROS, 1987, p. 12). Cadê Prestes? Depois que abandonou o tenentismo e foi para o comunismo, sumiu.

No prefácio também anuncia a suas desculpas pelo que aconteceu depois de 1930. Afinal, a um herói como ele não fica bem ser associado a uma ditadura como a de Getúlio Vargas. Assim, escreve: "Sem antecipar o relato das decepções sofridas logo após a alvorada da vitória de 1930 e as amarguras curtidas em longos anos de poder efêmero, que talvez eu conte mais tarde, procurarei aqui, neste trabalho, dar um depoimento sem rancor ou prevenções." (BARROS, 1987, p.12). Quer dizer, é melhor, para seus objetivos, que a atenção do leitor fique voltada para o seu período heróico; a participação na ditadura fica para depois.

Não pretendo analisar por completo o livro de João Alberto. Apenas quero ressaltar os momentos nos quais é possível perceber como o discurso é usado como o reflexo da ideologia do indivíduo ou de seu grupo, no caso os militares. Focalizarei também os momentos em que o eu mais se destaca, com sua visão individualizada.

João Alberto inicia suas memórias com um recurso usado também por Juarez Távora e por Jorge Amado, quando este faz a biografia de Luiz Carlos Prestes. É o recurso de, mesmo que vá tratar de assuntos que pertencem à cena política, enquadrar a vida do indivíduo desde a infância. E nesta infância surgem

apenas fatos valorizados positivamente, os pais sendo descritos como pessoas severas, justas e boas. Acredito que este recurso pode ser lido como um atestado de boa conduta, no sentido de convencer o leitor a acreditar que o autor é digno de crédito.

Retornando à idéia de Gilberto Velho sobre projeto, uma das impressões de leitura que fica é a de que, depois de já decorridos os acontecimentos, João Alberto estabeleceu um projeto: o de passar para a história avaliado de maneira positiva. Isto pode não ter se dado de maneira consciente. Talvez fosse apenas o modo como o autor se via. Uma das histórias que demonstram como João Alberto era destinado a ser o herói desde criança, é a do cabo "Bexiga", que, quando João Alberto era recruta, queria "rebentar com exercícios" (BARROS, 1987, p. 23) a ele e seu irmão. Mas o tiro saiu pela culatra, pois João Alberto a cada dia se tornava "mais forte e confiante" e logo foi promovido a sargento, podendo aí ser superior ao cabo. É o indivíduo forte demonstrando a sua capacidade de enfrentar fatores adversos e superá-los, onde o fraco sucumbiria. Neste mesmo quartel onde foi promovido a sargento há uma história destinada a edificar, a de como João Alberto, ajudado por outros, mas sempre na liderança, enfrentou uma epidemia, quando todos os outros estavam doentes ou receavam o contágio.

Em todos os momentos, João Alberto parece tomar a decisão certa. Quando alguma coisa sai errado, não é por sua culpa. No ataque a Alegrete, malogrado, a culpa é atribuída a Juarez Távora. Segundo o autor, ele pressente que alguma coisa vai sair errada no ataque, mas segundo ele, "O respeito pelos combatentes mais experimentados" (BARROS, 1987, p. 36) faz com que acate as decisões do colega. Assim, calou-se, deixando de alertar Juarez sobre os riscos por temer ser mal compreendido e ser chamado de covarde. Era melhor deixar o comandante agir. O comandante era Juarez, que passou a ser o responsável pelo fracasso e vai ser retratado assim por Neil Macaullay, quando escrever sobre a Coluna. Esse brasilianista americano, em sua narrativa, demonstra uma má vontade enorme com Juarez, que só pode ter vindo dos livros, já que não assistiu aos acontecimentos nem conheceu Távora pessoalmente.²

²

Neil Macaullay vai fazer largo uso do livro de João Alberto para escrever a sua narrativa sobre a Coluna. Isso fica claro na descrição de João Alberto sobre Honório Lemes, sobre a pouca habilidade de Juarez Távora como cavaleiro e sobre a triste impressão que os gaúchos têm de Luiz Carlos Prestes quando monta.

Em outro episódio, o de Guassu-Boi, a culpa pelo fracasso é atribuída a Honório Lemes, que "com sua admirável incapacidade militar (...) conduziu todos os homens armados da revolução para uma emboscada" (BARROS, 1987, p. 44). Nesse mesmo combate, João Alberto demonstra como era apegado à vida militar e como, apesar de todo seu amor declarado à ordem e ao Brasil, havia um conflito de interesses entre os revolucionários civis e os militares. Ao tentar deter a fuga de alguns gaúchos, recebe a resposta: "Senhor tenente, aqui cada qual tem seu chefe". Mais adiante, percebe-se como o autor quer acreditar que o povo estava de seu lado. Em São Luiz Gonzaga, cidade missioneira, ele diz que o povo estava "cansado do abandono em que vivia, do desinteresse do governo (...) estava por tudo. Abraçava a causa revolucionária esperando uma chance de vitória, (...) ou mesmo como protesto, para ficar do contra" (BARROS, 1987, p. 52). No decorrer da marcha da Coluna pelo Brasil, viu que não era assim e, mesmo no Rio Grande do Sul, o hábito da revolução tinha mais a ver com interesses locais e a vontade de "pelear" do que com a vontade de mudança política mais ampla. Érico Veríssimo trabalha essa vontade de lutar do gaúcho de maneira magistral na ficção, em um episódio envolvendo o velho Babalo, como vou abordar mais à frente.

Um dos pontos que chama a atenção é a maneira como João Alberto prefere descrever fisicamente as pessoas. Talvez influenciado pelo ideal de higidez e força física que aprendeu na Escola Militar, quando apresenta alguém para o leitor, o faz principalmente ressaltando o aspecto físico. Como se alguém que fosse bem feito fisicamente o fosse também na parte moral. Quando descreve o Coronel Luís Carreiro, gaúcho do seu destacamento, informa que era "Figura imponente. (...) Era da minha altura(1,80), mas cheio de corpo. Bigode e barba. Cabelos abundantes. Tez escura denotando mestiçagem, mas feições regulares." (BARROS, 1987, p. 54). Observe a conjunção adversativa "mas". À mestiçagem é primeiro dado um caráter negativo de "feiúra", "mas" apesar dela, o coronel tinha feições regulares. Quando descreve Siqueira Campos, informa que "o herói de Copacabana", tinha "Estatura mediana, ombros fortes, olhos azuis, feições regulares, cabelos pretos, crespos e abundantes, boca enérgica, bons dentes" (BARROS, 1987, p. 55) Com Trifino Correia a mesma coisa: "compleição robusta, estatura acima da mediana, cor branca e cabelos negros, muito abundantes. Testa curta e saliente, sobretudo acima dos olhos. Nariz e bocas regulares". (BARROS, 1987, p. 56). Está certo que logo aparecem palavras que indicam traços

psicológicos, como energia, franqueza e ironia, mas este apego a expressões como "feições regulares" denotam um certo ideal de perfeição física do autor. Essa postura de tomar o aspecto físico como expressão da parte moral também pode ser vista como uma herança positivista/determinista largamente difundida nas escolas militares do final do século XIX e início do século XX. Todos os grandes líderes militares surgidos nessa época professavam admiração pelas tendências filosóficas e científicas criadas por Augusto Comte, Hyppolite A. Taine e Charles Darwin. E aí transparece novamente uma contradição na atitude dos "tenentes" revolucionários: para todos os efeitos eles estavam fazendo uma revolução contra o atraso que a oligarquia causava, mas continuavam tomando atitudes que, na segunda década do século XX, já eram anacrônicas.

Em outro episódio é narrado um encontro de homens civilizados. Quando a Coluna se aproxima de Porto Feliz, vilarejo de Santa Catarina que era habitado por alemães, os moradores enviam um emissário para parlamentar com os revolucionários. João Alberto escreve que esse emissário, Sr Backer, "confiava em nós, oficiais do exército". (BARROS, 1987, p. 66). É como se o europeu reconhecesse, em meio à barbárie, um homem civilizado, que tinha sido educado nos padrões europeus. Que João Alberto era um homem culto não resta dúvida. Em certo ponto do livro, quando se propõe a invadir o Paraguai, ele, unindo o seu perfil de herói a uma figura conhecida universalmente, escreve que "Restava agora decidir quem iria cumprir a pesada missão da invasão. O Don Quixote estava ali mesmo. Era eu que, com o 2º Destacamento, aparecia sempre pronto para os momentos difíceis " (BARROS, 1987, p. 77). É um auto-retrato idealizado: Quixote pelos ideais, Hércules pela força e heroísmo. Isso fica claro durante a invasão, quando cogita em usar a força para dominar o oficial paraguaio que tenta impedir a invasão. "Ele sentiu a minha determinação e acabou concordando com o que eu propunha" (BARROS, 1987, p. 79). Eu poderia ficar enumerando muitas ocasiões em que João Alberto constrói sua imagem como herói. Mas as passagens que citei devem ser suficientes para demonstrar essa construção. Ao invés disso, gostaria de voltar a minha atenção para alguns outros aspectos de sua narrativa.

Primeiro vou ressaltar os trechos em que o autor se entrega a um lirismo que não se espera encontrar em memórias de guerra. Esses trechos que estou reputando como líricos surgem principalmente quando o autor faz referência ao pai. Quando está refletindo sobre a sua vida de revolucionário e suas conseqüências, as

saudades da mulher e do filho, ele escreve que a figura do pai lhe dava forças. Chamando o pai de "paladino da liberdade", diz que "Logo me vinha também a reminiscência de sua figura meiga de pai extremoso" (BARROS, 1987, p. 99). Na ocasião da morte do pai, ele informa que "o desaparecimento de meu pai me abalou profundamente. Meu pai! Meu melhor amigo! O meu único professor, o alvo puro dos meus pensamentos nos transe angustiosos da minha existência" (BARROS, 1987, p. 113). Arrisco dizer que estes arroubos líricos e íntimos podem ser uma tentativa de mostrar que, apesar de o objetivo do autor ser que o leitor o perceba como herói, ele tem também a dimensão do ser humano comum. Pode ser ainda uma tentativa de equilíbrio, entre o heroísmo extremado e a condição de homem normal, para que não se distancie muito do horizonte de expectativa do leitor, de modo a parecer inverossímil. Na continuação, talvez de maneira inconsciente, ele faz uma tentativa de valorizar sua condição de homem culto e cavalheiro. Saltando do passado que narra para o seu presente de narrador, o autor faz uma construção na qual se pode deduzir que seu pai é o seu maior referencial porque foi quem lhe transmitiu a sua cultura:

Hoje, volvidos vinte e seis anos sobre a sua morte, eu sinto ainda a sua falta e recordo, já encanecido mas com lágrimas nos olhos, as leituras que ele fazia para mim, nos meus dias de menino, dos romances de Walter Scott, da Ilíada, de Júlio Verne, a fim de me despertar a imaginação e a dirigir para ações nobres, cavaleirescas. Ah!, como esse professor pacato, esse pai carinhoso, esse matemático distraído, influenciou a vida do revolucionário ardente que eu era! (BARROS, 1987, p. 113)

Essas lembranças me permitem uma leitura na qual João Alberto, que se lembrava dos heróis dos quais tomou conhecimento através da literatura, foi profundamente influenciado pela leitura das obras. Como lia obras de aventuras e heróis, se dedicou a uma vida de aventuras e transformou-se em um herói. Outra informação importante é a diferença entre o eu que consta das memórias e o eu que narra. Na frase "influenciou a vida do ardente revolucionário que eu era" pode se entrever uma mudança. É a diferença do eu causada pelo passar do tempo e da experiência adquirida. Na seqüência dos fatos a que me refiro, João Alberto nos informa: "... E na caminhada, sob a luz das estrelas, por uma noite clara do sertão do Ceará, sentindo-me tão só, compreendi que o passado que queria reviver ao regressar ao Recife depois da luta estava encerrado" (p.114). Este trecho, que

contém o que chamei de "arroubos líricos", foi citado para lembrar que o autor, no prefácio, alegou que não tinha qualidades nem pretensões literárias. Pode ser que não tivesse qualidades, mas quanto às pretensões, não se pode dizer o mesmo.

Um aspecto que julgo interessante considerar é a utilização de um artifício, mais ou menos constante tanto em narrativas ficcionais quanto em narrativas com pretensão de "verdade", como as memórias ou o diário. É o uso do recurso que Flora Sussekind chama de "certidão da Verdade" quando se trata de ficção, (SUSSEKIND, 1990, p.46-50) e Barthes chama de "efeito de realidade", em narrativas históricas. Consiste na citação de episódios que não tem relevância para a história principal, mas que são usados para ilustrar um acontecimento em toda a sua pureza. Stephen Bann afirma que esse efeito de realidade serve exatamente para isso, "precisamente porque não há razão verificável para que estejam ali" (Apud BANN, 1994, p. 83). João Alberto cita, por exemplo, o caso de um combatente legalista que se refugiou dentro de um forno de cozer pão, e após um capitão da Coluna despejar seis tiros dentro do forno, foi retirado vivo, tornando-se depois ajudante de João Alberto. Outro episódio pitoresco é o do "bodão", espécie de animal de estimação na infância do militar, que "cheirava mal, mas nem por isso as crianças deixavam de lhe querer bem" (BARROS, 1987, p. 16). O autor escreve que eram "companheiros firmes, - Bodão e eu.". O animal morreria depois que um outro menino amarrou em seu rabo um buscapé. Porque o uso dessas recordações? Ouso dizer que a intenção do autor, talvez fosse a de se mostrar como ser humano, ao mesmo tempo em que não transforma a leitura da narrativa em uma atividade enfadonha. Temos aí outra mostra que o autor dominava certas técnicas da arte literária. Ou pelo menos achava que dominava.

É também interessante notar como João Alberto trata Prestes em suas memórias. Há uma orquestração narrativa que dá uma idéia de abandono progressivo do amigo. De grande comandante no início do livro, vai se tornando apenas o "Tenente" que abandonou os seus companheiros, quando abraçou o comunismo. Isso não acontece com outros oficiais, que mesmo tendo uma carreira pouco louvável posteriormente, não são avaliados de maneira negativa por João Alberto, pelo contrário. No episódio da rendição dos Paulistas na cidade de Catanduvas, (que vai ser retratada por Neil Macaullay de maneira diversa)³, João

Alberto comenta que "Newton Estillac Leal e Felinto Muller e outros bravos oficiais do exército haviam suportado estoicamente o canhoneio incessante das tropas legalistas e repellido todos os ataques às suas posições, sustentando com galhardia e sem queixas o maior peso da luta revolucionária" (BARROS, 1987, p. 73) Ora, quanto a Estillac, não alcança repercussão junto à opinião pública, porque este oficial não atingiu renome fora das lides castrenses; mas Felinto Muller, oficial germanófilo, foi um militar que desempenhou postos importantes fora da caserna. Após participar do movimento paulista em 1924, ele seria excluído com desonra da Coluna, por deserção e covardia, como consta no diário de Moreira Lima ou na biografia de Olga Benário, feita por Fernando Morais. Segundo Fernando Morais, na repressão à Intentona Comunista de 1935, havia

dois Filinto(sic) Muller perseguindo Prestes. Um era o temido e onipotente chefe de polícia da ditadura, de quem o próprio presidente da República e seu ministro da justiça, Vicente Rao, cobravam diariamente a prisão imediata do antigo chefe da Coluna. (...) O outro Filinto que estava no encalço de Luis Carlos Prestes não era o policial caçando o comunista, mas o oficial da Coluna prestes à procura do antigo chefe para um acerto de contas. Quase

onze anos antes, em 14 de abril de 1925, um boletim de guerra assinado pelo general Miguel Costa, um dos comandantes da Coluna, anunciava à tropa algumas promoções por 'bravura, inteligência e capacidade de comando'. O mesmo ato que elevava a tenente-coronel o major Oswaldo Cordeiro de Farias promovia o capitão Filinto Muller à patente de major das forças revolucionárias. (...) Tanto a promoção quanto a própria permanência de Filinto na coluna, no entanto, durariam muito pouco. Foram necessários apenas nove dias para que Prestes descobrisse que mandara promover o homem errado. (MORAIS, 1986, p. 143-144)

O major Felinto foi expulso por desonra por ter incitado a tropa à deserção, dizendo que não havia mais salvação para a Coluna. Segundo Morais, ele escreve duas cartas, uma para pedir permissão ao comando para visitar a família, e outra para a tropa, para sugerir a deserção. Como as duas cartas foram parar nas mãos de Prestes, ele foge, levando 100 contos de réis da Coluna. Assim foi expulso e teve a sua promoção retirada. (MORAIS, 1986, p. 145).

³ Macaulay narra que após serem cercados, o "coronel Estillac Leal e dois outros oficiais conseguiram escapular através das linhas governamentais naquela noite e o restante da brigada, temendo um ataque geral, rendeu-se antes do amanhecer do dia 30." (MACAULAY, 1977, p. 89)

Posteriormente, foi reintegrado ao Exército, participou da Revolução de 30 ao lado de Getúlio e transformou-se em chefe da temida polícia política no Distrito Federal, de Vargas, e sobre ele pesam acusações de cruéis torturas. Termina a sua vida como senador da república e chefe da ARENA, partido político que dava sustentação ao governo militar instalado após o golpe de 1964.

Mas a única menção que João Alberto faz a ele é elogiosa, no mínimo. Talvez porque à época da escrita, Felinto ainda estivesse vivo e ainda atuando na política ou porque João Alberto não se sentisse confortável criticando um homem que foi seu colega na primeira fase do governo Vargas.

Outro oficial, que inclusive foi quem mais ativamente combateu a Coluna, é merecedor de palavras elogiosas de João Alberto. Quando cita Bertoldo Klinger, ele escreve que a tropa legalista era comandada pelo "Coronel Bertoldo Klinger, oficial competente e no momento cheio de ardor legalista" (BARROS, 19897, p.82). Essa referência ao ardor legalista de Klinger talvez traia uma intenção irônica do autor, já que o militar em questão tomou parte da Revolta Constitucionalista de 1932, contra o governo de Getúlio Vargas. Em outra passagem, sobre o mesmo Klinger, logo depois do combate da Fazenda de Zeca Neto, surge um indício de como, apesar de estarem em campos separados, os oficiais se comportavam como se aquela situação fosse apenas ocasional. Logo após o combate, Klinger toma a atitude que era esperada de um oficial formado nas escolas militares, com os ideais de honra e amor à pátria. Escreve João Alberto

Mantiveram-se todavia as posições. O recolhimento dos feridos que ficaram no campo de luta foi feito com nobreza. Nem nós nem o adversário hostilizávamos as patrulhas que se entregavam a essa tarefa. Não tínhamos distintivos de cruz vermelha, mas as padiolas, transportadas por homens desarmados, eram indício inequívoco de missão de assistência.

Pela primeira vez isso nos acontecia. No Rio Grande vi a tropa civil degolar feridos. Em quase todos os combates anteriores só podíamos enterrar nossos mortos quando ficávamos senhores do campo de batalha. A educação militar da tropa inimiga ali presente foi um exemplo. Nossos soldados, comovidos, olhavam com admiração para a tropa contrária que, podendo fuzilar com suas metralhadoras pesadas os nossos companheiros feridos, cessavam fogo quando deles se aproximavam os padioleiros. Mais tarde, em meio à caminhada da Coluna, Siqueira me contava que sentiu enfraquecer o ânimo combativo ante a atitude de humanidade da tropa do Exército em Zeca Neto. (BARROS, 1987, p. 96)

Chamo a atenção para o uso das palavras "civil" e "militar". A tropa civil degolava feridos. Já a educação militar é que proporcionava aos militares a nobreza do gesto de permitir o socorro aos feridos. Vê-se também neste episódio um exemplo de como os oficiais do Exército se viam. Eram cavaleiros corteses em uma guerra de cavaleiros. Sobre esse assunto, Domingos Meirelles vai escrever que Artur Bernardes evitava lançar tropas do Exército contra a Coluna: temia uma mudança de lado ou uma pouca combatividade. Preferia usar as tropas das polícias estaduais ou jagunços.

Com Luiz Carlos Prestes foi diferente. A admiração inicial não resiste à mudança ideológica. Logo no início do ciclo gaúcho da Coluna, ele registra seu encontro com Luiz Carlos Prestes. "Nossa conversa foi curta e objetiva. Falamos a sós. Havia outros oficiais do 2º Regimento de Cavalaria, mas Prestes só desejava entender-se comigo" (BARROS, 1987, p. 47). Isso quer dizer que Prestes o tinha como homem de confiança. Também afirma que "Prestes, que se revelara para nós grande comandante, não convencia bem os revolucionários gaúchos. Seu aspecto montado a cavalo, decepcionava os bravos do sul. O culote a subir-lhe pelos joelhos e a sela militar ladeada de alforjes cheio de mapas davam à sua figura pequena um aspecto grotesco, incompatível com a tradição do chefe gaúcho ...". (BARROS, 1987, p. 59). Apesar do aspecto de Prestes, João Alberto não lhe nega o nome de "grande comandante". Essa descrição de Prestes ficará famosa. Todos os que escreveram sobre a Coluna e seu comandante farão uso dela, tanto no campo da ficção quanto nas obras que se apresentam como a expressão da realidade.

Apesar de Moreira Lima e outros historiadores escreverem que foi Prestes que decidiu pela continuação da luta, para João Alberto tudo era fruto da decisão coletiva. É como se, após Prestes tornar-se comunista, tentasse esvaziar o seu papel. É notável o uso da primeira pessoa do plural. "Nós da Coluna e os remanescentes do movimento de São Paulo tínhamos agora que decidir definitivamente dos destinos da revolução" (BARROS, 1987, p. 77).

Outra informação que aparece na narrativa de João Alberto e que não consta da obra de Moreira Lima e de Jorge Amado, é o desentendimento ocorrido entre Prestes e Miguel Costa. No trecho onde é narrado esse episódio surge uma diferenciação entre os oficiais da Coluna e Prestes. Tal desentendimento deveu-se

à idéia de Prestes de não emigrar, de dividir a tropa revolucionária em destacamentos menores para fazer uma guerra de guerrilhas. Miguel Costa foi contra, como a maioria dos oficiais. Escreve João Alberto que "Prestes encarnava a figura do batalhador de todas as causas, sempre pronto para a luta, do caudilho que deveria mais tarde transformar-se em chefe comunista intolerante, enquanto Miguel Costa, revolucionário ocasional como nós, bravo e sonhador, via na emigração o fim de uma jornada com a consciência do dever cumprido." (BARROS, 1987, p. 140). Dessas considerações surgem alguns dados interessantes. Primeiro, a diferença de pensamento sobre táticas militares entre Prestes e outros oficiais. A maioria dos oficiais do Exército e da Força Pública de São Paulo eram treinados por oficiais da Missão Francesa, que pregava a guerra de trincheiras, nos moldes do que tinha ocorrido na 1ª Guerra Mundial e que, em 1939, na 2ª Guerra, viria a causar a derrota francesa contra as forças alemãs de Hitler e sua "guerra relâmpago", com tropas de alta mobilidade. Prestes já antevia que a guerra de trincheira estava com os dias contados e já em 1924 projetava uma guerra de movimentos, talvez influenciado pelo tipo de guerra dos gaúchos. As guerras gaúchas tinham por característica o não aferramento ao terreno, preferindo incursões e retrações. Era uma guerra baseada em movimento contínuo, talvez favorecida pelo tipo de terreno do sul do país.

Outro ponto que julgo interessante ressaltar é a diferenciação feita entre Prestes e os outros oficiais. Prestes era um revolucionário permanente, enquanto os outros eram revolucionários ocasionais. Dono do tempo e suas conseqüências, como todo memorialista, João Alberto acompanhou a trajetória de Prestes, inclusive no episódio chamado pelos militares de "Intentona comunista", ocorrido em 1935.

João Alberto desta vez estava no lado contrário ao de Prestes, e avaliou que, se tinha sido justa a luta contra a ditadura de Artur Bernardes, contra a ditadura de Getúlio Vargas não o era. E essa autoclassificação de revolucionário "ocasional" pode ser lida como uma tentativa de acalmar a sua consciência, pelo fato de ter-se insurgido contra os pilares básicos do militar: hierarquia e disciplina. E para João Alberto havia um fator que falava mais alto que a vontade de "lutar por todas as causas", fator esse que o "caudilho" Prestes iria condenar quando da sua conversão ao comunismo: "O sentimento da família e o amor à liberdade" (BARROS, 1987, p. 140).

Uma das diferenças que se notam entre Prestes e os outros oficiais partícipes da Coluna era em relação ao hábito do exílio. É do conhecimento de todos que estudaram a História do Brasil, a quantidade de pequenas revoluções que ocorreram no Brasil, durante a República Velha. Por qualquer coisa, os oficiais entravam em rebelião e, se a sorte não lhes fosse favorável, emigravam para os países latinos, onde esperavam por dias melhores. Ouso fazer um reparo à classificação de João Alberto sobre revolucionários "ocasionais": na verdade eram revolucionários "oportunistas", pois sabiam que senão desse certo o seu golpe, restaria o exílio. Prestes teve o mérito de romper com esse procedimento "padrão". Contra a vontade de todos optou por continuar a luta. E na parte final de narrativa surge uma menção positiva à Prestes. É sobre a atuação do antigo chefe no comando das tropas remanescentes da Coluna na Bolívia, com a colocação dos homens em postos de trabalho.

No livro de João Alberto surge também uma versão para o mito do "Cavaleiro da Esperança". Contrariamente ao que Moreira Lima e Jorge Amado afirmam, isto é, que o mito foi criado espontaneamente, João Alberto nos informa que o mito foi construído de maneira orquestrada. Seria a formação do mito, ao invés do sentido de baixo para cima, feita de cima para baixo, um exemplo de como a propaganda constrói imagens. Quando faz comentários sobre quem ficaria com o comando do movimento revolucionário - que nesse momento era nominal, pois todos já estavam no exílio e a nova revolução, que iria ser deflagrada em 1930, ainda estava na fase da conspiração - e com Isidoro Dias Lopes, "muito velho e pessimista" (BARROS, 1987, p. 161)⁴, João Alberto afirma que os Tenentes decidiram que o herdeiro natural do comando seria Prestes, por ter alcançado já algum renome nacional devido à sua atuação no comando da Coluna e a quem os Tenentes atribuíam o êxito nas atividades da Grande Marcha. Sobre isso, João Alberto escreve

De pouco valeria para a revolução, a existência de numerosos pequenos heróis. Esquecendo os trabalhos e os perigos da marcha através do Brasil - que foram de nós todos - combinamos elevar o nome de Prestes à altura de um verdadeiro líder que polarizasse toda a chama todo o idealismo da revolução. Surgiu então o "Cavaleiro da Esperança", o homem providencial

⁴ Neil Macaullay escreverá que os jovens oficiais usaram o velho Isidoro.

pelo qual o Brasil ansiava. A entrega do comando operou-se sem dificuldades. (...) (BARROS, 1987. P. 161)

Esta é a versão que João Alberto apresenta para o mito. É uma versão que contraria diretamente os defensores de Prestes. Sobre o "Cavaleiro da Esperança", que segundo o autor foi "sagrado" por eles, João Alberto vai descrevendo como o seu caráter vai sofrendo mudanças, conforme vai se libertando dos ideais tenentistas, que muitos historiadores descrevem como pequeno-burgueses. Até antigos defeitos foram lembrados.

Comentando outro desentendimento de Miguel Costa com Prestes, desta vez no exílio, o autor valoriza Miguel Costa, em detrimento de Prestes:

Enquanto Miguel continuava pacientemente aguardando o desenrolar dos acontecimentos políticos no Brasil, Prestes se manifestava cada vez mais irritado. Desaparecera, até, de sua parte, o trato afável que dispensava a todos na Coluna. Quando sobrevinha uma discussão motivada por qualquer fútil divergência de última hora, ele tomava ares de mestre e sentenciava - quase ordenava - a orientação a seguir. Dir-se-ia que o posto de chefe lhe fazia falta, que ele não podia viver assim anonimamente como nós, (...) Siqueira, ligado a Prestes desde os bancos escolares, comentava discretamente as atitudes do seu maior amigo. Ele era assim mesmo - dizia-me - cheio de caprichos, contraditório. Fora o melhor aluno do Colégio Militar. Aluno gratuito. Órfão. Continuara a ser, também, o melhor aluno da Escola Militar, onde conquistara os primeiros lugares e ocupara as posições mais salientes que a vida de estudante proporciona. De positivista ardoroso, herança intelectual paterna, tornara-se no Colégio, por influência do professor Cruz, católico exaltadíssimo. (...) Voltando novamente ao ateísmo, já no fim da Escola Militar, convertera-se em materialista dogmático. (...) não se conformava em aguardar a atuação de outras pessoas, em confiar o seu destino a mãos alheias. (BARROS, 1987, p. 164)

As conclusões que agora se tiram sobre Prestes são de naturezas diferentes da época em que ele era o grande chefe da Coluna. Agora aparece sua inconstância, o seu egoísmo. Interessante o recurso que o autor usa: ele põe, de maneira hábil, as críticas a Prestes na boca de Siqueira Campos, eximindo-se de responsabilidade. Talvez isso seja ajudado pelo fato de Siqueira estar morto, no momento da escrita das memórias. Observe-se também, o efeito da expressão, "tomava ares". Quem toma ares não é. Na seqüência sobram para Prestes caracterizações como "fanático", e dado a "maluquices". É como se o discurso de João Alberto fosse acompanhando a mudança de Prestes para pior.

Quando Prestes o chama para comunicar que não participaria da Aliança Liberal, que faria a revolução de 1930, o autor escreve que Prestes " Recuperara a combatividade e o ardor das discussões dos velhos tempos, falando mais com o tom de quem quer ser obedecido do que compreendido." (BARROS, 1987, p. 179) . Não posso deixar de fazer uma ligação entre o que João Alberto pensava na época e continuaria pensando sobre o que era o comunismo e a atitude de Prestes: transformando o antigo companheiro em ditador, ele caracteriza o comunismo como um regime de força. Segundo o autor, nem Juarez Távora escapou da diatribe de Prestes. Foi acusado de carola, retrógrado e falso revolucionário. E no final desse episódio aparece uma explicação do autor para a sua atitude contraditória: ele iria fazer a revolução de 30 ao lado de antigos inimigos: Artur Bernardes, Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, entre outros:

Evidentemente aquela não era a "nossa revolução"; mas o que fazer? Tínhamos que jogar a cartada e acreditar em políticos como (...).

Por outro lado, como conceber, agora, uma conversão em massa ao comunismo? Essa idéia de Prestes era absolutamente louca. (...) Surgiram, porém, divergências fundamentais quando Prestes emitiu opinião sobre a família. Para ele, Deus, Pátria e Família deviam-se considerar ficções, uma espécie de ópio com que os reacionários anestesiavam o povo. Não pude conter-me. Chegara o momento de entrar também no debate. Nada tinha a opor às doutrinas económica de Marx, que, aliás, ignorava, mas parecia demais que ele, Prestes, um celibatário, viesse assim arrasar o conceito e o sentimento que a família me merecia. (BARROS, 1987, p. 180).

Nota-se aí um bom exemplo da formação de João Alberto. Ele era movido na verdade por ideais pequeno-burgueses. Domingos Pellegrini vai trabalhar esse episódio de maneira ficcional, no seu romance *Nos Corações das Perobas*, onde o personagem de ficção Juliano vai assistir a essa reunião.

A análise do livro de João Alberto me permite algumas conclusões. Primeiro, a de que através dos episódios e da linguagem utilizados por João Alberto, pode-se conhecer sua formação cultural e ideológica. Pode-se também ver como o ideário militar aparece no seu discurso. Mas principalmente, pode-se ver como o autor via a si mesmo: um herói pronto e acabado. Não dando margem a que o leitor decida sobre qual papel vai lhe atribuir na história, ele vai se dando o papel de herói e quando alguma coisa sai errada, a culpa não é dele. Fica-se com a impressão de que ele foi maior que a Coluna. Algumas dessas coisas vão aparecer

no próximo capítulo, quando serão estudadas as memórias de outro revolucionário, Juarez Távora: ao invés do herói irrepreensível, surgirá o indivíduo que presta conta de alguns aspectos de sua vida.

JUAREZ TÁVORA - O DISCURSO DA EXLICAÇÃO E JUSTIFICATIVA DE SUAS LUTAS

Quando se faz uma comparação entre as memórias de João Alberto e Juarez Távora, notam-se semelhanças quanto à estrutura e algumas diferenças, causadas por fatores internos e externos à obra. Talvez o fator mais importante seja quanto a execução do projeto de cada um. O próprio João Alberto afirma que esse era apenas o primeiro volume de uma obra maior que se chamaria *Memórias de um Revolucionário*. Como a morte o alcançou antes que concretizasse seu intento, sua literatura de memórias se resumiu a esse livro, que inicialmente seria a narrativa da epopéia do 2º Destacamento, comandado por ele durante a marcha da Coluna; porém, sua narrativa acaba por abranger o período conhecido por revolução de 1930, quando Getúlio Vargas e a Aliança Liberal chegam ao poder.

Se a intenção de João Alberto era, como defendi no capítulo anterior, realçar a sua conduta irrepreensível durante a sua vida de revolucionário, Juarez, talvez por ter vivido mais e, portanto, participado de mais acontecimentos da vida política brasileira, escreve suas memórias tentando uma espécie de prestação de contas, apesar de Hélio Silva, no prefácio do primeiro volume das memórias de Juarez, escrever que esse livro não é uma "prestação de contas final". (TÁVORA, 1973, p. 7)

Algumas passagens do livro de João Alberto ressaltam a sua origem humilde, porém de família culta, suas leituras e a ideologia burguesa influenciada pela formação militar. A recusa em acompanhar Prestes em sua conversão ao credo comunista foi influenciada pelas idéias sobre Deus, Pátria e Liberdade, o que pode ser considerado um indicativo do pensamento burguês, de formação calcada nos valores tradicionais. A formação militar aparece em algumas considerações sobre o número de baixas nos combates. Nas instruções militares aprende-se a noção do

Posto de Observação (PO), que significa que cada comandante vê os fatos apenas de seu PO, da altura de onde comanda. Dos postos de comando mais humildes para os mais altos, os objetivos variam de mais imediatos para mais complexos. Assim, se ao sargento cabe apenas dominar a ação de sua patrulha, ao oficial comandante interessa o resultado final, a vitória. Se ao sargento interessa salvar a vida de seus soldados, ao comandante interessa ganhar a batalha, mesmo que isso custe o sacrifício da patrulha do sargento. João Alberto, em uma passagem de suas memórias, demonstra claramente isso, quando, ao comentar suas impressões após um combate no Rio Grande do Sul, escreve que "As baixas eram grandes, mas não nos faltavam homens." (BARROS, 1987, p. 58). É o pensamento do comandante que tem a visão do objetivo final do combate: desde que haja recompletamento⁵ as baixas podem ser aceitas. Logicamente, do ponto de vista de quem era ferido ou tinha visto seus companheiros mortos ou feridos, o fato era encarado de maneira diferente.

Um ponto de confluência entre João Alberto e Juarez Távora é a estrutura que escolheram para organizar suas obras, conforme já se anunciou. Pode-se afirmar que suas obras são memórias quase autobiográficas, pois optam por iniciar suas narrativas na infância, em suas cidades de origem, contando minúcias da vida familiar, a sua formação escolar, até o ingresso na Escola Militar de Realengo. Acredito que isso tem por finalidade atrair a simpatia do leitor, pois há sempre um fascínio pela vida de quem conseguiu, vindo de baixo, chegar aos pontos mais importantes da vida pública. Também pode servir como uma tentativa de justificar suas atitudes de revolta contra o poder constituído: eram pessoas comuns, que foram empurradas para a revolução pelos acontecimentos.

Porém, se há essa semelhança, há uma diferença sobre o projeto de cada um, a motivação que tinham para escrever suas memórias. O projeto de João Alberto, como comentei, pode ser entendido como uma tentativa de ressaltar sua participação nos acontecimentos revolucionários, de onde sai a figura de um herói clássico, um verdadeiro cavaleiro medieval. Nunca teve na vida pública nada que o desabonasse, a não ser talvez, a sua participação como interventor em São Paulo, logo após a revolução de 30, participação que ele justifica como necessária para a acomodação das forças políticas que estavam em confronto.

⁵ Recompletamento é a atividade que consiste em preencher os claros havidos em decorrência de baixas em combate, como prevê o Manual do Exército C100-10, Logística Militar em Campanha.

Juarez Távora, ao contrário de João Alberto, optou por voltar à carreira das armas, depois de seu ciclo revolucionário. A sua carreira política durou até a metade da década de 1930, quando, ao descobrir que Getúlio Vargas havia alijado da máquina governante todos os antigos "Tenentes", decidiu voltar ao Exército. Aí fez carreira até chegar ao posto de Marechal. Participou de todos os movimentos políticos importantes dos quais foi contemporâneo, como a campanha "O petróleo é nosso" e a deposição de Getúlio Vargas, tendo sido candidato a presidente da república em 1956, derrotado por Juscelino Kubitschek. Ao contrário de João Alberto, na vida de Juarez aconteceram fatos que, devido às suas repercussões, acabaram por fazer com que o autor procurasse apresentar, em seu relato, justificativas. A sua trajetória política e pessoal registra passagens que, em uma análise geral, não produzem, aos olhos do povo, uma repercussão positiva. A sua prisão sem resistência no Piauí foi um desses fatos. A sua participação no episódio que culminou no suicídio de Getúlio foi outro. Afinal, ele foi um dos que colocaram Getúlio Vargas no poder. O último episódio em que Juarez se envolveu foi o denominado pelos militares como "Revolução Democrática de 31 de Março de 1964".

Porém, na história oficial, principalmente nos livros de finalidade didática, a idéia dominante é a positivista, de criar heróis para a pátria. Sendo assim, Juarez é uma figura histórica valorizada, associada ao movimento dos "Tenentes", depois ao movimento vitorioso de 1930. Um dos efeitos dessa valorização histórica é o fato de que o 5º Batalhão de Engenharia de Combate Blindado, situado em Porto União-SC, ostenta a denominação histórica de "Batalhão Marechal Juarez Távora", pois o militar serviu ali quando era tenente. Agora, na história feita por testemunhos diversos, que seria uma espécie de história "não oficial", uma história não destinada a criar heróis, mas para esmiuçar o passado em busca de uma verdade, quase uma tentativa de catarse, de purgar os pecados passados, a figura de Juarez acaba por sofrer arranhões. O Juarez que surge é um Juarez comum, capaz de erros e de ações a que qualquer ser humano está sujeito. Irei agora apontar de maneira mais pontual aspectos de suas memórias em que os discursos militar e burguês aparecem, além da sua formação profundamente católica, que raia o misticismo.

Neste estudo, estou verificando como a seleção das pessoas que prefaciam livros de memórias e o que escrevem nesses prefácios indicam o que devemos esperar dos livros. É de esperar que o autor chame amigos para prefaciar

seu livro, mas normalmente, ao invés de se prenderem à obra e seus aspectos, os prefaciadores preferem fazer a emulação do memorialista. No livro de Juarez, Hélio Silva não poupa elogios ao autor. "Herói", "legenda internacional", "gigante que varou os sertões", "eterno revolucionário", são alguns epítetos atribuídos a Juarez. Com um certo exagero, chega a comparar Juarez a Jesus Cristo, quando escreve que "Aprendeu que a liberdade é o primeiro e o último bem do homem, o verdadeiro sinal do Deus de sua crença que assegurou à criatura o livre arbítrio, permitindo até negá-lo: a lição de Cristo - o eterno revolucionário, o Inconformado - revive em sua vida, essa vida que descerra aos seus leitores". (TÁVORA, 1973, p. XIV).⁶

Na sua ânsia de elevar o "mais autêntico *Tenente* do movimento de 5 de Julho que ainda se estuda", Hélio chega a atribuir a Juarez uma frase de Luis Carlos Prestes, quando escreve que "há um relato fiel, um testemunho idóneo, sem os quais a História Contemporânea estava incompleta. Há explicações indispensáveis, como o episódio do rompimento com Luis Carlos Prestes, onde prevê, com notável lucidez em um moço da sua idade que 'a revolução não pode ser feita com o programa anódino da Aliança'. Também nessa ocasião ele era o revolucionário". (TÁVORA, 1973, p. XIV). Essa frase é de Luis Carlos Prestes, conforme consta na carta de Prestes, anexada a esse livro. (TÁVORA, 1973, p. 385).

Juarez nunca foi unanimidade na história. O já citado episódio de sua rendição sem luta causou algumas versões não muito honrosas. Nas suas memórias o autor chega, inclusive, a se defender dessas acusações. No prefácio que Jorge Amado faz à edição de 1945 do livro *A Coluna Prestes - Marchas e Combates*, de Lourenço Moreira Lima, há uma dedicatória aos antigos comandantes da Coluna Prestes. O nome de Juarez é o único que não é citado. O próprio Lourenço Moreira Lima o brinda em sua obra com o elogio duvidoso de "gigante microcéfalo de olhos pequeno e oblíquos de chinês" (LIMA, 1979, p. 153).⁷

O brasilianista Neil Macaullay escreveu uma narrativa sobre a Coluna da qual surge um homem medíocre e vacilante, o que naturalmente vai ser contestado por Juarez. Como o americano escreveu seu livro a partir de pesquisas, inclusive em

⁶ Em 1964, Juarez Távora parece que esquece essa questão do livre arbítrio, pois apoiou o golpe impetrado pelos militares.

⁷ No dicionário Aurélio, o verbete microcéfalo tanto pode ser "aquele que tem a cabeça pequena", como "de massa encefálica diminuta", ou de "pouca inteligência".

livros escritos sobre a Coluna, é interessante notar que Macaullay fez uma apropriação da *mimese* I, isto é do conhecimento compartilhado, tanto na parte oral quanto na escrita sobre a Coluna, para a partir desse conhecimento tomado de empréstimo fazer sua narrativa. Note-se que o americano fez uma obra sobre um acontecimento que não era parte de sua cultura nem de seu conhecimento geral. Para fazer o seu livro precisou fazer uma pesquisa. A partir desta pesquisa é que fez a sua obra e, na seleção dos fatos, não se pode afirmar exatamente por quais motivos, ele optou por uma versão que não é favorável a Juarez. Esse é um fator interessante: se uma narrativa é feita a partir de outra que tende a apresentar uma só visão de uma personagem histórica, ela tende a legitimar essa visão. Como a partir da sua divulgação ao público ela fará parte da *mimese* I, isto é, do acervo de conhecimentos de uma sociedade, uma narrativa que endossa só um ponto de vista pode privilegiar uma versão única, verdadeira ou não, sobre o assunto.

Macaullay afirma que Juarez era mais de falar que de fazer, sendo mais conhecido pela retórica do que pelas ações. Este aspecto acaba por ser confirmado em parte pelo próprio Juarez, quando escreve que em uma ocasião, no Estado de Goiás, foi "designado por Miguel Costa para falar, explicando ao povo os motivos de nossa luta, de armas nas mãos, contra o governo federal. Fi-lo em tom severo, mas comedido."(TÁVORA, 1973, p. 184).

Em suas memórias, após ressaltar sua infância, a sua formação escolar, seus amigos e seus familiares, Juarez chega até o momento do início de sua vida de revolucionário.

Do início de sua vida militar, Juarez cita um oficial que não apresenta relevância para os objetivos que o autor pretende alcançar, isto é, contar a história de sua vida. Porém o autor, talvez imaginado que essa menção atrairia a atenção do leitor, lembra o 1º Ten Dilermando Cândido de Assis. Chama-me a atenção esta lembrança, porque Juarez teve mais instrutores, mas lembra especificamente deste. "Usava barba a nazareno; e a notícia dos trágicos incidentes que marcaram a sua mocidade chegara até nós, os recrutas da Companhia" (TÁVORA, 1973, p. 81).⁸

Após formar-se na Escola Militar do Realengo, Juarez serviu em Curitiba, Itajubá e no Rio de Janeiro. Foi aí que iniciou a sua vida de revolucionário. Preso

⁸ Dilermando de Assis, como é do domínio público, foi o militar que se envolveu no episódio da morte de Euclides da Cunha

por sua participação nos movimentos de 1922, após ser solto para responder o processo em liberdade, Juarez vai para São Paulo preparar a revolução de 1924. É a partir desse momento que ele começa a construir a sua imagem de homem audacioso e não conformado com as injustiças que eram cometidas contra o povo. Logo após a retirada de São Paulo, Juarez tem o primeiro acontecimento desfavorável para sua imagem, no episódio conhecido como o combate de Campo Japonês, quando os rebeldes tentaram tomar a cidade de Três Lagoas, no então estado de Mato Grosso (TÁVORA, 1973, p. 148). Ele detalha todas as providências que tomou, como tentando se isentar do fracasso final. Porém, logo em seguida faz uma ressalva: "Sendo o Capitão Kuhn um oficial experiente e constituindo ademais, o contingente de voluntários alemães o núcleo mais forte do 3º Batalhão, julguei de bom aviso não interferir, diretamente, no ataque a Porto Independência - operação resumidamente simples - reservando minha ação de comando para as ações de Campo Japonês e Três Lagoas, em que deveriam tomar parte todos os elementos da expedição, apoiados por artilharia" (TÁVORA, 1973, p. 150). Logo depois, "a execução desse plano foi completamente alterada, devido à má fé ou comodismo do vaqueano que guiou o 3º Batalhão, (...). Ao invés de guiar o batalhão pela orla da mata marginal do Paraná, (...) margeou o ribeiro referido" (TÁVORA, 1973, p. 150). Quer dizer, apesar de seu planejamento perfeito o plano não deu certo, mas não por sua culpa. Primeiro, sutilmente, ele transfere a sua responsabilidade para o Capitão Kuhn, e depois de maneira mais direta, para o vaqueano. Neste ponto ele ignora a máxima militar de que, tanto o fracasso quanto o êxito devem ser creditados ao comandante. E no final desse episódio escreve

Deixava em Campo Japonês, entre mortos, feridos e prisioneiros, cerca de 100 homens, com o respectivo armamento, inclusive 4 metralhadoras pesadas. Conduzia cerca de 20 feridos e uma tropa moralmente abatida pela derrota. Tinha o coração angustiado pelo sacrifício de vidas que custara, sem obter sucesso, o combate travado naquela jornada. Mas a consciência estava tranqüila, pela diligência que pusera em bem cumprir a missão que me fora confiada. (TÁVORA, 1973, p. 151)

Destaco o trecho "mas a consciência estava tranqüila", para ressaltar duas leituras possíveis. A primeira é a visão do *Comandante*, que mesmo tendo baixas, estava com a consciência tranqüila, pois fizera tudo o que estava ao seu alcance.

Outra, uma das primeiras tentativas de desculpas e defesa perante o leitor e a posteridade. É como se dissesse que, apesar de tudo o que fossem falar e escrever sobre a sua atuação, ele agira corretamente. João Alberto, sobre a sua atuação militar em nenhum momento faz isso. único "erro" que João Alberto se atribui é a sua participação na Revolução de 1930, que "não era a de seus sonhos". Continuando, Juarez demonstra um certo ressentimento que pode confirmar as possibilidades de leitura acima, quando escreve que

Chegando, entretanto, a Porto Tibiriçá, pouco antes dos dois navios da expedição, menos velozes do que aquele em que embarcara, fui recebido com frieza e incompreensão por elementos do Estado-Maior da Divisão que, segundo supus, para evitar o contágio desmoralizante dos derrotados, com o restante das tropas revolucionárias, determinaram o desembarque da força expedicionária em Porto Quinze, na margem mato-grossense do Rio Paraná. (TÁVORA, 1973, p.151)

Essa conclusão apresentada por Juarez me permite inferir que nem a sua consciência tranqüila pode fazê-lo não demonstrar um ressentimento profundo.

Juarez acaba por provocar uma conclusão que talvez não estivesse dentro de seu projeto: para seus companheiros de revolução ele era melhor conspirador que combatente. Na primeira oportunidade enviam-no para o Rio Grande do Sul, "por ter sido o principal elemento de ligação com as guarnições do Rio Grande do Sul, na fase preparatória da revolução de São Paulo, fui designado pelos chefes revolucionários presentes para ligar-me, em seu nome, com os elementos amigos, dispostos a revoltar-se naquele estado."(TÁVORA, 1973, p. 158). Lá se envolveu em outro combate do qual saiu com a imagem novamente arranhada. Foi o combate do Alegrete. Este combate aparece nas memórias de João Alberto como o primeiro combate do qual participou. João Alberto escreve que, apesar de ter a impressão de que algo vai dar errado, deixa a Juarez a responsabilidade, por ser mais experimentado. Já Juarez atribui a um erro do 1º Ten Valério Lacerda, que apesar de saber que a cidade estava fracamente defendida, "ao invés de atacar imediatamente a cidade, enviou João Alberto a Uruguaiana para expor-me a situação e pedir novas ordens." (TÁVORA, 1973, p. 160). O artifício - de sempre esquivar-se das responsabilidades - vai se repetir após a sua prisão. Macaulay glosará largamente essas derrotas, além da prisão, para tirar conclusões desfavoráveis a Juarez.

No livro de Juarez percebem-se ainda outras diferenças em relação ao de João Alberto. Além de ter outro tipo de projeto e uma maior abrangência de tempo, torna-se um livro mais longo devido à abundância de pequenos episódios sobre a Coluna e seus componentes. Cita desavenças, como a que teve com o Major Cabanas, oficial da Força Pública de São Paulo e renomado comandante da Coluna. Após o recebimento de uma missão na qual deveria ser usado o batalhão de Cabanas, Juarez escreve:

Ignoro se o General Miguel Costa determinou ao Major Cabanas esse deslocamento, que não chegou a ser feito. E, quando, a 27 de março, tropas governistas esboçaram seu movimento de desbordamento de flanco esquerdo de Catanduvas, repelindo a vigilância de Sítio, achava-se o major Cabanas ausente dela, em gozo de licença, vindo a caber-me a espinhosa incumbência de comandá-la em tal situação. (TÁVORA, 1973, p. 174)

Continuando no comando do Batalhão Cabanas, Juarez conta: "Comandei essa retaguarda até a manhã de 5 de abril, quando, já nas proximidades de Cascavel, transmiti ao Major Cabanas o comando de seu Batalhão, após desagradável incidente por ele provocado, e de que resultou o primeiro e único 'bate-boca' entre mim e o General Miguel Costa, durante nossa longa convivência revolucionária." (TÁVORA, 1973, p. 175) . João Cabanas já tinha escrito o seu livro de memórias, que inclusive é citado por Macaulay, no qual constam insinuações sobre a atuação de Távora que, sendo assim, julga necessário apresentar uma versão sua. Que Cabanas tinha uma certa desavença com os oficiais oriundos do Exército, é quase certo, tanto que após a passagem para o Paraguai, ele emigrou. E Juarez também retribui essa má vontade: na dedicatória do Capítulo II do 1º volume de suas memórias, ele não cita Cabanas, que teve na retirada de São Paulo, um papel relevante na retaguarda da tropa revolucionária, como foi detalhado por Domingos Meirelles, em obra abordada na seqüência.

Juarez, que escreve dois capítulos sobre os acontecimentos que deram origem à Revolução de 1924 e à própria Coluna Prestes, recheia a sua narrativa com acontecimentos que, se não são grandiosos, pelo menos são curiosos, principalmente sobre a sua pouca habilidade em montar a cavalo. Parece-me uma opção orientada pelo seguinte pensamento: já que não são muitos os episódios heróicos sobre a minha vida, pelo menos ressaltarei a minha figura. Sobre a sua referida inabilidade eqüestre, ele cita pelo menos três acontecimentos. Conta que, na campanha gaúcha, recebeu um cavalo cego do olho esquerdo para montar.

"Ignorando isso, tentei montá-lo normalmente, pela esquerda. O 'pangaré' assustou-se e, retraindo-se, violentamente, para o lado direito, atirou-me ao chão, com todo o peso do corpo sobre o quadril esquerdo. Só por milagre não sofri fratura séria, mas as dores que senti pelo caminho não tinham nada de suave..." (TÁVORA, 1973, p. 162) .Ao montar um dos cavalos de Honório Lemes, em outro episódio, ele conta que o cavalo

Falseou uma das patas dianteiras, parecendo-me que ia cair de cabeça na laje. Para evitar isso, puxei com violência as rédeas, inclinando o corpo para trás. O cavalo, que era 'leve de boca', ao sentir minha puxada violenta de rédeas e mais o deslocamento de meu peso para trás, empinou sobre as patas traseiras. Assustado, atirei-me da sela, pelo lado esquerdo, dentro da água, enquanto o brioso animal, (...). Levantei-me, logo, todo molhado, mas ileso. O cavalo, embora tendo voltado o lombo para cima, custou a levantar-se. Neste meio tempo, ouvi o General Lemes gritar penalizado: "Baiano desastrado! Inutilizou o meu cavalo". O filho do general, que marchava ao seu lado, observou com estranheza: "Pai, o senhor devia estar mais preocupado com a vida do coronel do que com a de seu cavalo!" A essa observação, que me pareceu razoável, retrucou logo o velho general: "Qual nada, meu filho! 'Baiano' que não sabe montar sabe cair!" Achei melhor acompanhar a risada geral da gauchada que me cercava, (...) (TÁVORA, 1973, p. 164)

Pode-se perceber que Juarez não achou nada engraçada a maneira como o general tratou a sua queda, mas achou melhor acompanhar a risada. Também se percebe a diferença de cultura entre o nordestino e o gaúcho a respeito do cavalo: para o nordestino era apenas um animal comum, enquanto que para o gaúcho era quase uma extensão do corpo.

Mais tarde, já durante a marcha da Coluna Prestes, quando discorre sobre os hábitos de leitura da Coluna, ele conta que ao ler, montado, um exemplar da *Divina Comédia*, de Dante, que havia tomado emprestado a Siqueira Campos,

(...) pelas tantas, um galho quebrado penetrou na cava de minha capa oriental, impedindo-me de deslocar-me para a frente; mas o cavalo, com a rédea solta sobre a lua da sela, continuou sua andadura normal, do que resultou ser eu retirado da sela e jogado ao chão, de papo pro ar, e ainda com o pesado volume da *Divina Comédia* cobrindo-me em cheio a cara. Levei um choque tremendo, do qual despertei com a risadaria geral, de que se destacava a de Miguel Costa, seguida desta exclamação debochada: "Como é seu manguari-pistola, você pensa que isto aqui é clube de leitura?" O pior é que todo mundo apenas via o lado cômico de minha queda, deixando-me a exclusiva responsabilidade de pôr-me em pé, apesar das dores no lombo e no nariz(...) (TÁVORA, 1973, p. 183)

No uso de algumas expressões é possível perceber o ressentimento de Juarez com a atitude de incompreensão dos companheiros, nesses episódios. "Achei melhor acompanhar a risada", e "O pior é que todo mundo apenas via o lado cômico de minha queda", denotam o pouco contentamento com o qual Juarez encarava a reação dos companheiros. As dores "no lombo e no nariz" aparentemente eram menores que as dores na alma. Em uma primeira impressão, Juarez era o que se chama no Exército de um "sujeito melindroso". As zombarias mais temidas eram as que partiam de Siqueira Campos, que tinha fama de mordaz e irônico. Em outra feita, o autor conta que, ao ler outro livro emprestado por Siqueira Campos, sob uma árvore,

Estava inteiramente absorvido com a leitura quando fui vítima de uma desconsideração inominável de um pássaro - provavelmente um urubu - largou-me da altura em quem se encontrava, no topo da árvore, uma enorme cuspidela, que me atingiu, em cheio, a cara, deixando-me meio cego e quase sufocado com um mau cheiro de matar. Larguei o livro no chão e, meio às tontas, corri para o rio, em cujas águas mergulhei a cabeça, procurando limpá-la daquele emplastro repugnante que a empesteara. Na pressa com que me atirei ao rio e com a pouca visão que me restava, entrei vestido e calçado na água, para fazer a urgente ablução do rosto. Ao retirar-me, meio encharcado, encontrei Siqueira, que indagou, intrigado, o que me sucedera. Respondi-lhe secamente, que me caíra "alguma coisa" nos olhos, e tratara de lavá-los, bem abertos, pois estavam molestando muito. E tranquei a boca. Bem imaginava a zombaria do "Carcamano", e de seus oficiais, se soubessem, naquele momento, a natureza real do acidente. Seria muito pior que a risadaria provocada no E. M. do General Miguel Costa, com o tombo que levava no trajeto de baús a Cabeceira Alta, em Goiás... (TÁVORA, 1973, p. 187).

Juarez parece que era muito sensível quando colocado em situações vexatórias. Talvez porque se achasse um verdadeiro "comandante". Porém, por que menciona esses fatos em suas memórias? Talvez quisesse seguir a linha "melhor eu falar mal de mim, do que outros falarem". Ou talvez, ao contar essas desventuras, quisesse despertar a simpatia do leitor, mostrando o quanto sofreu na sua trajetória de combatente e como era incompreendido. Porém, como muitas vezes pode acontecer, o entendimento do texto fugiu às intenções do autor. Procurando a simpatia do leitor, ele acaba por provocar um efeito risível, pelo ridículo das situações porque passava. Até um pássaro lhe fez uma "desconsideração inominável".

É de se notar que em algumas desventuras de Juarez, ele está com um livro na mão, sendo que o primeiro deles, é um exemplar da *Divina Comédia*, de Dante Alighieri. Talvez seja uma tentativa de mostrar que ele se envolvia em episódios burlescos em nome da cultura. Porém, também procura lançar uma sombra sobre Siqueira Campos, famoso por seu caráter íntegro e pela honestidade. É quando conta sobre uma brincadeira que Siqueira fez em uma igreja, escondendo um falso mapa do tesouro e conclui que "Era, tipicamente, uma unhada de gato, bem do temperamento de Siqueira Campos..." (TÁVORA, 1973, p. 189).

Outro exercício interessante seria o de tentar associar as aventuras sobre o cavalo de Juarez com a triste figura que Prestes fazia a cavalo. Prestes teve essa imagem citada tanto na ficção quanto nas narrativas históricas, como uma figura que beirava o ridículo. Assim talvez Juarez estivesse tentando passar ao leitor que, tanto ele quanto o maior líder da Coluna compartilhavam o mesmo defeito, ou que montar mal não era defeito para eles, já que ambos eram oficiais de engenharia.

Fazendo um paralelo entre as memórias de João Alberto e as de Juarez Távora, é possível encontrar pontos onde os discursos coincidem e pontos onde há discordância. Em comum os dois apresentam as origens do nordeste, de classe social humilde, porém com boa cultura, mas fortemente influenciados pela formação militar. Em Juarez, um dos momentos em que essa formação militar aparece em seu discurso ocorre quando fala do combate de Cachoeira, do qual tomou parte seu irmão Fernando. Após o combate, demonstra todo o ideal de honra cavaleiresca, reconhecendo que "ficaram mortos dois bravos líderes civis de Cachoeira - Fábio Leitão, revolucionário e Baltazar de Bem, governista" (TÁVORA, 1973, p. 169).

Já uma diferença é percebida pelos projetos que cada um tem quando escrevem sobre suas vidas. Nas memórias de João Alberto o autor ocupa o tempo todo o centro da narrativa. Os acontecimentos, mesmo tendo como pano de fundo o episódio histórico, giram em torno dele, que ocupa sempre o centro da cena. Um episódio que pode ilustrar muito bem este aspecto é o da invasão do Paraguai. João Alberto, que liderou a invasão, nos faz longa descrição do episódio, assumindo ares de herói protagonista. Descreve o seu oponente paraguaio, suas avaliações, não deixando nada escapar. Afinal, no seu livro ele é o herói. Já Juarez apenas menciona esse fato superficialmente, em meio parágrafo. Há uma explicação maior dos fatos que levaram os revolucionários a invadir o país vizinho do que do ato em si.

O projeto de João Alberto era o da emulação do herói, um militar revolucionário, de estilo romântico, que tinha cumprido o seu dever e não tinha nada de que se desculpar. João Alberto e a Coluna se equivalem em grandiosidade. Já Juarez, por sofrer críticas ao longo de sua vida e ter alcançado uma idade maior e uma maior participação na vida política, quando fala da Coluna aparentemente procura uma justificativa perante a opinião pública. Parece que Juarez quer passar a idéia de que transcendeu a Coluna, se tornou maior que ela.

Sua narrativa contém muitas alusões sardônicas sobre os oficiais da Coluna. Sempre se defendendo de qualquer tentativa de diminuição de sua figura, quando escreve sobre um discurso que fez, conta que Siqueira Campos espalhou que os assistentes fugiram com medo de sua figura. Porém, "Não vi nada disso e acredito que se trate de simples piada maliciosa do 'olho de gato', sempre engatilhado para uma invenção como essa." (TÁVORA, 1973, p. 184).

Narrando sobre episódio de uma requisição feita a um fazendeiro cearense no Maranhão, ele lança sobre a Coluna uma idéia no mínimo ambígua. Juarez escreve que o fazendeiro alegava que, como já tinha sido revolucionário, a Coluna deveria poupá-lo da requisição de seu cavalo. Já Cordeiro de Farias argumentava que o fazendeiro, por ter sido revolucionário, deveria saber que a Coluna precisava do cavalo, mas que ele, Cordeiro, deixaria o cavalo que estava montando para o fazendeiro, além da requisição. Porém, considera Juarez, todos sabiam que aquelas requisições só seriam pagas se os revoltosos vencessem. Escreve o autor: "A essa voz, o cearense observou, com ar meio de despeito e meio de deboche: 'É, o senhor chama isso de 'requisição'. Nós, do Juazeiro, 'chamava' era de 'saqueio'... Cordeiro sorriu amarelo; mas não abriu mão do cavalo requisitado." (TÁVORA, 1973, p. 193). Nitidamente transparece a idéia de que Juarez não queria passar uma imagem inteiramente positiva da Coluna. Queria também apontar suas falhas, ainda que pequenas. Ou se tratava de pessoa muito honesta ou era uma tentativa de mostrar ao leitor que não era só ele que tomava atitudes equivocadas na Coluna.

Porém, se o projeto de Juarez era convencer o leitor de que ele era um sujeito capaz, com uma vida coberta de feitos heróicos, acaba por não alcançar seus objetivos. Uma das razões para essa frustração, é a citação de episódios pouco "gloriosos" de suas aventuras, como as suas façanhas a cavalo. A não ser que quisesse fazer uma narrativa picaresca, o efeito que a revelação desses episódios poderia causar fugiu à sua percepção. Suas memórias acabam por deixar

para a posteridade, quando tratam da Coluna Prestes, uma imagem de indivíduo inseguro e relutante. Macaulay vai além disso e insinua inclusive que Juarez seria covarde. O episódio que bem ilustra este aspecto pouco edificante do caráter de Juarez é o de sua prisão no Piauí. Descrevendo uma operação militar ocorrida naquele estado, ele argumenta que, por "uma infeliz coincidência, o comando governista de Teresina, que mantivera sua tropa imobilizada nas trincheiras, durante três dias seguidos, resolvera montar, naquela manhã, (...) um ataque contra as forças revolucionárias que as defrontavam naquele setor." (TÁVORA, 1973, p. 195).

Escreve:

Ouvindo o tiroteio, à minha retaguarda, tratei de voltar a Caieiras, para inteirar-me da situação. Mas o meu cavalo, assustado com o tiroteio, empacou miseravelmente, obrigando-me a apear para puxá-lo pela rédeas e perder contato com os meus dois companheiros de exploração. Estes conseguiram ultrapassar Caieiras, porém, ao desdobrar na clareira do bivaque, fui cercado por um Pelotão adversário, que me intimou a render-me. Atirando o revólver que vinha empunhando na direção do intimante, apeei-me, desarmado, e me entreguei.

Houve, pouco depois, na Câmara dos deputados quem glosasse com malícia essa minha rendição. Achava, naturalmente, o brioso deputado governista que eu deveria ter reagido, para morrer no campo de peleja. Entretanto, como não participava daquela simples escaramuça de que estava sendo vítima, nem julgasse inútil a minha vida para a continuação do processo revolucionário, então desencadeado, preferi, sensatamente, continuar vivendo. Contaram-me, mais tarde, que veio ordem do Rio, para que me fuzilassem, deixando, porém de cumpri-la o comandante das forças daquele teatro de operações - General João Gomes. Nunca me interessei, entretanto, em apurar o fundamento dessa informação. (TÁVORA, 1973, p. 196)

Surgirão muitas versões para essa rendição. Para alguns pesquisadores, Juarez entregou-se porque estava com uma crise nos rins. Outros, por covardia. Porém, para Juarez, a sua vida era muito importante para terminar em um lugar remoto do país, quando seu destino era maior. Não se pode deixar de observar, no entanto, a contradição dos ideais de honra e bravura com a atitude de Juarez. Esses ideais de honra, que lembram os atos dos grandes heróis da humanidade, deveriam induzi-lo a jamais se render, lutar até a morte. Porém, essa atitude de não se render talvez fosse mais conveniente quando aplicada a simples soldados, pois afinal eram em número maior e tinham "fácil reposição". A rapidez com que se rende confirma isso: soldados existiam muitos, um oficial capacitado como Juarez, poucos.

Outra expressão que se presta a muitas considerações é a de que "sensatamente, preferi continuar vivendo.". Bravura é uma palavra que não combina com sensatez. Sensatez é uma característica de quem pensa e, no fogo do combate, com poucos segundos para reagir, não se pensa, a reação se dá por reflexo. Porém, Juarez, em poucos segundos, teve calma suficiente para pensar em todas as conseqüências de sua rendição. Fica a impressão que essa versão foi cuidadosamente construída depois, com calma, para satisfazer a sua consciência. E, aqui novamente a culpa de sua rendição não foi dele. Primeiro houve uma "infeliz coincidência", depois quem aparece como maior culpado é o cavalo, que "empacou miseravelmente". Definitivamente, Juarez não tinha sorte com cavalos.

Finalizando o estudo dessas memórias, não poderia deixar de mencionar um recurso, que pode ou não se configurar um ardil. Entre os anexos do primeiro volume, no de número 5 (TÁVORA, 1973, p. 355-366), Juarez coloca uma carta que encerra a polêmica entre ele e Prestes, ocorrida em meados de 1930, quando da conversão ao ideário comunista por parte do segundo. O próprio Juarez afirma que a carta é inédita. Ora, se os outros documentos, tanto o manifesto de Prestes, quanto a carta resposta de Távora foram a público na época dos acontecimentos, não faz sentido essa última carta não ter sido também divulgada. Luis Carlos Prestes nunca reconheceu ter recebido essa carta. Chamo a atenção para este fato porque Juarez pode até ter escrito esta carta em 1930, pode ou não tê-la enviado, mas se ela permaneceu só de seu conhecimento, pode ter sofrido uma certa remodelação, para constar dos documentos anexos às memórias de Juarez. Não posso afirmar que isso aconteceu, mas cartas são fidedignamente reconhecidas como verdadeiras se reveladas pelo destinatário, e não por quem as escreveu.

Se Juarez e João Alberto escreveram sobre suas participações na Coluna Prestes depois de muitos anos do encerramento do episódio, já tendo conhecimento das conseqüências e da trajetória dos seus participantes no cenário político nacional, houve um participante que ocupava uma posição de destaque na Coluna, pois era seu secretário, que escreveu também sobre ela. Este autor, que assistiu e participou da marcha rebelde, fazendo seus registros no calor dos acontecimentos, para depois transformá-los em um livro é Lourenço Moreira Lima. A seguir será feita uma análise desse livro.

LOURENÇO MOREIRA LIMA - O TESTEMUNHO SELETIVO

Uma das formas mais intrigante das narrativas do eu é o diário. O título que optei por dar a esse capítulo tem muito a ver com essa questão, pois quando se fala em diário logo vem a nossa mente uma narrativa de cunho íntimo, se um diário desse tipo, ou uma narrativa feita no calor da hora, se for um diário de viagens ou de campanha.

Porém, um diário que é escrito por alguém no calor dos acontecimentos e depois se torna um livro, vai passar pelo que vou chamar de processos de editoração. Sofreria também os efeitos da seletividade da memória, que, como já é sabido, provoca modificações e filtrações nos acontecimentos que fazem parte de nossas vidas. Essas modificações teriam efeitos que vou chamar não intencionais, já que são praticamente independentes de nossa vontade. Já o processo de editoração, como chamei, seria intencional, o autor seguindo um projeto que objetiva dar o feitiço que deseja ao seu livro. E vai seguir seus critérios: privilegiar certos acontecimentos, omitir outros, além de ter o poder de "alterar" a versão dos fatos acontecidos. Sendo assim, um diário teria dois tempos de escrita: um no calor dos acontecimentos; outro na hora em que se torna um livro.

Fiz essas considerações, pois pretendo analisar uma obra que é uma espécie de híbrido de diário de campanha com um diário de viagem. O que diferencia um diário íntimo dessas duas modalidades de diário é o seu destinatário: o leitor de um diário íntimo sempre é o próprio autor, enquanto que o diário de viagem e o de campanha se escreve para alguém ler, e este alguém sempre está distante, seja no plano físico, seja no temporal. *A Coluna Prestes - Marchas e Combates*, de Lourenço Moreira Lima, é um livro que se assemelha mais a um livro de crônicas de viagem, onde o autor escreve sobre o que presenciou mas com um olhar pessoal. Jorge Amado, quando prefacia a 3ª edição do livro de Moreira Lima, dá ao escritor essa qualificação: cronista.

O escritor baiano, no prefácio, escreve que o livro de Lourenço Moreira Lima foi o "melhor roteiro para reconstruir, no volume que escrevi sobre a vida de Luiz Carlos Prestes, a história da Grande Marcha"(LIMA, 1979, p. 7). É essa uma das idéias que pretendo seguir neste capítulo: a de que o livro de Moreira Lima, por ser o primeiro que vai ser lançado sobre a Coluna, acaba por instituir a *mimese I* na forma de livro, sobre a Coluna Prestes. Muitos outros escreveram sobre a Coluna,

principalmente militares, mas o fizeram muito depois dos acontecimentos passados. Já Moreira Lima o fez baseado nos seus relatos do cotidiano da Grande Marcha.

Chama-me a atenção o fato de que todos os livros que escolhi para análise fazem menção ao livro de Moreira Lima. Os que têm a intenção de "fazer" história o citam diretamente. Os de ficção colocam na boca de seus personagens falas que só podem ter vindo da obra do "Bacharel Feroz". Livro feito a partir das anotações de Moreira Lima, anotações encerradas em 1928, tem a sua primeira edição datada de 1934, um segunda em 1945 e a terceira edição facsimilada da segunda em 1979.

Foucault, em *A Ordem do Discurso*, escreve que existem "discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer." (FOUCAULT, 2004, p. 22). A obra de Moreira Lima vai se colocar, em relação à Coluna Prestes, como um desses discursos: toda nova publicação que aparecer, inevitavelmente fará uso dele, ou como inspiração, se for literário; ou como fonte, se pretender o *status* de histórico.

Os novos fatores que ocorrem entre esse discurso fundador e as obras, posso dizer caudatárias desse discurso, causam diversas modificações que, negando ou corroborando com o que foi dito ou escrito primeiro, os alteram, com nuances sutis. Vem-me a lembrança um ensaio de Roberto Pompeu de Toledo (Revista Veja, 02 de fevereiro de 2005, p. 114), sobre a posição que Lima Barreto tinha em relação à mulher. Ele as defendia de maus tratos, contra o assassinato da mulher adúltera pelo marido, mas ao mesmo tempo, alegava que elas não tinham condições de assumir cargos na administração pública. Conforme Roberto Pompeu de Toledo, para ele não era surpreendente que as mulheres se saíssem bem em alguns cargos, pois "não é boa recomendação para ser bom escrivão ou ótimo oficial de secretaria a posse de uma individualidade, de um temperamento; e, raramente, a mulher é dona dessas coisas.". Faço essa referência a Pompeu de Toledo e a Lima Barreto pela advertência que o ensaísta faz no final: ele observa que o leitor não deve rir das posições de Lima Barreto, pois "Muito do que hoje é tido por verdade científica soará daqui a 100 anos igual ao argumento de que o trabalho feminino interfere na qualidade da procriação. Que se ria, no máximo, do tempo. O tempo é um grande humorista."(TOLEDO, 2005). Essa última observação

é muito interessante para o estudo de livros que versam sobre fatos históricos. O tempo, além de ser um humorista, é um grande esclarecedor, pois traz consigo toda uma série de mecanismos que nos permitem ter, graças a distância temporal e ao aparecimento de novos fatos e circunstâncias, uma visão mais isenta de paixões e mais abrangente.

O meu objetivo, quando centro minhas atenções neste livro, é o de analisar como o discurso que aparece na narrativa de Moreira Lima foi influenciado por alguns fatores como a proximidade com os acontecimentos e personagens, sendo inclusive um dos partícipes, e o lugar de fala, isto é a posição cultural e política que ocupa e de onde vai "ver" os acontecimentos. .

Lourenço Moreira Lima, revolucionário de primeira hora, desde a defesa dos envolvidos no episódio conhecido como *Os Dezoito do Forte*, até a Coluna Prestes, toma como missão revelar ao mundo a glória da epopéia que ocorreu entre os anos de 1924 e 1927 pelo Brasil. João Alberto, em suas memórias, escreve

Próximo a Barraca de Miguel Costa acampava também o bacharel Lourenço Moreira Lima, homem de valor moral enorme e companheiro da Coluna desde a Foz do Iguaçu. Escrevia uma espécie de diário da Coluna que publicou depois em num livro intitulado *Marchas e Combates*, onde contou as façanhas dos companheiros, escondendo as suas. Sem treinamento de marcha, nem saúde, com uma hérnia ameaçando estrangulamento, andava muito a pé e estava sempre pronto para a ação. A funda de que dispunha, amarrada com um cordão e presa com arame, devia-lhe ser um martírio. (...) Seu exemplo de dedicação à causa inspirava respeito e por isso ele se sentava ao nosso lado na ocasião das grandes decisões. Era alto, magro e aparentava cerca de cinquenta anos de idade. Otimista incorrigível, não proferia duas palavras sem confirmar a sua crença na vitória final da revolução, que o esqueceu em 1930. Nenhuma palavra amarga saiu, porém em seu livro publicado depois e dedicado só à coluna, a quem foi fiel até a morte. (BARROS, 1997, p. 108)

Essa sua missão de revelar ao mundo os sofrimentos pelos quais os integrantes da Grande Marcha passaram, começou então pelo testemunho das peripécias da Coluna. Temos então o registro no calor da hora. Pode ser que, por ocasião da publicação, esses registros tenham sofrido uma depuração. Afinal, o livro foi publicado em 1934, muito depois da Coluna ter desaparecido pelo exílio na Bolívia em fevereiro de 1927, e muito depois do final da escritura, em novembro de 1928. Porém, essa não é a intenção que o autor deixa transparecer na narrativa:

Os soldados diziam-me: - *Seu doutô*, o sr. não se esqueça de *botá* o meu nome no livro. *Ói qui* que eu tenho brigado *qui* não é brincadeira. Muitas têm sido as cartas que venho recebendo dos companheiros de campanha indagando quando ele sairá. Escrevendo-o, desobrigo-me, na medida das minhas forças, de uma missão que me foi confiada, ainda ao fragor dos combates, pelos companheiros de lutas, muitos dos quais deixaram de existir. (LIMA, 1979, p 332).

Realmente Moreira Lima pretendia estar cumprindo uma missão que lhe fora atribuída pelos colegas de aventuras. Sendo assim, não convinha lançar qualquer sombra de suspeição sobre a retidão do caráter daqueles companheiros, ainda mais que muitos já tinham morrido. Para cumprir essa missão, Moreira Lima durante a marcha da Coluna, foi fazendo apontamentos diários, registrando acontecimentos de que tinha notícias ou que presenciava, para depois consolidá-los em uma única narrativa.

Reitero aqui a idéia de que registros feitos logo após os acontecimentos carregam em si uma desvantagem em relação a um relato feito muito tempo depois do acontecido. Enquanto que nas narrativas feitas muito tempo após os acontecimentos relatados o espaço temporal proporciona ao autor que assuma um papel de "dono" da cena que narra, por já conhecer detalhadamente todas as conseqüências que advieram das atitudes tomadas à época, os registros feitos na seqüência do acontecido não permitem que o autor conheça o seu desfecho a longo prazo. Ele não tem a possibilidade de prever o futuro. Segundo Jean Lacouture, no ensaio *A História Imediata*, essa maneira de fazer história se assemelharia a atividade do jornalista. Usando uma terminologia curiosa, ele escreve que o "jornalista camundongo rói gulosamente suas avelãs. O Historiador esquilo acumula. O imediatista acumula roendo." (LACOUTURE, 1990, p. 231) . Evoco esta citação para fazer uma analogia das narrativas do tipo diário, como a de Lourenço Moreira Lima, e as memórias. Acredito que a sinceridade pretendida pelo diário, pelo fato dos registros serem feitos logo após os fatos terem acontecido, não existe. Existiria se, assim que fossem escritos, os registros fossem divulgados. Essa pretensão à sinceridade poderia existir em uma narrativa jornalística, onde as notícias saem diariamente. Elas podem até não ser verdadeiras, mas o seu autor acredita que são, a não ser que o autor aja premeditadamente com má fé. Mas quando a narrativa oriunda de um diário passa por um processo de "maturação", ela tende a sofrer um

processo seletivo dos fatos que irão compô-la. O autor deixaria de ser um "camundongo" que roeria gulosamente.

Outro aspecto para o qual chamo a atenção é a ideologia que permeia a narrativa de Moreira Lima. Essa ideologia irá aparecer de maneira quase escandalosa no *Cavaleiro da Esperança*, de Jorge Amado. Que todo texto é ideológico, em última instância, todos nós sabemos, já que em qualquer texto, sempre se poderá entrever as marcas culturais do autor. Porém, utilizo aqui uma das definições de Terry Eagleton para ideologia, conforme a qual "um segundo significado de ideologia, (...), diz respeito a idéias e crenças (verdadeiras ou falsas) que simbolizam as condições e experiências de vida de um grupo ou classe específico, socialmente significativo." (EAGLETON, 1991, p. 39). Essas idéias e crenças que vejo na obra de Moreira Lima são características do credo, não diria comunista, mas socialista, de oposição contra os oligarcas da época.

Defendo que em uma narrativa como a de Moreira Lima, feita sem levar em conta outra visão que não a sua, pode resultar, e no caso em questão resulta, em uma narrativa que pende só para um lado, como era de se esperar. Tanto ele, que participou da Coluna, quanto Jorge Amado, que anuncia que vai fazer uma narrativa para enobrecer Prestes, só poderiam fazer um relato que servisse aos seus intentos. Quero deixar bem em claro que esse raciocínio jamais se aplicaria a uma narrativa ficcional, pois a lógica da ficção é diversa das narrativas que pretendem ser a expressão da verdade. Na ficção, o recurso de se colocar o narrador vendo o mundo de uma só posição pode servir a muitas coisas, dependendo do jogo existente no sistema autor-obra-leitor. Já na narrativa que pretende expressar o testemunho de fatos, esse uso pode fazer com que o leitor assuma o ponto de vista único transmitido pelo autor, pela ausência de outras posições que possam contrabalancear aquele ponto de vista. Seria uma narrativa maniqueísta: quem está do meu lado é bom, quem não está é mau.

Quando alguém faz uma narrativa ocupa uma posição, que lhe é ditada pela formação cultural, de onde vai narrar. É o que a professora Helena H. Nagamine Brandão, em *Introdução à Análise do Discurso*, vai chamar de lugar de fala (BRANDÃO, s/d, p. 49). Podemos identificar esse lugar do qual o sujeito narra pela análise do discurso que ficou registrado. Quando se trata de obras de caráter literário, isto é, romances, contos e poemas, há uma certa dificuldade em se identificar, através do discurso, o lugar de onde o autor se posicionou para emitir

sua fala. Em obras ficcionais, o autor não coincide com o narrador. Já em obras de caráter jornalístico ou histórico, onde a figura do autor coincide com a do narrador, esse lugar de fala pode ser mais facilmente identificado, após alguma pesquisa. Podem ser identificadas suas convicções políticas, sociais e culturais, o que se dá independente da intencionalidade do autor ao fazer a sua narrativa. Suas obras podem, através do repertório ou da cultura do leitor, ter um entendimento diverso do que o autor pretendia.

Para mostrar como as convicções de Moreira Lima influenciaram sobremaneira o seu discurso, vou me valer das idéias de Helena H. Nagamine Brandão. Quando trata das idéias de Paul Ricoeur sobre ideologia, Helena H. N. Brandão escreve:

(...), temos uma noção mais ampla de ideologia que é definida como uma visão, uma concepção de mundo de uma determinada comunidade social numa determinada circunstância histórica. Isso vai acarretar uma compreensão dos fenômenos linguagem e ideologia como noções estreitamente vinculadas e mutuamente necessárias, uma vez que a primeira é uma das instâncias mais significativas em que a segunda se materializa. Nesse sentido, não há *um* discurso ideológico, mas *todos* os discursos o são. Essa postura deixa de lado uma concepção de ideologia como "falsa consciência" ou dissimulação, mascaramento, voltando-se para outra direção ao entender a ideologia como algo inerente ao signo em geral. Dessa forma, pelo caráter arbitrário do signo, se por um lado a linguagem leva à criação, à produtividade de sentido, por outro representa um risco na medida em que permite manipular a construção da referência. Essa liberdade de relação entre signo e sentido permite produzir, por exemplo, sentidos novos, atenuar outros e eliminar os indesejáveis.

(...) Essa incompatibilidade pode ser vivida de maneira inconsciente. É nesse sentido que Ricoeur diz ser a ideologia operatória e não temática, porque, "operando atrás de nós" é a partir dela que pensamos e agimos sem, muitas vezes, tematizá-la, trazê-la no nível de consciência. Ela, entretanto, pode ser produzida intencionalmente. É nesse ponto que as duas concepções de ideologia se cruzam. Isso pode ocorrer especificamente com determinados discursos como o político, o religioso, o da propaganda, enfim os marcadamente institucionalizados. (BRANDÃO, s/d, p. 27)

Essa citação, embora um tanto longa, é necessária para que eu consiga desenvolver o raciocínio e atingir o meu objetivo, que é o de mostrar que a ideologia de uma pessoa faz com que ela acabe por apresentar o que chamarei de "monopólio" da verdade, de maneira intencional ou não. E é principalmente nas obras de caráter histórico ou jornalístico que a apresentação única de um fato

pode ser vista de maneira mais efetiva, já que, diferente do escritor de ficção, tanto o jornalista quanto o historiador não precisam nem tem a intenção de disfarçar o eu. Segundo Helena H. N. Brandão, "O discurso é umas das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza, isto é, é um dos aspectos materiais da 'existência material' das ideologias." (BRANDÃO, s/d, p. 37).

Ao analisar o livro de Moreira Lima, pretendo demonstrar que o autor, ao escrever sobre a Coluna Prestes, deixou transparecer sua formação cultural e histórica, além de suas simpatias políticas. Também pretendo demonstrar que, além desses fatores, o público a que se destinavam as obras também influía no acabamento e no discurso. Quando analisa as idéias de Foucault sobre o discurso, Helena H. N. Brandão escreve:

- d) a concepção de discurso como jogo estratégico e polêmico: o discurso não pode mais ser analisado simplesmente sob seu aspecto lingüístico, mas como jogo estratégico de ação e de reação, de pergunta e de resposta, de dominação e de esquiva e também como luta. (1974:6);
- e) o discurso é o espaço em que saber e poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente. Esse discurso, que passa por verdadeiro, que veicula saber (o saber institucional), é gerador de poder. (BRANDÃO, s/d, p.31)

Nesse ponto, gostaria de acrescentar, aproveitando a citação anterior, que, além desse discurso ser emitido através de alguém que já detém o poder (através do saber), pode ser emitido também por alguém que busca o poder. Isso vai ficar claro na obra de Lourenço Moreira Lima. Mas no momento, o que é mais importante nessa análise das idéias de Foucault sobre o discurso é a idéia de que "quem fala, fala de algum lugar".

Embora vivamos em comunidade e que uma das tendências dessa vida em comunidade seja a de tentar padronizar as atitudes e, em alguns casos extremos, até os pensamentos, cada ser humano se constitui em um *sujeito*, com pensamentos próprios. Mas como esses pensamentos foram construídos por esse sujeito? Podemos afirmar que, através dos anos, foi o ambiente social e histórico que nos formou, da maneira como somos. (Quando me refiro a história, não estou falando somente em história oficial ou a história escrita, mas a história a que o sujeito foi submetido, durante a sua vida, a sua formação cultural e a sociedade em que viveu.).

Helena H. N. Brandão, ao fazer algumas abordagens sobre o sujeito descentrado, escreve:

Para essas abordagens, a noção de história é fundamental, pois, porque marcado espacial e temporalmente, o sujeito é essencialmente histórico. E porque sua fala é produzida a partir de um determinado lugar e de um determinado tempo, à concepção de um sujeito histórico articula-se outra noção fundamental: a de um sujeito ideológico. Sua fala é um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social. Dessa forma, como ser projetado num espaço e num tempo, o sujeito situa o seu discurso em relação aos discursos do outro. Outro que envolve não só o seu destinatário para quem planeja, ajusta a sua fala (nível intradiscursivo), mas que também envolve outros discursos historicamente já constituídos e que emergem na sua fala (nível interdiscursivo). Nesse sentido, questiona-se aquela concepção do sujeito enquanto ser único, central, origem e fonte do sentido, formulado inicialmente por Benveniste, porque na sua fala outras vozes também falam.(BRANDÃO, s/d, p. 49)

Sendo assim, todo discurso deve ser analisado a partir do lugar histórico e ideológico de onde está sendo emitido. Pode-se tentar verificar se está alinhado com o discurso da ordem vigente, em uma estratégia de manutenção do *status quo*, ou se está sendo articulado em oposição a essa ordem vigente; se demonstra claramente sua formação cultural ou se demonstra, de maneira clara ou não, o seu posicionamento político.

Após essas considerações, passo agora à abordagem direta do livro *Marchas e Combates*, fazendo uma breve, porém, necessária apresentação do autor e dos fatos que geraram a sua obra. Lourenço Moreira Lima, bacharel em direito, foi um ativista político e um revolucionário que iniciou suas atividades ao defender os "tenentes" que se revoltaram em 1922. Logo em seguida participa da Revolução de 1924 em São Paulo, onde foi preso após a retirada das tropas de Isidoro e depois se junta às tropas revolucionárias no Paraná. Quando se forma a Coluna Prestes, com a junção das Colunas Paulista e Gaúcha, Moreira Lima se torna secretário da Coluna Prestes, e começa a escrever um Diário de Campanha, onde registra os fatos relevantes da marcha pelo Brasil.

Moreira Lima publica o livro, baseado no seu diário que deve ter sido escrito aproximadamente em 1928, após a Coluna ter se internado na Bolívia. Em seu livro há um permanente tom de engajamento, o que não poderia ser evitado, pois participou do movimento, acreditava em seus ideais e idolatrava Prestes e

seus companheiros. Assim, tudo o que a Coluna e seus integrantes praticam é digno de louvores, enquanto nas hostes inimigas não pode ser encontrado nada que tenha valor positivo.

No livro de Moreira Lima podem ser entrevistados, quanto ao discurso, três eixos: o político, o cultural e o social. Por político, entendo as suas posições diante do governo da época, com a sua postura de manutenção de privilégios dos poderosos. Por cultural, as idéias e o estilo literário decorrente de sua formação de homem culto do início do século XX, e por social, sua posição de homem culto que não consegue disfarçar o seu desconforto quanto às posições do povo perante a revolução. Não estou aqui acusando o autor, apenas constatando o fato de que Lourenço Moreira Lima não podia deixar de ser um homem de sua época, com seus preconceitos e posições comuns a todos os homens de cultura. Afinal, se no Brasil de hoje ainda há uma divisão cultural muito grande, imagine-se naquela época em que a cultura era privilégio dos grandes centros.

Moreira Lima adota um estilo interessante de narrar a trajetória da Coluna.

Entremeia os acontecimentos que presenciou com longas reflexões em que ficam manifestas suas posições. E adota um estilo de narrar e de fazer história, destinado a construir uma imagem grandiosa da Coluna Prestes. Todas as vezes em que os integrantes da Coluna são referidos de maneira mais direta, com a citação de nomes, há o uso de palavras que invocam heroísmo, bravura e glória. Os feitos da Coluna são comparados aos feitos de Alexandre Magno, Aníbal e César. Farei em seguida algumas transcrições que irão ilustrar esse estilo, ressaltando as palavras que invocam essa grandiosidade:

O segundo aniversário da arrancada heróica da Escola Militar, em que o Coronel Xavier de Brito se cobriu de glória. (LIMA, 1945, p. 34)

Creio na vitória da Revolução, porque esta é a Liberdade em marcha. (LIMA, 1945, p. 35)

No dia 9, Miguel Costa estava afônico, tal o formidável dispêndio de energia desses quatro dias de luta.

E foi somente nesse dia que ele pôde repousar. Nunca um repouso foi tão merecido.

(...)

Somente mais tarde, em abril de 1925, encontrei-me com ele, ao chegar em Santa Helena, no Paraná, de onde datam as nossas relações, quando comecei a conhecer esse extraordinário soldado, de bravura modular, caráter inamolgável e grande bondade. (LIMA, 1945, p. 42)

O uso das iniciais em maiúsculas das palavras Revolução e Liberdade é interessante. É como se elas fossem palavras dotadas de personalidade, verdadeiros ícones a serem seguidos e cultuados pelos revolucionários. Esse apego ao hábito de enobrecer os integrantes da Coluna, através do uso das palavras referidas, na narrativa acaba por obter um efeito contrário, além de uma dúvida. O efeito é o da banalização: um herói padrão normalmente se destaca em meio a um grupo por qualidades extraordinárias, como uma bravura e uma coragem acima do comum. Para Lourenço Moreira Lima todos na Coluna são heróis. E essa qualificação de que todos são heróis, gera a dúvida: se todos eram heróis, por que não venceram? Por vezes a narrativa torna-se enfadonha devido a essa heroicização forçada.

Porém, justiça se faça ao autor: ele raramente faz elogios a si mesmo. Quando, na edição usada para esse trabalho aparecem elogios ao autor, esses são feitos por outras pessoas, como as que prefaciaram o livro. Já foi visto que Jorge Amado prestou um tributo ao autor, ao prefaciar a 2ª edição de Marchas e Combates. É interessante notar que tanto o prefácio de Jorge Amado quanto o de Caio Prado Junior já nos adiantam como devemos ler o livro e qual o lugar de fala que os prefaciadores ocupam: o de simpatizantes dos movimentos de esquerda da época (1945) e de opositores da situação política então vigente. Querendo "autenticar" a figura de homem estóico e dedicado de Moreira Lima, Jorge Amado escreve:

Seus companheiros de Coluna, os soldados que viam o advogado largar a pena de cronista para tomar o fuzil durante os combates, impávido e furioso, contra o inimigo, chamaram-no de "Bacharel Feroz". Era o civil junto aos tenentes chegados da Escola Militar do Realengo e da Força Pública de São Paulo para o sonho de um Brasil melhor. Eram as letras, a cultura jurídica, as profissões liberais, o jornalismo, que se incorporavam ao grande movimento, início de todo um ciclo que ainda atravessamos. Lourenço Moreira Lima representou a nós todos, civis e intelectuais, na Coluna Prestes. E sobremaneira nos honrou. (LIMA, 1979, p. 7)

Neste trecho já encontramos material para discutirmos como Jorge Amado organizou o seu discurso. Esse prefácio é de 1945. Getúlio Vargas ainda estava no poder. Porém, o mesmo Vargas que perseguiu Moreira Lima, era o Vargas que estava afrouxando a pressão sobre o partido comunista. Assim, o discurso de Amado resulta contraditório. No início ele escreve que, "durante os trágicos anos do

Estado Novo", estado esse dirigido por Vargas; no trecho que foi transcrito, cita que Moreira Lima foi o seu representante no movimento que iniciou o ciclo que ainda atravessavam. Fico com a impressão de um paradoxo: ele vincula o Estado Novo de Vargas a uma idéia negativa, mas depois, dá ao ciclo iniciado pela Coluna Prestes um caráter positivo. Logo a seguir, Amado escreve que "Não sei de figura mais simpática, com todo o desordenado dos homens de letras, cheio de paixão, por vezes ingênuo, por vezes arrebatado, mas sempre fiel ao povo." (LIMA, 1979, p. 7) . Na narrativa, em algumas ocasiões, será visto que esse "amor" ao povo não era incondicional.

Essa fidelidade à Coluna, pelos ideais que ela representava, se estende aos seus integrantes: eles serão sempre elogiados, e o autor usa um artifício para não ter que falsear a verdade: a omissão de fatos desabonadores. Ele tem uma boa saída para isso: diz que só narra os fatos que presenciou. Porém, quando lhe é interessante, narra de "ouvir falar". É o caso de suas acusações ao marechal Cândido Mariano Rondon. Quando é divulgado que Rondon seria o comandante das forças de repressão à Coluna, Moreira Lima escreve, sobre o militar e sua fama de bondade:

O prestígio que lhe adveio desse serviços cercava-o de uma aura de benemerência, acrescida de uma irrepreensível honestidade. (...)

Quando cheguei ao rio Madeira, em 1918, soube, com espanto, que o grande sertanista era dono de latifúndios em Mato Grosso, e não pagava regularmente os empregados subalternos, contra os quais cometia toda sorte de violências.

A sua fama naquelas paragens era a pior que se possa imaginar. Elevava-se contra ele um coro unânime de maldições. Ao se iniciar a campanha presidencial, em 1921, Rondon manifestou-se francamente contra a candidatura Bernardes e, algum tempo depois, apesar de se haver antecipado, ruidosamente, aos sem companheiros de armas, na repulsa a essa candidatura, por motivos que ficaram desconhecidos retraiu-se, acabando por aceitar, sem protestos, a ascensão desse político à presidência da República, não obstante suas reiteradas declarações de que pediria reforma para não ter como chefe o referido político. (...)

Corre no Rio que o general Rondon procurara Bernardes, pouco depois de haver assumido o mesmo a presidência da República, e lhe pedira para solicitar do congresso a abertura de um crédito especial destinado a cobrir um déficit no valor de duzentos contos de réis verificado nas despesas dos serviços de que era chefe. Respondera-lhe Bernardes que ia examinar o seu pedido, afim de resolver, como fosse justo.

Mais tarde, quando Isidoro se localizara no Paraná, Rondon fora chamado ao Catete; pedindo-lhe Bernardes que indicasse um general conhecedor dos sertões, para comandar as forças que deveriam marchar contra os revolucionários.

Rondon respondera-lhe que o único general naquelas condições era ele próprio, que estava às ordens do governo.

Bernardes o incumbira então de comandar o seu exército, acrescentando que ia mandar cobrir o déficit verificado nas suas despesas.

E fora assim que o grande sertanista desvirginara a sua espada e ascendera a general em chefe.

Conta-se que ele gastou fantasticamente no comando dessa força, não se sabendo, porém, a quanto montam esses gastos porque, até o presente, não foram prestadas contas dessas despesas. (LIMA, 1979, p. 102)

Neil Macaullay escreve sobre Rondon de maneira diferente, como se verá adiante.. Talvez porque Rondon era muito conhecido nos EUA, por ter participado de uma expedição pelos sertões brasileiros, com Theodore Roosevelt, ex-presidente norte-americano.

Para os revolucionários, mesmo aqueles que cometeram atos pouco edificantes, sempre sobram elogios, pois estão do seu lado. A seguir transcrevo um dos trechos onde a tomada de partido de Moreira Lima fica evidente, com uma distorção ou uma omissão de certos fatos que poderiam desabonar a imagem da Coluna:

Mais tarde apareceu o ex-aluno da Escola Militar Emygdio de Miranda, que pelejava desde a madrugada do dia anterior. Esse heróico moço, que veria combater em todos os campos revolucionários, São Paulo, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande, e na Grande Marcha, tipo excepcional de soldado pela calma, bravura e capacidade militar, foi uma das individualidades mais originais e de maior valor que conheci nesse prolongado período de lutas. (LIMA, 1979, p. 36)

O tempo não foi tão benigno com Emygdio de Miranda, pois Domingos Meirelles revela fatos que não são abonadores de todas essas qualidades, como se verá logo mais. Em um documentário histórico, de Nelson Werneck de Sodré, chamado *A Coluna Prestes*, Emygdio de Miranda dá um depoimento onde fica transparente um enorme ressentimento com as conseq ncias da Coluna Prestes. Em outro trecho Moreira Lima faz uma associação que seria profética. Quando fala sobre o General João Francisco, caudilho gaúcho que ficou famoso nas revoluções gaúchas pelo hábito da degola, ele cita Emygdio de Miranda, que era na ocasião ajudante de ordens de João Francisco. Escreve sobre o gaúcho:

Esse velho trajava a paisana, e não largava uma grande espada, que trazia à cinta.

Tinha a voz grossa e arrastada. Todos o tratavam por coronel e com muita atenção.

Pensei que fosse algum oficial reformado.

Em dado momento, como faltasse faca à mesa, ele tirou da cava do colete uma grande faca de ponta, com um belo cabo de prata.

Cortou o seu bife e ofereceu-se para fazer o mesmo ao meu, o que aceitei, tendo ele, com dois golpes, separado o meu quinhão em quatro pedaços.

Em seguida, cedeu-a aos outros companheiros. E, quando ela lhe voltou às mãos, entre elogios a sua perfeição, passou a Isidoro, dizendo-lhe:

- Isidoro, veja você se conhece, pelas iniciais do cabo, de quem foi essa faca?

O general examinou-a, declarando não poder descobrir quem fora o seu dono.

- Aparício, informou o velho.

Foi a sua viúva quem ma deu, depois de sua morte.

Repare nas iniciais, - A. S., - Aparício Saraiva.

Quando nos retiramos do refeitório, indaguei de Paulo Oliveira quem era aquele bigodudo.

- João Francisco, respondeu-me Paulo.

Fiquei surpreso, porque o supunha morto, há muito tempo.

- Então, disse a mim mesmo, aquele velho com aspecto de talassa minhoto era o terrível vencedor do almirante Saldanha, o temido comandante do Catí?!...

João Francisco e Emygdio, que estava servindo como seu ajudante de ordens, partiram para as linhas de combate, logo após o almoço. João Francisco anda com a cabeça alta, passo firme e enérgico, avançando com resolução, como se carregasse vitoriosamente. Depois de algum tempo, o velho gaúcho promoveu Emygdio a capitão por bravura, dizendo: "aquele menino é um herói". Não poderia haver elogio maior.

Para alguém merecer uma referência dessa natureza do vencedor de Campo Osório, é preciso ser excepcionalmente bravo.

Para tal chefe, tal ajudante de ordens. (LIMA, 1979, p. 36)

Ora, há que se fazer algumas observações sobre essa opinião do homem civilizado que era Lourenço Moreira Lima. João Francisco, durante a Revolução Federalista, lutara pelos Castilhistas, do lado oposto ao de Isidoro Dias, que lutou pelos Federalistas. Meirelles escreve que, durante o exílio de João Francisco e Isidoro, logo após a queda de Catanduvas, houve uma querela entre os dois, com João Francisco chamando Isidoro de "veado" e ladrão.

Outro fato era a fama de degolador de João Francisco. (para Neill Macaullay, Isidoro também tinha essa fama). Assim a frase "para tal chefe tal ajudante de ordens", soa como profética, quando se tem conhecimento da informação dada por Meirelles, sobre Emygdio ter autorizado a degola do Padre

Aristides. De acordo com a narrativa de Domingos Meirelles é Emygdio de Miranda quem dá ordens ao soldado Bamburral para que este degole o padre Aristides e seus capangas. Para um chefe degolador, um ajudante degolador. Juarez Távora também faz alusão ao costume da degola, em suas memórias, quando narra o seu diálogo com a mãe de João Francisco.

Talvez não repugnasse ao republicano e civilizado Moreira Lima se alinhar com o vencedor do Almirante Saldanha, porque este era monarquista. Mesmo que João Francisco fosse degolador, era republicano, e o almirante Saldanha, apesar de homem culto, era monarquista. Afinal, para defender seus ideais políticos tudo se torna lícito. Ou, talvez, o homem culto que era Lima estivesse temporariamente seduzido pelas atividades guerreiras, ou fosse um daqueles republicanos jacobinos do início da república.

Outro trecho que ilustra bem a memória seletiva de Moreira Lima, é o trecho onde ele escreve sobre a rendição de Catanduvas. Escreve que

Os soldados de Catanduvas, dentro de suas trincheiras alagadas pelas grandes chuvas e varridas pelo fogo incessante da artilharia e das metralhadoras adversárias, bateram-se como leões, sob o comando dos majores Olyntho Tolentino, Nelson de Melo, Castro Afilhado e Virgílio Ribeiro dos Santos. A sua bravura excedeu a tudo quanto a imaginação possa criar para exaltar a coragem humana. Cercados pela manobra envolvente do destacamento Azeredo Coitinho, forte de oito mil homens, esses heróis, dispondo tão somente de dez tiros por praça, foram obrigados a depor a armas. (LIMA, 1979, p. 99)

Sobre esse trecho, pode-se fazer alguns comentários. Um é o estilo grandioso de narração, usado para louvar os revolucionários. Observe-se o fato de que os revolucionários foram *obrigados* a depor armas. Que diferença entre os outros heróis da história, como os trezentos guerreiros de Esparta, que sob o comando de Leónidas combateram até a morte no desfiladeiro das Termópilas. Outro fato é a omissão do nome de Felinto Muller, que também comandou a resistência em Catanduvas, mas talvez por ter mais tarde sido excluído da Coluna por deserção, não é lembrado como herói.

Lourenço Moreira Lima, como escreveu João Alberto, acreditava piamente na vitória da revolução. Era de fato um mau profeta. Essa falta de percepção de

Moreira Lima quanto ao que vai ficar para a história é demonstrada na menção aos combates do Iguazu:

Ocupada a vasta região compreendida entre os rios Piquirí, ao norte, Iguazú, ao sul, Paraná, ao oeste, e a serra do Medeiros, a leste, foi iniciada a 15 de novembro, por um combate na dita serra, a Campanha do Paraná, uma das mais violentas de que há na memória dos fastos militares do Brasil. (LIMA, 1979, p. 101)

Essa batalha, "uma das mais violentas de que há na memória dos fastos militares do Brasil.", acabou não ficando registrada na história. Isso é uma prova de que o valor das coisas está nos olhos e no pensamento de quem aprecia.

Quando se lê o livro de Moreira Lima, chama a atenção o estilo e a dicotomia provocada pela ideal revolucionário e pela realidade. Há em sua narrativa um choque entre as idéias dos rebeldes e a atitude do povo. Eles não entendem porque o povo não aclama a revolução como salvadora. João Alberto escreveu que

Libertar o homem do interior do chefe político ou do coronel despótico, senhor de barão e cutelo, parecia-nos um grande passo para o progresso do país. Restabelecer a ordem, garantir a propriedade e respeitar o direito do cidadão eram reivindicações nobres que deviam merecer, certamente, o apoio dos beneficiários. Lutávamos convencidos que esses eram também os anseios do povo brasileiro e surpreendeu-nos, portanto, a contradição que se verificava na Bahia. (BARROS, 1997, p. 124)

Vindo de um militar, esse raciocínio é até esperado, pois desde que assumiram a posição de guardiões da consciência brasileira, agem desta forma: querem fazer o que julgam ser o bem, à revelia do povo. Mas Moreira Lima, civil e bacharel em direito, acaba por cair na mesma contradição. Ele não entende porque os nordestinos não os recebem de braços abertos, como libertadores. É uma separação muito grande de visões: o homem culto olhando para longe, para o futuro do país; já o sertanejo olhando para perto, para a sobrevivência e para a fome. Os líderes da Coluna ignoravam a cultura do povo do interior: a situação de dependência em relação aos senhores da terra e à religiosidade. Além disso, como aclamar como libertadores quem lhes tomava os bens, deixando apenas papéis chamados requisições, que nunca iriam ser pagas e, segundo Juarez, os rebeldes sabiam que nunca iriam ser pagas. Domingos Pellegrini vai escrever que os próprios rebeldes chamavam essas requisições de "dindó", isto é, dinheiro que fazia dó.

Resultante dessa diferença de expectativas e de objetivos, Moreira Lima passa uma idéia negativa do povo nordestino, invectivando-os de maneira muito acre, acusando-os de inércia. Lembra inclusive o Determinismo, sendo muito diferente daquela imagem do sertanejo que Euclides da Cunha imortalizou. Falando sobre o pequeno número de voluntários que entraram para a Coluna nos estados do nordeste escreve:

Os nossos patrícios, que viviam sobre o azorrague das oligarquias reinantes, conservaram-se nas suas casas, ou escondidos nas brenhas, enquanto nos batíamos contra as forças muitas vezes superiores que o bernardismo reunia para nos fazer face. Esse afastamento foi a resultante da profunda e inominável ignorância dos nossos sertanejos, que são inteiramente destituídos de patriotismo.

No Brasil atual, aliás, não há verdadeiro sentimento cívico, nem mesmo nas grandes cidades do litoral, no interior, o povo é semibárbaro, não tendo noção nítida da Pátria. Ainda está dominado pelo sentimento da escravidão e vive aterrorizado diante do senhor, que se lhe apresenta sob a forma da Justiça, que lhe toma os bens e o mete nas cadeias, e do "gunverno" que o escorcha de "dereitos", o esborda e o chacina, quando ele ousa esboçar o mais leve gesto de revolta contra suas prepotências. Acostumado a ser esmagado pelo poder público, encara o seu esmagamento secular como uma fatalidade do Destino contra o qual se sente incapaz de reagir. A sua alma de vencido não lhe permite as atitudes nobres de revolta que levanta os corações dos fortes diante da brutalidade das derrotas, incitando-os à luta contra a adversidade. Não possui a menor noção da sua personalidade e dos direitos inerentes ao homem livre.

É uma massa amorfa que não tem a idéia de liberdade, um verdadeiro rebanho de brutos, vivendo uma vida puramente vegetativa.

É um simples ajuntamento de párias, guiados pelos impulsos inconscientes dos instintos inferiores.

(...)

O sertanejo, evidentemente, estacionou nos degraus inferiores da escala ascendentes da civilização. (LIMA, 1979, p. 182)

Neste trecho nota-se como é incompreendida a cultura do sertanejo humilde e inculto, quando o autor satiriza os termos que o povo do interior usa. Vê-se também, e isto é interessante, que não há nenhum traço de bondade para com aquele povo. De um homem com idéias avançadas e que posa de paladino da liberdade, seria de se esperar apenas uma constatação da realidade, seguida de uma série de explicações para tal situação, como, "estão assim, mas não é culpa deles". Mas não, a análise é impiedosa. Em um ataque de Determinismo, são

chamados de animais, pois vivem em rebanhos, e são "parias" por terem "instintos inferiores", que não lhes possibilita terem "noção de personalidade e dos direitos inerentes ao homem livre". Que diferença de Euclides da Cunha, para quem "o sertanejo é antes de tudo um forte".

A se julgar pelas palavras de Moreira Lima, ele se posicionava entre os "fortes", os que tinham coragem para se rebelar. Adota uma posição de um brasileiro estranho à realidade do sertanejo. Em seu raciocínio, o homem pobre do interior era causa e não consequência de um regime caracterizado pelo atraso. E como todo revolucionário tem um componente messiânico, achava ele que simples palavras como revolução, justiça e liberdade fariam aqueles homens largarem tudo e correrem para a sua causa.

Um outro elemento interessante no estilo de Moreira Lima é o vocabulário e a linguagem usados. E nesse ponto deve-se indagar para quem Moreira Lima escrevia. Uma coisa é clara: ele havia lido *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Em diversas passagens há menções diretas a Euclides: "Verifica-se, portanto, termos percorrido 555 quilómetros através do 'Desertus Austral', de Martius, rompendo a *sylva hórrida* do 'seu latim alarmado', na frase de Euclides da Cunha (...) (LIMA, 1979, p.284) . O povo comum não era versado em latim e Euclides não devia ser lido pelo povo do interior, que era quase todo analfabeto. Então seu público alvo eram os homens cultos das grandes cidades. Literariamente, ele estava ainda no século XIX. Sua idéia era a de que homens cultos deviam escrever para homens cultos. Essas idéias elitistas faziam com que Moreira e os rebeldes não entendessem porque os nordestinos reagiram de maneira tão negativa ao episódio da degola do padre Aristides em Piancó. Após esse episódio, em que um padre foi degolado e depois teve seus testículos cortados e colocados em sua boca, a hostilidade à Coluna aumentou muito mais. Os "civilizados" da Coluna ignoravam a extrema religiosidade do povo simples do sertão, para quem a figura do padre era a figura de Deus aqui na terra.

Um aspecto que chama a atenção é o que diz respeito às pretensões literárias de Moreira Lima. Contemporâneo de Euclides da Cunha e de Coelho Neto, ele era adepto do estilo pomposo e rebuscado, cheio de palavras difíceis, característico da imagem que se tinha de um homem culto. Quando descreve João Alberto, na travessia do São Francisco, usando de um lirismo inesperado em um diário de campanha, escreve que o herói foi infatigável:

(...) quando veio a noite, uma deliciosa noite do Nordeste, iluminada pela crescente que resplandecia no céu como uma grande hóstia partida, a figura atlética do herói postado ao leme, com a longa barba negra agitada pela brisa, avultava, naquele cenário, como o chefe lendário de uma antiga Bandeira. (LIMA, 1979, p. 274)

Descrevendo a paisagem do interior da Bahia, registra:

(...) as terras continuavam floridas, predominando porém, uma variedade infinita de gitiramas e de flores de maracujá, pendidas das trepadeiras que se derramavam pelo solo e se alçavam pelos troncos das grandes árvores, entrelaçando-se pelos galhos altaneiros. Dir-se-ia que a Natureza desabrochava em flores para festejar a travessia da Coluna Invicta por aquelas paragens. (LIMA, 1979, p. 276)

Trechos como esse, principalmente para descrever heróis e a natureza, são freqüentes na sua obra. Em uma tentativa de associar a natureza com a Coluna ele acaba por usar um recurso do romantismo, o de que a natureza é, senão um espaço protetor para os bons, uma sua aliada.

A narrativa de Moreira Lima, que é feita como se fosse o pagamento de uma dívida ou o cumprimento de uma missão, peca por algumas tomadas de posição. Na ocasião que narra o incêndio de um povoado pelos seus companheiros, conclui que " O espetáculo desse incêndio foi deslumbrante." (LIMA, 1979, p. 337). Normalmente o uso da palavra "deslumbrante" é em sentido positivo. Então o incêndio era deslumbrante apenas para ele e os da Coluna.

Por vezes, o autor comete um lapso ao elogiar alguém: soa até como o relato de Juarez Távora sobre as suas desventuras, esperando talvez simpatia, porém atraindo risos de escárnio. Isso ocorre, por exemplo, quando narra sobre o heroísmo de Rubens Fortes, falando sobre seus feitos corajosos. Logo depois escreve que, "Em Maxixe, no ardor da refrega, Rubens invectivou os inimigos chamando-os de jagunçada, chimangos, criados do Rolinha, etc. Um dos adversários retrucou-lhe, espirituosamente aludindo à sua voz fina: - 'Óia esse fala de muié, qui vá cumê leite de bóde p'ra tê sustança nas guela!...". (LIMA, 1979, p. 341). Na narrativa toda, o autor persegue a intenção de que o leitor saiba como era heróica a Coluna, mas em trechos como este, ele consegue um efeito inverso: consegue lançar uma má impressão tanto sobre Rubens Fortes, já que no interior do Brasil, e principalmente na época onde se passam os acontecimentos, nenhum homem gosta de ter a sua pessoa associada a qualquer traço feminino, quanto

sobre a própria Coluna: que acontecimento heróico é esse onde os inimigos, no calor do combate podem se invectivar tão longamente?

No episódio em questão, pode-se observar como Moreira Lima faz uso da linguagem do povo simples e pouco letrado. Escrevendo seu livro em uma época em que os ventos do Modernismo já varriam o Brasil, ele ainda faz uma narrativa ao estilo do século XIX. Moreira Lima, quando faz uso da maneira de falar do povo, intencionalmente ou não, parece que busca apenas visar o lado pitoresco que essa linguagem causa. Dá a impressão de um ente superior que, em uma atitude condescendente, "deixa" que os humildes se manifestem em sua narrativa. Outro efeito causado é o de marcar a distância entre ele e o povo analfabeto.

Uma outra possibilidade seria a de uma tentativa de alcançar um efeito de estranhamento, a partir do exotismo da linguagem do povo. Afinal, Moreira Lima estava escrevendo para pessoas de seu nível cultural, pois para ele só as pessoas cultas seriam capazes de mudar a realidade do país, não sendo "uma massa amorfa de parias". E essas pessoas também se sentiam estrangeiras diante do povo simples do Brasil. Assim, Moreira Lima, ao transcrever longas falas populares, alcançava dois objetivos: um, o do estranhamento, que sempre atrai a atenção dos leitores; o outro, o de apresentar a linguagem do povo para aquelas pessoas de cultura elevada. Volto a lembrar que não há aqui qualquer tentativa de aproveitamento da linguagem nos moldes do Modernismo. O linguajar do povo é mostrado como coisa estranha, sendo visto de cima.

Os exemplos do uso da fala simples do povo são muitos. Ainda no ciclo paulista da revolução, escreve

... E a bandeira, desfraldada com violência, desdobrou-se majestosa, acima da multidão descoberta.
Ao atravessar o corpo da guarda, ouvi um soldado preto, que estava sentado num batente, dizer para outro que se aproximava:
" _ O *órive* já está no *tópe*".
"Também se nós não *ganha* essa guerra, o Brasil estava perdido..."
(LIMA, 1979, p. 47)

O uso das palavras destacadas em *itálico* serve tanto para apontar ao leitor que aquilo era apenas uma transcrição da fala do povo e não a dele, como para chamar a atenção do leitor.

Em outras ocasiões, Moreira Lima dá a impressão de que utiliza a diversidade lingüística existente na cidade de São Paulo da década de 20, para

enriquecer a sua narrativa. Seria uma tentativa de chamar a atenção do leitor, quebrando a seqüência de acontecimentos grandiosos da Coluna, evitando assim a monotomia. Escrevendo sobre um professor alemão, companheiro de cela em São Paulo, ele não perde a chance de tentar reproduzir o sotaque do estrangeiro.

Quando os rapazes se punham a cantar, ele os acompanhava, entoando, numa voz e música de cantochão, a sua copla predileta, com o sotaque que ainda não perdera:

- Âi!... Â! ...

Nunca vi mulherr sem hôme!...

- Âi!... Â! ...

- Âi!... Â! ...

Andrade Neves era um moço dentista, impicante e nervosíssimo.

Certa vez, desrespeitou grosseiramente o velho alemão, sendo energicamente repellido por todos nós.

E o velho alemão não deixou de intervir com a sua grande bondade a favor dele, dizendo-nos:

- *Dêixa Andrrade Neves, dêixa ele*, que é um bom menino.

Eu não me *zanga* com ele. (LIMA, 1979, p. 73)

As passagens nas quais ele utiliza a linguagem característica do povo simples do interior, do caipira, são freqüentes. Não pretendo me deter em novas transcrições, mas sim levantar quais as intenções do autor: enriquecer a narrativa, apresentar a voz do povo para as elites ou marcar sua posição de homem culto diante das classes menos cultas, mesmo que inconscientemente? Pela diatribe que desfecha sobre o sertanejo, a quem considera um pária, acredito que a última assertiva seja a mais defensável.

Outro recurso que o autor usa na sua narrativa é contar uma história dentro da sua história. Interrompe freqüentemente o fluxo dos acontecimentos para fazer digressões que, ao meu ver, se enriquecem a obra, podem causar ao leitor a sensação de estar em outra narrativa. Este recurso é até interessante em uma narrativa ficcional, pois permitem ao autor fazer seu narrador mudar no espaço e no tempo de acordo com a necessidade de sua trama, porém, em uma narrativa com pretensões do estabelecimento da verdade, pode causar uma perda de foco.

Quando comenta sobre o seu tempo na prisão em São Paulo, ele faz uma longa narrativa sobre um húngaro que conheceu na prisão.

Nascera na Hungria e pertencia a uma família rica, dona de vastos domínios.

Era doutor em direito e casara com uma mulher de grande formosura.

A guerra surpreendeu-os ainda nos primeiros dias de matrimônio. Chamado ao Exército, marchou para a fronteira da Rússia, onde se bateu durante longo tempo, até ser ferido no braço, ficando aleijado. Voltou para a sua casa, onde continuou a viver em paz, mesmo depois da revolução.

Um dia, a mulher fugiu-lhe com o amante.

Resolveu seguir para a Argentina, afim de ocultar num país estranho, a sua dor imensa, e sua inenarrável vergonha. Alí trabalhava como operário, sem que na sua terra ninguém soubesse do seu paradeiro,

Morava em Buenos Aires e ia vivendo tranqüilamente, na sua obscuridade. Mas, um dia, apareceu a mulher que o abandonara, tornando-se logo conhecida como uma cortesã de beleza notável. Fugiu para S. Paulo, empregando-se também como operário. Algum tempo depois, chegou a mulher e o seu nome dentro em breve, corria pela cidade.

O desespero apoderou-se novamente daquela alma sofredora.

Sobreveio a Revolução.

Fecharam-se as fábricas e ele, sem dinheiro e sem amigos, começou a passar fome.

Após a retirada dos revolucionários, prenderam-no por suspeito, por ser húngaro, andar maltrapilho e não poder se exprimir bem. Aquele tipo estranho de miserável com certeza auxiliara os revoltosos, raciocinaram os galfarros de Carlos de Campos, e se apoderaram dele.

E o infeliz alí estava, sob ameaça de ser esbordado, vendo a sua angústia aumentar dia a dia pelas infâmias da polícia brasileira, essa instituição torpe, indecorosa e sórdida que nos envergonha perante o mundo.

Eu quero voltar para a minha terra, esconder-me nas minhas montanhas, para não ver mais essa mulher, concluiu o mártir, traindo sem querer o amor que o torturava, apesar de procurar dominá-lo. (LIMA, 1979, p. 68)

A história do húngaro é interessante, mas aparentemente estaria mais ajustada em outro tipo de narrativa. Moreira Lima, em sua ânsia de mostrar quão era injusta a atuação do governo federal, lança mão de qualquer acontecimento que sirva aos seus intentos, não desprezando o lirismo nem a dramatização.

Esse recurso de ir e vir no tempo, às vezes acentua uma certa incoerência do autor. Na tentativa de engrandecer a Coluna e seus integrantes, Lourenço Moreira Lima por vezes parece perder o foco. Quando tenta provar que João Alberto era uma inteligência privilegiada, narra um episódio ocorrido quando o mesmo conspirava em 1922. Ele conta que um "coronel qualquer que comandava o 1º R. A. M. na Vila Militar, no Rio, em julho de 1922, no relatório que fez dos sucessos ali desenrolados no dia 5, cognominou João Alberto de 'pernambucano de

maus instintos'." Após frisar reiteradamente a palavra "qualquer", para designar o coronel, ele argumenta que "esse coronel qualquer arrancou da sua inteligência atrofiada por longos anos de tarimba aquela frase". (LIMA, 1979, p 332). Tarimbeiro era o nome dado aos oficiais que faziam carreira na tropa, como Prestes, Cordeiro de Farias e o próprio João Alberto, contra os científicos ou "bacharéis". Será que a inteligência destes oficiais também foi atrofiada pelo tempo que passaram na caserna?

Dessa análise me fica a impressão de que o livro de Moreira Lima é um livro de crônicas, feito a partir de anotações de um diário. Colocando-se como testemunha dos fatos vividos pela Coluna desde a sua gênese, ele como que autentica a veracidade de suas informações. Porém, não hesita em tecer longas considerações sobre todo o panorama político da época, desde que isso sirva para alcançar o seu intento. Porém, mais do que o posicionamento político de Moreira Lima, o que salta aos olhos é o lugar que o autor ocupava no tempo em que viveu. A maneira como se referiu aos humildes, quando estes não corresponderam às suas expectativas de revolucionário é um indicativo de como as elites, e isso inclui as pessoas de posses e principalmente as pessoas que tiveram acesso ao ensino superior, tratavam as classes menos favorecidas. Revelam também a educação européia que essas elites herdavam. Um exemplo dessa educação baseada em um modelo europeu é a maneira depreciativa com a qual às vezes se referia a duas das raças que ajudaram a formar esse povo. Quando fala sobre os mestiços e negros, deixa transparecer um certo desdém:

Pouco depois, apareceram dois oficiais do Exército: um mulatinho com o facies de tuberculoso e os cabelos encanecidos com caspas e o outro um capitão careca, com a fisionomia de cretino. O mulatinho, que tinha insígnias de major, fez-me algumas perguntas infames sobre a vida particular de Isidoro. Repelí-o energicamente. (LIMA, 1979, p. 69)

Em outro momento de sua narrativa, ele faz uma consideração nada elogiosa aos índios. Comentando uma tentativa de investigação, conta que "vi logo que estava às voltas com um Scherlock indígena, imbecil como todos os Scherlocks nacionais" (LIMA, 1979, p.79) . Não que isso cause estranhamento a quem estuda seu livro. Afinal, ele era um homem com idéias de sua época, perpassadas ainda do Determinismo e com o passado da escravidão ainda próximo.

Afirmar também que o autor fez uma obra desinteressante seria uma injustiça. Ela é interessante pelo momento histórico que aborda e pela gama de

acontecimentos que cobre. Porém, o que intriga é a mistura de elementos da narrativa histórica com elementos que raíam o texto proselitista. O autor não economiza no uso da ironia e faz isso com maestria. Falando sobre uma delegacia do São Paulo, conta:

Nos rápidos momentos em que estive na carceragem, vi vários instrumentos de tortura: canos de borracha, palmatórias, grossos cacetes e um respeitável espremedor de limões, este certamente, destinado a *preparar refrigerante* para os presos, nas horas de calor...

Era uma bonita coleção de objetos de martírio.

Admirei-me como o preclaro diretor do Museu Histórico, do Rio, ainda não mandara buscar aquelas belezas da nossa civilização para enriquecer o seu arquivo.

Lamentável esquecimento esse, ou, talvez, ignorância da existência de tanta preciosidade junta. (LIMA, 1979, p. 65)

O uso dessa ironia e de outros recursos de linguagem aparentemente são para dar qualidade à narrativa. Se não deve ser esquecido que, se Moreira Lima encarava a escrita desse livro como uma missão, uma das faces dessa missão era a sua divulgação. Por isso o cuidado no fazer da narrativa, sem desprezar nenhum recurso literário, além do engajamento quase místico, de quem, segundo João Alberto, 'não duvidava sequer um instante da vitória da revolução'. Escrevi anteriormente que Moreira Lima se sentia estranho em meio aos sertanejos que encontrava na marcha. Os sertanejos também deviam se sentir estranhos frente ao homem culto que era Moreira Lima e tinham consciência da distância que os separava dos chefes. Não se pode esquecer que, como já foi visto, os soldados humildes lhe pediam para não esquecê-los em sua narrativa.

Assim, Moreira Lima, apesar de não dar voz aos humildes em seu livro, pelo menos os revelou para a posteridade. Uma ironia é o fato de que os homens importantes não precisaram pedir para constarem na obra, mas os humildes sim. Se Moreira Lima peca, o faz por um excesso de engajamento provocado pela proximidade física e temporal com o objeto narrado. Será que o distanciamento temporal ocasionaria uma narrativa diferente?

A Coluna Prestes foi também objeto da atenção de Domingos Meirelles, que fez uma narrativa sobre a Coluna apoiado por um vasto acervo de informações e arquivos e que, mesmo narrando sobre um acontecimento distante no tempo, não consegue fazer uma narrativa isenta de tomada de posições.

3. OUTROS OLHARES

A ONIPRESENÇA GARANTIDA PELO TEMPO: AS NOITES DAS GRANDES FOGUEIRAS

Toda vez que releio *As noites das Grandes Fogueiras*, de Domingos Meirelles, lembro de uma afirmação de Umberto Eco, expressa no seu livro *Seis Passeios pelos Bosques da Ficção*. Sobre *Os Noivos*, Eco escreve que "Manzoni age como se estivesse filmando de um helicóptero que aterrissa bem devagar (ou age como se estivesse reproduzindo a maneira pela qual Deus olha do alto para escolher um indivíduo humano na superfície da Terra)" (ECO, 1999, p. 77). Mais adiante, afirma que Manzoni compete com Deus, pois "constrói seu mundo de ficção emprestando aspectos do mundo real". (ECO, 1999, p. 77)

Ainda que nesse texto Umberto Eco esteja voltado totalmente para o estudo da ficção, faço essa ligação em função de algumas observações que constam na apresentação e na introdução do livro de Meirelles, além da maneira como os fatos históricos são colocados dentro de sua narrativa. A associação entre Deus e Meirelles é devida à onipresença do autor, dono, dentro da narrativa, do tempo e do espaço. Suas antecipações e retrocessos no tempo, suas variações no espaço, narrando acontecimentos ora no Amazonas, ora no Rio de Janeiro, ora em São Paulo, mudando de cena, da marcha da Coluna para o Congresso Nacional, só são possíveis graças ao espaço de tempo decorrido entre os fatos que narra e o tempo em que escreve. Ele mesmo reconhece que era "como se eu espiasse do alto e visse, ao mesmo tempo, o que se passava, de um lado, com os rebeldes; do outro, com os jagunços que os perseguiam. Assim pude fixar a verdade de episódios narrados por protagonistas situados em ângulos diferentes e opostos." (MEIRELLES, 1997, p. 25). Pode-se contestar que ele possa fixar a "verdade" absoluta, pois vai registrar a verdade particular de cada envolvido no acontecimento, ou a verdade histórica, registrada nos livros. É claro que, por dispor de testemunhos dos dois lados, ele pode oferecer a quem lê o seu livro, uma possibilidade de enxergar mais claramente os acontecimentos que narra. Porém, tal verdade alcançada resistirá até o momento em que são revelados outros fatos sobre o assunto.

Outras observações do seu livro, me fazem mudar a opinião sobre a comparação com Deus: uma comparação mais apropriada seria com um mestre de marionetes, tal a facilidade com que Meirelles usa os fatos e personagens para construir sua narrativa. Quando se faz necessário, ele transita do interior do Brasil, onde acompanha a Coluna, para o Rio de Janeiro, onde acontecem debates sobre a marcha, ou para as prisões políticas, tudo de maneira bem resolvida, sem que haja solução de continuidade na narrativa. Apesar do seu livro ter como subtítulo "Uma história da Coluna Prestes", claramente seu objetivo é mais ambicioso. É o de retratar o Brasil da época, com todos os seus elementos políticos e sociais. E ele o consegue por dispor de fartos e abundantes recursos, tanto financeiros quanto tecnológicos, além de grande capacidade narrativa.

Na apresentação do livro, Maurício Azêdo afirma que o historiador que escreve apenas com a intenção de fazer história, acaba por produzir agentes e personagens que são desprovidos de sentimentos. Para o apresentador, Meirelles conseguiu fazer uma narrativa histórica em que, ao lado da verdade, é resgatada uma parte dos sentimentos e paixões daqueles personagens que fizeram parte da história do país. Dessa junção, pesquisa e paixão, surge uma "obra impressionante, comovente, esclarecedora". (MEIRELLES, 1997, p. 11), diferente da narrativa histórica daquele que escreve por imposição. Para o apresentador,

Em todos os passos, Meirelles teve a rigidez do historiador: na procura e na análise de fontes primárias ; na paciência e disciplina de levantamento de testemunhos orais; na persistente e metódica consulta a documentos de variada espécie; na reconstituição minudente, perfeccionista, de cenários, vestuários, equipamentos, costumes, sentimentos individuais e coletivos, diálogos entre os personagens que povoam esta história da Coluna Prestes, vivendo e atravessando a História com a força da figura de romance - de muitos romances, aliás.

Nada do que está presente na obra é fruto da ficção ou fabulação. Como este momento e seus agentes não foram focalizados pela lente fria do historiador profissional, mas pelo olhar sensível do repórter capaz de recompor, com alma, carne e ossos, personagens/seres feitos com a massa, inclusive a de sonhos e ilusões, que forma as criaturas, a narrativa assumiu um ritmo romanesco. (MEIRELLES, 1997, p. 12)

Quanto a afirmação de que nada é fruto da ficção ou fabulação, é uma coisa discutível. Tentar definir o que é ficção ou não é uma tarefa nada fácil, em tempos pós-modernos, com a multiplicidade de discursos envolvidos na narrativa.

O próprio Meirelles aumenta mais essa dúvida. Quando agradece à socióloga Marilena Balsa, pela ajuda que lhe prestou na concretização de sua obra, escreve "Este livro guarda muito do seu brilho intelectual e do carinho que demonstrou pelos personagens que ajudou a construir" (MEIRELLES, 1997, p. 12).

Ouso defender o ponto de vista de que o jornalista Domingos Meirelles, movido por um grande interesse pelo episódio da Coluna Prestes, acabou se apaixonando pelo tema e não conseguiu fazer uma obra puramente jornalística ou exclusivamente histórica do ponto de vista tradicional. Aliás, na apresentação e introdução de seu livro, a palavra paixão aparece inúmeras vezes. Apesar de, em todos os passos, o escritor ter a rigidez do historiador, como nos informa Azêdo, depois de fazer uma matéria para o *Jornal da Tarde*, em Meirelles cresceu a "obsessão de recontar a saga da Coluna Prestes" (MEIRELLES, 1997, p. 12). Assim, a "serviço dessa paixão" ele volta a trilhar os caminhos da Coluna. No final de sua apresentação, Azêdo escreve que "Domingos Meirelles deu vida a toda essa gente - a heróis, bandidos, anjos, demônios - mas isso não é um romance, embora com sabor de tal. O que se verá adiante aconteceu mesmo, é História. Contada com paixão". (MEIRELLES, 1997, p. 11)

O próprio autor informa: "Durante vinte anos fui atormentado por uma paixão: escrever um livro que revelasse o longo e comovente martírio dos rebeldes que participaram da marcha da Coluna Prestes." (MEIRELLES, 1997, p. 19). Mais adiante nos informa que "este é um relato histórico, captado com a técnica de investigação do jornalista e montado com a paixão do repórter." (MEIRELLES, 1997, p. 28). Ora, a palavra paixão, e aqui me socorro do dicionário Aurélio, tem entre seus significados os seguintes: "*sentimento forte e profundo e prevenção; parcialidade.*" O uso dessa palavra, além de outras que denotam estados psicológicos, como "obra comovente, impressionante", o "longo e comovente martírio dos rebeldes", "relato dramático", faz com que a narrativa abandone o caráter puramente histórico ou jornalístico, para atingir aspectos que raíam o romance.

Faço essas considerações para apontar para que lado essa paixão fará Meirelles pender. A sua simpatia será claramente para o lado dos rebeldes:

Há muito me emocionava a história pungente daqueles jovens oficiais do exército e da Força Pública de São Paulo que se deixaram conduzir pelo sonho de transformar o Brasil numa grande

nação. Dignos, probos e obstinados - em sua maioria recém-saídos da Escola Militar -, os rebeldes tinham o talhe do caráter dos homens de bem de seu tempo: arraigado sentimento de respeito para com o semelhante e a capacidade de indignar-se e revoltar-se, como cidadãos, contra o arbítrio, o nepotismo e a corrupção que devastavam o país. Tão diferentes entre si, mas algemados pelos mesmos sentimentos e desejos de mudança, esses moços, de origens sociais e económicas heterogêneas, vagaram durante dois anos e meio pelo interior de dez estados, sofrendo toda a sorte de provações em defesa da honra e da liberdade. (MEIRELLES, 1997, p. 19)

Se ele pensa que os rebeldes tinham o caráter de "homens de bem do seu tempo", os que estavam contra eles, na sua opinião, certamente não tinha esse caráter. Na seqüência já surge a motivação do jornalista para escrever o seu livro: "Uma epopéia de 36 mil quilómetros, que seria motivo de orgulho para qualquer povo, mas que no Brasil é tratada com um misto de indiferença e pouco caso pela historiografia tradicional". (MEIRELLES, 1997, p. 19). Esse misto de indiferença e pouco caso a que Domingos Meirelles se refere talvez seja devido a dois fatores: primeiro o de que a história "tradicional", como ele a chama, é escrita por quem vence, e os rebeldes não venceram; segundo, seria difícil aos governantes do país, depois daquele período, reconhecer a glória daquele movimento sem reconhecer a glória de quem dele participou, e aí seria a glorificação do maior deles, Luis Carlos Prestes, homem que, de oficial do Exército, transformou-se no líder do Partido Comunista e participou do que os militares chamam de "Intentona Comunista", em 1935.

Outro ponto me permite concluir qual lado é merecedor das simpatias de Meirelles: é a escolha da pessoa que prefaciou o seu livro. Ele informa que Jânio de Freitas foi escolhido por ter sido seu chefe no jornal *A Última Hora*, (MEIRELLES, 1997, p. 12), mas as seguintes considerações sobre Freitas me permite crer que ele tomará, em seu livro, a defesa dos pobres e oprimidos:

Digno, honrado e intransigente na defesa dos valores ditados por sua rígida formação ética, este exuberante *construtor* de jornais foi um dos mais extraordinários jornalistas com que tive o privilégio de trabalhar. Sua pena vem lancetando os mais escabrosos abcessos da sociedade brasileira com a mesma firmeza, coragem e desassombro com que enfrentou a ditadura militar, em 1967, ao assumir a direção do *Última Hora*, no Rio. Ninguém, portanto, melhor do que Jânio para dissecar as entranhas deste livro que tem muitos pontos de contato com a realidade que vivemos. (MEIRELLES, 1997, p. 28)

Cito essas qualidades e características que Meirelles atribui a Jânio de Freitas, porque este jornalista, no prefácio, estabelece uma comparação entre o Brasil de outrora e o Brasil de agora. Para ele nada mudou. "Privatizar é a 'solução' da 'modernidade' de 95, segundo a receita do consenso de Washington e do FMI adotada por Fernando Henrique Cardoso. E qual era a receita da Comissão Inglesa dada ao então presidente Artur Bernardes? Nada menos do que privatizar o Banco do Brasil, a Central do Brasil, o Lloyd Brasileiro, todas as estatais dos anos 20." (MEIRELLES, 1997, p. 15). Nota-se que o jornalista se coloca contra o governo de Fernando Henrique, por sua política de privatização, adotando também uma atitude de rebeldia. Em outro trecho, Jânio de Freitas escreve que "A 'modernidade' que agora nos é prometida está no passado." (MEIRELLES, 1997, p. 17). Fiz esse recorte a respeito do prefácio de Jânio de Freitas para comprovar que as simpatias de Meirelles pendem mesmo para os revoltosos de outrora e também para os "rebeldes" de agora.

Meirelles, como já escrevi, torna-se praticamente um deus dentro de sua narrativa, pela liberdade que usa para, valendo-se de vastas fontes documentais, traçar um retrato do Brasil, político e social, sem perder de vista que o foco de seu trabalho é a Coluna Prestes. É ela que é o seu objetivo e desse ponto que vai e vem pelo Brasil e pelo tempo. Porém, Meirelles se envolve tanto com o seu tema que o seu livro, por vezes, atinge um ponto que lembra a ficção. Acreditando no que lhe revelam suas fontes, ele passa a impressão de que estava presente em todos os episódios que narra. Logo no início, faz uma longa e detalhada descrição dos salões do Hotel Esplanada onde acontecia um baile, chegando a minúcias como "As paredes dos salões, vestidas com tecido brocado francês, exibem laçarotes de seda branca a cada dois metros, em suave contraste com o lambri de jequitibá". (Meirelles, 1997, p. 39). Essa riqueza de detalhes deve ter vindo de alguma testemunha ou de alguma fotografia da época, mas ele não cita fontes. E ao final de sua primorosa descrição, usa expressão em que há coloquialidade: "Ah!, só mesmo o Esplanada para dar uma festa como aquela." (Meirelles, 1997, p. 39). Só essa passagem já é suficiente para acreditar que o autor fez uma obra de pesquisa histórica, mas de uma maneira especial, usando recursos da ficção, intencionalmente ou não. Dessa atitude resulta uma obra em que irão aparecer fatos históricos apresentados com dramatização, inclusive presentificando a ação no tempo verbal.

Esse modo de narrar de Meirelles, pode ter vindo de sua experiência como jornalista e pesquisador, adquirida principalmente na TV Globo. O que pode ser chamado de efeito deus, pelos contínuos deslocamentos no espaço e no tempo, por exemplo, é uma consequência do efeito "câmara" que a sua narrativa apresenta. O ir e vir no tempo, o fechar de uma cena para abrir outra, com atores diferentes, é uma técnica de filmagem. Agora, aproximar o passado do presente, através da demonstração de uma familiaridade com o objeto narrado, foi uma opção do autor. No *folder* de divulgação de uma conferência de Meirelles na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), consta o seguinte comentário sobre a obra do autor::

Para construir a narrativa, o jornalista e pesquisador se valeu da experiência na TV Globo, numa espécie de engenharia cenográfica para tornar a leitura mais instigante - visitou o Palácio do Catete, quartéis em São Paulo e a vila Militar, tentando vivenciar as experiências, transpondo suas emoções, observações e reflexões para o texto. Para dar mais realidade à narrativa, passou o relato, que estava no passado, para o tempo presente, onde o leitor é conduzido como se estivesse assistindo um filme.(ABI, 2004.p. 3).

Essa maneira de narrar é que por vezes leva o leitor a pensar estar lendo uma narrativa sobre um fato que não necessariamente tenha acontecido. Esse efeito é o esperado pelo autor.

Em grande parte de sua narrativa Meirelles irá citar fontes e fará transcrições que constam de documentos oficiais. Inclusive passa a impressão de quer que o leitor saiba como foi intenso o seu trabalho de pesquisa sobre todos os assuntos que aparecem no livro, e que, devido a essa pesquisa, tem o domínio perfeito do que escreve. Quando fala sobre o bombardeio da cidade de São Paulo, em 1924, após escrever que "Bernardes e Setembrino optam pelo chamado 'bombardeio terrificante', e comentar sobre a desconfiança que Bernardes tem do Exército, faz uma explanação sobre como era a formação dos oficiais da época. A oficialidade divide-se entre "*bacharéis fardados*, em sua maioria positivistas, formados pela Escola Militar da Praia Vermelha, e *tarimbeiros*, voltados exclusivamente para a profissionalização, que estudaram na Escola Militar do Realengo, sob orientação da Missão Francesa". (MEIRELLES, 1997, p. 115).

Porém, o que chama a atenção em uma análise voltada para a maneira como Meirelles parece legitimar todas as suas fontes, é o modo como se envolve

com os personagens e como acaba por fazer considerações próprias, que não contam com o respaldo de terem sido pronunciadas por um personagem histórico.

Por exemplo:

O ministro sabia que a revolução de São Paulo fora instigada pela rebeldia espiritual dos *bacharéis fardados* ou *científicos*, como os oficiais formados na Praia Vermelha gostavam de ser chamados. Na academia militar eles eram também conhecidos como *provocadores*, no doce sentido que essa expressão tem quando se refere a instigante inquietação intelectual, própria dos jovens, às vésperas da ascensão ao oficialato. Com as suas idéias, os científicos são capazes de incendiar o país. É preciso contê-los a qualquer preço, mesmo que isso custe o massacre da população civil. (MEIRELLES, 1997, p. 117)

Feita assim, sem citação de fontes, essa assertiva, embora possa ser verdadeira, deve ser tomada como uma conclusão a que o autor chegou, após análise dos fatos. E pode ser uma conclusão equivocada, pois os oficiais que fizeram parte do ciclo dos "tenentes" foram todos formados na Escola Militar do Realengo. Podem ter sido positivistas ou não, pois muitos dos seus oficiais instrutores eram ainda da antiga Escola da Praia Vermelha.

A narrativa de Meirelles se arrasta por longas 711 páginas, o autor dá a impressão de não querer deixar nada para trás, tudo o que ele pesquisou tem que ser colocado no livro, embora o foco seja a Coluna Prestes como é indicado no título. Escreve sobre o início da revolução em São Paulo, sobre as atividades da polícia do Distrito Federal, sobre os vários focos de rebelião que pipocam por todo o país, sobre uma reunião ocorrida no Clube Militar por ocasião do episódio das cartas falsas de Bernardes, e também sobre a Coluna Prestes. Às vezes se perde em detalhes que, aparentemente, servem apenas para mostrar o quanto ele se aproximou da verdade em sua pesquisa. Um desses momentos ocorre quando da retirada de São Paulo, por parte dos revoltosos. "Isidoro puxa do bolso seu relógio Walthanan, com uma pesada corrente de ouro, e aperta os olhos para ver melhor as horas. São nove e quinze. O trem blindado deve estar quase chegando à estação de Vila Matilde." (MEIRELLES, 1997, p. 168). Segundo Umberto Eco, Alexandre Dumas ganhava por linha escrita, por isso costumava alongar seus diálogos (ECO, 1999, p. 68); pode-se até concluir que Meirelles também estava pensando apenas em estender a narrativa. Só que, apesar de poder dar a impressão de uma sobra na narrativa, um dado que não precisava estar ali, a citação dos pequenos detalhes contribui para que um personagem distante temporalmente do leitor se humanize.

Quando fala dos integrantes da Coluna, Meirelles normalmente é ponderado e tende a aceitar as versões favoráveis que os integrantes da Coluna dão para diversos fatos onde há alguma controvérsia. No episódio de Campo Japonês, que Neill Macaulay vai tratar de maneira desfavorável a Juarez, ele aceita a versão de Juarez de que o vaqueano sumiu, deixando-o sem guia e inclusive trata-o positivamente, ao escrever que "O coronel Juarez Távora quase enlouquece com o que vê. Os soldados, famintos, abandonam seus fuzis e se lançam com volúpia sobre a comida, expondo-se perigosamente ao fogo das tropas legalistas. Não é fácil restabelecer a disciplina. Juarez arregaça as mangas para arrancá-los pessoalmente da cozinha e obrigá-los aos gritos, a reiniciar o combate." (MEIRELLES, 1997, p. 214) . Quer dizer, a culpa da derrota de Campo Japonês não foi do comandante e sim do vaqueano e dos soldados famintos. A única mancha sobre Juarez é uma suposta "hesitação", ante o poder de fogo das tropas do governo. (MEIRELLES, 1997, p. 215).

Quem inicia a leitura desse livro esperando encontrar logo a história da Coluna, pode se decepcionar. O grande herói da narrativa vai aparecer somente na página 246, quando Meirelles, após fazer longo retrospecto dos acontecimentos que vão desde a preparação da revolta de 1924 em São Paulo, até a chegada ao Paraná, começa a escrever sobre a revolução no Rio Grande do Sul. Este modo de narrar de Meirelles exige um leitor muito bem preparado, com um conhecimento geral da história da época, para que não perca o fio da narrativa. As mudanças abruptas de espaço e assunto fazem muitas vezes o leitor voltar atrás para recuperar esse fio. No capítulo 14, que tem o título "Prestes levanta o Rio Grande", tem-se a impressão de que vai haver uma longa explanação sobre o movimento gaúcho. Mas logo a seguir, o autor se põe, dentro do mesmo capítulo, a discorrer sobre a revolta do encouraçado *São Paulo*, ocorrido no Rio de Janeiro. E permanece com a revolta do encouraçado da página 249 até a 283, quando retorna à revolução que estava em curso no Rio Grande do Sul. Aí, dá notícia do movimento gaúcho, muda de espaço para o Rio de Janeiro e vai para o Uruguai, em menos de 15 páginas. Muitas vezes sou tomado pela sensação de que há na obra material para diversos livros menores.

É na página 323 que realmente a Coluna vai tomar o centro da narrativa. As idas e vindas não vão cessar, mas o narrador vai se "posicionar" de maneira mais próxima à Coluna. E, exceto no episódio ocorrido na cidade de Piancó, onde

houve a degola de um padre, a narrativa é feita no sentido de glorificação da Coluna e de demonização dos governistas. Nesta maneira de narrar, o autor vai, principalmente a partir do ponto em que passa a contar as aventuras da Coluna, a usar e abusar de fontes e arquivos para se posicionar junto, ora aos jagunços, ora aos integrantes da Coluna. Para fazer isso, vai usar arquivos antigos, como os IPM (Inquérito Policial Militar) instaurados em São Paulo e no Rio de Janeiro, e outros arquivos que vão surgindo com o tempo, inclusive particulares. E esses novos arquivos dão a Meirelles essa liberdade para narrativamente se posicionar dos dois lados. Consultar só arquivos oficiais é uma atividade que pode uma visão unilateral. Como Paul Ricoeur escreveu em *Tempo e Narrativa*, um arquivo oficial é mantido por uma instituição e acaba por legitimar essa instituição.

Valendo-se de cartas e arquivos do coronel Horácio de Matos, um dos chefes de jagunços que combateu a Coluna a soldo do governo, ele, através do diário de campanha de Horácio, escrito por Franklin de Queirós, passa a ver o episódio de outro ponto de vista, que lhe permitiu inclusive "fixar a verdade de episódios narrados por protagonistas situados em ângulos diferentes e opostos." (MEIRELLES, 1997, p. 25). A questionar só a ambição de querer "fixar" a verdade: efetivamente, com esses arquivos, ele mostra ao seu leitor as versões que cada lado teve da Coluna, cabendo ao leitor escolher a que mais lhe convencer.

À parte essa pretensão de verdade, é importante reconhecer que Meirelles, apesar de suas simpatias, tenta se manter neutro, principalmente em relação aos integrantes da Coluna. Um exemplo ocorre quando escreve sobre o tenente João Cabanas, a quem dedicou o capítulo 8, com o título "O Intrépido João Cabanas", em que narra as aventuras do oficial da Força Pública que aterrorizou os governistas garantindo a retaguarda das tropas revoltosas que se retiravam de São Paulo. Quando ocorre uma disputa entre Prestes e Cabanas ele se limita a narrar apenas, como se, aí sim, deixasse a cargo do leitor tomar sua decisão. Escrevendo a respeito da rivalidade entre Força Pública e Exército, comenta: "cansado e doente, Cabanas resolvera abandonar a luta e se refugiar na Argentina. Há muito ele estava com a saúde em frangalhos. Os pés estavam inchados, com chagas imensas, o que o impedia de caminhar." (MEIRELLES, 1997, p. 394). Logo mais enuncia um juízo de valor quando escrevendo sobre a *Coluna da Morte*, comandada por João Cabanas, faz o comentário de que "Ela desapareceria para sempre, invicta, como seu líder." (MEIRELLES, 1997, p. 394).

Sem querer tecer comentários negativos a respeito de Prestes, parece que Meirelles tenta justificar a atitude de João Cabanas. Comentando as razões para que Prestes e Cabanas não se entendessem, ele escreve que Cabanas, até a chegada de Prestes era o oficial mais famoso da Coluna. "Logo se conheceram, Prestes e Cabanas tiveram alguns arrufos. Prestes acusava Cabanas de sabotar algumas de suas ordens, o suficiente para que a relação entre os dois azedassem.". (MEIRELLES, 1997, p. 393). Quando Cabanas se refugia na Argentina, Prestes impõe a ele o mesmo tratamento dado ao capitão Felinto Müller, oficial que tinha desertado por covardia. Segundo Meirelles, a justificativa para tal equivalência de tratamento foi a manutenção da hierarquia e disciplina, embora muitos oficiais não concordassem com tal tratamento.

Quando fala na cisão ocorrida entre o General Isidoro, principal chefe militar da Coluna Paulista, e o General João Francisco, civil e revolucionário gaúcho, ele se preocupa em não tomar partido, e aí parece que demonstra o seu lado jornalista, procurando apenas informar o leitor da maneira mais completa possível. O autor poderia ter, para melhor explorar este desencontro entre João Francisco e Isidoro, lembrado que em 1893, na Revolução Federalista, os dois combateram em lado opostos, Isidoro pelos federalistas e João Francisco pelos castilhistas. Esse lembrar poderia ser interessante e, como o autor em outras ocasiões se demorou em longas digressões, também poderia ter agido assim neste episódio. Sobre isso apenas escreve: "Alimentados por velhos ressentimentos e enlouquecidos pelo ódio, João Francisco e Isidoro continuam a se retaliar, agora através dos jornais da Argentina e Uruguai, chocando a opinião pública com a crueza de suas agressões verbais." (MEIRELLES, 1997, p. 412). Segundo o autor, João Francisco escreve carta aberta, desqualificando Isidoro, acusando-o de desertor e de ter roubado o dinheiro da revolução. Isidoro teria reagido desafiando João Francisco para um duelo de morte, "no estilo das tradições gaúchas". Chama-me a atenção o uso que o autor faz costumeiramente, e aqui fica mais evidente, do uso de cartas dos personagens e logo a seguir sua repercussão na imprensa brasileira. É estabelecido um paralelismo: João Francisco acusa, Isidoro se defende e a imprensa glosa. João Francisco, segundo o autor, afirma que "a opinião das multidões inconsciente e desconhecadora das vossas fraquezas e misérias, havia vos consagrado chefe da revolução e os tiranos, como as crianças, acordavam em todo o Brasil sonhando com o 'fantasma' - General Isidoro!... Mas a lenda fantástica, como toda a coisa que

sobe artificialmente, cai logo e se esboroa. " (MEIRELLES, 1997, p. 413). Logo a seguir, Meirelles transcreve publicação da imprensa oficial, que se aproveita "das acusações para denegrir ainda mais a imagem de Isidoro, qualificando-o como um militar obscuro, dono de uma carreira sem brilho, que a rebelião paulista tinha colocado em imprevista e celebrada evidência: 'As turbas embevecidas, os torcedores da revolução, o aclamavam como uma figura legendaria, um herói. Ontem ele se desmascarou.'" (MEIRELLES, 1997, p. 414). Neill Macaulay quando escrever a sua história da Coluna Prestes, vai informar que os "tenentes" usaram o velho Isidoro: ele foi escolhido por "falta de opção", segundo o americano. Meirelles, que nitidamente simpatiza com a posição dos revoltosos, aparentemente não toma partido de nenhum dos dois oponentes, apenas lamenta o prejuízo que essa disputa traz para a revolução: "Os rebeldes chegam a Goiás ainda sem conhecer o rombo e a extensão dos danos infligidos à causa revolucionária pela troca de insultos entre o marechal Isidoro e o general João Francisco." (MEIRELLES, 1997, p. 412). Porém, sutilmente ele demonstra a sua preferência pelo marechal Isidoro: quando é comentado o desafio de Isidoro a João Francisco, imediatamente nos vem a lembrança os desafios dos cavaleiros medievais - só desafiava quem estivesse se julgando vítima de uma injustiça. Outro ponto em que o autor tende a pender para Isidoro e contra João Francisco, ocorre quando comenta que o caudilho gaúcho ofendia o general, referindo-se a Isidoro "de forma grosseira, chamando-o de 'marechal viado'" (MEIRELLES, 1997, p. 415). Quando aponta que João Francisco apostrofava Isidoro de forma "grosseira", o autor tende a ficar do lado de quem foi ofendido: não se fica apontando defeitos em quem se aprova.

Na sequência da narrativa novamente volta a impressão de leitura de que o autor não quer deixar passar nada que se refere à vida política e ao que se relaciona com as revoluções do período. Os capítulos 31 e 45, intitulados respectivamente "O Inferno de Clevelândia" e "Os Mortos Vivos de Clevelândia", são dedicados ao sofrimento dos que foram desterrados para Clevelândia, no Amapá. Nos capítulos 36, "A contravenção no Poder", e 38, "A Representação do Jogo do Bicho", é comentado como o jogo do bicho alcançou o Congresso Nacional. O 47 é dedicado a um caso de tortura e morte nos porões da polícia do Distrito Federal: o de Conrado Niemeyer. Nestes dois últimos assuntos, o do jogo do bicho e o da tortura, aparentemente o autor tenta concretizar o que Jânio de Freitas comentou no

prefácio: o passado não passou. Nada mudou no país, apesar de 70 anos decorridos.

O capítulo que dará título ao livro é o de número 39. É nele que realmente é feita a apologia e a justificativa do modo de viver dos revolucionários. São heróis, sem dúvida. O autor, citando Ítalo Landucci, italiano veterano da 1ª Guerra Mundial, e um dos poucos estrangeiros que fez a marcha toda, escreve

Além de ex-integrante do Batalhão Italiano na rebelião de São Paulo, Landucci é veterano da 1ª Guerra Mundial. Ele está particularmente comovido com o sofrimento dos feridos, carregados em padiolas rudimentares, feitas com duas varas e um cobertor. Observa, penalizado, o resto da tropa se arrastando pela caatinga como animais e se pergunta enquanto caminha pela trilha de espinhos: onde, todos esses homens conseguiram a força, a resistência e a disciplina que os mantém unidos na dor e na desgraça? Qual o segredo dessa magia que os torna solidários e resignados, como se estivessem acorrentados, presos entre si, sempre juntos nas situações mais dramáticas? Por que, mesmo distantes estão tão próximos? Onde os potreadores feridos encontram a força e a luz que os fazem cavalgar, dias e noites sem parar amarrados em suas montarias, só para morrer nos braços de seus companheiros? De que tipo de sentimento são as algemas que aprisionam esses homens? (MEIRELLES, 1997, p. 544)

Nesse diapasão vai seguindo a narrativa. É nesse capítulo que Meirelles vai demonstrar toda a sua paixão pelo movimento revolucionário. É como se procurasse justificar a atitude dos revolucionários através de considerações de apelo emocional e quisesse atrair também o leitor para seu lado. A revolução não teve sucesso, mas não por causa de seus integrantes. Foi por outros motivos, entre eles, o de que o Brasil não estava preparado para a revolução. Em todas as obras sobre a Coluna essa sensação dos seus integrantes vai aparecer: eles estavam tentando fazer uma revolução à força.

Continuando a escrever sobre a Coluna, ele vai justificando o nome que deu a seu livro. As grandes fogueiras eram os fogões, em torno dos quais os combatentes se reuniam à noite, de acordo com as suas afinidades. Essas fogueiras proporcionavam uma sentimento de união aos seus participantes. Assim se dava a criação de um *ethos* próprio, uma união de homens diferentes em torno de um ideal longínquo:

Aparentemente, eles não tem muitas coisas em comum. Boa parte dos revolucionários é gaúcha, com hábitos e costumes típicos do

Sul, muitos distintos daqueles que vêm de dois grandes centros urbanos como o Rio e São Paulo, sem contar os nordestinos que aos poucos foram se juntando à Coluna. Entre eles há militares, intelectuais, estrangeiros, jornalistas, operários semi-alfabetizados e camponeses analfabetos, na maioria muito jovens, com idéias e ideais forjados pelo meio em que viveram. Apesar de terem vindo de regiões diferentes e diferentes classes sociais, formam todos uma grande família. Há entre os rebeldes um forte sentimento de irmandade.

Não existe também entre eles desigualdades, apesar da hierarquia imposta pela disciplina militar. Os chefes levam a mesma vida que os soldados, sem privilégios: se for preciso, dormem também no chão ao lado da tropa; comem do mesmo rancho. Durante toda a marcha, o melhor é sempre destinado aos feridos e, depois, aos demais combatentes. A oficialidade não tem regalias. O hábito gaúcho de cozinhar e de fazer as refeições em volta de fogueiras, usadas para preparar a comida, também contribui para que homens tão diferentes nas suas origens se aproximem e passem a se conhecer melhor. Os fogões, como os gaúchos se referem a essas fogueiras, permitem que afluam nobres e insuspeitados sentimentos em combatentes que acreditavam lutar só pelo gosto da guerra. Os fogões não só revelam ideais como criam vínculos que os mantêm entrelaçados, como se fizessem parte de um destino comum. Nessas conversas em volta do fogo, surgem revelações e sentimentos que acabam por fazê-los prisioneiros uns dos outros, algemados pelos mesmos sonhos e paixões. As noites consumidas em volta dessas grandes fogueiras consolidam a nobreza do afeto que faz todos aqueles homens parecerem irmãos. (MEIRELLES, 1997, p. 546)

Fiz esta longa transcrição por acreditar que é possível ver nessa passagem uma espécie de nostalgia ou desejo de uma sociedade utópica. Apesar de citar como fonte depoimentos de Cordeiro de Farias e Emíldio de Miranda, o autor não faz transcrições desses depoimentos, mas passa a quem lê a impressão que as idéias lançadas são dele. Meirelles, que vive em uma sociedade neo-liberal e globalizada, onde cada vez mais o desejo pelo dinheiro suplanta o interesse coletivo, gerando um egoísmo e uma falta de sensibilidade para com o sofrimento do próximo, aparentemente faz apologia de uma sociedade onde houvesse mais justiça. Na transcrição, palavras como "sentimento de irmandade", a falta de "desigualdade", apesar da ordem decorrente da hierarquia militar, "o melhor é sempre destinado aos feridos", "A oficialidade não tem regalias", e a união que as conversas em volta das fogueiras provocam, tudo culminando com o sentimento de que todos se tornam irmãos devido ao objetivo comum e a proximidade, causam a impressão de que Meirelles opõe a tudo isso a correria do dia-a-dia moderno, a falta de solidariedade que o mercado capitalista provoca. Só falta o autor receitar que o

problema da falta de compreensão e comunicação entre homens de hoje se resolva com "grandes reuniões" em torno de "grandes fogueiras". Isso diminuiria a distância entre os homens.

Esses homens também tinham sentimentos que os caracterizavam como simples seres humanos, capazes de ações más, porém explicáveis. Quando escreve que a Coluna foi recebida com emboscadas em uma série de povoados no nordeste, ele vai comentar que "A resposta dessas agressões é igualmente brutal: essas cidades foram saqueadas, e as três últimas incendiadas pelos rebeldes. Só em Lagoa grande foram queimadas 73 casas." (MEIRELLES, 1997, p. 544). É uma justificativa envergonhada da dimensão humana dos homens da Coluna: eles apenas responderam a uma má ação com outra. Ora, um narrador neutro não teria tantos pruridos para explicar tais fatos: eles estavam em guerra e responderam um ato violento com outro.

Quero me ater, para finalizar, a três aspectos da narrativa de Meirelles, mas antes farei um comentário sobre o capítulo de número 50, chamado "A Revolução Perdida". Este capítulo se refere à Coluna logo após o exílio. Há aí um choque de idéias entre o pragmatismo político e o radicalismo dos revolucionários. Ressalta por exemplo que quando o governo de Washington Luís propõe uma anistia restrita quanto às pessoas, "num gesto de grandeza, Isidoro deixara bem claro que as lideranças rebeldes não pensam tirar dela nenhum proveito." (MEIRELLES, 1997, p. 686). Meirelles, volta ao papel senão de jornalista, digamos de um analista político. Há uma espécie de contradição entre a admiração pela epopéia da Coluna com os seus resultados, surgindo também uma dicotomia entre os líderes da marcha e os liderados.

Meirelles faz uso de uma idéia de Luís Amaral, repórter de *O Jornal*, segundo o qual, "a Coluna fora apenas um movimento pequeno-burguês de contestação a um Governo autoritário que humilhara o Exército." (MEIRELLES, 1997, p. 688). O autor, aparentemente endossando essa idéia, escreve que "Os rebeldes, na verdade, em nenhum momento se preocuparam em promover uma revolução social no Brasil. Apesar de sua perplexidade diante do ambiente de miséria, ignorância, opressão e abandono em que viviam as populações do interior do país, os líderes da Coluna jamais pensaram em mudar a estrutura da sociedade para reverter a situação que tanto os impressionava." (MEIRELLES, 1997, p. 688). Parece que, para Meirelles, os "Tenentes" eram homens capazes de heroísmos

peçoais, mas, a sua origem pequeno-burguesa os fazia cegos aos problemas que afligiam o povo. Afinal, "Para os tenentes, tanto os grandes proprietários de terras como as famílias por eles exploradas eram todos homens do campo. Os problemas decorrentes do latifúndio eram incompreensíveis para os rebeldes. Eles se aproximavam desses trabalhadores, que muitas vezes viviam como escravos, apenas à procura de braços, para engrossar o movimento militar que espicaçava o governo." (MEIRELLES, 1997, p. 689). É o uso dos humildes como peça de manobra, sem observar os seus interesses. Aqui é interessante notar que o analista político no qual se traveste Meirelles, toma uma posição, usando uma terminologia já um pouco gasta, à esquerda. Novamente me vem a cabeça o papel de atualização que o autor tenta dar ao seu livro: sempre quer lembrar ao leitor que as coisas não mudaram tanto assim, daqueles tempos para cá. Afinal, como os líderes rebeldes "faziam parte de uma elite, num país em que 80% da população eram analfabetos, os integrantes da Coluna julgavam-se os legítimos protagonistas da História." (MEIRELLES, 1997.p. 689). Isso não soa como uma investida ao governante Fernando Henrique Cardoso, que em um certo ponto de seu governo foi acometido por uma espécie de "síndrome de Deus"?

Desse capítulo os militares saem diminuídos. As considerações que o narrador faz induzem o leitor a deduzir que Prestes agiu de maneira mais coerente, pois não fez aliança com os velhos interesses oligárquicos. Adotando uma súbita neutralidade, o narrador critica até um oficial como Siqueira Campos, normalmente enobrecido por suas atitudes. Ao escrever sobre a manobra diversionista que Siqueira fez para que Prestes pudesse prosseguir para a Bolívia de maneira mais segura, Meirelles conta que muitas injúrias foram lançadas contra o herói de Copacabana. E escreve que nem todas eram

desprovidas de fundamento. O próprio Siqueira, com sua impulsividade e o gênio esquentado, tinha parcela de culpa na campanha que tanto enodoava sua imagem. Ao determinar que os jagunços aprisionados em combate não fossem mais levados à sua presença, porque não queria ver mais pela frente aqueles 'desprezíveis detritos humanos', bandidos vulgares e desalmados, que só assassinavam de tocaias, Siqueira 'legitimou' a execução

desses prisioneiros. Seus homens passaram a se livrar desse tipo de gente da forma que achavam melhor" (MEIRELLES, 1997, p. 693).

Isso é uma prova de que o contato com a barbárie acaba por tornar o ser humano um bárbaro: o procedimento que tanto indignou Euclides da Cunha em *Canudos*, a degola dos prisioneiros, era agora praticado por um "herói da liberdade".

Citando matéria do jornal *A manhã*, do Rio de Janeiro, sem apontar o autor, Meirelles comenta que para o jornal, "a epopéia de Prestes confrontada, como o fizemos, com as demais epopéias do gênero, das quais tanto se ufana a História da civilização, só pela de Alexandre é superada e detém, portanto, o segundo lugar entre as mais notáveis expedições militares de que há notícia na história universal de todos os tempos." (MEIRELLES, 1997, p. 694).

Domingos Meirelles também faz considerações sobre a necessidade do Brasil ter heróis. "No exílio de La Gaiba, Prestes continua sendo festejado como uma personagem de que necessitava 'tanto a nossa história como a nossa literatura'. Um herói nacional, denso, popular, guerreiro e libertário, de que 'tanto careciam a poesia e o romance'. O Brasil tinha agora a figura do herói e do mito esculpida numa só pessoa. Conseguíamos, finalmente, ter o nosso Bolívar, o nosso Sucre, o nosso San Martín, o ídolo de que 'nossa tradição e o nosso ideal romântico andavam famintos'." (MEIRELLES, 1997, p. 694). E Prestes sai desse capítulo engrandecido porque, ao invés de fazer aliança com antigos inimigos, resolve seguir seu próprio caminho.

O primeiro aspecto dos três a que me referi parágrafos atrás é o da quantidade de fontes que constam do livro de Meirelles. As notas ocupam da página 711 até 745. A bibliografia vai da página 749 até a 755, e as referências documentais vão da página 759 até a 765. Como pesquisa foi um trabalho realmente muito árduo e o autor não quer que esse esforço passe despercebido por nós. Os livros de Távora, João Alberto, Macaullay e principalmente Moreira Lima são citados freqüentemente como fontes. Sem dúvida, essa abrangência de fontes permitem uma visão mais ampla do assunto.

O segundo aspecto que gostaria de ressaltar é a exploração de alguns episódios pitorescos, que não apresentam grande importância para a narrativa, mas são incluídos, creio eu, para dar maior interesse a ela. Um desses exemplos é a transcrição da marchinha de carnaval que o povo cantava para atazanar o

presidente Artur Bernardes: "Ai, seu 'Mé', Ai seu 'Mé', Lá no Palácio das Águias, olé! Não há de por o pé." (MEIRELLES, 1997, p. 679). Outro episódio interessante é narrado sobre a ocasião dos interrogatórios feitos a prisioneiros depois da queda de São Paulo. Os revolucionários tinham aceitado estrangeiros em suas fileiras. Os comandantes desses batalhões recebiam por voluntários alistados. Quando é feita uma devassa no livro de contas do Batalhão Húngaro,

o tradutor arregala os olhos, com ar de espanto, e começa a falar sozinho em voz alta. A expressão do rosto é de perplexidade. - Mas o que é isso? Gyla Hegedues é um dos maiores atores da Hungria, membro do grande Teatro Vigszinhaz, de Budapest! Anatole Holub é um campeão de luta romana! Alajos Herceg é o nome de um conhecido meu, comerciante em Budapeste! Gabor Korponli e Gedeon Radaí são homens públicos de meu país!" (MEIRELLES, 1997, p. 229)

O Batalhão Húngaro tinha sido formado por um "aventureiro internacional" que tinha enganado os revolucionários e implantado "soldados fantasmas" em seu Batalhão. Segundo Meirelles, constava da lista "até um rei do século XV, Matyas Kiraly, bailarinos, foragidos da justiça e nomes de lojas comerciais, repartições públicas e cidades de veraneio da Hungria." (MEIRELLES, 1997, p. 229). Talvez Meirelles incluía esse episódio na narrativa para demonstrar a ingenuidade dos rebeldes.

Mas o fato mais curioso e interessante nesse aspecto, o de colocar na narrativa episódios que aparentemente não tem nada a acrescentar a ela, está no último capítulo do livro. Com o nome de "O Cemitério de La Gaiba", o capítulo se inicia realmente com o cemitério servindo como espaço da cena. Porém, usando um recurso de ficção, enquanto o Bacharel Lourenço Moreira Lima pronuncia um discurso em homenagem aos mortos da Coluna e aos seus integrantes, Meirelles inicia um parágrafo assim: "À mente de Prestes acodem velhas reminiscências que o levam, de repente, de volta à época em que servia no Rio de Janeiro, em 1921." (MEIRELLES, 1997, p. 698). A partir daí, o autor passa a narrar o acontecimento das cartas falsas atribuída a Bernardes e consideradas ofensivas à honra do Exército. Faz o relato da reunião do Clube Militar em que foi decidida a autenticidade das cartas, com um diálogo que é muito interessante, pois entram em choque jovens oficiais e próceres militares da época, com acusações de ambos os lados. Não resisto a citar alguns desses diálogos. Quando um oficial diz que "gaviões e abutres rasgam a dignidade alheia" e é aparteado por alguém que diz

"Gavião é Vossa Excelência", logo replica: "Eu sou gavião e Vossa Excelência é *rolinha*" (MEIRELLES, 1997, p. 704). Ou quando o general Setembrino de Carvalho, ao responder o tenente Gwaier, que estava faltando com o respeito para com os mais antigos, diz: "Eu o repilo como homem!" e Gwaier responde: Vossa Excelência já teve ocasião de repelir alguém a não ser como homem? Eu não tive, graças a Deus..." (MEIRELLES, 1997, p. 708). São diálogos no mínimo divertidos, mas que parecem estar sobrando na narrativa. E de repente estamos de volta a La Gaiba, logo após a transcrição da reunião do Clube Militar. Moreira Lima termina o seu discurso e o livro tem o seu final com as seguintes palavras: "Suas últimas palavras soam como uma maldição e um instigamento. Prestes recebe aquelas palavras como uma definição de objetivos e um compromisso de vida: - Tiranos! Os vossos dias estão contados na terra brasileira." (MEIRELLES, 1997, p. 711). Moreira Lima não era tão bom profeta como julgava.

Por último, gostaria de ressaltar a maneira como muitas vezes Domingos Meirelles abandona a neutralidade e adota um certo lirismo que, em minha opinião, visa atrair a simpatia do leitor para o personagem em tela. Quando escreve sobre o levante ocorrido em Manaus, atinge dois objetivos: coloca o leitor contra o governo que patrocina a violação do sigilo de correspondência e cobre o tenente revoltado Alfredo Augusto Ribeiro Junior com um manto de simpatia. Ele transcreve a carta:

Minha idolatrada Bizinha.

Após 32 dias de forçado silêncio - vá lá, meu amorzinho, quando eu podia pensar que isso aconteceria! - posso enfim escrever-te um pouco minha Riquezinha. Escrevo-te as duas da manhã do meu gabinete de trabalho (...) Saio daqui para dormir quando o dia amanhecer. É que tenho procurado corresponder à dignificante confiança com que distinguiram meus companheiros! (...) Bem debes adivinhar, minha formosinha e riquinha mulherzinha, o quanto de amargas apreensões vivem no meu atribulado espírito, pela tua situação aí e dos nossos queridinhos filhinhos! O que terá se passado contigo e com eles, durante todo esse tempo, minha formozinha e meiga Bizinha? Que Deus se apiede de nós, meu amorzinho! (MEIRELLES, 1997, p. 231)

O autor comenta, sobre a carta do tenente: "Ingênua, quase infantil, a carta revela uma delicadeza de sentimentos que jamais se poderia suspeitar no autor. O tom extremamente carinhoso perpassa as 12 páginas que Bernardes lê com imensa curiosidade. Estão ali o caráter romântico e a pureza de ideais daquele homem de 27 anos que, sufocado pelos acontecimentos e pela distância da família empunhou

a pena e se dirigiu à mulher." (MEIRELLES, 1997, p. 231). O autor decididamente abandona tanto a linguagem puramente jornalística como a de historiador e se aventura em nuances de ficção. Primeiro, ele não explica porque "jamais se poderia suspeitar" que o tenente pudesse ter aquela delicadeza de sentimentos. Ou ele conheceu o tenente pessoalmente ou tem a idéia de que todo militar é incapaz de sentimentos gentis. Faço essa observação porque esta carta foi retirada de um arquivo da Polícia Política do Rio de Janeiro, e não é apresentado o comentário de ninguém que possa ter conhecido o tenente. Segundo, ele realmente atrai a simpatia do leitor para o tenente, mas também corre o risco de fazer com que o leitor se sinta como Bernardes: violando a correspondência de alguém que revela os seus mais íntimos sentimento à pessoa que ama. Esta é uma possibilidade muito grande quando se lê o final da carta:" Até quando Deus quiser, meu riquinho benzinho. Beija muito e muito nossos riquinhos filhinhos, sim, minha formozinha e meiguinha mulherzinha. E receba outros abraços bem apertados, milhões de apaixonadas beijoquinhas que te envia o teu saudosíssimo e extremado. (^a) Ribeiro. "(MEIRELLES, 1997, p. 232). Sabendo que o tenente é um personagem que realmente existiu, não consigo ler essas expressões que denotam intimidades sem que me sinta espionando alguém. São palavras que deveriam ser lidas só pela Bizinha.

Esse lirismo e o uso de palavras que pode até não indicar a intencionalidade de ficcionalização mas acabam soando como tal, são uma característica desse livro de Meirelles. Apesar de, no prefácio e na apresentação, constar a intenção de que o que vai ser lido não é fruto de ficção ou fabulação, muito do que o autor escreve acaba figurando como tal. Ele definitivamente não segue um discurso puramente jornalístico, de quem se concentra na neutralidade para narrar determinados acontecimentos.

Como muitas vezes fica difícil caracterizar de maneira conclusiva o que é um discurso jornalístico, retirei de um artigo do Instituto de Educação Superior de Brasília, onde não está apontada a autoria de uma matéria com o título "A narrativa noticiosa e a jornalística", alguns conceitos básicos, que indicam de maneira sumária, elementos que compõe a narrativa jornalística. Desse artigo retirei a seguinte afirmação: "A narrativa noticiosa não dramatiza. Contrariamente, na narrativa literária, a dramatização é freqüente." Por dramatização entende-se aqui toda a ação de montar e tecer uma intriga, de ordenar as ações e colocar seus

personagens de maneira a se acomodarem na trama. Ora dramatização é o que não falta no livro de Meirelles.

Também aparecem na mesma publicação, os seguintes conceitos:

- Narrador: A narrativa noticiosa prefere o narrador etéreo, neutro, que não faz transferências, que não se impressiona, nem opina.

- Vista: A narrativa noticiosa busca a vista neutra. A literária comumente tem vista comprometida com um personagem ou com alguma tendência do narrador.

- Ordem de apresentação: A narrativa noticiosa prefere a ordenação por importância decrescente. Os dados prioritários da ação são revelados de imediato. A narrativa literária tem mais liberdade quanto à ordem. No geral evita-se a ordem por importância decrescente. Às vezes, para criar suspense, usa-se ordem de importância crescente. É comum usar ordem cronológica e favorecer a criação de clímax. De modo geral a narrativa noticiosa busca neutralidade, produtividade, concisão. A literária busca ludicidade, manipulação psicológica, crítica.

Parece que Domingos Meirelles, segue os conceitos acima no que se refere a narrativa literária. Ele dramatiza, envolve os leitores e manipula nossas simpatias. Em alguns episódios de seu livro, ele chega a abandonar a intenção de fazer um documentário puro e simples e parte para a caracterização dramática de seus personagens que, apesar de históricos e da pretensão de serem apenas históricos, tomam aí ares de ficção. Quando descreve o episódio da tentativa de rebelião em Recife, em 1926, ele faz a seguinte descrição do chefe da revolta, tenente Cleto Campelo:

apesar de muito conhecido pelas posições políticas que assumira em 1922, ao apoiar o levante do Forte de Copacabana, seu tipo físico quase não chamava a atenção. Ninguém poderia imaginar que aquele homem baixinho e franzino representasse alguma ameaça às instituições. O rosto lembrava um adolescente: nariz afilado, queixo pontudo, boca pequena. Os lábios finos davam, entretanto, à sua fisionomia ar altivo e severo. A aparente sisudez logo se desmanchava com o olhar irônico e o jeito brincalhão, meio juvenil, de usar sempre as mãos para melhor se expressar. Por trás dessa cara de menino escondia-se uma personalidade metódica e obstinada, que convivía com um gênio esquentado. Nos momentos mais críticos, Cleto se deixava levar pela emoção."(MEIRELLES, 1998, p. 491)

Apesar de citar a fonte quando descreve Cleto Campelo, o que pode-se questionar é a necessidade, para uma narrativa histórica e que pretende apenas

revelar a verdade, de uma descrição tão minuciosa onde se pode ver muitas considerações que o jornalista não poderia confirmar, mas apenas reproduzir de outra fonte. O caráter psicológico de diversas características atribuídas a Cleto Campelo, como "brincalhão", "personalidade metódica", "esquentado" são habituais na construção de personagens de ficção. Seriam uma indicação novamente do lado que o autor toma partido, pois ele abandona a neutralidade: deixa de documentar, de informar, para, diretamente influenciar o leitor a favor de um personagem. Muitas das características apresentadas pelo personagem pode-se dizer que são mais presumidas que observadas. É uma clara construção de um personagem de romance.

Temos um exemplo de dramatização na narração do episódio em que o General Miguel Costa foi ferido. Ele escreve que "O corpo do general Miguel Costa estremece, com o impacto, e tomba junto à porta, desfalecido. Ao verem o chefe gravemente ferido, os rebeldes se atiram enlouquecidos sobre os jagunços." (MEIRELLES, 1997, p. 581) O episódio do ferimento de Miguel Costa é histórico, mas é difícil que alguém, no calor do combate, pudesse prestar atenção no estremecimento do general para depois testemunhá-lo com exatidão ao jornalista. É o romancista se sobrepondo ao jornalista.

Uma das possíveis vantagens que o escritor de ficção tem sobre o historiador ou sobre o jornalista, é a liberdade de dominar o tempo e o espaço dentro de seus romances. Como é o criador, domina toda a narrativa, cria seu tempo, faz idas e vindas através de épocas e lugares. Já o historiador, quando escreve sobre fatos passados, o faz a partir de um acontecimento e poucas vezes se permite retroceder em sua narrativa histórica. A mesma característica apresenta o jornalista: no máximo ele contextualiza o acontecimento no início de sua narrativa e depois segue sumariando os acontecimentos. Domingos Meirelles, intencionalmente ou não, elimina essa desvantagem quando utiliza recursos típicos de romancista. Ele, como um bom autor de ficção, não se prende demasiadamente à determinada cena. Muda de cenário, indo de um lugar para outro, de um acontecimento para outro, mesmo que ocorram em lugares tão diferentes quanto São Paulo e Amazonas, e com personagens diferentes também, como ocorre na transição do capítulo 8 para o capítulo 9. Tudo é feito conforme a sua intenção quanto ao andamento que pretende para a obra.

O uso desses recursos ficcionais acaba por alterar a leitura do livro. Na apresentação e nos comentários iniciais, é informado ao leitor que ele irá ler um relato puramente jornalístico, embasado em fatos históricos e reais. Porém, não se pode deixar de enxergar no livro elementos de ficção e isso, dependendo do leitor, pode causar uma impressão de estar lendo um romance. Isso não tira os méritos do livro, mas modifica o resultado de sua leitura.

Em entrevista ao jornalista Rogério Borges (Jornal "O Popular", de 15 de Janeiro de Fevereiro de 2003), o professor Rildo Cosson, da UFMG, tenta estabelecer uma diferença entre romance-reportagem e romance histórico. Para ele, o romance histórico é uma obra de escritores de ficção que tem liberdade para, ao se interessar por um fato acontecido, reescrevê-lo. Já o romance-reportagem teria um caráter híbrido, mesclando o discurso literário e o discurso jornalístico. Seria uma narrativa que, sem perder de vista a "realidade", se utilizaria de elementos da narrativa literária para fazer a representação do fato. No romance-reportagem, apura-se como jornalista e redige-se como escritor. Segundo ele ainda, o romance-reportagem, que na década de 70 e oitenta se dedicava a denunciar fatos obscuros da ditadura militar, na década de 90 passou a seguir a direção de tentar redescobrir a história. O livro de Meirelles seria uma obra nesse sentido. Talvez essa seja a classificação mais apropriada para a obra de Domingos Meirelles.

Para tentar explicar a sensação de estar lendo um romance ao ler o livro de Meirelles, volto a frisar o intenso uso da palavra "paixão", nas páginas iniciais. Essa paixão que acometeu o autor, segundo ele tem diversos motivos. Primeiro, o de não ser um episódio estudado à exaustão na história brasileira. Segundo pelo caráter ambíguo da Coluna: comandada por um militar que depois foi ser comunista no tempo que isso era sinónimo de "bandido", de acordo com a orientação oficial, ao mesmo tempo em que tinha em suas fileiras figuras que iriam se tornar ícones da direita. Quanto a não ser estudado, a explicação é facilmente dedutível: como explicar, nos bancos escolares, que um dos episódios mais marcantes e segundo alguns historiadores, mais gloriosos da nossa história, leva o nome de um homem que passou grande parte de sua vida proscrito, sem direitos políticos?

Essas circunstâncias podem realmente ter levado Meirelles a se apaixonar pela seu objeto de pesquisa. O acesso a depoimentos onde constam relatos trágicos e dramáticos, os depoimentos que o próprio autor e seus colaboradores tomaram de militares e civis que participaram da Coluna e o interesse pela história

do Brasil podem ter feito o autor se envolver com o seu tema. E quando há o envolvimento emocional com um tema, corre-se o risco da perda de foco.

Maurício Azêdo afirma ao leitor, na introdução, que o que vai ser lido é História, porém, contada com paixão. Talvez seja esse o motivo pelo qual o livro de Meirelles seja lido com essa sensação de quem está lendo um romance: o excesso de paixão. Uma paixão que está presente também no livro *O Cavaleiro da Esperança*, de Jorge Amado, espécie de biografia com aspectos de ficção, onde o autor baiano motivado ideologicamente pelo comunismo e valendo-se do fato de Prestes estar preso, fará uma apologia do grande líder, tentando sensibilizar os leitores em prol da causa da liberdade de Prestes e sua família. Uma paixão que é patente e esperada em uma obra de quem vivenciou os acontecimentos, sendo o encarregado dos registros da Coluna e que, posteriormente, os transformou em uma obra em que a crônica e o diário se misturam em uma narrativa apaixonada chamada *Coluna Prestes - Marchas e Combates*, de Lourenço Moreira Lima. Paixão que não é esperada em uma narrativa de um estrangeiro, sem vínculo emocional com a realidade brasileira nem com a nossa história. O americano Neill Macaulay fez também um relato sobre a Coluna Prestes. Seu enfoque sofreu influência de outros elementos e necessidades. Veremos a seguir quais são esses elementos e como foi sua abordagem da Coluna Prestes.

NEILL MACAULAY: UM OLHAR ESTRANGEIRO SOBRE O BRASIL

É interessante notar como a abordagem de um mesmo assunto apresenta resultados diferentes, de acordo com fatores como a proximidade ou a distância do fato a ser narrado. Quando menciono proximidade e distância, levo em conta que essa distância pode ser tanto física quanto cultural, pois pessoas podem viver em um mesmo contexto social e físico, numa mesma época, porém, apresentam formação cultural totalmente desigual. Porém, quando pessoas que participam de uma mesma sociedade narram sobre um mesmo assunto, podem até ter idéias diversas sobre o objeto narrado, mas apresentarão um conhecimento compartilhado sobre aquele assunto. Podem até não concordar com as idéias uns dos outros, mas saberão do que o outro estará falando.

Mas quando uma pessoa se propõe a narrar um fato acontecido em uma outra época e em um outro país, com realidade e cultura estranhas à sua formação, essa narrativa pode apresentar algumas características particulares. Narrar sobre o passado já é um problema, pois através da narrativa, o passado vai se presentificar, de acordo com a visão de quem narra. Agora, narrar sobre um fato passado em outra realidade cultural se torna mais complicado, pois envolverá uma pesquisa árdua, para adquirir conhecimento sobre aquela cultura. E aí, muitas vezes a narrativa acaba por legitimar fontes consultadas como expressão da verdade.

Quando se trata de um trabalho de cunho acadêmico, sempre se usa o recurso do reconhecimento da autoria do pensamento, na utilização da fórmula "segundo fulano" ou "segundo sicrano". Esta fórmula dá ao autor uma possibilidade de apresentar diversos pontos de vista conflitantes, eximindo-se da responsabilidade pela citação, para que o leitor tome suas decisões quanto à leitura a ser feita. Essa liberdade é diferente da liberdade que o leitor que está convencido de que o que está lendo é ficção tem. É uma espécie de "liberdade vigiada". O leitor de livros com características de históricos tem a liberdade de escolher entre alguns pontos de vista apresentados pelo autor. Ele não pode, para usar um termo muito usado pelos estudantes de literatura, "viajar". A suposta realidade do texto histórico impede essa "viagem".

Essa explanação foi necessária, pois pretendo analisar um livro escrito por um norte-americano sobre a Coluna Prestes. Como esta obra, apesar de ter sido traduzida para o português, foi feita tendo como alvo o público americano, ela carrega em si muitas especificidades, pois, assim como o autor era estranho à realidade tratada, os seus possíveis leitores também o eram. Por isso a narrativa, embora tenha como objeto de pesquisa a Coluna Prestes, muitas vezes envereda para apresentações da realidade brasileira e para a descrição de episódios pitorescos, ou julgados assim pelo autor, para atrair a atenção dos americanos. Afinal, um americano não desperdiçaria tempo com um assunto de uma terra tão longínqua sem ter pretensões de muitos leitores, ou ao menos chamar a atenção da Fundação Ford, que, como nos é informado pelo próprio autor, concedeu a bolsa de estudos que lhe permitiu fazer a sua pesquisa.

Neill Macaulay, segundo uma matéria de Paul Brinkley-Rogers, publicada no Miami Herald, em 10 de janeiro de 1999, é um brasilianista que foge aos padrões normalmente atribuído a este tipo de estudioso. Aliás, ele já fugiria aos padrões

normais de qualquer americano, já que se trata de um ex-militar americano, que lutou na guerra da Coréia e depois se alistou, aos 23 anos, nas forças castristas, durante a Revolução Cubana. Chegou a treinar inclusive os pelotões de fuzilamento do ditador cubano, após a revolução. Sendo assim, se ele não conhecia a realidade brasileira, pelo menos conhecia a realidade de um país de terceiro mundo, em muitos aspectos semelhante ao Brasil. Não se trata, portanto, de um americano conservador e oportunista querendo se promover com um discurso curioso sobre o Brasil. Seu livro foi feito em meados dos anos 60, lançado em 1974 nos EUA e depois em 1977 no Brasil, e pretende mais ser um estudo sobre os revolucionários brasileiros.⁹

Trata-se de um homem com prática de combate, que, após combater pelo seu país, foi combater em uma revolução que se revelou de esquerda. Essa sua posição de revolucionário talvez explique algumas possibilidades de leitura que a sua pesquisa rende. Um desses efeitos de leitura é um certo pouco caso em relação à eficiência do exército do Brasil, ou pelo menos dos revolucionários brasileiros. Tendo tomado parte de um movimento que chegou às últimas conseqüências para atingir os seus objetivos, ele possivelmente viu as hesitações ou as fugas constantes para o exílio quando os movimentos fracassavam, de um modo depreciativo.

O momento de sua pesquisa também deve ser visto com interesse, pois ela ocorreu durante a guerra fria, quando os EUA e a antiga URSS disputavam o terceiro mundo. Assim, nada mais natural que um país com supremacia continental, voltasse os olhos para um país que apresenta um potencial tão grande quanto o Brasil. O momento de sua publicação no Brasil também merece atenção. Foi publicado somente quando os ventos da democracia começavam a soprar neste país, com o presidente Ernesto Geisel acenando com a sua abertura "lenta e gradual.". Ao permitir que surgissem visões negativas sobre ícones militares, e que se falasse de um movimento do qual emergiu como grande herói o maior líder comunista, que era demonizado pela linha dura dos militares, o governo parecia realmente acenar com a mudança dos ventos. E é interessante que na obra acaba por aparecer, como vai ser visto, uma relação entre o presente do país apresentado e o seu passado, uma relação causa-conseqüência. Porém, independente da

⁹ Devo ao professor Benito Martinez Rodriguez a primeira indicação destes caminhos pouco corriqueiros percorridos por Neill Macaulay, o que me levou a colocar em outra perspectiva a leitura do livro do brasilianista.

trajetória de Macaulay e de sua intenção de apresentar e explicar o presente do Brasil a partir de seu passado, a sua obra, mesmo sendo feita por um homem que conhecia a realidade de um país pouco desenvolvido, acaba por sugerir também uma leitura que busca o exótico. .

Em seu livro, Neill Macaulay narra sobre a ação dos revolucionários brasileiros, e nessa narrativa alguns aspectos devem ser observados. Um deles é que, como já foi mencionado, Macaulay não tinha convivência com a realidade brasileira, fazendo, portanto, um livro baseado apenas em outros livros. Chamarei isso de um *empréstimo de discursos*, já que adota outros discursos como se fossem seus. Na lista de livros consultados para sua pesquisa, constam os livros *A Coluna Prestes*, de João Alberto, *Uma Vida e Muitas Lutas*, de Juarez Távora, *A Coluna Prestes - Marchas e Combates*, de Lourenço Moreira Lima e *O Cavaleiro da Esperança*, de Jorge Amado, além de muitos outros, escritos por historiadores ou participantes da marcha da Coluna Prestes.

O público ao qual se destina a obra merecerá do autor uma deferência: Macaulay, sabendo do pouco conhecimento que o americano normalmente tem do Brasil, usará o artifício de longos comentários nos quais procura fazer uma recuperação do panorama do país, para que o seu leitor vá se familiarizando com o episódio tratado. E aqui cabe ressaltar qual é o modo americano de ver o Brasil, e o lugar de onde o autor vai narrar. Isso fica patente na sua maneira de apresentar a Coluna Prestes para o EUA. Macaulay apresenta uma visão exótica e crítica do nosso país. Logo na introdução, escreve:

País grande, o Brasil tem também grandes problemas. Pobreza, analfabetismo e doenças têm-no assolado, desde seu início como colônia portuguesa no século XVI. Em parte alguma do hemisfério ocidental a exploração do homem pelo homem apresentou aspectos mais flagrantes do que nesse país, onde a escravidão permaneceria como uma instituição legal até 1888. Milhões de brasileiros continuam a suportar a opressão econômica e social com notável resignação. A paciência brasileira emana da esperança: não importa quão mal as coisas estejam, elas, no geral, tendem a melhorar. A partir da revolução de 1930 esse otimismo tem uma razão de ser. (MACAULAY, 1977, p. 9)

Não posso afirmar qual a intenção de Macaulay, pois certamente o Brasil não é o único país do mundo onde a opressão existiu. E quanto à escravidão, não houve mais de trinta anos entre as datas em que ela foi extinta nos Estados Unidos e no Brasil. É certamente uma visão tendenciosa, sendo que na história brasileira

ainda há o atenuante de que não foi preciso uma guerra para que a escravidão fosse abolida. Não se trata de questionar se a abolição da escravatura foi concretizada em todos os aspectos, mas apenas de ressaltar que o Brasil não foi o único a se beneficiar do trabalho escravo.

Do contraste das realidades brasileira e americana, o autor vai, a partir das diferenças, construindo a sua visão. Em seu país, o exército, apesar de forte, mantém historicamente, em relação aos assuntos políticos do país, uma absoluta neutralidade. Os diversos generais que ocuparam a presidência dos Estados Unidos, o fizeram através do voto, militando em partidos políticos. Já no Brasil, assim como nos países da América Latina, por questões de formação histórica, o Exército assumiu outro papel. Macaulay, narrando de fora, afirma que o Exército era um fator de intromissão na vida pública. Ele escreve que:

Em julho de 1924, elementos amotinados do Exército e da polícia paulistana assumiram o controle da cidade de São Paulo. Ocorrências desse gênero já eram quase rotina, a partir de 1889, quando o Exército brasileiro depôs o Imperador e proclamou a República, encerrando quatro décadas de paz interna. O primeiro presidente da República, num golpe de força, investiu-se de poderes ditatoriais, e foi, mais tarde, derrubado pela marinha. O segundo resistiu a uma insurreição naval e ... (MACAULAY, 1977, p. 15)

Oriundo de uma nação onde os militares são subordinados de fato e de direito ao presidente, deve ser estranho para Macaulay esse poder do exército. Ele também não deve ter lido muito sobre o Brasil-Império, pois comenta que, nesse tempo, o país viveu uma paz interna. Ele ignora as diversas revoltas ocorridas no país nesse período, como a dos Farrapos, por exemplo. Ironiza também o fascínio que os latinos-americanos tem por títulos e patentes. Observe-se o uso de aspas, quando ele escreve que, "Os jovens rebeldes do Exército - os *Tenentes* , como eram comumente chamados - descobriram um oficial de alta patente, reformado, para liderar o seu movimento, o coronel Isidoro Dias Lopes, que promoveram a "general".(MACAULAY, 1977, p. 16). Quando fala dos episódios das cartas falsas, atribuídas a Artur Bernardes, ao falar sobre o Clube Militar, ele escreve que, "O Clube Militar - a pomposa confraria de oficiais de que o marechal Hermes era presidente". (MACAULAY, 1977, p. 17). Quando se refere a participação brasileira na 1ª Guerra Mundial, ele escreve que uma "força-tarefa brasileira zarpuou para o Mediterrâneo em outubro de 1918 e juntou-se à armada aliada alguns dias antes do Armistício. Os marujos voltaram para casa borrifados de glórias e trazendo o terrível

vírus da gripe que mataria milhares de brasileiros, (...) (MACAULAY, 1977, p. 45). Quer dizer, a única coisa que o Brasil ganhou na 1ª Guerra foi a gripe espanhola, além de se mostrar oportunista.

Para Macaulay, o brasileiro não tinha conceito firme de nacionalidade, nem o nosso exército de disciplina. Segundo ele, a "tradição militar do Brasil, não ajudava Prestes a disciplinar suas tropas, já que não tinha argumentos para sustentar sua autoridade sobre homens que ele próprio tinha incitado à revolta. Esta era a realidade, extensiva a todo o 'exército' revolucionário: não existia comando. A liderança se exercia pelo exemplo pessoal, pela argumentação persuasiva ou por apelos à amizade." (MACAULAY, 1977, p. 83). Desse distanciamento da realidade brasileira resulta uma visão diferente de todas as emanadas por escritores brasileiros. O papel de Prestes não é o mais importante, já que cada tropa obedecia ao seu próprio chefe. Assim, para ele "A liderança da Coluna era, de fato, coletiva" (MACAULAY, 1977, p. 84). É uma afirmação no mínimo contraditória: se a liderança era baseada no exemplo pessoal, ela era individual. O raciocínio a respeito da liderança que muitos chefes tinham sobre os seus comandados e por isso arrastavam-nos em aventuras cercadas de incertezas, é correto: os muitos caudilhos e os muitos "coronéis" da nossa história o provam.

Macaulay adota claramente o tom da sátira para tratar nossos costumes. Sobre o enorme número de oficiais da Coluna, ele escreve que, comandando "uma força de menos de 1300 homens, havia um major-general, um general-de-brigada, dois coronéis (Siqueira Campos e João Alberto), dois tenentes-coronéis (Cordeiro e Dutra) e um coronel honorário (Manuel Bernardino)." (MACAULAY, 1977, p. 192).

Como escreve para um público estranho ao Brasil, ele chega aos menores detalhes para explicar costumes brasileiros como o uso de nomes. Em nota de rodapé da página 21, ele esclarece que "No Brasil, um líder pode ser conhecido de seus seguidores e do público, por um ou mais dentre seus nomes de batismo. Assim, Miguel Costa, cujo nome completo era Miguel Alberto Crispim da Costa Rodrigues, muitas vezes era citado como Miguel ou Major Miguel, mas, raramente, como Costa ou major Costa."

Quando mencionei o fato de Macaulay usar discursos alheios como se fossem seus também deveria ter chamado a atenção para o fato de que o americano acredita ou dá a impressão de acreditar piamente no que leu. Por isso, quando ele descreve o general Isidoro, como o "esguio e grisalho Isidoro parecia ser

talhado para essas funções: seus límpidos olhos azuis cintilavam de inteligência e energia" (MACAULAY, 1977, p. 23) ele o faz sem aspas ou referências bibliográficas, como se ele tivesse constatado a aparência de Isidoro pessoalmente. Ou quando descreve Siqueira Campos como "comedido, sorrindo com freqüência, Siqueira Campos jamais estava sereno: seu olhar profundo, sob as espessas sobrancelhas, revelava uma permanente melancolia.". (MACAULAY, 1977, p. 34). Apesar de citar a fonte neste caso (*O Revolucionário Siqueira Campos*, de Glauco Carneiro) ele praticamente adota a descrição como sua.

Toda a sua obra se baseia em pesquisas em livros já citados neste trabalho. E é digno de nota a liberdade que o autor tem para adotar o ponto de vista que lhe convém ou que lhe foi possível. Um desses exemplos é a implicância que o autor tem com Juarez Távora. Nos diversos livros que leu constam tanto visões positivas quanto negativas de Juarez, ou então neutras, mas o americano é extremamente cáustico quanto ao militar brasileiro. Só posso deduzir que tirou essa implicância de algum livro pesquisado. Quando fala de Juarez, ele o descreve como

alto, musculoso e de queixo retangular, Juarez Távora era uma figura imponente. Oriundo da elite do empobrecido estado nordestino do Ceará (um parente seu, Franklin Távora, tinha alcançado fama nacional como romancista), Juarez era hábil com as palavras. As pessoas se impressionavam por sua "elegância de estilo", ficavam fascinadas com os "arrebatamentos encantadores de sua eloqüência" e com seu "poder mágico" de converter almas para "as novas idéias e de despertar o entusiasmo pelas vitoriosas lutas em prol da democracia". (MACAULAY, 1977, p. 29)

Para Macaulay, Juarez era mais falastrão que combatente. Inicialmente descreve como Juarez conduziu desastrosamente a sua tropa no ataque a cidade de Três Lagoas. Aproveita também para chamar a atenção para um episódio um tanto ridículo envolvendo tanto os soldados de Juarez quanto o próprio: "Esse movimento, bem como a captura de uma cozinha de campanha, deteve o batalhão junto às últimas posições governamentais anteriores a Três Lagoas. Soldados rebeldes famintos romperam as linhas e se amontoaram em torno da cozinha, onde se constituíam alvos esplêndidos."(MACAULAY, 1977, p. 31). Quando comenta a fase revolucionária gaúcha, ao citar a correspondência de Juarez para Prestes versando sobre os números de homens e armas de que dispunham os

revolucionários, ele escreve que, "as estatísticas de Juarez eram tão infladas quanto sua retórica" (MACAULAY, 1977, p. 40). Quando menciona o ataque a Alegrete, ele faz um contraponto entre a participação de Juarez e João Alberto: enquanto "seu comandante, o major Juarez Távora, desapareceu em direção a Uruguaiana, João Alberto e seus homens recuaram em ordem pela rodovia, rumo a Uruguaiana." (MACAULAY, 1977, p. 57) . Até o general Honório Lemes, um caudilho civil, "tinha pouco respeito por ele, embora o tratasse com cortesia" (MACAULAY, 1977, p. 60). Juarez tinha realmente pouco crédito com Macaulay.

Se Moreira Lima optou pelo estilo da história destinado a construir a glória da Coluna, Macaulay, em sua posição supostamente neutra, adota uma visão crítica, que nas entrelinhas, deixa transparecer a sua falta de neutralidade, não com a Coluna, mas com o país em que ela ocorreu. Aparentemente, para ele essa marcha gloriosa e as circunstâncias na qual ela ocorreu só poderia ter acontecido em um país remoto e ainda não totalmente civilizado. Parece que a Coluna serve como motivo para um retrato do Brasil em geral. Ao escrever sobre os militares, que são segundo a sua visão, os maiores responsáveis pela situação do Brasil, comenta que "assim, o Brasil moderno tem sido em grande parte modelado por suas forças armadas." (MACAULAY, 1977, p. 10). Seguindo nesse retrato da modernidade brasileira, faz um resumo da vida dos revolucionários. Sobre a repercussão política da Coluna, escreve:

O comandante nominal da coluna morreu na qualidade de socialista intransigente, enquanto seu chefe do Estado-Maior, com o qual se identifica sua popularidade, tornou-se o secretário-geral do Partido comunista Brasileiro. Outros veteranos dela serviram à ditadura de Getúlio Vargas em sua fase mais extrema. Um deles quase foi eleito presidente do Brasil, na qualidade de nacionalista conservador. Dois ainda estavam disponíveis, em 1964, para chefiar ministérios, no novo governo forte, numa tentativa de identificar-se com o seu remoto e heróico passado.(MACAULAY, 1977, p. 10)

É na introdução ao seu livro que se pode conjecturar sobre qual intenção que o americano tinha ao escrevê-lo. Usa como tema o passado, mas apontando para o presente. Parece até uma tentativa de explicar as peculiaridades do Brasil. Ele dá um enfoque especial principalmente sobre acontecimentos bárbaros que ocorreram no nosso país, tenham acontecido na marcha da Coluna ou não. Quando lhe interessa realçar as características bárbaras e selvagens do brasileiro, ele fala sobre o costume da degola. Registra que, "Nos idos de 1890, João

Francisco e seus gaúchos se notabilizaram por cortarem as gargantas dos seus prisioneiros maragatos, método usual na irregular guerra dos pampas. Seu general comandante em 1924, o ex-maragato Isidoro Dias Lopes, também era familiarizado com esse modo de lutar" (MACAULAY, 1977, p. 31).

Quando aborda a passagem da Coluna pelo sertão de Goiás e pela Bahia, não perde a oportunidade de historiar a sucessão de acontecimentos bárbaros que aconteciam naquela regiões. Citando como fonte o livro *A Revolução de 5 de Julho de 1924*, de Oscar de Barros Falcão, Macaulay revela um acontecimento ocorrido em Goiás, sob o governo de Totó Caiado: "uma 'lei especial', remanescente do período imperial, permitia aos empregadores deter qualquer trabalhador que quisesse fugir do seu 'patrão', antes de cumprir as suas obrigações contratuais. O Senador Caiado não só apoiou essa lei medieval, como também defendeu publicamente um proprietário de terras que foi mais além e castrou um empregado da sua fazenda." (MACAULAY, op. cit., p. 131) . Batista Luzardo, que não participou diretamente da Coluna, também não escapa de sua mira. Sobre ele, o americano traça o seguinte perfil: "partidário de Assis Brasil, Batista Luzardo foi um dos libertadores eleitos deputado federal pelo Rio Grande do Sul, em decorrência do acordo de paz que terminou com a guerra civil de 1923. Baixo e gordo, servira no posto de coronel do exército libertador e era célebre por degolar pessoalmente os prisioneiros chimangos; também era conhecido, pelo menos entre estes, como covarde". (MACAULAY, 1977, p.156).

Assim vai o americano apresentando o Brasil para os seus leitores. Um país de costumes bárbaros, com degolas, castrações e regiões sem lei. É interessante fazer uma constatação: o americano "enxergava" essas coisas no Brasil com tanta clareza e objetividade, por estar narrando de fora, distanciado do seu objeto.

Agora, além de bárbaros, nós tínhamos também costumes e lendas interessantes. Ele até peca por tomar como verdadeiras alguma crendices. Quando fala sobre as plantações de erva-mate, cita uma antiga idéia de que os "jesuítas haviam conseguido cultivar o mate e certas pessoas experientes insistiam em substituir os pássaros por índios: faziam com que comessem sementes de mate e, depois, defecassem em lugares determinados." (MACAULAY, 1977, p. 33). Que método bem singular de semeadura. Ou quando, ao falar sobre o preconceito que o gaúcho tem contra o trabalho que não seja a cavalo, afirma que os "gaúchos

pescavam a cavalo, tiravam água dos poços montados. Para mexer argamassa, um gaúcho montaria a cavalo, para que este pisoteasse a mistura". (MACAULAY, 1977, p. 51). Talvez o autor tenha usado esses artifícios para que sua obra se tornasse atraente para o leitor americano através do exotismo. É preciso não conhecer nada sobre a nossa fauna, para acreditar no que escreve sobre os perigos existentes em Goiás. "Outra ameaça à saúde no planalto goiano vinha das cobras, inclusive a jararaca, uma prima da cascavel, que cresce até mais de três metros e armazena veneno suficiente para matar cem homens". (MACAULAY, 1977, p. 132). Essa afirmação, sem referências a fontes, é no mínimo irresponsável: a jararaca não cresce tanto, e nem é prima da cascavel, que é do gênero *Crotalus*, e a jararaca do gênero *Bhotrops*. (Manual de Sobrevivência na Selva, do Exército Brasileiro, 1987).

Esse exotismo é buscado até no descrever duas práticas do sul do Brasil. Quando descreve o churrasco afirma:

O churrasco levava pouco tempo para ser preparado. Um gaúcho experiente podia matar um novilho com um só golpe de facão entre as jugulares e em alguns minutos carneá-lo e retirar as melhores porções de carne; estas eram enfiadas em espetos de madeira, borrifadas com água salgada e reviradas sobre um braseiro. Pouco depois o churrasco estava pronto e os longos espetos com a carne presa eram retirados do fogo e fincados no chão. Dois ou três gaúchos se acocoravam em volta de cada espeto, cortando largas tiras de carne com facas que todos carregavam no cinto. Com uma das mãos segurava uma das pontas da carne entre os dentes e com a outra cortava um bocado à altura da boca." (MACAULAY, 1977, p. 60)

Quando comenta o costume do chimarrão, escreve:

A chegada de visitas, sociais ou de negócios, inevitavelmente fazia surgir a chaleira de água quente do anfitrião, a cuia ou cabaça para a beberagem e a bomba: um tubo para sugar o chimarrão, feito de taquara ou metal, com um coador na outra ponta. As folhas pulverizadas de mate eram postas na cuia e a água quente despejada sobre elas ;o anfitrião bebia a primeira cuia, considerada não tão suave como as subseqüentes, após o que tornaria a enchê-la com água quente - sem acrescentar mais mate, já que uma porção era suficiente para várias bebidas de igual concentração - e a passaria a um dos presentes. Cada um destes, por seu turno, beberia a cuia toda, usando a bomba do dono da casa, ali enfiada." (MACAULAY, 1977, p. 99)

O detalhamento das duas práticas é um recurso para chamar a atenção do leitor. É um mundo totalmente estranho sendo apresentado a leitores de uma nação *civilizada*, mostrando como é pouco civilizado o Brasil.

Um fato que chama a atenção quando se compara a narrativa de Moreira Lima com a de Macaulay, é a maneira diferente como os dois veem uma mesma figura. Um exemplo disso é a descrição do Marechal Rondon feita por Moreira Lima, registrada na p. 74 deste trabalho. Nessa descrição, nada restou de bom em Rondon. Da imagem de sertanista heróico, altruísta e abnegado, nada fica. Só fica a de um homem desonesto, explorador e que chega a ser descrito como um dono de escravos do século XX. A razão dessa desconstrução da figura histórica de Rondon se deve possivelmente ao fato de Rondon estar alinhado aos que combatiam a Coluna. Já Macaulay vai escrever sobre Rondon de maneira diferente.

Quando inicia seu comentário sobre o sertanista, aproveita para dar uma alfinetada sobre a origem dos brasileiros ilustres. Ao falar sobre a ascendência de Rondon, que incluíam índios Guaicurús e Bandeirantes, ele conclui que "assim, os ancestrais de Rondon incluíam não apenas flibusteiros do Chaco mas também índios da região onde nascera" (MACAULAY, 1977, p. 69). Após fazer um relato sobre as convicções positivistas de Rondon, sobre o lema "Ordem e Progresso", ele chega ao ensinamento atribuído ao sertanista, no trato com os indígenas: "Morrer se preciso for; matar nunca". Enquanto Moreira Lima atribui o não engajamento de Rondon na revolução e a sua aceitação do comando da campanha do Paraná a um jogo de interesses, Macaulay acredita que Rondon tomou essas atitudes devido às suas crenças positivistas, segundo as quais, "a pior legalidade é ainda melhor do que a mais progressista revolução" (MACAULAY, 1977, p. 75)

Talvez essa imagem positiva sobre Rondon se deva à participação deste em uma expedição com Theodore Roosevelt, ex-presidente americano. Assim sendo, Rondon já era conhecido nos Estados Unidos, e associado a Roosevelt, tinha uma boa imagem. Segundo Macaulay,

O chefe do contingente americano, coronel Theodore Roosevelt, era como Rondon um ardoroso crente da Ordem e Progresso. Os dois tornaram-se grandes amigos e mútuos admiradores durante os quatro meses em que permaneceram juntos na selva brasileira. Roosevelt ficou profundamente impressionado pela coragem e pela competência que Rondon demonstrara durante a expedição e pelos seus relatos de expedições anteriores nas regiões selvagens, quando estivera fora de contato com a civilização por períodos de um ano cada vez: padecera fome, doença e enfrentara todos os tipos de sofrimento, inclusive uma dentada de piranha que lhe devorou um dos dedos do pé. Ao mesmo tempo em que Theodore

Roosevelt ia adquirindo um grande respeito pelos viris povos mestiços de Mato Grosso e do Paraguai, Rondon estava impressionado pelo alto nível intelectual do estadista americano e por sua falta de preconceito. (MACAULAY, op. cit., p. 73)

Sem dúvida a referência que o americano faz a Rondon é muito mais favorável do que a de Moreira Lima. É fato que Moreira Lima estava emitindo seu discurso de uma posição maniqueísta, por motivos ideológicos. Assim, todos que estavam a favor do governo eram descritos de maneira negativa.

Em alguns aspectos, porém, as narrativas de Moreira Lima e Macaulay se igualam. Um deles é o hábito da digressão. A falta de objetividade que aparece em alguns pontos salta aos olhos. Se o objeto da narrativa é a Coluna, não haveria porque Macaulay, em meio a narrativa da passagem da Coluna pelo nordeste, escrever sobre o congresso regionalista que os intelectuais nordestinos realizaram no Recife, em 1926. Para a história da Coluna esta referência ao congresso não acrescenta nada, dando até a impressão de falha estrutural na narrativa. Talvez o único objetivo dessa referência fosse apresentar as idéias Gilberto Freyre sobre a cultura brasileira. Escreve que, o "que fez do Brasil uma nação, sustentava Gilberto Freyre, foi a miscigenação, que poderia ser melhor estudada onde começara e se desenvolvera no mais alto grau: nos engenhos da costa nordestina. A miscigenação fora um bem positivo, insistia ele, para horror da maioria dos que tomavam conhecimento da conferência pelos jornais do sul; além disso, a contribuição do negro para a nação e para a cultura brasileira fora da mais alta qualidade." (MACAULAY, 1977, p. 194). O autor não perde a oportunidade de apontar a mestiçagem na formação do Brasil.

Na comparação das narrativas de Macaulay com as anteriores, um aspecto deve ser ressaltado. É uma narrativa crítica, sem um engajamento ou melhor, sem um comprometimento apaixonado, pela ausência de intimidade com o fato narrado. Pode até ter existido a paixão do pesquisador pelo tema, mas jamais pelo fato. Disso resulta uma visão talvez até preconceituosa, porém, mais racional, pois quem narra à distância do objeto apresenta uma visão mais objetiva. E a Coluna que resulta dessa narrativa é, talvez, a mais próxima da realidade, pois é vista como composta apenas por homens e não por super-homens, como queriam Moreira Lima e Jorge Amado. Uma das descrições mais objetiva da Coluna é de Macaulay: "Acossados quase em toda parte por bandidos e pistoleiros e por todas as forças que os proprietários de terra poderiam arregimentar - viram-se forçados, pela cruel

necessidade, a despojar os já empobrecidos, a queimar aldeias e a cortar a garganta de pelo menos um padre." (MACAULAY, 1977, p. 10). É uma visão bem real da Coluna, sem idealizações nem glorificações fantasiosas. Dificilmente um autor brasileiro conseguiria descrever a Coluna dessa forma: o excesso de paixão e o envolvimento com a realidade brasileira não o permitiriam. A tomada de posição de um lado contra o outro certamente apareceria na narrativa. Jorge Amado foi um dos autores brasileiros que escreveram sobre a Coluna e que claramente tendeu para o lado dos revoltosos. A sua paixão por Luis Carlos Prestes originou uma obra tendenciosa, na tentativa de estabelecer o mito do Cavaleiro da Esperança. Porque e como isso aconteceu, será motivo da próxima análise.

3. NARRATIVAS ESCRITAS POR FICIONISTAS

O ENGAJAMENTO COMO GUIA - O CAVALEIRO DA ESPERANÇA

Uma das preocupações de um leitor médio quando lê uma obra literária é tentar identificar a intenção do autor. Nos meios acadêmicos, com as idéias da obra aberta, de Umberto Eco, e com pressupostos críticos do Estruturalismo, essa preocupação não é tão latente, mas o leitor comum sempre cai nessa armadilha. Uso o termo *armadilha* porque se o leitor adotar determinada leitura como a única possível, vai perder outras possibilidades de leitura que a obra literária pode oferecer. Porém, uma das preocupações que sempre passam pela cabeça do estudioso, é a de tentar descobrir o lugar de fala, isto é, em que encastelamento cultural o autor se posicionou para apresentar a sua visão da realidade sobre o fato sobre o qual vai narrar. Quando uso a expressão encastelamento cultural, quero abranger a formação geral do indivíduo: social, histórica e por conseqüência a ideológica. Nos dias atuais, em tempos que se costuma chamar de pós-modernos, com a sua peculiar mistura de elementos, essa questão se torna mais interessante.

As narrativas que citei anteriormente apresentavam particularidades que traziam conseqüências para o seu desenrolar. Em Domingos Meirelles podemos ver que a paixão pelo tema acabou se transformando em paixão pelo objeto narrado; em Lourenço Moreira Lima, o fator que determinou a natureza de seu livro foi a proximidade tanto físico-temporal quanto ideológica da Coluna; na narrativa de Neil Macaulay foi sua condição de estrangeiro quanto aos elementos culturais e históricos que proporciona uma visão isenta de paixões quanto aos integrantes da Coluna, mas preconceituosa e extravagante quanto ao ambiente geral onde se passa a história. Meirelles tem uma visão que tenta apresentar os dois lados, Macaulay representa a visão do estrangeiro, cheia de criticidade, enquanto a narrativa de Moreira Lima é ditada pelo envolvimento pessoal e ideológico com o tema, resultando em um discurso maniqueísta. Para ele, porém, pode-se usar a desculpa da proximidade com o acontecimento: a história e as circunstâncias de sua vida não lhe permitiram um distanciamento que gerasse uma narrativa que tentasse dar conta de apresentar os dois lados, com a fala e atuação dos combatentes da Coluna sendo vistos com uma isenção de preconceitos. Para Moreira Lima os revolucionários e seus atos eram necessariamente bons, enquanto os dos seus

inimigos eram maus. Um outro escritor fez uma obra na qual essa visão maniqueísta vai predominar. Porém, neste caso não haverá dúvidas quanto ao resultado da narrativa: a intenção é fazer a apologia de Luis Carlos Prestes e da Coluna que leva o seu nome. A narrativa apresenta uma diferença em relação às anteriores: não tem como foco a Coluna, mas sim o seu líder. O episódio histórico é apenas mais um fato na vida de Prestes.

Jorge Amado faz uma pretensa biografia de Luis Carlos Prestes: o título de seu livro é *O Cavaleiro da Esperança (Vida de Luis Carlos Prestes)*. Segundo o autor informa no posfácio, esse livro foi escrito em 1941 e publicado em 1942 na Argentina, portanto em língua espanhola, com o objetivo de colaborar com a campanha em prol de Luiz Carlos Prestes, então preso. Escreve Jorge Amado que, durante meses a fio, a edição argentina foi o livro mais vendido na América Latina. A primeira edição brasileira só pode circular em 1945, mas antes disso, muitos exemplares entraram clandestinos no Brasil. Escreve Amado que ao escrever este livro cumpria o "imperioso dever de escritor e cidadão" (AMADO, 1956, p. 352). E ele inicia a narrativa com as palavras: "Te contarei agora a história do Herói." (AMADO, 1956, p. 21). E mais adiante nos informa que assim como sentiu "necessidade de escrever uma biografia de Castro Alves, da mesma maneira achei que era meu dever de escritor perante o povo do Brasil, escrever uma biografia de Luiz Carlos Prestes." (AMADO, 1956, p. 27).

Este livro reflete o engajamento e a relação de artistas com os comunistas, principalmente na década de 50. Pelas circunstâncias de publicação, reflete primeiro a mudança de postura do governo ditatorial de Vargas, que, de simpatias germanófilas, passou a fazer parte da aliança que unia EUA, URSS e outros países. Assim, o governo brasileiro viu-se obrigado a integrar uma aliança da qual fazia parte um país comunista. Com isto, os comunistas brasileiros se sentiram suficientemente seguros para passar a participar mais da vida intelectual do país, assim como reivindicar a legalização do PCB e a liberdade de Prestes.

Nesse momento, os comunistas começam a se organizar, buscando o apoio dos artistas. Há uma associação de idéias, com diversos artistas apoiando o movimento. Pedro Pomar chega a escrever que "nosso partido surge na vida de nossa Pátria como a expressão das forças mais jovens da liberdade e da cultura e para as quais dirigem-se a ciência, a literatura e a arte de vanguarda, no constante combate que trava para o progresso e o aperfeiçoamento da civilização" (POMAR,

1946). Afinal, o prestígio advindo da participação da URSS na derrota do nazismo e da conseqüente libertação de Luis Carlos Prestes, O Cavaleiro da Esperança, garantia ao PCB que poderiam ser desenvolvidas políticas mais agressiva de conquista das benesses da opinião pública. O fascínio dos artistas pelo PCB, aparentemente vinha do fato que o Partido representava as aspirações mais caras da humanidade.(BUONICORE, 2003, p.1). Jorge Amado tomou parte efetiva neste processo. Dirigiu os trabalhos que resultaram na coleção "Romance do Povo" editados pela Editora Vitória, de orientação comunista e publicou, junto com Pedro Pomar, o livro *O Partido Comunista e a Liberdade de Criação*, em 1946, onde escreveu que

O PC do Brasil pode-se orgulhar de ter tido nos últimos 15 anos (...) o melhor apoio e incentivo dos escritores e artistas.(...) Nunca, jamais o Partido deixou de jogar todo o peso de sua influência para apoiar, sem sectarismos partidários, a literatura e as artes modernas no Brasil (...) jogamos na batalha pela sua vitória porque sabíamos, os comunistas, que esta era uma batalha nossa, uma batalha também contra o fascismo" .(BUONICORE, 2003, p.3)

Assim, para intelectuais comunistas, a sua luta para a vitória de seu partido significava as mesmas aspirações dos artistas por um mundo mais justo. Mais tarde essa posição não será mantida.

Uma questão, que por si só já é motivo para uma enorme discussão, é o fato de Jorge Amado chamar seu livro de biografia: é uma questão pela qual não pretendo enveredar. Prefiro me socorrer do que escreve Anamaria Filizola em sua Tese de Doutorado.

Quando se fala na natureza da biografia, tem-se em mente um certo padrão predominante nos muitos tipos de escritos de vida que se pode encontrar sob o título generalizante de biografia. Em última análise, uma história de vida que seja fidedigna. Kendall abre seu estudo falando de quatro aspectos presentes na feitura de uma biografia. O *histórico*, que pressupõe o levantamento de fontes e dados sobre a vida do biografado, a reconstituição do passado, é um aspecto quase técnico, não requerendo maiores habilidades. Nesse estágio o biógrafo aproxima-se do historiador; a importância desse aspecto diz respeito à responsabilidade quanto à autenticidade do material que será trabalhado. Segue-se o aspecto *psicológico*, que me parece ser o mais específico da biografia. Uma vez reunidos os fatos, não basta organizá-los e apresentá-los em ordem cronológica, há que reconhecer, inferir, intuir até, eu diria, as motivações para as ações e atitudes do biografado e descobrir o feitiço de sua personalidade. Há ainda o aspecto *ético*, que coloca

para o biógrafo, principalmente para o contemporâneo, o problema de quanto pode contar do que sabe - e até o quanto pode saber. Há o aspecto do "direito de saber", o da obrigação para com a verdade histórica e por outro lado, a angústia que se pode causar nas pessoas relacionadas com o biografado, sem falar no abalo de certas imagens de personagens públicas construídas com interesses outros. As discussões levantadas por esse aspecto ético são bizantinas, mas colocam uma questão bastante interessante que é a dos limites da individualidade, ficando a pergunta: *de quem é a vida afinal?* (FILIZOLA, 1999, p. 69)

Chamo a atenção para a frase "Em última análise, uma história de vida que seja fidedigna." Essa afirmação presume uma pesquisa sobre o objeto da biografia na sua totalidade, tanto fatos positivos quanto negativos. Presume também uma citação de fontes e evidências para cada fato da vida narrado. É uma variante do "segundo fulano", dos trabalhos acadêmicos e dos livros de história. Não posso deixar de comentar também sobre os aspectos que são apontados no trabalho biográfico. Aparentemente Jorge Amado ignora esses aspectos: quanto ao *psicológico*, as análises que faz de Prestes são sempre tendenciosas, em uma tentativa de construir um herói; o *histórico* é esquecido quando não cita as suas fontes; o *ético* e o *direito de saber* quando proporciona ao leitor uma visão apenas unilateral sobre a figura e o vulto históricos. Sai uma biografia que raia o messianismo e também o sebastianismo.

O messianismo a que me refiro seria quanto à construção do mito do Cavaleiro da Esperança. Prestes é melhor tratado por Jorge Amado do que Cristo por seus evangelistas. Nos Evangelhos, Cristo apresenta a sua face humana em algumas ocasiões, como quando amaldiçoa a figueira que não dava mais frutos ou quando perde o ânimo na cruz. Já Prestes sai do livro de Amado sem um defeito. Nem que, para isso, precise usar recursos da ficção, como pretendo explorar. O que o autor realmente faz, quanto às classificações correntes sobre a biografia, é tentar ensinar ao público quem era Prestes e como ele deveria ser entendido.

Hênio Tavares, em seu livro *Teoria Literária*, classifica a biografia como uma espécie didática. (TAVARES, 1978, p. 117). A intenção fica patente desde o começo do livro. Uma das coisas que chama atenção é a introdução, que é escrita por ele como "Introdução com Rimance e uma Nota". Rimance, segundo Hênio Tavares, é uma das espécies anteclassicas de poesia: seria uma poesia narrativa, uma antecessora da epopéia, conhecido também por *xácara* e mais comumente por *romance*, antes deste termo assumir seu significado moderno. O que atraiu minha

atenção foi a afirmação de Tavares que "Etimologicamente, o termo '*romance*' significa 'língua popular', opondo-se à 'língua literária', que era ainda o latim nos primeiros tempos da época medieval, ...". (TAVARES, 1978, p. 226). Assim é possível conjecturar se Amado quis, ao colocar o termo *Rimance* em sua Introdução, informar ao leitor que sua narrativa conteria poesia e seria feita privilegiando a língua do povo, em contraposição à língua das elites. É sabido que, se nos dias de hoje *língua literária* apresenta outros significados, nos tempos medievais era a língua das pessoas cultas, das elites. Então talvez o escritor baiano tenha feito essa relação: faria uma obra do povo, para o povo e escrita na língua do povo. Essa idéia sobre qual a função da literatura vai aparecer em sua narrativa quando, apesar de seu foco ser a vida de Prestes, fazer referências à vida literária do Brasil. E nesse ponto, muitas vezes, de maneira intencional ou não, omite algumas circunstâncias históricas, tornando-se incoerente. Consegue até colocar do mesmo lado, isto é, do lado dos bons, personagens históricas e literárias que tiveram trajetórias totalmente diferentes. Por exemplo, consegue retratar de maneira positiva, tanto Lima Barreto quanto Floriano Peixoto. Com o olhar já distanciado pelo tempo, visivelmente influenciado pela sua orientação ideológica, consegue atribuir boas qualidades tanto ao escritor, por sua origem pobre e literatura crítica e inovadora, quanto ao Consolidador da República, por seu papel de resistência aos possíveis monarquistas e às potências estrangeiras.

Para mostrar ao leitor porque Prestes era a solução para o Brasil, busca fazer uma retrospectiva sobre nossa intelectualidade. Quando fala do ambiente cultural, particularmente o literário, Jorge Amado louva a figura de Lima Barreto e ataca outros escritores da época. Ao falar de Coelho Neto, escreve: "Na Academia Brasileira de Letras, amiga, um homem do país dos rios falava da Grécia. (...) Coelho Neto era o símbolo e o chefe de toda uma literatura. Dos homens que haviam substituído na prosa, à geração de Aloísio Azevedo, de Raul Pompéia, de Artur Azevedo, de Manuel Antônio de Almeida, de Machado de Assis, de Euclides da Cunha e na poesia a geração de Castro Alves" (AMADO, 1956, p. 87).

Continuando sobre Coelho Neto, Jorge Amado escreve que

Coelho Neto, "Príncipe dos Escritores Brasileiros", considerado o maior de todos os que escreviam no país naquele momento, a literatura dando-lhe um lugar na Câmara, (...) dando-lhe empregos. (...) Sua letra bonita encheu milhares de folhas de papel, frases, adjetivos, verbos, substantivos, (...), períodos estudados, (...). Nem

uma linha nesses milhões de linhas sobre os homens lutando na Amazônia, nem uma linha, nem um desaforo, nem um xingamento, contra os que vendiam a Amazônia. Coelho Neto não sabia palavras feias, nem palavras duras. A literatura de toda essa geração sem fibra, sem nervos, toda uma geração vendida por migalhas, é a mais inútil e falsa literatura do mundo. Mulatos do nordeste e do norte, mestiços do sul, imigrantes de São Paulo, falando todos eles na Grécia. São Luís do Maranhão não é uma cidade do norte do Brasil: é a "Atenas Brasileira" (...) AMADO, 1956, p. 87)

Para ele, "O fenómeno Coelho Neto, como símbolo da literatura nacional da época, subproduto da má literatura européia de então, mostra o divórcio entre o povo e os homens que governavam. Os escritores novos surgiam para a vida diante da angústia de ter que se trancar nos gabinetes, burilar um soneto alexandrino bem medido e de rimas ricas, para poder subir na carreira das letras. Terminavam falando da Grécia, falsificando os sertanejos do Brasil (...) " (AMADO, 1956, p. 88)

Ao escrever sobre a Revolução Russa, Jorge Amado afirma que "Os literatos tipo Coelho Neto morreram anos depois sem saber sequer que numa sexta parte do mundo se criava uma civilização diferente, nova e bela. Eles pensavam estar na Grécia de Alcebiades e estavam apenas no Brasil de Venceslau Braz. " (AMADO, 1956, p. 92). E aí, começa a escrever sobre Lima Barreto:

nessa época havia no Rio um mulato, bêbado e sujo, ínfimo empregado do Ministério da guerra, que escrevia romances. Não davam importância aos seus romances, sabotavam-no, riam dele. Menos importância ainda davam aos seus artigos, aqueles em que ele se dizia "maximalista", e onde fazia, sozinho no Brasil, o elogio da revolução soviética russa (vários desses artigos se encontram reunidos num volume intitulado *Bagatela*, livro precioso e geralmente desconhecido.) O mulato Lima Barreto, o genial e enternecido romancista da cidade do Rio de Janeiro, seus subúrbios, seus mulatos, suas ruas pobres, seus crioulos, o jornalismo e o funcionalismo, esse mulato de gênio só uma vez transpôs as portas da Academia Brasileira de Letras. Ia assistir a um ato, vaiou, fez um escândalo pavoroso, escândalo que deixou cobertas de vergonha as faces carminadas de quanto Aloísio de Castro descansava as nádegas aristocráticas nos fofos coxins acadêmicos. Nesse momento podre do Brasil, a voz de Lima Barreto, isolada, sabotada, porém temida e poderosa, é a melhor prova de que o grito que vem do povo começa a ter força de uma revolução, porque já transformava em arte o seu lamento e, do coração do escritor, esse lamento saía feito revolta. Nenhum vulto da literatura brasileira do passado, além de Castro Alves e Euclides da Cunha, tem a força popular desse mulato carioca. Ele é povo, sempre povo gritando, cuspidando violentamente no rosto dos donos do poder e do dinheiro. Denunciando em romances, em artigos, em pasquinadas, os inimigos do povo. Não fazendo em nenhum, momento questão da carreira literária. Abandonando os grandes

jornais pelos pequenos semanários operários. Em meio à efeminada literatura brasileira da época, contra ela e sobre ela, surge como um espantoso milagre esse vulto de gigante, tantos anos enterrado no olvido já que era impossível negá-lo, sua obra crescendo com o tempo. Um milagre do povo, amiga, o romancista Lima Barreto.

Um milagre do povo, vindo das greves de mil e novecentos e dezessete, as primeiras grandes greves operárias do Brasil, vindo da Revolução de Outubro na Rússia. Lima Barreto resultava de tudo isso e da miséria em que vivia o povo brasileiro, como Coelho Neto resultava da vida pacata, cômoda, das camadas governantes, dos fazendeiros de café não querendo saber como vivia a gente do país.

(...)

No mesmo momento em que a classe operária surge e mostra a sua disposição para a luta, a reação desembainha novas armas. O proletariado em greve no Rio dava Lima Barreto na literatura. A reação, sentindo que o tempo da bonança se acabava, produz esse monstro literário que é Jackson Figueiredo. (AMADO, 1956, p. 92-93)

As paráfrases e transcrições, ainda que eventualmente longas, e a rigor tratando de assunto diverso, se fazem necessárias uma vez que o texto de Jorge Amado dificilmente será lido hoje em dia. O que se tem em vista é não apenas frisar posições, mas também ressaltar essa construção que abandona o caminho principal na ânsia de tudo abarcar e expressar opinião sobre vários assuntos.¹⁰ Toda essa referência a Lima Barreto apenas mostra de qual ponto de vista narrativo Jorge Amado escrevia: o dos pobres, o dos oprimidos, mas também o dos comunistas, o que resulta em uma visão na qual quem era rico era mau, quem era pobre, bom. De resto, é sabido que entre Coelho Neto e Lima Barreto havia discordância quanto ao papel do escritor, o que Jorge Amado habilmente explora.

Pode-se até concordar em linhas gerais com o que Jorge Amado escreve sobre Lima Barreto e Coelho Neto, apesar de o tempo ter derrubado certas barreiras que impediam de se admirar Coelho Neto e Lima Barreto ao mesmo tempo. Porém, a ideologia de Amado o leva a também tecer grandes loas a Floriano Peixoto. Comentando sobre aquele presidente do Brasil, ele ressalta não os fuzilamentos que o Marechal ordenou, mas a resistência que Floriano demonstrou aos monarquistas e aos estrangeiros. Vale mais uma longa transcrição:

Era no princípio da República, amiga. Floriano tomara o governo. Esse tabaréu das Alagoas, desengonçado e pouco amigo de sorrir, via os ideais da República perecerem. Os senhores da monarquia,

¹⁰ É possível fazer alguns reparos ao que o autor escreve sobre Lima Barreto. Nunca se provou que o autor carioca fosse ligado ao movimento comunista, apesar da origem humilde. Outro ponto discordante é a citação de Jorge Amado de que Lima Barreto não fazia conta da carreira literária. Sabe-se que, ao contrário, ele sofria pelo fato de não ser reconhecido na literatura.

os ex-donos de escravos, os novos donos dos escravos dos moinhos e das fábricas estrangeiras que se estabeleciam, das fazendas em crescimento, queriam novamente se apossar do poder. Governar contra o povo e contra a pátria, a favor apenas dos seus interesses. Em torno de Floriano, os "tenentes" da época, os discípulos de Benjamin Constant, o romancista Raul Pompéia se consumindo no amor às turbas populares, o teatrólogo Artur Azevedo, uns quantos jornalistas, a imensa massa humana. Contra ele a gente que tinha as terras, que tinha as fábricas, os títulos de nobreza, os empregos bem pagos. Rui Barbosa, advogado dos ingleses, os senhores das fazendas de São Paulo e Minas, o monarquista Silveira Martins, os almirantes saudosos da proteção da Corte. Queriam se apossar da República. Fizeram a revolta, Floriano a aplacou com mão de ferro. Os interesses ingleses, que os revoltosos defendiam, tentam proteger e ajudar cinicamente os reacionários em armas. O Ministro da Inglaterra vai ao Palácio perguntar a Floriano como ele receberia um desembarque de tropas inglesas para "proteger os interesses dos súditos britânicos". O tabaréu das Alagoas não alterou a voz para responder: - Recebo à bala...

Esse era o momento do povo no poder, amiga, a República a serviço do Brasil (...) Mas Floriano era um patriota, não era um político. Realizou eleições honestas. Os limites que a Constituição impunha ao povo no direito de voto faziam que apenas uma parcela mínima da massa popular pudesse exercer as funções de eleitor. (...) E como Floriano era incapaz de fraudar uma eleição e como não compreendia que a Constituição deveria ser alterada nos itens referentes ao direito de voto, os senhores de escravos ganharam a República. " (AMADO, 1956, p. 81 e 82)

Pelo que Jorge Amado escreve, Floriano era um grande estadista, firme em suas decisões, amigo do povo. Não é essa figura que sai das páginas dos livros de história e nem de escritores de ficção, como Euclides da Cunha e Lima Barreto. A República começou mal exatamente pela tutela dos militares, com suas manias de "pais da Pátria". Pode-se até concordar com a afirmação de sua ingenuidade política, mas, quem sabe um mínimo sobre o ideal positivista e a formação militar de Floriano, sabe que o marechal está longe de ser um democrata.

Pelos trechos citados, conclui-se que Jorge Amado retira de cada personagem histórico o aspecto que melhor serve aos seus propósitos. Quando fala de literatura, ressalta a figura do escritor carioca, por sua origem pobre, que ele chama proletária, e por sua obra desvinculada da literatura oficial. Quando fala do nacionalismo de Prestes, as figuras que ele lembra são as de Benjamin Constant, pelos ideais, e a de Floriano Peixoto pela firmeza no defender a soberania do Brasil. Assim, consegue transformar Lima Barreto em personagem de sua obra, a ombrear

com Floriano, do lado dos bons. É a vontade de transformar Prestes em um novo Messias.

É interessante atentar que, nessa construção do ídolo, ele acaba por usar um mesmo ponto de vista de João Alberto Lins e Barros. Este em sua narrativa, teceu longos comentários elogiosos à sua ascendência. Seria uma tentativa de cunho determinista de demonstrar que a árvore boa dá bons frutos. Em uma sua lembrança da figura paterna, ele escreveu na sua narrativa

Paladino da liberdade, havia sabido, através de sua fé, transmitir-me confiança em seus princípios. Lembrava-me de episódios por ele contados quando de uma greve de ferroviários da *Great Western*, em Recife. Ele, professor de aparência pacata, meteu um revólver à cinta disposto a matar o capitão de Polícia comandante do piquete de cavalaria, caso fosse ordenado fogo contra os grevistas, entre os quais estava meu irmão Arquimedes. (BARROS, 1997, p.99)

É um raciocínio pelo qual tal filho só poderia ter saído de tal pai.

Jorge Amado segue o mesmo caminho: gasta 52 páginas para traçar a ascendência ilustre de Luis Carlos Prestes. Só uma avó paterna tinha defeitos, pois era uma nobre. Amado aproveita para satirizar a nobreza brasileira. Afinal de contas, a nobreza da avó de Prestes vinha do fato de um seu ancestral ter sido *guarda-roupas* do Imperador D. Pedro II. "Agora o neto do guarda-roupa do Imperador aparecia envergando a humilhante farda de soldado raso." (AMADO, 1956, p.37) . Os elogios à família de Prestes culminam com o registro de um fato que carece de fontes que o autenticuem. Quando da proclamação da República, Jorge Amado coloca o cadete Antonio Prestes entre os militares que seguiam Benjamim Constant. Escreve que, em meio ao povo que assistia, havia muitos ex-soldados, que reconheceram Prestes e o ovacionaram, e conclui: "Nessa manhã, amiga, de 1889, o nome de Prestes foi pela primeira vez aclamado nas ruas da cidade do Rio de Janeiro." (AMADO, 1956, p. 52). Essa recaída determinista não parece ser uma constante na vida literária de Jorge Amado. Desse último episódio, chego a também a conclusão de que uma das particularidades que aparecem na *biografia*, é essa: afirmar sem apontar registros da fonte.

A narrativa de Jorge Amado é feita privilegiando sempre a figura de Prestes e as circunstâncias que interessam para a construção do mito. Ele tenta dar visibilidade a todos da Coluna, seus comandantes, seus soldados e as mulheres que a seguiam. E sempre manobrando a verdade de maneira que ela sirva aos

seus intentos. Quando escreve sobre os heróis da Coluna, além dos comandantes, cita o negro Balduino:

Como o negro Balduino, velho de carapinha branca, os anos incontáveis, que já fizera a guerra no ano distante de 93, acompanhando Pinheiro Machado. Vivia sempre ao lado do oficial Pinheiro Machado, descendente daquele político gaúcho. Um dia o esquadrão de Pinheiro se empenhou num combate desigual, os inimigos cercaram o comandante. Balduino se colocou ao seu lado, ordenou a Pinheiro, com sua autoridade de negro velho amigo, que se fosse para outro lado e, saltando do seu cavalo, se pôs na frente dos adversários, disparando seu revólver, gritando seu grito de guerra trazido das selvas da África. As balas terminaram, puxou de sua espada, velha espada da campanha de 93, penetrou com ela em meio ao inimigo, não a largou nem quando caiu morto, trespassado de balas. Esse negro Balduino, amigo, que salvou Zézé Pinheiro nesse dia. (AMADO, 1956, p. 203)

Que se trata de um feito heróico, não há dúvida. Porém, este episódio, em uma narrativa nitidamente de esquerda, que fala da exploração do povo pelos poderosos, fica deslocado. Ora, Amado deveria saber que possivelmente esse negro Balduino foi escravo ou filho de escravos da família Pinheiro Machado. E que a relação de lealdade existente entre os fazendeiros gaúchos e os seus peões era baseada numa relação de servidão, vinda da dependência econômica. No Rio Grande do Sul era comum um peão se denominar "gente" de tal caudilho. João Alberto, em sua narrativa sobre a Coluna, fica espantado com essa relação, que muitas vezes levava os civis gaúchos a serem maus soldados, pois só obedeciam ao caudilho local, o *coronel*, se recusando a obedecer qualquer outro chefe, como ilustra o registro de quando tenta organizar uma tropa para um combate, um dos gaúchos, "Um homem meio índio avançou para mim e disse-me energicamente: 'Senhor tenente, cada qual tem aqui o seu chefe.'" (BARROS, 1997, p. 46).

Outro exemplo desse ponto de vista único é o costume de taxar tudo que vem dos ricos de mau e tudo que vem dos pobres, mesmos as ações mais abomináveis, de bom. O narrador comentando uma conversa que teve com o cangaceiro Zé Baiano, personagem que dispensa apresentações, pois era um dos lugares-tenente de Lampião, manipula a narrativa com o propósito de desculpar o bandido. Zé Baiano estava em Sergipe para cobrar impostos para Lampião, contava das proezas do chefe e pergunta ao narrador se ele conhecia alguém mais valente no mundo. E aí o narrador se lembra da mãe de Prestes, que nas terras da Europa fazia campanha para a liberdade de Olga Benário. Mas o que impressiona é a

seguinte afirmação sobre Zé Baiano: "Sua voz rude de camponês transformado em bandido pelos donos da terra tinha, ao falar do seu chefe, o maior dos cangaceiros, uma doçura comovente." (AMADO, 1956, p. 60). Não há necessidade de comentários sobre as aventuras do bando de Lampião, nem a de seus lugares-tenente, mas nada justifica as atrocidades cometidas, principalmente porque eram cometidas contra os fracos. E imaginar que um cangaceiro pudesse ostentar tal doçura é no mínimo um fato merecedor de dúvida. A apologia da luta de classes na maioria das vezes é explícita. Segundo o narrador, Leocádia Prestes foi quem ensinou ao filho sobre as injustiças do mundo:

Leocádia não pensou tampouco em consolar o menino com histórias de recompensas celestes e com fábulas de virtuosa moralidade e de frágil realidade. Disse-lhe apenas e isso ela o sabia com o exemplo do marido:

- Há meninos ricos e meninos pobres, filho. Há homens ricos e homens pobres. Os ricos tomam sempre o lugar que compete aos pobres. Sempre assim...

Um dia no sertão uma negra camponesa disse o mesmo a Zé Baiano. Apenas acrescentou numa resignação à desgraça:

- ... e sempre há de ser assim... nunca há de mudar...

Por isso Zé Baiano pegou sua repetição, partiu para a vingança. (AMADO, 1956, p.65)

O narrador conclui o pensamento escrevendo que Prestes seguiu um caminho diferente, estudando para mudar a realidade. A tentativa de Jorge Amado de elevar Prestes acima de outros homens é clara. Não há registros conclusivos sobre a atuação de Prestes enquanto aluno da Escola Militar. Sabe-se que foi uma das maiores notas que houve, mas não se sabe se, desde os bancos escolares, ele demonstrava a vocação de líder que revelaria mais tarde. Mas Jorge Amado escreve que os colegas viviam ao seu lado, ouvindo suas palavras. "Ele falava, os outros ouviam, (...) De toda a parte vinha um lamento, um clamor de desgraça, um pedido de socorro. A República deturpada, a democracia esmagada, a Pátria traída". (AMADO, 1956, p.73). Dá a impressão de que Prestes sempre foi um lutador pela liberdade desde a juventude, que não houve a mudança de visão forçada pela vivência na marcha da Coluna e pela conversão ao credo comunista. O próprio Prestes desmente esse percurso em entrevista citada no livro de Nelson Werneck de Sodré, *A Coluna Prestes*. Realizada pelo jornalista Reali Júnior e publicada na edição de 2 de julho de 1978 no jornal *O Estado de S. Paulo*, a entrevista nos revela um Prestes que só mudou o seu pensamento após esses dois grandes acontecimentos de sua vida: a Coluna Prestes e o Partido Comunista do Brasil. Transcreverei abaixo a pergunta e a resposta parcial de Prestes.

Qual a idéia que os jovens oficiais que participavam da coluna faziam do interior do Brasil?

Todos nós, oficiais do Exército ou cadetes da Escola Militar, isso é, Siqueira Campos, João Alberto, Juarez Távora e eu, éramos integrantes da pequena burguesia e havíamos sido educados nas cidades e no litoral que conhecíamos. Não podíamos imaginar que a situação dos homens do campo fosse tão miserável, apesar de conhecermos as favelas das grandes cidades. (SODRÉ, 1978, p.80)

Essa falseta é um dos riscos nos quais incorre o autor que decide explorar episódios ainda não acabados ou que ocorreram há pouco tempo. Jorge Amado acaba por ser desmentido pelo seu objeto de admiração, admiração esta que o deixou cego.

Outros relatos também desmentem Jorge Amado, quando a Prestes ser um militante político desde cedo. No mesmo livro figura um depoimento do General Emídio da Costa Miranda, o mesmo que, segundo Meirelles, ordenou que o soldado Bamburral degolasse o padre Aristides. Admirador de Prestes, à pergunta do entrevistador sobre quem eram as maiores figuras da Coluna responde: "Em primeiro plano, destacadamente, Luis Carlos Prestes." (SODRÉ. 1978, p. 91), afirma que "Na época, Prestes era um admirável e invencível condutor de homens, mas não um condutor de idéias políticas." E que na Coluna "Só se pensava em acabar com o abuso e com o bacharelismo." (SODRÉ, 1978, p. 92).

Porém, para Jorge Amado, Luiz Carlos Prestes desde cedo já era predestinado a ser o redentor do Brasil. E o autor desenvolve um paralelismo entre figuras do passado e do presente, de acordo com a sua conveniência. Segundo ele, Prestes era o líder dos jovens cadetes. "O cadete Luiz Carlos Prestes, o menino Luiz Carlos Prestes, lhes ensinava a responsabilidade do Exército. Um velho bedel que viera dos dias da Praia Vermelha recordava no jovem de hoje a figura austera e magnífica de Benjamin Constant. Mas recordava também o consumir-se pelos destinos da pátria que era a marca de Floriano Peixoto." (AMADO, 1956, p. 74).¹¹ O escritor baiano chega a seguinte conclusão: "Vê, negra, é uma escola ilustre esta escola. Aqui foi o princípio de Luiz Carlos Prestes. É como se eu te dissesse: aqui começou a história moderna do Brasil." (AMADO, 1956, p. 75). Quer dizer, foi Prestes quem fundou o Brasil moderno. Segundo o autor, a história do Brasil se

¹¹ Emídio, que admirava incondicionalmente Prestes, afirma (p. 133), que a revolta da Coluna foi contra, entre outras coisas o bacharelismo; Benjamin Constant foi um dos maiores bacharéis que o Exército já teve. E Jorge Amado compara, de maneira elogiosa, Prestes a Floriano e Benjamin.

divide em antes de Prestes e depois de Prestes. Outro aspecto curioso é que, segundo Jorge Amado, o Brasil moderno nasceu dentro de uma escola militar.

E o autor não se limita a construir o homem público, o *Cavaleiro da Esperança*. Ele se preocupa também em idealizar o homem comum Luis Carlos Prestes: era bom filho e bom irmão. "Lá vai 'seu' tenente com a mãezinha... Um homem bom...". "Um homem direito - diziam.". "Seu tenente está estudando ... Um homem de saber" (AMADO, 1956, p. 77). Aqui outra contradição. Esse lado familiar de Prestes vai contra a idéia comum do credo comunista, segundo o qual "religião, pátria e família" são criação burguesas. Seria uma tentativa de atenuar ou fazer uma adaptação do comunismo para o sentimento do povo brasileiro, tão apegado à família?

Essa construção do monumento prossegue na narrativa toda. Porém, além desse aspecto, outros dois me chamam também a atenção. O primeiro é a maneira de narrar. O narrador de Amado, que se confunde com o próprio autor, elege como interlocutora uma, vou chamar, entidade a quem designa como "negra", ou "amiga". Algumas hipóteses podem ser levantadas. Uma é a de que, como Jorge Amado afirma que era como se com Prestes o Brasil moderno nasceu, ele quisesse representar no seu livro sobre ele a gênese desse Brasil. E para isso seria necessário colocar todos os elementos representativos do povo em sua história. Por isso, o resgate do componente de cor. Quando fala da Coluna, faz um capítulo só para falar da mulheres da Coluna. "vivandeiras da Coluna, mulheres do povo que seguiram seus homens, que seguirão a Revolução." (AMADO, 1956, p. 127). Quando fala de Tia Maria, uma dessas mulheres, fala das origens africanas dela, que fechava o corpo dos soldados às balas inimigas invocando Oxossi, Ogun e Oxolufã. (AMADO, 1956, p. 130). Ou quando escreve sobre os cangaceiros, que foram empurrados para o banditismo pelos ricos. Ou quando escreveu sobre o negro Balduino. É uma história que não é vista com os olhos dos pobres, mas escrita para os pobres. Só que, quando descreve o suplício por degola da vivandeira Albertina e de seu companheiro, um menino, por soldados governistas, é esquecida a lembrança de que aqueles soldados possivelmente eram pobres também, e também do povo. Mas como estavam do lado do governo, essas origens são esquecidas. E aqui não se trata de defender a atitude daqueles soldados. Porém, voltando ao recurso de usar uma entidade feminina como destinatária do seu discurso, o autor faz uso de um recurso ficcional, o de reduzir a distância entre o

narrador e o leitor, criando uma atmosfera de intimidade, além dessa própria destinatária ser fruto da ficção.

Outra hipótese para o uso das palavras *negra* e *amiga*, note-se que são palavras no feminino, seria o de se entender que o autor escrevia tomando como interlocutora, ou a Pátria ou a liberdade. E nesse ponto, Jorge Amado toma uma atitude moderna. Em uma sociedade patriarcal e com preconceitos raciais, como era o Brasil na época, jamais um escritor havia adotado essa atitude.

Por falar em Modernismo, Amado não é condescendente para com os paulistas que fizeram parte do movimento modernista de 1922. Quando faz um mapeamento dos males do Brasil na década de 20, Jorge Amado acaba por atacar o Modernismo. Para ele, "O proletariado em greve no Rio dava Lima Barreto. A reação, sentindo que o tempo da bonança se acabava, produz esse monstro literário que é Jackson Figueiredo. Esse sergipano sem lirismo, doente de ódio, de ambição pequena, atacado de bajulação delirante, nascido para lambar os pés de donos, será em breve o homem que vai ensinar censura aos policiais, ... (AMADO, 1956, p. 93). Jorge Amado é particularmente ácido em relação a Jackson: "Dele nasceria diretamente o integralismo do psicopata Plínio Salgado. Amarelo, dessa cor de barro dos biliosos, homem triste, sem alegria, desconhecendo toda a beleza da vida, Jackson de Figueiredo é o que de mais reacionário produziu a Literatura Brasileira." (AMADO, 1956, p. 93). Nesse ambiente, surgiu o Modernismo, que seria fruto, segundo o autor, da fortuna cafeeira:

Os ricos de São Paulo, a quem os adormecedores romances dos Coelho Neto não interessavam, e quem não conseguiam digerir a literatura policial de Jackson de Figueiredo, se bem a utilizassem, a esses homens que haviam corrido os cabarés da Europa, as igrejas e os museus, que haviam bebido com os chefes dos diversos 'ismos' literários, viciados em Cocteau, em Marinetti, em Blaise, Cendrars, só interessaria uma literatura mais refinada, mais difícil e quase esotérica. A sensibilidade gasta desses novos-ricos cria o modernismo. É a revolução total da forma, conservando o mais reacionário dos conteúdos. Clowns de uma alta burguesia enriquecida de repente, os modernistas têm a tarefa de fazer os seus patrões rirem. Inventam uma língua, não queriam escrever na língua acadêmica de Portugal, desconheciam a língua do povo do Brasil. Os modernistas em geral procuram casamentos vantajosos na aristocracia cafeeira. Uns conseguem, outros se mantêm virgens, em empregos menos rendosos. (AMADO, 1956, p. 94).

É uma leitura do Modernismo, que, para os que costumam ver esse movimento apenas pelo seu lado artístico, verificando como as inovações estéticas e os novos conceitos de arte repercutiram em nossa realidade literária, soa estranha. Para os que têm outra noção de arte, a de que ela deve influir na realidade de maneira direta, talvez não soe tão estranha. Não vou entrar no mérito do acerto do juízo do que Jorge Amado escreve. Intriga-me o que motivou o baiano a escrever dessa forma. Talvez seja o não engajamento dos novos intelectuais no movimento comunista que provoca a condenação. Não pretendo entrar na questão das relações dos escritores modernistas quanto ao comunismo, pois teria que abandonar os objetivos deste trabalho. Só queria registrar uma opinião do Modernismo diversa da corrente, e que não partiu de um crítico: sagrado como um momento de liberdade, para Jorge Amado era apenas um instrumento do reacionarismo.

Outro ponto é que, na atualidade, é passada a idéia de que o Modernismo era um bloco. É como se fosse uma tentativa de dar uma unidade ao que jamais foi tão uniforme. Os autores contemporâneos ao período de luta pelas mudanças ocorridas depois da Semana de 22, ou os autores da década de 30, que escreveram suas obras no período comumente chamado de período da consolidação, talvez nem tivessem noção de faziam arte modernista. Assim, é natural que considerações sobre o Modernismo apareçam, expressando a opinião de cada um sobre um movimento que ainda não era bem entendido. No livro de Érico Veríssimo, *O Arquipélago*, aparecem também diversas passagens com discussões sobre o movimento modernista.⁷²

No livro em questão, o discurso acre de Jorge Amado se deve ao tipo de arte praticado pelos que eram da vertente paulista na Semana de 22. Uma arte que, segundo a sua visão, não tinha compromisso com a luta para a mudança da realidade. Mais tarde, com o fechamento do PCB, vão ocorrer momentos de franca radicalização nas hostilidades. Influenciados pelo acirramento da guerra fria, com as tentativas expansionistas da URSS, muitos artistas passaram a se afastar do PCB e pagarão por isto. Buonicore registra várias dessas contradições: Antônio Cândido e Sérgio Milliet serão chamados de "escória cultural da terra, em que pontificam tarados, renegados, lumpens e até mesmos alguns retardados mentais", pela revista *Fundamentos*; Manuel Bandeira afirma que "era insultado por eles (comunistas), ao mesmo tempo em sou tido como comunista por muita gente." Mas

a respeito de Carlos Drumond de Andrade, que essa divisão ficará mais evidente: Osvaldo Peralva escreverá que ele é um "anticomunista raivoso, para quem a lealdade jamais constituiu uma pedra no meio do caminho", nos dizeres de na figura , sendo que o crítico Comunista Emílio Carrera Guerra, escreve sobre ele que, "Essa doença que lhe faz ver tudo negro, num mundo de problemas e contradições sem saída, é próprio de sua gente, da classe podre, arcaica, degenerada e moribunda." Ao que Drumond respondeu: "Eles pouco entendiam nosso ponto de vista." (BUONICORE, 2003, p. 6) . Foi difícil realmente a convivência dos intelectuais com os comunistas, efetivamente.

Quanto ao sebastianismo, de tempos em tempos, Jorge Amado frisa o pensamento de que, tal como o Rei D. Sebastião, de Portugal, um dia Prestes voltará. Conta com a vantagem de que, enquanto o rei português desapareceu, Prestes estava apenas preso. Até na figura física de Prestes isto é tentado. Quando fala da marcha da Coluna, registra "na sua frente o Cavaleiro da Esperança, Luiz Carlos Prestes, suas barbas crescidas, seus olhos ardentes, sua face tranqüila, seu sorriso triste mas confiante. Cavaleiro do povo." (AMADO, 1956, p. 135). Fazendo algum esforço, pode-se reconhecer o misto de um rei de antigamente e da figura de Cristo.

Quando escreve que o povo do Brasil espera a volta de Prestes, ele se socorre de todos os segmentos dos pobres do Brasil. Lembra por exemplo, o que os cegos das feiras do nordeste cantavam:

Nas bocas dos cegos cantadores, na boca das populações
desgraçadas do sertão com as quais ele deixou a esperança, o
gosto doce da justiça, o sonho da sua volta, realidade de amanhã:
*'De propósito vai se acabar,
No dia que ele voltar.
Se acaba seca, os bandidos,
Os criminosos de morte.
Vai se acabar a má sorte
Do sertão já redimido
No dia que ele voltar. '*
No dia que ele voltar, amiga. (AMADO, 1956, p. 160)

Para ficar só na literatura brasileira, poderia recorrer às quadra recolhidas por Euclides da Cunha e colocadas no livro *Os Sertões*. Mas gostaria de lembrar uma transcrição que consta do livro de Marilene Weinhardt, *Mesmos Crimes, Mesmos Discursos?* Citando uma matéria de Dídio Augusto, publicado em 10 de

outubro de 1914, com o subtítulo de "A lenda fanática", Marilene Weinhardt escreve sobre o sebastianismo que ocorreu na Guerra do Contestado, no início do século 20. Não farei a transcrição na íntegra, me permitindo o direito de escolher o trecho que me interessa.

A espada viria rasgando a prumo o penedo batido das ondas. Depois de inteiramente emersa, tombaria sobre a rocha retinindo na solidão do oceano, desferindo uma nota avulsa e significativa á (sic) flor azulina das águas salsas.

É a espada de S. Sebastião, o símbolo da 'guerra santa'. (Apud WEINHARDT, 2000, p. 67)

Para Jorge Amado, talvez Prestes fosse a própria espada. E a guerra pela liberdade dos povos fosse a própria guerra santa. Esse sebastianismo se mistura com o messianismo, por vezes. Associando Prestes com o povo, ele parece que tenta fazer uma sacração de Prestes como o D. Sebastião da profecia, que virá para salvar o povo de toda a tirania e de todos os males. Na quadrinha que figura em *Os Sertões*, é possível outra analogia: "Visita nos vem fazer, Nosso rei D. Sebastião. Coitado daquele pobre, Que estiver na lei do cão!" (CUNHA, 1987, p. 160). Para o autor admirador de Prestes, a Lei do Cão era a vigente naquele momento, mas o objeto de sua idolatria logo voltaria e o Brasil seria melhor.

Para Jorge Amado, Prestes era o herói que o povo brasileiro há tanto tempo esperava, para a sua redenção:

Este é o Herói, aquele que foi alimentado, concebido e criado pelo povo e que, agora, alimenta o povo com o seu coração e com a sua grandeza.

Assim é o herói, amiga. O povo o concebe, é o filho do povo, nasce das suas necessidades. E depois, na frente do povo, alimentando-o com seu exemplo e seu valor.

Amiga, é dele que vivemos. Dele vem a esperança que respiramos, a nossa força de luta. Nos seus ardentes olhos nós vemos o futuro do Brasil. Esses olhos que as grades da prisão, que o emparedamento em vida, que a impossibilidade de ver as paisagens do mundo e as paisagens dos homens, não limitaram na sua perspectiva magnífica. Ele está de pé, é o Brasil que está de pé, a liberdade também. Nunca se curvou, nunca se vendeu, não se vende, nem se curva a liberdade. Ela é milenar como o homem, é eterna como o gênio e a memória dos heróis. Ela é o povo, amiga. É Luiz Carlos Prestes. Ele nasceu com o primeiro herói da terra brasileira, não morrerá nunca porque o povo não morre. (AMADO, 1956, p. 325)

Dessa transcrição podemos deduzir que Prestes era o próprio Brasil, sem ele nada teria sucesso. É interessante que, sendo o comunismo uma doutrina que tem cunho materialista, um comunista nos dê uma definição do que é mito, ao tentar criar um mito. Afinal, as lendas nascem das necessidades do povo, nem que seja para sonhar ou explicar o inexplicável.

Interessante é que a campanha de Prestes teve mais sucesso no exterior que no Brasil. A censura não é explicação suficiente para isso. O próprio autor escreveu isso no posfácio de seu livro. Julga que esse livro foi um dos fatores que contribuíram para a mobilização do Brasil contra o fascismo. Mas no seu livro constam mais manifestações de artistas estrangeiros que brasileiros. Poemas de José Portogalo, Raul Gonzalez Tuñon e outros. Parece que a pregação de Amado não teve muitos adeptos no Brasil.

De todas as considerações feitas, a que não pode ter contestações é a maneira contraditória com que Prestes é descrito. Escrevo contraditória, pois de um comunista poderia se esperar tudo, menos a apologia de um cavaleiro medieval. Prestes é como o Cavaleiro Bayard, de Francisco I da França: *O Cavaleiro sem mácula*. Não tem medo, nem defeitos. Por vezes, há algum escorregão ocasional, como quando das explicações sobre as atitudes de Prestes quanto a fidelidade às instituições militares. Logo no início do capítulo 10, ele explica, em nota de rodapé, que Luiz Carlos Prestes não participou da revolta de 22, porque "se encontrava no momento da revolução de 1922 gravemente atacado de tifo e este foi o único motivo por que não tomou parte no levante." (AMADO, 1956, p. 97). Porém, ao escrever sobre a revolta de 24, escreve: "Um estranho capitão, esse Luiz Carlos Prestes, amiga. Acreditou que não se devia revoltar como oficial do Exército. Havia um juramento de fidelidade aos poderes constituídos e ele, para esta bem consigo mesmo, completamente solicita uma licença e gestiona a sua demissão do exército." (AMADO, 1956, p. 109) . Ou mudou o homem, ou mudou a idéia sobre juramento, ou o autor esqueceu de conferir suas notas.

Mas o cavaleiro sem mácula sempre surge, inclusive no fator da lealdade e competência. Em nota de rodapé ele conclui que foi só com a chegada de Prestes que a Coluna se organizou (AMADO, 1956, p. 110). Na narrativa de Juarez Távora, vimos como o sertanejo tratava as requisições feitas pela Coluna. Um sertanejo inclusive chama de "saqueio". Na narrativa de Amado, os pobres do interior imploram para Prestes ficar com seus

bens, nem que sejam os últimos. Escrevendo sobre a adesão de um piauiense à Coluna, ele narra o seguinte:

-General, ta aqui essa farinha, é tudo que eu tenho para comer no meu rancho... Dê pros seus soldados...

Voltou ao rancho e achou que era pouco. Ele possuía também um burro, com o qual ganhava a farinha que comia. Tomou-o pelo cabresto, se adiantou novamente até Prestes:

-General, ta aqui esse burrinho que é tudo que eu tenho para viver... Monte nele, não vá mais a pé...

Voltou ao rancho e achou que era pouco, amiga. Mas ele não tinha mais nada que dar, mais nada possuía no mundo. Sim, amiga, ainda possuía algo, possuía a sua vida que podia dar pela liberdade. Pela terceira vez se adiantou até Prestes. Nada conduziu nas mãos mulatas, mas ia sorrindo de alegria:

- General, - disse - agora leve a mim... Me dê um fuzil, já lhe dei tudo que tinha, agora me dê um lugar na sua Coluna... (AMADO, 1956, p. 195)

Não resisto a destacar duas coisas: a primeira, a insensibilidade de Prestes, que tomava tudo do pobre homem. Afinal, o homem culto era ele, o discernimento era esperado dele. A outra é uma comparação com a Bíblia, já que em alguns momentos comparei Prestes a Cristo, na narrativa de Jorge Amado. A passagem acima, na sequência lembra, primeiro, o óbolo da viúva, que deu tudo que tinha, depois da entrada de Cristo em Jerusalém, em um burrico, e por último, a passagem da conversão de Pedro e André, que largaram tudo para seguir Cristo. Talvez isso prove que todos os autores que tentam a criação do mito acabam por usar os mesmos recursos. E isso soa estranho em um autor que julgava estar contribuindo para acabar com o atraso no Brasil. Afinal, ele acaba por explorar a mesma retórica religiosa e mistificadora que todos os "próceres" da política usavam.

Jorge Amado, quando narra o final da Coluna se dedica a elogios. Elogia todos os chefes. De Miguel Costa ao mais humilde soldado da Coluna, ele faz uma apologia, talvez querendo levar à idéia de que, se estiveram ao lado de Prestes, era porque eram bons. Em uma analogia da epopéia da coluna à Revolução Russa, chama Moreira Lima de "Fúrmanov escrevendo a crônica desses Tchapaésvs da América." (AMADO, 1956, p. 196) . Elogia Siqueira Campos e todos os outros. Mas quando menciona os simples soldados, após fazer os elogios de praxe, aproveita para elogiar Prestes. Segundo ele, toda vez que um soldado era ferido de morte, ou sentia a morte chegar, quando perguntado "o que ele desejava antes de partir, se

um recado para a noiva, dinheiro para a família, se um cigarro ou se um trago de bebida, ele respondia sempre, resposta que se sucedeu durante toda a Grande marcha:- Quero morrer com o general ao meu lado." (AMADO, 1956, p. 205) .

Porém, nada diferente se poderia esperar desse livro. Afinal o próprio autor nos adverte na sua introdução, que a intenção era esta. Aliando a sua admiração ao herói, com o seu credo comunista, ele faz uma narrativa de modo a defender e ao mesmo tempo apresentar o comunismo ao Brasil. É uma tentativa de firmar uma imagem. Afinal, à época desse livro, o comunismo ainda era novo e se mostrava como única alternativa contra a exploração provocada pelo capitalismo e pelo liberalismo. Ao adotar o comunismo e ao se propor a colocar seu ofício de escritor nesse embate entre exploradores e explorados, entre uma estrutura oligárquica reacionária e o povo, Jorge Amado "vê" o mundo de um modo maniqueísta: os comunistas, devotados à causa, que lutam pela "liberdade" do povo, são a personificação do bem; todos os outros são o mal. Assim, todos os atos que contribuem para o enaltecimento das qualidades dessas pessoas que lutam contra os exploradores são realçados, enquanto os acontecimentos que mostrariam essas mesmas pessoas como pessoas normais, capazes de boas e más ações, de erros e acertos, são omitidos.

Não entrarei na seara da discussão sobre se a arte deve ser posta a serviço da defesa de ideologias. Essa postura vai ser adotada dependendo da concepção que cada pessoa tem de arte. E fazendo justiça, de uma coisa Jorge Amado não pode ser acusado: de omitir seus intentos. Afinal, ele mesmo escreve:

este não é nem pretende ser um livro frio. Não analiso uma figura distante no tempo e distante de minha afeição. Este é um livro escrito com paixão, sobre uma figura amada. É, quanto ao equilíbrio e a imparcialidade, de referência a Luiz Carlos Prestes são coisas que não se faz necessário medir. Porque nele os lados negativos não surgiram nunca, nem nos dias de luta, nem nos dias de triunfo, nem nos dias de prisão ... (AMADO, 1956, p. 30)

O autor assume suas posições sem nenhuma ressalva. O que queria era defender Prestes e o faz, acima do bem e do mal.

A COLUNA PRESTES EM O ARQUIPÉLAGO

*Nuvens negras no horizonte
De cima a baixo um corisco
O busto de Augusto Comte
E a faca de João Francisco.*

Segundo o narrador de *O Arquipélago* (1962), terceiro volume do romance-rio *O Tempo e o Vento*, de Érico Veríssimo, a quadra em epígrafe foi criação de um jornalista não-gaúcho, como sugestão para um escudo para o Rio Grande Do Sul. (VERÍSSIMO, 1962, p.519). Esses versos jocosos a respeito da maneira do gaúcho agir e pensar são sintomáticos para a compreensão das idéias contidas no livro em questão.

É comum, para efeitos didáticos, se dividir a obra de Érico Veríssimo em: a) romances urbanos; b) romances históricos e c) romances políticos. Essas propostas de divisões normalmente são feitas à revelia dos autores e nem sempre correspondem ao projeto. Isso fica claro na composição da série *O Tempo e o Vento*, em que o escritor gaúcho aborda a temática social e a política, além de fazer um romance histórico no qual recupera de maneira crítica as origens do povo gaúcho, ao descrever a saga da família Cambará.

Na edição do Círculo do Livro de *O Arquipélago*,¹² consta no final do volume uma informação, sem identificação de autoria, segundo a qual "Érico Veríssimo desprezava os valores do gaúcho típico: o machismo obsessivo, o descaso pela música, o gosto pelo jogo de cartas, ou o saber desfrutar tão bem de uma arma quanto de uma mulher".(VERÍSSIMO,1996 p. 693). Mais à frente, nessa mesma informação consta que do código gaúcho, Érico Veríssimo "herdou a franqueza, a lealdade, o empenho da palavra dada, o arrojo das decisões destemidas. E de dentro de sua aparente timidez erguia-se um grito de revolta quando sentia a liberdade, a dignidade do ser humano, ameaçadas em qualquer sentido." (VERÍSSIMO, p. 693, 1996). Diante dessa informação, é possível afirmar que quem a escreveu conhecia bastante das características de Érico Veríssimo e tinha uma visão que denota má vontade para com o gaúcho. Ora, as características negativas

¹² Dessa edição utilizo somente o comentário citado, por julgar que serve aos objetivos almejados no presente trabalho. Para a análise geral foi utilizada a edição da Editora Globo.

atribuídas ao gaúcho, se for feita uma reflexão mais prolongada, são comuns a todos os homens brasileiros de épocas em que as liberdades individuais e principalmente a das mulheres eram mais cerceadas. Volto, porém, para o que me interessa no momento, que é a análise do livro quanto aos discursos que o permeiam e à apropriação dos fatos históricos, especificamente da Coluna Prestes, objeto deste estudo.

A saga do povo gaúcho é contada por Érico Veríssimo de maneira a desenhar suas qualidades e defeitos. A obra conta a história do gaúcho, de um ponto de vista caracterizado pela familiaridade do narrador com o tema, marcado às vezes pela concordância e às vezes pela discordância com o modo de vida gauchesco. Para isso seleciona e constrói tipos que figuram na galeria de tipos comuns da nossa realidade tanto literária quanto social, como a mulher digna que sofre com as aventuras extra-conjugais do marido, a mulher madura e cheia de senso prático, a sensatez em pessoa na figura do velho Babalo, e muitos outros, mas quem polariza a história, nos trechos em que me detenho, é a dupla Toríbio e Rodrigo Cambará.

Há um embate entre dois modos de conduta e de visão de mundo entre estas duas figuras. Toríbio é o homem folgazão, aventureiro, que não despreza uma boa luta. Apesar de adorar o Angico, não hesita em partir para longe, atrás de uma aventura, não demonstrando, em sua disposição para entrar em novas aventuras, qualquer preferência política. Pode-se dizer que é um homem primitivo, que tem suas motivações baseadas na ameaça aos seus e a si próprio, ou ao gosto pela aventura. Sua postura lembra um homem fora de época, um gaúcho que, na narrativa de Érico Veríssimo já estava fadado a desaparecer, mas que se recusava a isso. Uma espécie de D. Quixote, como é mostrado no episódio em que manda fazer lanças para organizar um pelotão de lanceiros, quando é alertado por Rodrigo que estão em "1922 e não em 1835" (VERÍSSIMO, 1961, p. 175). Já Rodrigo representa o gaúcho que, através da civilização, adquire um pragmatismo que o leva a uma enorme flexibilidade moral e ética. Veríssimo aponta para uma diferença entre o gaúcho que se deixa domar pela civilização e o outro que mantém o seu modo de vida simples - Rodrigo deixa-se domar também pela maior figura gaúcha da política no século XX: Getúlio Vargas. Qual o pensamento que Veríssimo teve ao fazer essa obra, sabemos que é impossível determinar. Talvez fosse a impossibilidade de conciliar as origens do povo gaúcho com a de um homem

civilizado, como fica claro na figura de Floriano, talvez fosse a vontade de revelar ao Brasil que no Rio Grande do Sul não havia apenas homens brutos e guerreiros, sedentos de lutas e glórias. Afinal, o restante do Brasil tinha uma idéia bem peculiar dos gaúchos: um povo que aparecia no cenário nacional apenas quando tinha um confronto armado, que usava métodos brutais para guerrear, como a degola e que tinha uma língua diferente. Veríssimo mostrou ao leitor o povo gaúcho no cotidiano: o Rio Grande não tinha somente heróis. Em relação a sua própria posição, o que transparece na narrativa é que Érico Veríssimo queria demonstrar que o homem gaúcho, antes de ser gaúcho era um ser humano que não hesitava em tomar posição contra o modo de viver gauchesco, quando eram colocados em jogo os procedimentos humanos e civilizados mais elementares. Se a imagem que o restante do Brasil tinha do povo gaúcho era a de um povo guerreiro, que tinha na guerra o seu habitat natural, o autor tenta mostrar através de imagens chocantes que a guerra e a morte que a acompanha no bojo não são nem tão comuns e nem gloriosas. Essa intencionalidade talvez explique as descrições cruas que por vezes aparecem na obra. Após o combate de Santa Fé, quando os companheiros de Rodrigo obtiveram uma vitória a custa de muitas baixas, aparecem duas dessas descrições. "Rodrigo reconheceu dois de seus companheiros. Lá estava Jacó Stumpf, a cara lívida, boca aberta, os dentes de ouro à mostra. Estendido ao seu lado, o caboclo João tinha ainda no pescoço o trapo que tingira de sangue de boi. E seus pés enormes e encardidos erguiam-se como duas entidades que tivessem vida própria - duas coisas sinistras na forma, na cor e no sentido, um misto de animal e vegetal ." (VERÍSSIMO, 1962, p. 330). Ou então, quando um major dos Provisórios está discursando na frente da Intendência e a sua frente estão os corpos do ex-promotor Miguel Ruas, do lanceiro Cantídio dos Anjos e de seu cavalo: "O público escutou-o em silêncio. Moscas andavam em torno do focinho do cavalo. Uma delas pousou em cima do olho do negro. Outra passeava ao longo do nariz do ex-promotor." (VERÍSSIMO, 1962, p. 335).

Porém, o que mais sobressai nesse trecho no qual me detenho, é o aproveitamento que Veríssimo faz de certos episódios e personagens consagrados como históricos e que constavam de outras narrativas. Em certos momentos o uso é aberto, bastando que o leitor tenha lido outra narrativa sobre a Coluna Prestes, para que reconheça tais episódios. Os personagens são os que figuram nos livros de história do Brasil do século XX. Já os episódios que Érico Veríssimo usa em sua

ficção, são aqueles que vão lhe servir na busca de uma análise do gaúcho. Focaliza particularmente um acontecimento histórico que ficou concentrado no Rio Grande do Sul: uma revolta dos partidários do chefe político Assis Brasil contra os do Dr Borges de Medeiros, herdeiro político de Júlio de Castilhos.

Essa revolução concentrada, da qual tomavam parte apenas forças locais, pode parecer estranha aos leitores de hoje, mas na República Velha era uma coisa muito comum. O governo federal, refém de acordos políticos em busca de apoio, adotava a política de só intervir nos casos em que os conflitos extrapolavam as fronteiras do estado onde aconteciam as querelas. Assim, quando Borges de Medeiros tenta garantir a sua permanência no poder, eclode no estado gaúcho uma revolução na qual se mobilizam diversas colunas, chefiadas por caudilhos das mais diversas cidades. No livro de Veríssimo, uma dessas colunas vai ser formada em Santa Fé, terra dos Cambará.

No livro aparecem personagens históricas, como Honório Lemes, o "Leão do Caverá", Leonel Rocha, e Zeca Neto, estes pelos assististas e Flores da Cunha, Nepomuceno Saraiva e Firmino de Paula pelos borgistas. Esses personagens não podem ser considerados como apropriados pelo plano ficcional, pois normalmente só aparecem para ilustrar a narrativa, não tomando parte ativa dos acontecimentos do campo da ficção. Só são atribuídos a eles passagens que realmente aconteceram e que podem ser confirmados pelos livros de história. Somente em alguns momentos, o autor aproveita um personagem histórico para alcançar seu objetivo. Por exemplo, para ilustrar a contradição que as paixões políticas provocam, ele utiliza o general Leonel Rocha, que em 1893 tinha lutado com os federalistas, contra os castilhistas. Em um diálogo com Licurgo, personagem ficcional, fruto da criação de Veríssimo, Leonel deplora o fato do caudilho uruguaio Nepomuceno Saraiva ter invadido o Rio Grande para se juntar ao borgista Flores da Cunha: "É uma barbaridade. Aceitem o auxílio de mercenários estrangeiros, para ajudarem a matar nossos irmãos!", ao que Licurgo teria respondido: "Mas o senhor se esquece (...) que em 93 os federalistas pediram o auxílio do bandido Gumercindo, tio desse mesmo Nepomuceno que agora está ajudando os borgistas..." (VERÍSSIMO, 1961, p. 301). Essa utilização de personagens históricas praticando ações no campo ficcional não acontece muitas vezes, o que fica reservado para os personagens criados com o objetivo de constituir o núcleo ficcional do livro. Veríssimo talvez quisesse apontar para a paixão, por vezes incoerente, que acometia os gaúchos,

que iam para a luta armada por qualquer motivo. Combatentes que lutavam ontem por um motivo, sob o comando de um chefe, hoje poderiam estar de outro lado. É irônico também o fato de Leonel criticar o uso de estrangeiros para "matar nossos irmãos". Como se os brasileiros tivessem mais direito que os outros de matarem brasileiros.

Antes de voltar ao aproveitamento da história dentro da ficção, é necessário um comentário: o livro de Veríssimo não é um livro fácil de ler; pode ser até agradável e de fácil compreensão, porém, sua leitura é um eterno acompanhar o narrador nas idas e voltas pelo tempo. Os eixos narrativos diversos, como a história dos Cambarás, onde a figura principal é Rodrigo ou a história particular de Floriano, onde o gaúcho se deita em um divã, exigem um leitor no mínimo atento, que não pode perder de vista a história. Veríssimo é ardiloso no uso da história, sabe como usá-la. Veríssimo, que tinha aproximadamente 18 anos na ocasião da revolução de 23, deve ter acompanhado os acontecimentos, ao menos através de notícias de jornais. Quando escreve seu livro, usa a Coluna gaúcha como um duplo de sua similar mais famosa, a Coluna chefiada por Miguel Costa e Prestes e que teve renome e atuação nacional. Assim faz uma espécie de relação história-ficção: em seu livro há uma narrativa extensa da revolta de 23, na qual constam fatos que só serão historicamente registrados na revolta de 24. Essa relação é feita sempre tendo em vista o projeto de narrativa do autor: uma visão crítica do gaúcho e suas tradições. Exemplo claro disso é a relação de Rodrigo com as pessoas que ocupam posições subalternas, e que não sejam seus amigos. Rodrigo, como um bom político daquela época, apresenta ares de positivista, além de determinista. Diversas passagens o demonstram. As suas considerações sobre a criada Maria Joana, cozinheira do Angico, são uma das indicações deste determinismo. O narrador faz uma descrição da empregada, apresentando-a como uma "mestiça de feições repelentes, e sua cabeça pequena, de lisos cabelos muito negros, a pele enrugada colada aos ossos" e que impressionava pelos "olhos de esclerótica amarelada, com uma fixidez visguenta de olhos de jacaré." (VERÍSSIMO, 1961, p. 168). Logo após, entra a reflexão de Rodrigo: "Como era possível que aquela criatura imbecilizada, que mais parecia um animal do que um ser humano, fosse capaz de cozinhar com aquela maestria, com aquele requinte." Fazendo justiça ao personagem Rodrigo, deve-se lembrar que esse pensamento era comum a quase todas as pessoas de cor branca e de posses. Aliás, por vezes o narrador envereda

por um estilo que lembra o determinismo no seu momento mais pujante. Ao descrever os afazeres da mulher de Rodrigo, Flora, como enfermeira voluntária, após descrições que passam por "caras lívidas e peludas, nos algodões purulentos, nas gazes ensangüentadas, nos hálitos pútridos", ele descreve a cena na qual Flora se sente observada por um ferido. Ela foi alvo da atenção de "um caboclo de cara morena e larga, a cabelama do peito a escapar-lhe pela abertura da camisa. Era um olhar carregado de desejo.". Talvez Flora se sentisse desconfortável ante o olhar cheio de desejo de qualquer homem, devido à moral da época, mas, depois, enquanto tomava banho, ainda sentia que "aqueles olhos sujos e implacáveis a observavam". (VERÍSSIMO, 1962, p. 346). Mas quem incomodava mesmo Rodrigo era Pedro Vacariano. Érico Veríssimo constrói uma situação na qual Rodrigo encontra um rival, de baixa extração, mas de conduta nobre. É uma situação na qual pode ser subentendida a idéia de que uma pessoa não precisa nascer em berço nobre para ter bons sentimentos

Já no Angico, após uma longa apresentação do capataz, ele conclui o pensamento de que não gosta do caboclo. Rodrigo reconhece a contragosto que Pedro é um "belo tipo de homem", e isso o deixa mais irritado, por não ser o único conquistador presente no Angico. Essa má-vontade talvez possa ser explicada pela posição social de Pedro: é como se um pobre não pudesse ser belo. (VERÍSSIMO, 1962, p 166). Vacariano porém, vai ter um papel importante para que o narrador de Veríssimo mostre algumas características de Rodrigo. Primeiro o erro de um julgamento preconceituoso. Rodrigo comenta com seu irmão que não era bom confiar muito no caboclo, ao que Toríbio responde que punha a "mão no fogo por ele" (VERÍSSIMO, 1961, p.176). Mais tarde Vacariano salvará a vida de Rodrigo. Esse contraponto de opiniões talvez sirva para demonstrar que Rodrigo analisava as pessoas tomando por base ele próprio: como não primava pela ética, então quem lhe era estranho não era confiável.

Porém o episódio que quero realçar envolvendo Vacariano, é um episódio oriundo da narrativa de Moreira Lima, em seu livro sobre a Coluna. Para melhor ilustrar esse empréstimo, transcreverei esse trecho:

Durante a travessia de Ary por Cipó, houve um feito extraordinário praticado por um preto velho conhecido por Tio Balduino, que pertencia ao esquadrão do dr. Pinheiro Machado, que fazia, na ocasião, a retaguarda desta pequena Coluna. Tio Balduino era um antigo peão da família Pinheiro, no rio Grande do Sul.

Batera-se em 93, ao lado do general Pinheiro Machado. E quando sobreveio a Revolução de 1924, acompanhou o seu jovem patrão, que conhecia desde pequeno, e a quem muitas vezes carregara nos braços quando ele era 'gurizinho'.

Tio Balduino tratava Pinheiro respeitosa e orgulhosamente por 'seu doutô', mas, quando se zangava, tomava a liberdade de chamá-lo de 'guri'.

Onde se achasse Pinheiro, aí estava Tio Balduino, sempre solícito em preparar-lhe o chimarrão, ou o xibéu, na ausência do café e do chá.

O inimigo empenhou os maiores esforços para aniquilar o esquadrão de Zezé Pinheiro, como o dr. Pinheiro era tratado por camaradagem.

Pinheiro era um dos últimos da sua tropa, por montar um cavalo algo cansado.

O adversário, ao vê-lo, avançou rápido para tolher-lhe o passo.

Tio Balduino, que marchava ao seu lado, como sempre, percebendo o perigo que o ameaçava, desmontou e enfrentou estoicamente os assaltantes, até o último tiro da sua Mauser.

- Rende-te, negro velho!..., gritaram-lhe os contrários.

- Eu não me entrego a chimango, *canaçada!* ... , respondeu-lhes Tio Balduino, num brado formidável.

Voltando-se para Pinheiro, disse-lhe imperiosamente:

- *Vá s'imbora, guri, qui eu vou intreverá essa chimangada...*

E sacando da sua velha espada, que tantas vezes brilhara ao sol das coxilhas nas pugnas lendárias de 93, e outras tantas fulgira sob os céus maravilhosos dos sertões, entreverou num rasgo sublime de devotamento e de bravura, até cair morto, trespassado pelas armas dos adversários, em cuja turba entrara como um herói de lenda. (LIMA, 1979, p. 268)

Voltemos agora para o livro de Veríssimo. Não podemos perder de vista que o autor utiliza um ponto de vista segundo o qual Rodrigo, protagonista de sua trama, era um homem cheio de falhas e maus julgamentos. Quando encontra uma patrulha de inimigos, durante a luta de 23, ele, contando com superioridade numérica, sem refletir, resolve "acabar com aqueles chimangos". Porém, era apenas um engodo e os revolucionários caíram em uma cilada. Vendo isso, Rodrigo ordena retirada, mas o seu cavalo é atingido. Constatando que estava sozinho, pensa que "o remédio era morrer brigando". Porém, quem vem em seu socorro?

Era Pedro Vacariano,, que se aproximou dele, apeou do cavalo e disse: 'munte, doutor!' Rodrigo montou, exclamando: 'Suba pra garupa!' O outro, de Winchester em punho, sacudiu negativamente a cabeça, sem tirar os olhos dos inimigos que se acercavam cada vez mais .

- Eu fico.

- Monte! É uma ordem!

Como única resposta, o caboclo ergueu a perna e fincou a espora na ilhargá do animal, que disparou coxilha acima. (...) Uma bala silvou rente à orelha de Rodrigo que, voltando a cabeça para trás, viu o capataz do Angico deitado a fazer fogo contra o inimigo, como numa espécie de 'combate particular'. VERÍSSIMO, 1962, p. 360)

Há uma enorme semelhança entre os dois episódios. Creio que até se poderia afirmar que o autor, para ressaltar a postura preconceituosa de Rodrigo com quem justamente lhe salvaria a vida, conforme a obrigação do peão de fazenda, gente do seu *coronel*, resolve construir o seu episódio inspirado na narrativa de Moreira Lima. Porém, o curioso é que, quando Toríblio volta da prisão, faz uma menção ao mesmo episódio, apenas trocando os nomes.

Ao falar dos integrantes humildes da Coluna, ele faz a seguinte narração:

O caso do negro Ermelino era dos mais comoventes. Juntara-se à Coluna para acompanhar um jovem que ele ajudara a criar, filho dum estancieiro do Rio Grande do Sul do qual o crioulo fora peão quase quarenta anos. Ermelino servia seu amo como um fiel escudeiro, cuidando-lhe da roupa, comida e das armas. Sua dedicação era tamanha que os companheiros de destacamento lhe chamavam 'Anjo da Guarda'. Duma feita, numa escaramuça de patrulhas, seu protegido, que era tenente, ficou para trás e um piquete de cavalaria inimigo precipitou-se na direção dele. Ermelino sentou o joelho em terra e começou a atirar com sua Mauser, ao mesmo tempo que gritava: 'Vai-te embora guri! Vai-te embora! Tenho pouca munição e quando as bala se acabar tenho que entreverar com a chimangada'. Como era maragato, para ele o inimigo só podia ser 'chimango'. O tenente safou-se. Depois dedisparar o último tiro, Ermelino puxou da espada e esperou a carga. Morreu varado de balas." (VERÍSSIMO, 1996, p. 682)

Tirando o artifício de trocar os nome do peão e não citar o nome do seu chefe, o episódio é praticamente o mesmo. Fiz as transcrições que, embora longas, servem para demonstrar como o autor fez um aproveitamento na ficção de um fato registrado antes em uma narrativa de uma pessoa que participou da história da Coluna Prestes. Seguindo a idéia de que a sua narrativa da revolução de 1923 seria um duplo da narrativa sobre a participação de Toríblio na Coluna de 1924, temos o autor empírico tomando conhecimento do fato através da narrativa não ficcional; depois, coloca no campo da ficção dois personagens tomando parte de um episódio semelhante; e por fim, aproveitando praticamente a narrativa de Moreira Lima, coloca Toríblio para apresentar o seu testemunho, apenas trocando nomes. Esse uso de nomes e fatos reais servem para tornar a narrativa atraente, nem que seja para fins de

posteriores contestações. Na ficção, o episódio construído por Veríssimo serve para que o autor aponte alguns aspectos de Rodrigo Cambará, como a incoerência de suas atitudes, por exemplo.

Pensava com igual remorso em todas as vezes que, durante a campanha, hostilizara Pedro Vacariano com gestos ou palavras. No entanto o caboclo viera a morrer por ele... Sabia que tinha o dever de ser-lhe reconhecido por isso, mas não podia evitar quem com a seu relutante e meio envergonhado sentimento de gratidão se mesclasse uma certa irritação, que se poderia se traduzir assim: 'Não lhe pedi que se sacrificasse por mim'. (VERÍSSIMO, 1962, p. 361)

Érico Veríssimo aproveita um acontecimento registrado como histórico, mas de outro tempo para caracterizar Rodrigo Cambará.

Outro aspecto que é digno de nota é o papel de *mestre de marionetes* que o autor assume dentro da obra. Ele é senhor absoluto do tempo, já que, quando escreve tem uma perspectiva geral do que vai resultar sua narrativa, e mesmo quando surge um desvio de rota, há possibilidade de confronto entre o início e o fim da narrativa. Assim ele pode, quanto tem capacidade - e Veríssimo a tem - de articular episódios, estabelecendo uma relação causa-consequência dentro da estrutura da obra. Um exemplo disto é a criação de um personagem com a intenção de propiciar uma saída para que Toríbio não morresse *prematuramente* na sua história. Afinal, a Coluna Prestes não era o foco principal da narrativa de Veríssimo. Era apenas mais uma oportunidade para contrapor os dois irmãos. Contra o pragmatismo de Rodrigo, a quem interessava fazer a revolução apenas quando contemplava seus interesses pessoais, Veríssimo privilegia a índole indomável do aventureiro gaúcho, personalizada por Toríbio. Exemplos não faltam. Quando Rodrigo pergunta a um revolucionário ferido se conhecia o irmão, ele conta dois episódios que servem para esse efeito. Sob um tiroteio, após João Alberto gritar para Toríbio se deitar, este responde: "Não sou lagarto pra andar de barriga no chão". (VERÍSSIMO, 1962, p. 464). Ou quando Bio cisma de levar um canhão que tinha tomado aos legalistas, porém o próprio João Alberto manda que ele abandone a peça. Segundo o testemunho do prisioneiro ferido, antes de abandonar o canhão, "arriou as calças e fez o serviço em cima da peça." (VERÍSSIMO, 1962, p. 465). É

mais uma vez ressaltada a diferença entre a postura do gaúcho "primitivo" contra a do gaúcho "civilizado".¹³

Voltando ao domínio que o autor tinha na construção de sua narrativa, depois da partida de Toríbio para se juntar aos revolucionários de Prestes, chega à Santa Fé um batalhão da polícia baiana. Veríssimo aproveita esse episódio para ilustrar alguns aspectos da personalidade gaúcha. Para apontar o racismo, coloca na boca de Chiru o comentário de "como vou levar esses negros pra dentro da minha casa, para o seio da minha família?" (VERÍSSIMO, 1962, p. 479). Para ilustrar a postura xenófoba, mostra desconfiança do pessoal da terra para com os *estrangeiros*, principalmente no tocante às mulheres. Curioso o estabelecimento de uma hierarquia: Os soldados "buscavam as criadinhas ou espalhavam-se pelos bordéis", os sargentos "preferiam as mocinhas das chamadas 'ruas de trás'", enquanto os oficiais "voltavam as suas atenções e pretensões para as senhoritas de melhores famílias" (VERÍSSIMO, 1962, p. 478). Como se vê, é possível hierarquizar-se tudo nesta vida.

Entre os oficiais que faziam sucesso entre as senhoritas da terra, havia o Tenente de pele 'cor de jambo' Antiógenes Coutinho. Esse tenente, após se envolver em incidente com um capitão do Corpo Provisório, foi salvo primeiro por Chiru Mena, e depois por Rodrigo. Após isso, passa a ser comensal do Sobrado. Veríssimo não perde a oportunidade de demonstrar o pragmatismo político de Rodrigo. Como o clube da cidade não queria aceitar os baianos como seus freqüentadores, ele promove uma festa de desagravo no Sobrado, onde ergue um brinde ao "berço glorioso da nacionalidade, terra do grande Rui Barbosa". (VERÍSSIMO, 1962, p. 481). Teria Rodrigo se convertido em bom moço? Não.

Segundo ele próprio, em resposta a uma observação de Maria Valéria, fez isso para "salvar o bom nome de Santa Fé e do Rio Grande, e para dar uma lição de cavalheirismo àquelas bestas da diretoria do comercial." (VERÍSSIMO, 1962, p. 481).

O tenente Antiógenes Coutinho vai desempenhar um papel importante na narrativa. Quando Rodrigo conta como Bio foi preso e como se livrou da morte no interior da Bahia, o oficial baiano vai aparecer de novo. Preso com mais três companheiros, conta que enquanto os outros eram fuzilados, ele repetia baixinho:

¹³ Domingos Pellegrini também vai trabalhar o vezo gaúcho da fanfarronice, quando Juliano conta que certa vez, fizeram uma trincheira inimiga recém tomada "virar valeta de churrasco..." (PELLEGRINI, 2002, p. 166).

"ainda não fizeram a bala...ainda não fizeram a bala". E quando chegou a sua vez aconteceu o seguinte:

O sol já tinha aparecido. O capitão aproximou-se do major. Era um homem com cara de moço-família, estava pálido, de voz engasgada e mãos trêmulas. O Bio viu logo que o rapaz não dava para aquelas coisas...'Como é seu nome? O Bio, que tinha deixado crescer a barba, teve vontade de responder: 'Antônio Conselheiro'. Mas achou melhor dizer direito como se chamava e de onde era. 'E por falar em Rio Grande, moço, lá na minha terra não estamos acostumados a morrer de mãos amarradas. Gaúcho macho prefere morrer peleando. Se algum favor lhe peço, é que me deixe morrer de arma na mão.'. O Outro se fez de desentendido. 'De que cidade do Rio Grande você é?' Quando o Bio disse Santa Fé, a cara do milico se iluminou. E agora pasmem todos! O capitão em seguida perguntou: 'É parente do dr. Rodrigo Cambará?' Respondeu o nosso caudilho: 'Acho que sou! Somos filhos do mesmo pai e da mesma mãe.' O Oficial gritou para os soldados: 'Desamarrem este homem!' Pegou Bio pelo braço, levou-o para sua barraca, deu-lhe um bom café com bolachas e contou: 'Sou o Antiógenes Coutinho. Estive na sua casa, conheci a sua família. E se hoje estou aqui é graças ao seu irmão, que me salvou a vida.' E repetiu a história que todos vocês conhecem. ." (VERÍSSIMO, 1962, p. 532).

Acredito que o autor usou este episódio apenas para livrar Toríbio da morte em sua trama. Veríssimo não teria a intenção didática de mostrar como quem faz o bem um dia é recompensado. Seria diminuir a sua condição de ficcionista, reduzi-lo a uma condição de recriador da fábula do Leão e do Ratinho, de La Fontaine. É interessante, nesta passagem, apontar alguns aspectos no discurso do personagem Bio. Um, é o de dizer que no Rio Grande não se estava acostumado a morrer de mãos amarradas. Ora, primeiro que, salvo melhor juízo, ninguém se acostuma a morrer. Então talvez fosse o hábito atribuído aos gaúchos de bravatear. Outro é o de que o costume da degola era comum nos pampas, e o prisioneiro morria com as mãos amarradas. Talvez existissem gaúchos de *status* diferentes. O outro é a citação de "gaúcho macho". Essa idéia de que possa então existir um gaúcho que não seja macho é no mínimo interessante.

Neste livro de Veríssimo, há a associação de figuras históricas com as de ficção. Procurando nas narrativas sobre a Coluna Prestes um personagem em que pudesse encontrar as qualidades que queria dar para Toríbio, o escritor encontra Nestor Veríssimo. Toríbio escreve que João Alberto, "quando queria se referir ao Veríssimo, ele me dizia 'o teu irmão gêmeo'. Os dois personagens, o ficcional - Toríbio - e o histórico - Nestor Veríssimo - apresentam semelhanças evidentes,

porém não se pode afirmar que o escritor se inspirou em um para criar o outro. As fanfarronadas de Toríbio são iguais às de Veríssimo: sobre este, conta Bio que, uma vez, em meios às balas "resolveu descansar porque fazia duas noites e dois dias que não dormia. Disse pra um companheiro: 'se a coisa piorar, me acordem'. Deitou-se, fechou os olhos e pegou logo no sono. É um bárbaro. "VERÍSSIMO, 1962, p. 538). Ao que seu amigo Neco retrucou: "fala o roto do esfarrapado".

É nítida a boa vontade que o narrador de Érico Veríssimo demonstra com os gaúchos que apresentam um comportamento que seria esperado de um gaúcho dito autêntico. Apesar de colocar na boca de Tio Bicho e de Floriano palavras contra o "modo gaúcho de ser", o narrador se posiciona sempre a favor do tipo que mantém sua palavra e o jeito aventureiro que um conterrâneo de Bento Gonçalves deveria ter. Talvez seja uma postura de admirar a autenticidade, a maneira instintiva de agir, sem a mácula do planejamento civilizado, onde o cálculo demorado sempre visa uma vantagem. É um reviver da idéia do "bom selvagem", de Rosseau, ou da figura jurídica dos "relativamente incapazes", que não são totalmente responsáveis pelas suas ações, pois, ou agem de boa fé ou não sabem o que fazem.

Existem outros aspectos nesta obra de Érico Veríssimo que me intrigam. Um é a abordagem do misticismo e credices do gaúcho. No episódio da morte de Alicinha, quando Rodrigo fica com a consciência pesada e abatido, ele vai visitar um curandeiro que lhe faz revelações sobre a sua vida passada, revelações que deixam Rodrigo espantado, pela precisão. (VERÍSSIMO, 1962, p. 434). No final, da narrativa de Bio sobre a Coluna, aparece outra vez o lado crédulo do gaúcho: o gaúcho conta como o velho Licurgo, seu pai, que havia morrido na revolução de 23, salvou-lhe a vida.

O dia estava claro e eu vi, mas vi mesmo o velho Licurgo a cavalo, de lenço branco no pescoço, bem como no dia em que foi morto. Fiquei gelado. Papai me fazia sinais com a cabeça e com a mão, dando a entender que eu não devia seguir por aquele caminho. Dei de rédeas e me toquei pela estradinha da esquerda, sem olhar para trás. Os três homens que estavam comigo me seguiram. Não tínhamos andado nem cinco minutos quando ouvimos um tiroteio. Compreendemos que os outros companheiros tinham caído numa emboscada. (...) Rodrigo, arrepiado, olhava para o irmão sem dizer palavra. (VERÍSSIMO, 1962, p. 548)

O efeito que Érico Veríssimo buscava com essas passagens sobre o sobrenatural não é possível saber. Porém, uma das leituras possíveis é a de que o

autor quisesse mostrar como, mesmo civilizado, Rodrigo e todos os gaúchos eram ainda seres que acreditavam no sobrenatural, como assombrações e visões.

Um lado do gaúcho que Veríssimo mostra claramente é a mania de *pelear*. Na narrativa de Domingos Meirelles, o autor conta sobre a descoberta de um gaúcho ex-combatente da Coluna que encontrou na Bolívia. Vivia lá como pequeno agricultor, não tendo nunca mais voltado para o Brasil. Porém, na despedida diz: "se tiver outra briguinha boa como aquela por lá, é só me chamar." (MEIRELLES, 1998, p. 22). Na ficção de Veríssimo aparece um episódio semelhante, que ilustra bem essa mania do gaúcho pela guerra. Após o combate da cidade de Santa Fé, em 1923, o velho Babalo está visitando o Hospital Militar em busca de conhecidos, quando se depara com um homem ferido, chamado Chico Pedro, da olaria em que os revolucionários tinham se posicionado para atacar a cidade. Entre eles se dá o seguinte diálogo:

- Mas que é isso, vivente? Não sabia que eras maragato.
 - Qual maragato! - respondeu o oleiro com voz débil. Fora ferido no peito. Estava pálido, a testa porejada de suor. - Nunca me meti em política. Só sei fazer tijolo...
 - Bala perdida?
- Chico Pedro sacudiu a cabeça negativamente e depois, entre gemidos, contou:
- Estavam brigando...ai-ai-ai! Dentro de minha propriedade. Eu não podia ficar ...ai! ... todo o tempo parado... de bra-braços cruzados... Quando vi aquela rapaziada linda de lenço colorado... caindo, morrendo, fiquei meio incomodado... Vai então... ai! peguei uma espingarda e comecei a dar uns tirinhos... (VERÍSSIMO, 1962, p. 340)

É impossível não vislumbrar um efeito cômico neste diálogo. A impressão que fica é uma contraposição entre a sensatez de Babalo, que não era covarde mas não gostava de brigas e confusões, e o gaúcho inconseqüente, que entrava em uma briga que não era sua, não podendo resistir ao apelo da peleia. Quando se enquadra a narrativa de Érico Veríssimo na sua totalidade, pode-se perceber como, através dos olhos de Floriano, a figura que sai valorizada é a de pessoas como Babalo. Um homem que, para ser valente, não precisava ficar demonstrando a sua valentia permanentemente.

Um ponto que gostaria de tratar é o das fontes que cada autor, seja de ficção ou não, adota para escrever sua narrativa. Um caso que bem ilustra essa questão é a morte do coronel Luis Carreteiro. Domingos Meirelles quando narra a sua versão para esse

acontecimento, cita João Alberto para descrever o ingresso do coronel na Coluna. No entanto, adota a versão de Moreira Lima para a morte de Carreteiro. Escreve Meirelles:

O Estado Maior é informado da morte accidental do coronel Luis Carreteiro, chefe gaúcho muito estimado pela tropa que acompanha os rebeldes desde o Rio Grande do Sul. Bigode e barbas longas, cabelos abundantes, Carreteiro ainda vestia a mesma roupa espalhafatosa que tanto impressionara os paraguaios na travessia de Puerto Adela. Do chapéu que usava pendia uma fita vermelha com a inscrição: 'Não dou nem pido ventage'. João Alberto ainda se lembra da figura alta e exuberante que o procurou no Rio Grande, indicado pelo capitão Luis Carlos Prestes - Trazia apenas o título de coronel e quatro homens. Sua morte foi casual: ao limpar o revólver, a arma disparou e uma bala o atingiu no peito. (MEIRELLES, 1998, p. 487)

Já na narrativa de João Alberto aparece outra versão para a morte de Carreteiro. Fazendo considerações sobre o coronel, escreve ele: "Excelente Luis Carreteiro! Acompanhou-me com lealdade sempre pronto para o combate a cavalo, do qual apeava só para dormir. Assim foi até Goiás, onde perdeu a vida em consequência de uma uremia. Tanta bala passou por ele! Nenhuma o levou" (BARROS, 1997, p. 54)

Moreira Lima conta que Luis Carreteiro morreu de um tiro accidental. (LIMA, 1979, p. 259). Na sua narrativa quem morre de uremia é um seu filho, "o tenente Gumercindo dos Santos, um dos filhos de Luis Carreteiro, que viera com o pai, do Rio Grande." (LIMA, 1979, p. 358).

Quando observo esse acontecimento na ficção de Érico Veríssimo, não dou importância à questão de qual versão seria verdadeira ou não. Só quero chamar a atenção para o fato de que, tanto os autores de textos ficcionais quanto os não ficcionais fazem escolhas. No caso de Domingos Meirelles, ele, ao adotar a versão de Moreira Lima, dá a ela legitimidade em sua narrativa, apesar de citar o livro de João Alberto. Parece que ele não leu a descrição de Carreteiro até o fim, ou então dispunha de outras fontes que não revelou e que confirmavam a versão dada por Moreira Lima. No caso de Érico Veríssimo, como a verdade era a última de suas preocupações, se fosse possível identificar qual a versão que teria lido e adotado, seria a de João Alberto. Habilmente coloca Toríbio recordando a Coluna e por um instante tem-se a impressão que é João Alberto falando pela boca de Bio. A descrição que o gaúcho faz de Carreteiro é muito parecida com a de João Alberto. (BARROS, 1997, p. 53-54).

Desse episódio Veríssimo tira alguns efeitos. Primeiro, o de que um gaúcho autêntico não deveria gostar de homens que se enfeitavam muito. Afinal, "Carreteiro parecia mais um *cowboy* de fita de cinema. A gente tinha a impressão que ele tinha se preparado não para marchar a com a Coluna, mas para tirar retrato.". (VERÍSSIMO, 1962, p. 538) . Foi preciso o Coronel provar o seu valor e aí, mais uma vez, o escritor ilustra o tipo de retórica que o gaúcho usa:

- O bicho agüentou até o final da marcha? - perguntou Liroca?
- Até o fim da vida dele.
- Morreu de bala ou de arma branca? - tornou a perguntar José Lírio. Esses pormenores tinham para o veterano uma importância mágica.
- Parece mentira. O coronel Carreteiro tomou parte em muitos combates e não foi ferido. Morreu na cama, de uremia.
- Que injustiça! (Veríssimo, 1962, p. 538)

Essas palavras, colocadas na boca de Liroca, acabam por apresentar um posicionamento crítico do narrador, pois Liroca era um dos que mais tinham vontade de participar de entreveros e depois tremia de medo. Ademais, morrer de faca ou de bala não tem muita diferença: a morte é a mesma. E injustiça mesmo é morrer sem ser por uma causa nobre. Na seqüência desse episódio temos outro exemplo desse posicionamento crítico: é o diálogo no qual Rodrigo declara que nunca acreditou que os "tenentinhos tivessem caracu". (VERÍSSIMO, 1962, p. 539) . Quando Toríbio diz que todos eles se portavam com bravura, Roque Bandeira intervém com a seguinte frase: "O que prova que valentia não é privilégio de gaúcho.". E Liroca lhe lança um olhar de reprovação, pois o "gordo sedentário", que nunca tinha disparado um tiro na vida, não podia dar palpites.

Buscar entender as razões de Veríssimo para a escolha de posição de seu narrador é uma tarefa interessante. O escritor era gaúcho, portanto sabia o que estava abordando. Mas ele coloca o narrador em uma posição ambígua, pois, ao mesmo tempo que critica a flexibilidade moral que a civilização dá aos homens como Rodrigo, se posiciona criticamente também em relação ao mito e a retórica do gaúcho macho, do homem bravo, por vezes cruel, como nos casos da degola. Porém, vê-se um posicionamento favorável tanto ao homem simples e sensato como o velho Babalo, cheio de praticidade e pouco dado a atitudes temerárias,

quanto ao gaúcho primitivo, xucro, que, se era violento era devido ao que acontecia a sua volta, como Toríbio.

Um dos aspectos que me chama a atenção, é o de que Veríssimo, assim como Jorge Amado, não se furta a fazer alguns comentários sobre a vida literária do Brasil, particularmente sobre o Modernismo. Aparentemente este movimento literário incomodou muito a intelectualidade brasileira. Muitos intelectuais abordaram em suas obras esse tema. No livro de Veríssimo aparece um conflito entre as posições de Rodrigo e do leninista Arão Stein, simbolizando o embate entre a *velha* literatura e a *nova* literatura. Veríssimo leva o seu personagem Stein por um caminho diferente daquele que Jorge Amado apontou em relação ao Modernismo. Se para Amado o Modernismo foi uma manifestação da burguesia paulistana, não tendo nada de moderno, no livro de Veríssimo aparece um esquerdista tentando atrair o Modernismo para o seu lado. Usa para isso o poema de Mário de Andrade "*Ode ao Burguês*", em oposição ao escritor Coelho Neto. Stein argumenta que o escritor maranhense era um "escritor da burguesia. Seus valores intelectuais, económicos e morais são os da classe dominante. Escreve sobre burgueses e para burgueses, jamais fez uma história sobre o proletários(...)" (VERÍSSIMO, 1962, p.) E recita o poema de Mário de Andrade: "Eu insulto o burguês (...)" Ao que Rodrigo retruca: "Vocês querem que um leitor de Victor Hugo e Olavo Bilac como eu leve a sério essas maluquices?" (VERÍSSIMO, 1962, p.). Que a literatura é uma ferramenta poderosa para se ilustrar a formação de um personagem, não há dúvida. No próprio Rodrigo há uma dicotomia, entre a literatura que o formou e a literatura que ia surgindo no cenário nacional. Em um trecho, *Sílvia*, mulher de Jango, lê um poema, que é de Mário Quintana. Rodrigo observa que não entende "esses poetas modernos". Após a nora fazer a leitura do poema "*Tristeza no Céu*", pergunta a ele se gostou. "Gostei. - mente ele." (VERÍSSIMO, 1961, p. 198). Já quando vai descrever Liroca, ele usa a figura universal de D. Quixote. Segundo ele, o amigo parecia uma "versão guasca de D. Quixote, mas dum Quixote que tivesse um pouco de Sancho Pança. Liroca era um cavaleiro andante e ao mesmo tempo o seu próprio escudeiro. Tinha como o fidalgo da mancha os bigodes caídos e um olhar entre desvairado e triste. Não lhe cobria o corpo franzino uma armadura de aço, mas o pala de seda. Seu elmo era um velho chapéu de feltro negro, de abas murchas." (VERÍSSIMO, 1962, p. 269). Ao usar uma figura clássica da literatura

mundial como fator de comparação, Veríssimo filia Rodrigo a uma elite que tinha como um de seus orgulhos a cultura de base européia .

O capítulo sobre a Coluna Prestes em O Arquipélago chama-se "Um Certo Major Toríbio", numa clara tentativa de vincular Toríbio ao primeiro Rodrigo Cambará. Tanto Bio quanto o primeiro Rodrigo foram protótipos de gaúchos dito autênticos, enquanto o segundo Rodrigo seria o gaúcho "contaminado" pela civilização. Para fazer a oposição primitivismo *versus* civilização, Érico Veríssimo, aproveita a Coluna Prestes para fazer um recorte da visão dos gaúchos sobre uma certa época do Brasil, além de contrastar dois modos de vida.

NO CORAÇÃO DAS PEROBAS: UMA DIFÍCIL COSTURA ENTRE DISCURSOS

Entendo que quem ganhou algum dom artístico tem uma dívida com a humanidade, por ter sido sorteado na loteria genética, e deve usá-lo para o bem. Pode parecer ingênuo mas é o que acredito e pratico. (Domingos Pellegrini)

Um leitor costumeiro das obras de Domingos Pellegrini pode ter duas impressões: a primeira, é de que, em uma avaliação geral, o Domingos Pellegrini autor de literatura infanto-juvenil e contista era melhor que o autor de romances onde transparece claramente a literatura engajada. Não se trata de desvalorizar ou tirar o mérito deste tipo de literatura, mas, um autor, quando assume claramente essa posição, acaba por deixar outros aspectos que seriam mais interessantes para uma obra de ficção. Privilegia a análise da realidade e se descuida dos demais aspectos que caracterizam uma boa obra.

A segunda impressão é a de sempre encontrar o mesmo discurso. Porém, não seria apropriado falar em apenas um discurso: na verdade é um conjunto de discursos que sempre privilegia um ponto de vista narrativo que lembra a história dos oprimidos. O próprio autor, em algumas entrevistas que serão abordadas neste trabalho, corrobora essa afirmação. Ele se vê como um porta-voz dos mais fracos, um D. Quixote em defesa dos valores, senão morais, pelo menos éticos. Faço

referência às entrevistas porque vou defender a idéia de que é muito fácil perceber uma identificação do narrador das obras de Pellegrini com o autor empírico.

Nessas entrevistas, que citarei oportunamente, o autor Pellegrini apresenta a sua idéia de qual seria o papel do artista, e no seu caso, do escritor perante a realidade. Para ele, o escritor deve abandonar o aspecto lúdico da arte, que passaria a ter um papel didático em relação à correção das atitudes e situações injustas que ocorrem entre os seres humanos. O problema é que ele assume uma posição tão próxima ao tema de sua narrativa, que por vezes aparenta perder a visão global do assunto que trata. Vou me valer de Umberto Eco em *Os Seis Passeios Pelos Bosques da Ficção*, para lembrar que um bom autor de ficção deve fazer o leitor penetrar em diversos bosques possíveis dentro da ficção; para isso, dentro da obra ficcional deve haver uma espécie de jogo entre o narrador e o leitor: por vezes a leitura aponta para uma direção, por vezes para outra, e por vezes chega a um ponto que, a falta de nome melhor, chamarei de encruzilhada de leitura: diante dos olhos do leitor, as possibilidades de leitura se apresentam múltiplas.

Domingos Pellegrini, em sua fase mais recente e engajada, parece seguir fielmente o pensamento que está em epígrafe neste capítulo. Ninguém pode tirar-lhe o direito de fazer literatura como bem entende; apenas as suas obras acabam por perder muito no aspecto dos bosques: expondo a suas idéias de maneira tão evidentes, ele apresenta ao leitor apenas um bosque, tirando-lhe a possibilidade de caminhar por outros bosques que lhe seriam possíveis. Esta única possibilidade é facilmente notada por um leitor mais experiente e, ousado dizer, mais exigente. E talvez aí esteja a explicação para essa atitude de Pellegrini. Quem sabe, cansado do papel de matéria reservada apenas aos cultos que a literatura desempenhou através dos anos aqui no Brasil, tenha passado a fazer uma literatura simples e direta, buscando alcançar dois objetivos: um, o de atingir uma faixa maior de público, já que uma das razões alegadas pela maioria dos brasileiros para a pouca prática leitura é a de que as obras são muito "difíceis". Outro objetivo seria consequência do primeiro: através da literatura simples, o autor conseguiria despertar as massas para as injustiças sociais.

E essa intenção de despertar as massas não aparece apenas em seus romances: lendo uma crônica sua, com o título "Zé Tonto", no Caderno G (Gazeta do Povo, 13 mar 05, p. 4), um trecho chamou-me a atenção. Para chamar a atenção do

leitor sobre a má administração pública e o papel do povo, ele cria um personagem chamado Zé Tonto, cujo nome é ilustrativo e dispensa maiores comentários - ele é o povo. Ao falar das mordomias do serviço público, Domingos Pellegrini escreve: "Melhor dizer privilégios. Aliás, toda elite que chega ao poder, como a elite sindical de agora, esquece tudo que pregava ao povo e passa a gozar o poder, dedicar-se à perpetuação no poder, e ao aumento do Estado para acomodar o seu pessoal. O nosso Estado é resultante de elites agrária, comercial, industrial e agora sindical. Ao falar das promessas políticas não cumpridas, escreve que deveria haver uma lei que permitisse a cassação do político que fizesse uma promessa e não cumprisse. O povo "teria que ficar vigilante, examinando os relatórios dos governos estaduais e federal na internet, comparecendo às sessões da Câmara Municipal, cutucando os promotores para agir quando for preciso, em vez de agir quando não dá mais pra fazer vistas grossas." Esta crônica é bem didática: aponta o problema e logo a seguir dá a solução.

Essa citação é interessante na medida em que serve de parâmetro para a analogia dos discursos que aparecem nas obras de Pellegrini. Porém, para ficar no campo do romance propriamente dito, é rentável comparar os discursos e o narrador que aparece no livro *O caso da Chácara Chão* com os discursos e o narrador de *No Coração das Perobas*.

Não vou entrar em detalhes sobre o enredo de *O caso da Chácara Chão*, prêmio Jabuti de 2000. É o caso de um assalto a uma chácara, no qual a vítima quase passa a acusado. Algumas situações que aparecem nesse livro aparentemente são frutos do projeto de Pellegrini para seus livros. Em matéria publicada no Caderno 2 (O Estado de S. Paulo, 05 nov 01), feita por Haroldo Ceravolo Sereza, autor afirma que, sua vocação é fazer literatura comprometida.

Em outra entrevista, desta vez para a repórter Ellen Soares, da Folha Online, o autor assume uma posição ambígua sobre o que é romance e qual o papel da arte. Note-se que aqui é o autor empírico que está falando. Dizendo fazer uma literatura voltada para a ética, ele passa a dar orientações sobre como viver.

Minha literatura se volta para as coisas que mais fazem falta neste país, como vergonha, honestidade, verdade, sinceridade, produtividade, qualidade. Enfim, os valores em "ade", sem os quais todos os valores em "ão" como eleição, revolução, tradição e renovação não dão em nada. Assim, como os valores em "ismo"

(socialismo, liberalismo, capitalismo) nada são sem os valores em "ade".

Sobre o seu modo de escrever, o autor, na mesma entrevista, afirma que o seu principal ingrediente é a paixão. "Você não faz um bom romance se não tiver paixão da primeira à última página. O tempo todo as idéias vão fluindo e você vai ficando cada vez mais apaixonado por aquele 'ser' chamado romance: ele nasce de você, que vira um outro ser e acaba dominado por ele. É um gozo e uma alegria ser romancista." E diz que suas obras vendem porque "têm romance principalmente". Aparentemente para ele romance significa enredo, ou seja, tem que ter uma história.

Nesta entrevista surge também uma informação que é interessante para um dos meus objetivos, que é o de associar o autor com o narrador de seus livros. O nome do narrador, em pelo menos duas obras, é elucidativo. No livro *Terra Vermelha*, o narrador é José Pellerini; no *O Caso da Chácara Chão*, é Alfredo Manfredini. É no mínimo correr um risco desnecessário, se o autor não quer que seu público o reconheça nas obras, escolher tais nomes. No segundo livro, inclusive o narrador se assume escritor de contos juvenis (PELLEGRINI, 2000, p. 285). Outro ponto de associação autor-narrador é o passado de militante esquerdista. Na ficção de Chácara Chão, Manfredini, ao encontrar um antigo colega de militância, fala sobre os seus desenganos. O amigo ainda fala em luta de classes e outros conceitos de antes da Queda do Muro de Berlim, e Manfredini não concorda, sendo chamado de reacionário, ao que responde: "Não, só deixei de sonhar." (PELLEGRINI, 2000, p. 260). Na já citada entrevista a Ellen Soares Pellegrini diz que

a coisa que fiz que mais me orgulho foi dedicar dois anos de minha vida ao Comitê pela Anistia de Londrina. Criamos nosso comitê um dia depois da inauguração do de São Paulo (78 e 79), quando lutamos pela anistia e a anistia veio, enfim. Foi a melhor coisa que fiz porque me redimi com o meu passado comunista, paguei o meu endosso no mundo democrático e quero ver se este mesmo mundo

não fique apenas nas paredes, nas fachadas, mas se torne um mundo democrático social, com justiça social e desconcentração de renda neste país que ainda é campeão em injustiças. A começar por juizes e deputados que têm três meses de férias por ano, ao contrário de toda a população trabalhadora.

Na última parte dessa citação já aparecem algumas idéias que vão revelar aqueles traços que apresentam o projeto do escritor: a denúncia não a partir de uma

posição polarizada entre esquerda e direita, mas sim a partir de pobres e ricos, fracos e oprimidos: enfim uma tentativa de resgate do ser humano.

Fiz os comentários a respeito de *O Caso da Chácara Chão*, porque essa narrativa se assemelha em muitos aspectos à que aparece em *No Coração das Perobas*. O mesmo discurso em prol dos fracos e desprotegidos, a mesma metaforização da natureza como ser humano e a mesma associação entre autor e narrador, vão aparecer nesta obra, lançada em 2002.

Para iniciar a análise será feito um breve comentário sobre enredo. A narrativa é tensionada em três eixos distanciados, em uma primeira leitura, pelo tempo. Nas orelhas do livro, aparece a narrativa que, temporalmente seria a mais recente, onde o narrador é "apresentado" a Miguel Costa e Juliana Prestes. É criada ali a atmosfera para aparecer a ficção, pois Juliana e Miguel vão contar a história sobre Juliano Siqueira e Juliana Prestes.

Entrando no livro, vai aparecer, em primeiro lugar, a narrativa contemporânea à história, quando é contada a luta de Juliana, tanto para fazer uma dissertação de mestrado quanto para derrubar preconceitos. Nesta narrativa, por sua vez, vai ser apresentado Juliano, um ex-combatente da Coluna Prestes, que fará parte tanto da narrativa contemporânea quanto da histórica, pois irá narrar a sua experiência como partícipe da Grande Marcha.

Quem faz uma leitura mais atenta deste livro, pode ter a impressão de uma cisão na narrativa histórica. A narrativa contemporânea não sofre esta cisão, mas a história de Juliano, na primeira parte, quando se resume a participação na Coluna, apresenta coesão. Porém, na segunda parte, ocorre uma espécie de "Deus ex-Machina", com Juliano estando presente em todos os momentos políticos marcantes da política brasileira.

Como o próprio autor, afirma em entrevista à Revista Vox (06 ago 02, nr 8), a partir de 1983 abandonou a militância política por considerar que assim serviria melhor a todos. Confessou estar desencantado com os políticos, pois quando chegavam ao poder, qualquer partido ou ideologia que seguissem, se deixavam levar pelo apetite do poder. Segundo ele, na entrevista citada, o "fato é que os humanos precisam de governo e infelizmente os governos são humanos."¹⁴ Em *No Coração das Perobas*, o autor, parece querer mostrar para o leitor como chegou até

¹⁴ O autor aparentemente abandonou a militância política, mas não a literatura engajada.

essa postura desencantada com a política, ao colocar a sua personagem como testemunha dos acontecimentos políticos que tiveram a participação do povo, para demonstrar como isso era inútil.

Se a intenção era essa, o autor alcança seu propósito no campo das idéias políticas, mas sua obra falha no aspecto da verossimilhança. Por se tratar de um personagem que Linda Hutcheon classifica de "ex-cêntrico" (HUTCHEON, 1990, p. 84-103), e não de uma figura de importância, que obrigatoriamente deveria estar no centro dos acontecimentos, aparece como forçada a presença de Juliano Siqueira em todos os episódios. Para ilustrar meu raciocínio, cito como exemplo Luis Carlos Prestes. A sua presença era esperada em todas as conspirações e movimentos de cunho comunista, que ocorreram no Brasil entre 1930 e 1963, antes do racha do Partidão. Mas Juliano, mesmo sem registro histórico, teve sua presença garantida por Domingos Pellegrini, além da Coluna Prestes, como segurança de Siqueira Campos, na preparação da Revolução de 1930, tendo presenciado a morte de Siqueira Campos, afogado na costa do Uruguai, depois da queda do avião em que viajava, (PELLEGRINI, 2002, p. 269), da Revolução Constitucionalista de 1932 (PELLEGRINI, 2002, p. 322-328), converte-se ao Comunismo e participa da Intentona Comunista em 1935, (PELLEGRINI, 2002, p. 327-358), é segurança de Getúlio Vargas em 1937, defendendo o Palácio do Catete quando os integralistas tentam tomar o poder (PELLEGRINI, 2002, p. 375) e na Revolução dos Sargentos em 1963, (PELLEGRINI, 2002, p. 386), entre outros.

Só essas participações já poderiam comprometer a verossimilhança da trama, mas também a escolha dos nomes das personagens deixa uma idéia quase que explícita de associação da ficção com a realidade. Com uma heroína chamada Juliana Prestes, que escreve sobre a Coluna Prestes; um herói chamado Miguel Costa e um outro herói chamado Juliano Siqueira,¹⁵ torna-se muito tentador para o leitor fazer rapidamente ligações com a história. Porém, não é esse aspecto que desejo ressaltar. Desejo orientar meu trabalho para os seguintes pontos: primeiro, a coincidência de discursos que Pellegrini adota, sempre no sentido de privilegiar o lado mais fraco e tentar despertar a consciência popular; o segundo, a metáfora da árvore como ser humano, e por último, a diminuição do papel ou da imagem

¹⁵ O único cuja escolha de nome merecerá uma explicação dentro da trama: quando é chamado para ser guarda-costas de Siqueira Campos, como não tem certidão de nascimento e só tem o primeiro nome, consegue ser registrado como Juliano Siqueira. A escolha do sobrenome parece ser uma homenagem ao herói.

histórica de Prestes, o que em última instância poderia ser um espelho dos sentimentos do autor sobre o papel dos partidos e das ideologias políticas.

Como foi comentado sobre a crônica publicada na Gazeta do Povo e sobre *O Caso da Chácara Chão*, e em relação com trechos de entrevistas concedidas pelo autor, Domingos Pellegrini adota uma posição de ex-militante político, de vezo esquerdista, desencantado com os movimentos populares. Para ele, a solução não está em ideologias, mas sim no indivíduo. Em suas obras, esse discurso aparece de forma marcante, sempre olhando de um ponto de vista do mais fraco, que se choca ou com a indiferença ou com a exploração. O que salta aos olhos, no entanto, é que, o autor ataca diversas frentes das mazelas do povo, de maneira direta, sem a preocupação de criar situações apropriadas para que elas aconteçam de maneira verossímil na ficção. Assim, tal qual Juliano nos acontecimentos políticos, Juliana vai ser vítima da agressão, de injúria, e vai presenciar cenas de prostituição. O Juliano contemporâneo também vai servir como fator de denúncia de violação de direitos individuais.

Na trama, quando Juliana vai a Foz do Iguaçu fazer a sua pesquisa, em duas ocasiões presencia flagrantes de prostituição. Ao ver duas meninas pedindo uma dose de bebida alcoólica, ela, admirada, observa que elas têm no máximo, quatorze anos. Ao que Miguel observa que são "putinhas novas, as únicas que conseguem enfrentar os travestis." (PELLEGRINI, 2002, p. 72). Mas a passagem destinada a chocar mais, pelo arranjo dos acontecimentos é a seguinte:

As meninas vêem a chapa branca, desdenham, continuam pela calçada com passo ligeiro, passam pelo jipe, no carro de trás uma debruça e outra agacha na janela, o motorista sozinho. Conversa rápida, e a agachada põe a língua para fora, roda pelos lábios, enquanto a debruçada na janela abre a camisa e mostra os peitinhos. O motorista abre a porta, as duas entram. Abre o sinal, o carro parte e passa pelo jipe, já com apenas o motorista e uma das meninas. - Cadê a outra? - espanta-se a doutora. No semáforo seguinte, param atrás do carro e, de repente, a cabeça da outra menina se ergue do colo do motorista, no mesmo instante em que uma menininha de cinco ou seis anos, com ranho seco escorrido donariz, bate no vidro oferecendo chicletes. *Deus, que ordem é essa? Em plena rua isso, passando por normal, que ordem é essa?!* (PELLEGRINI, 2002, p. 140-141)

Não se pode negar a habilidade de Domingos Pellegrini em construir a situação ficcional. A associação da menininha que vende chicletes com as "putinhas", é uma associação presente-futuro. Essa menininha é a putinha de

amanhã. Porém, a cena parece estar deslocada da narrativa. Essa e outras situações podem levar o leitor a pensar que o livro não tem um enredo, mas vários.

Continuando nessa direção, Juliana vai ser assaltada por dois rapazolas, mas consegue se livrar graças ao mestre Bran, o dono da escola de capoeira na qual ela trabalha. ((PELLEGRINI, 2002, p. 113). Mas é no problema criado por um rapaz chamado Miguel Taillã, que Juliana vai servir de motivo para diversas abordagens. Após ser vítima de um trote, ela acaba agredindo o rapaz que a denuncia. Essa denúncia, mais a vida universitária de Juliana, vão render diversas situações. Uma delas é a campanha para a reitoria da Universidade. Nessa campanha o que aparece são candidatos mais dispostos a ganhar as eleições do que preocupados em melhorar a vida acadêmica. Um desses problemas polêmicos que afetam a vida universitária é o trote. Em um debate entre a orientadora de Juliana e o vice-reitor da universidade, temos o seguinte confronto de idéias. A doutora, que tem o ponto de vista retratado positivamente neste debate, diz:

- O fato é que o Conselho Universitário proibiu o trote mas a reitoria não dá apoio alguma aos calouros que não querem ser troteado. Fomos procurados por vários calouros frustrados, porque acabaram troteados mesmo protestando e ameaçando delatar à reitoria. Ou seja: os trotadores, esses grupinhos de sádicos, contam com a impunidade porque sabem que não há autoridade de fato, tanto que o vice-reitor é médico e os trotes mais violentos acontecem justamente na turma de Medicina, pertinho da reitoria. (PELLEGRINI, 2002, p. 91).

Ao que o vice-reitor, que é o ponto de vista negativo, sem se comprometer, fala o seguinte:

- É preciso esclarecer que há o trote violento e o trote apenas humilhante, digamos assim, e que parece legítimo porque temos calouros que gostam, fazem questão de ser pintados e cobertos de farinha e ovos, tudo a que 'têm direito'!... Mas seria bom que não fossem pedir dinheiro na cidade, é mau para a imagem da universidade e dois universitários. O trote cultural é bom, mas há quem ache uma chatice e não queira trote algum. Parece que é questão de respeitar a individualidade de cada um, sem impornormas. Não quer trote? Tudo bem. Quer? De que tipo? Com respeito tudo se resolve. (PELLEGRINI, 2002, p. 91).

A essa fala segue o comentário de " *Vaselina*", que tanto pode ser do narrador como de Juliana, que está assistindo a discussão pela televisão. Pode ser observado que o vice-reitor é colocado em uma posição desfavorável, pois é colocado na sua fala são colocadas situações indefensáveis, como o "trote apenas

humilhante", como se isso não fosse uma violência. Ressalta também que o ato de pedir dinheiro é ruim porque "compromete" a imagem da universidade, não pelo motivo que o dinheiro é pedido apenas para a compra de bebidas alcoólicas.

O vice-reitor também vai pronunciar um discurso preconceituoso contra Juliana. Quando a representante do curso de Letras, na sindicância interna da universidade, pergunta a Juliana como que ela reagiu, a ponto de machucar o rapaz e depois ter ido procurá-lo, o vice-reitor diz que "talvez a explicação esteja no fato de que a professora Prestes não é uma mulher, digamos assim, normal, no aspecto físico, digamos assim." (PELLEGRINI, 2002, p. 203), e logo depois é obrigado a se retratar.

O trote é tema novamente em um debate entre candidatos. "Imagens de calouros emporcalhados pedindo dinheiro na rua, alguns visivelmente bêbados. Calouro entregando dinheiro a veteranos em mesa de bar no calçadão; um veterano pega o dinheiro, outro gesticula para o calouro ajoelhar e abaixar até o chão antes de voltar a pedir dinheiro, melecado de ovo, farinha, óleo, até tintas tóxicas." (PELLEGRINI, 2002, p. 199).

Em sua cruzada contra os males sociais, em alguns momentos Pellegrini consegue ser criativo. Para falar contra o salário mínimo insuficiente, ele cria uma situação na qual Juliano Siqueira está se consultando com um médico em um Posto de Saúde. Dá-se o seguinte diálogo:

(...) o senhor precisa se alimentar melhor, o senhor está com fraqueza. Coma mais carne, legumes, pão integral... E ele, que mais, doutor? E o médico, novinho, sem malícia, continuou: coma queijo, coma frutas. E que mais, doutor, fale, doutor, é bonito ouvir o senhor falar, que mais eu devo comer, doutor? E quem vai me pagar essa comida toda, doutor, se a aposentadoria do governo mal dá pra comprar feijão?! (PELLEGRINI, 2002, p. 161).

Um aspecto que merece ser citado é o aproveitamento de alguns momentos ficcionais que aparecem em mais de uma obra. A mesma implicância com propaganda feita por carros de som e vendedores ambulantes, aparece tanto em *O Caso da Chácara Chão*, quanto *No Coração das Perobas*. O Manfredini de lá era tão neurótico quanto o Juliano de cá. Veja como acontece em *O Caso da Chácara Chão*:

Almoçamos, fui dar uma cochilada, passou o caminhão de churros, um por cinqüenta, três por um real, isto mesmo que você ouviu, é

uma pro-mo-ção, três churros fresquinhos por um real, atenção, é uma pro-mo-ção!...(...

Cochilei, passou a Kombi do sorvete, seis bolas por um real, você nunca viu tanto sorvete por tão pouco. Mas traga sua vasilha, traga a sua vasilha, uma vasilha grande, porque levando doze bolas de sorvete, você ganha mais uma de brinde. Treze bolas de sorvete por apenas dois reais, você nunca viu.

Passa a perua de verduras, todo tipo de verdura e legume que a senhora imaginar! Alface, rúcula, couve berinjela, agrião, tomate, cenoura, chicória, tudo fresquinho e baratinho, traga sua sacola! Às duas da tarde, eu só queria dar um cochilo e depois conferir com Olga meu relato do que aconteceu domingo, depois ainda tentar continuar minha interrompida história infantil, antes de ir para a delegacia de noite, e quase conseguia cochilar quando passou a perua do frango, dois por um real, não é brincadeira, não é milagre - a voz ranheta subindo em volume e empolgação na gravação chiada - é a perua do frango, dois por um real, é verdade, venha conferir, o quilo de frango custa um real no açougue e, aqui, são dois frangos de mais de quilo por apenas um real!- sem dizer, claro, que os frangos são vivos, terão de ser mortos e limpos; como o sorveteiro não fala que é preciso levar vasilhas porque seus sorvetes não tem embalagem, como não tem inspeção sanitária, pode estar usando até água de poço: Não será preciso a gente fazer alguma coisa contra isso? (PELLEGRINI, 2000, p.89-93)

E o incidente com o carro de som do Manfredini pelo menos termina "bem", com um desfecho que apela para o humor do leitor. Após altercar com um peixeiro, ele termina perguntando se o vendedor não tinha um peixe bem grosso. O vendedor se anima todo, mas "aí eu disse que não, não precisava pesar, era só para ele enfiar no cu, enquanto eu vou buscar o machado pra moer essas caixas de som." (PELLEGRINI, 2000, p.93).

Já com Juliano, aparece a mesma implicância. A primeira ocorrência é quando Juliano protesta contra a propaganda volante de um "bingão", e diz que vai atirar no caminhão, se ele passar de novo. (PELLEGRINI, 2002, p. 78), Na segunda vez que aparece um incidente com carros de som, Juliano investe armado contra o mesmo caminhão do "bingão", mas o motorista chama a polícia e quem quase acaba preso é o velho, por estar armado. Está indignado por, mesmo tendo lei municipal e federal contra som em público, a prefeitura concede alvará de licença, para o caminhão fazer propaganda. Quando um PM, pede a arma: "- A arma, vô. O velho responde - Vô é a puta que e pariu!" A situação só se resolve com a intervenção de Miguel Costa, que intercede pelo velho. (PELLEGRINI, 2002, p. 148-150).

O uso, por parte do autor, de termos populares, como palavrões, talvez seja uma busca de realismo e de apelo junto ao leitor. Essa preocupação com a linguagem vai ao extremo de explicar o inexplicável em relação à fala de Juliano. Inicialmente, o narrador julga importante explicar, em nota de rodapé, que a transcrição da fala de Juliano é feita mantendo-se a sintaxe, mas com correção ortográfica. Assim a frase "Me deram comida, me deram o primeiro e último cigarro da vida..." na prosódia do velho soaria assim: "Mi dero comida, mi dera u primeiro i último cigarro da vida..." (PELLEGRINI, 2002, p. 52). Logo a seguir, ele julga ser preciso informar, a respeito de uma fala do velho, que, na gravação, é "a primeira vez que Juliano Siqueira fala um plural e corretamente, com todos os esses e soletrando as sílabas." (PELLEGRINI, 2002, p. 58). Como isso seria possível, Juliano em tão pouco tempo aprender a falar corretamente? Muito mais adiante na narrativa, aparece a explicação: "A linguagem de Juliano Siqueira vai mudando, empregando plurais, deixando de ser tão 'cabocla', como no começo, talvez por considerar já desnecessário provar pela rudeza da linguagem a autenticidade das suas narrativas." (PELLEGRINI, 2002, p. 241). Convenhamos que soa forçada e desnecessária essa explicação. Para o leitor bastaria que fosse compreensível a narrativa. É forçada porque é inimaginável que alguém vá mudando a sua fala em tão pouco tempo, sempre falando para uma única platéia.

Outra denúncia que aparece é sobre o idealismo superficial de alguns. Uma figura secundária na trama, o Sargento Janta, é a primeira figura emblemática da tendência de ser revolucionário conforme as circunstâncias. Depois de fazer a marcha com a Coluna, ele, que era sargento da Força Pública de São Paulo, se estabelece com uma pastelaria na capital paulista. Bem sucedido, ele diz que só espera "sair anistia também pra sargento, não vou precisar mais me esconder." Juliano pergunta então: "Feliz da vida então, sargento?". Ao que o outro responde: "- Olha menino, se me chamarem de novo pra luta, não sei se vou de novo. Cansei. Essa revolução não desenlaça nunca!" E no final pede pra Juliano levar papéis da Coluna que Prestes tinha dado para ele guardar, como se livrando de um passado a ser esquecido. (PELLEGRINI, 2002, p. 254). Outro momento que é trabalhado o aspecto do momento determinando suas atitudes, sem levar em conta suas posições individuais, é do antigo comunista que mudou depois que recebeu uma herança. Em um parágrafo que começa chamando a Intentona de "intontona", Juliano conta o seguinte caso:

Passei a contato quando nosso novo contato recebeu uma herança e mudou de vida e de idéias, como dizia Marx, né, a consciência da gente é fruto da existência, de como a gente vive, se tem dinheiro no banco ou não, se precisa trabalhar pra viver ou se vive do trabalho dos outros, se é empregado ou se tem empregados... Mas, enfim, foi pra mim mais um choque, um espanto, uma coisa que eu não conseguia entender, como um homem podia falar da revolução com fogo nos olhos e o coração na voz, e de repente virar um desconhecido, dizendo assim:

- Quem recebeu a herança foi minha mulher, eu não posso pedir a ela pra abrir mão, nem deixar que cuide sozinha de tudo! (...)

- Você pode ser rico e continuar no partido, camarada.

- Eu tenho filhos pra criar, não posso arriscar a segurança deles!
(PELLEGRINI, 2002, p. 343)

É um desencanto, ou melhor, a constatação no campo da ficção daquele ponto de vista explicitado na entrevista à revista *Vox*, na qual ele diz que todos só querem chegar ao poder por vantagens pessoais, sem ter em vista o bem comum.

O que chama a atenção mesmo é o protesto pelas liberdades pessoais e pela dignidade do ser humano. No livro duas situações marcantes apresentam essa condição. Uma é o final trágico do herói quixotesco Juliano. Quase no final da narrativa, na qual as sagas de Juliano e Juliana correm paralelas, enquanto a história da heroína caminha para um final feliz, a do herói termina tragicamente, como convém a um herói fora de época. Há na obra uma visão sempre negativa da Polícia Militar (PM). Na ocorrência causada pela ojeriza do velho à propaganda volante, os policiais são estereotipados: "A viatura da PM pára perto das moças, elas rodeiam os policiais, eles crescem dentro das fardas, fivelas brilhando, óculos escuros." (PELLEGRINI, 2002, p. 148) . Em outra situação, quando Miguel e Juliana são flagrados em uma situação de atentado ao pudor dentro de um carro, a polícia é colocada como corrupta. Após surpreendê-los dentro do carro, ela com a blusa levantada mostrando os seios, há o seguinte diálogo:

- Tira a mão do rosto, boneca! Brinquinho no nariz, hem, olha só!...

O primeiro soldado se curva para olhar, o segundo adoça a voz:

- Mas podemos quebrar teu galho, cidadão, mediante uma contribuição pra nossa associação.

- Eu já contribuo, - a voz fria de Miguel - Faço de graça fotografia pro batalhão inteiro. Ontem mesmo o coronel levou o menino dele pra tirar foto lá no estúdio...

Os dois se apuram, claro, diz um, bem que estava reconhecendo, perfeitamente, diz outro, pode ir desculpe.

- Vamos ficar mais um pouco.

- Cuidado, chefe, aqui já teve assalto.

Vão para a viatura, apagam os faróis e o luminoso da capota, depois continuam pela rua.

Desgraçados, filhos da puta, lazarentos, cornos, putos, cretinos, cadelos, imbecis... ela fala até engasgar. Calma, diz Miguel:

- Só querem achacar alguém.

- Atentado ao pudor?! - oh, raiva, oh, vontade de... de... - E aquelas meninas se vendendo lá na avenida?! Oh dá vontade nem sei do que, de...

- Fazer uma revolução? Por hoje, chega, vou te levar pro hotel. (PELLEGRINI, 2002, p. 248)

Chama a atenção não só a maneira negativa como a PM é retratada como corrupta, mas também a relativização do que é certo ou errado. Se a prostituição de menores é ilegal, existem situações, atentado ao pudor também é transgressão. Mas é criada uma situação na qual herói e heroína saem valorizados. O fato de que Miguel Costa praticava corrupção ativa, quando prestava serviços de graça para a PM, também é relativizado. E no final, a PM serve para dar fim a Juliano, colocando-se como vilã e o velho herói como um defensor dos fracos. Ao defender duas garotas de programa de policiais, que queriam que elas fizessem um programa de graça, Juliano luta com os PM, baleia um e é baleado. Joana, companheira do velho, explica que ele "está entre a vida e a morte, né, com pancada na cabeça, muita costela quebrada de levar chute no chão, depois que levou duas balas..." (PELLEGRINI, 2002, p. 410-411). Assim acaba o herói, em uma luta bem ao seu gosto e fiel aos seus princípios, um homem que levava suas idéias até a s últimas consequências.

Quanto ao julgamento de Juliana, por agressão, na Comissão disciplinar da universidade, o narrador apresenta ao leitor um modo de afirmação das liberdades individuais no mínimo estranho. Há, durante a narrativa, uma dúvida sobre os ferimentos que o jovem Miguel Taillã apresenta. Ela alega que apenas se defendeu e não era para deixar um ferimento com aquela gravidade no jovem. Mas o seu ofício de professora de capoeira serve como justificativa para que os outros pensem que foi ela que agiu com excessiva força. No julgamento, o advogado da moça apresenta uma testemunha nova: é um jovem homossexual, Toni, que afirma que o ferimento foi causado por ele, quando se defendeu de Taillã, que queria agarrá-lo à força, com mais dois amigos. O relato é muito curioso:

Me agarraram na garagem. O que mais me deixou puto foi me rasgarem a roupa, pra que, né? Aí fingi que deixava, que lutar era pior, mas fiquei esperando a hora. Eles fizeram o que quiseram, fica assim, faz assado, e eu fiz tudo, né, mas esperando a hora. Quando ele achou que eu devia estar até gostando, soquei o saco de um, mordi o pau do outro, e nele dei uma cotovelada bem dada quando quis me agarrar por trás, fugi correndo e depois só na banca de

revistas fui ver que fez aquele olho roxo. (PELLEGRINI, 2002, p. 423)

Depois, tendo o processo sido arquivado, Miguel pergunta a Toni porque ele quis depor. Toni responde que pode "até transar com três ao mesmo tempo, sabe, posso transar dentro de carro, até em pé na rua de madrugada, mas na marra, meu querido, na marra, meu irmão, simplesmente não - batendo o caroço de azeitona no prato - na-o!" (PELLEGRINI, 2002, p. 426). É a defesa do direito de fazer qualquer coisa que quiser levada às últimas instâncias.

Sobra para Juliana um lado lírico curioso e todo próprio, além de seu envolvimento com Miguel. Quando regressa de uma de suas viagens à Foz do Iguaçu, ela encontra seu pássaro de estimação, um pássaro-preto chamado Chico, morto. Ela tinha pedido a um antigo namorado para cuidar, mas ele esqueceu. Ao enterrá-lo na beira do Lago Igapó, a uma pergunta de um menino sobre como ele morreu, ela responde: "Falta de amor. Ciúme, paixão, sei lá, essas merdas mentais do ser humano." (PELLEGRINI, 2002, p. 85). Talvez, apesar de todo idealismo que perpassa o livro, o autor queira demonstrar que seus heróis são pessoas comuns.

No livro *O Caso da Chácara Chão*, há uma metaforização de uma parreira como o ser humano. Tanto a parreira como o homem devem ser cuidados para que frutifiquem. No livro em questão, é a peroba que vai exercer essa função. Só que no caso da parreira, havia uma preocupação quase árcade em defender uma volta à natureza, como o lugar ideal para se viver. Em *No Coração das Perobas*, além da metaforização, há uma defesa da ecologia.

Logo no início da história, há uma construção na qual as últimas perobas do pátio da universidade são derrubadas. Em um trecho cheio de prosopopéias, as perobas tem dedos e as motosserras cortam com raiva. (PELLEGRINI, 2002, p.8). Há, de maneira explícita, uma oposição entre a natureza e a força destrutiva do homem, pois as motosserras não têm vida, são manejadas pelo homem.

Já na narrativa que aparece nas orelhas do livro, a filha de Juliana Prestes é descrita como se fosse uma perobinha. Essa alusão às perobas é reforçada pela coincidência de que tanto Juliano Siqueira, o herói, quanto Miguel Costa, par romântico da heroína, se interessam por perobas. Juliano diz que plantou uma perobinha no fundo do quintal, (PELLEGRINI, 2002, p. 58), mas Miguel diz que "aquela perobinha dele não vai subir muito alto, sem floresta em volta. Peroba sobe alto pra esgalhar acima das outras, é o desafio dela. Sem as outras em volta ela

desiste." (PELLEGRINI, 2002, p. 73). Porém, ao fazer uma associação da peroba com um ser humano, o autor corre o risco de uma contradição: ao falar que a peroba não cresce sozinha, precisando da mata em volta, para que ela seja estimulada a crescer, ele pode lembrar tanto uma imagem de solidariedade, com a dependência de todas as espécies na mata e todas as pessoas em uma sociedade, uma idéia que lembra muito o neo-liberalismo: afinal, a peroba precisa lutar para crescer, disputando com as outras espécies para chegar ao lugar mais alto.

Mas a imagem que pretende é exatamente a imagem da solidariedade. A peroba tem raízes pequenas, por "isso cai tão fácil fora da mata, qualquer vento derruba. É uma bebezona vegetal, dependente da floresta." (PELLEGRINI, 2002, p. 245). Para o narrador, tal qual o ser humano, que não consegue viver sozinho, a peroba também necessita de proteção de outras espécies à sua volta. Porém, a associação da peroba com a imagem de uma bebezona, direciona qual o tipo de ser humano à qual ela deve ser comparada: os bebês são inocentes. Em muitas ocasiões há a mistura da metáfora com a apresentação do ecossistema que ocorre na copa das perobas. Ao falar de uma peroba que fotografou, ele diz que fotografou até

perereca numa poça de forquilha, lá a trinta metros de altura! Quando descí, o peão me perguntou por que peroba cresce reta só no meio da mata, sozinha logo pára de crescer e até entorta, por que será? Eu falei que é porque peroba busca a luz do sol lá acima de todas, e sabe que pode chegar lá então sobe reta. Então, disse o peão, tá no coração da peroba. E lutar, se revoltar sempre, fazer revolução, também deve estar no coração de alguns homens, né, porque se o mundo fosse depender da maioria, parava. (PELLEGRINI, 2002, p. 247)

Talvez esse seja o momento no qual a metáfora seja mais óbvia. Todos os homens deveriam ser como a peroba, lutar para atingir seus objetivos, mas alguns paravam no caminho. Mas o exemplo que mais ilustra a metáfora é a história que, apesar de ser longa, merece ser transcrita, pois mistura a defesa da peroba vegetal e de seu êmulo humano:

No tempo em que a terra era coberta de floresta, uma plantinha começou a crescer, abafada pelas outras na capoeira debaixo das grandes árvores. A capoeira era trançada de plantas e cipós, galhos podres caídos, e de vez em quando algum bicho pisava na plantinha. Mas ela se endireitava de novo, e insistia em viver e crescer. Via de vez em quando algum fiapo de sol lá acima das grandes árvores, e se prometia que um dia ia chegar lá. Conseguiu crescer acima da capoeira, e aí teve de vencer também

palmitos e outras árvores, no caminho para cima, para cima. Viu que havia outras como ela, de tronco reto e copa pequena, como se feitas mesmo para conseguir caminho até o alto. Até que chegou lá, acima de todas as outras, e viu o céu, tomou sol em todas as folhas, conheceu o vento pleno e a chuva aberta, e grandes pássaros pousaram em seus galhos, onde um gavião-bandeira, a maior das aves da floresta, fez ninho para olhar longe e caçar por todo vale. Era uma peroba muito feliz, até que chegaram os homens. Eles foram derrubando a mata pedaço a pedaço, com motosserras que pareciam berrar de raiva quando mordiam as árvores. Depois queimaram tudo, deixando a terra descoberta ao sol e à chuva debaixo do céu. Pelaram todo o vale, mas deixaram a peroba, sozinha no meio da terra deserta, onde logo surgiram as plantações. As plantações eram de plantas iguais, plantadas em linha, e a peroba pensou: bem, se antes eu era a mais alta da floresta, agora então, não há o que se compare a mim. Aí, uma ventania derrubou a peroba e, caída, agora na altura das plantações, ainda tonta, pensou em voz alta (as plantas falam, embora a gente não consiga ouvir):

- Ah, eu queria entender! Por que cresci tanto, se podia cair tão fácil?

Uma plantinha qualquer, dessas que brotam à toa, explicou:

- Ora, peroba só cresce tanto porque acha que precisa vencer, vencer a floresta toda, tomar sol acima de todos, mas com isso, fica com o tronco muito reto e raízes pequenas. Agüenta muito bem, com a floresta em volta protegendo dos vento, mas, sem a floresta, qualquer ventania derruba peroba...(PELLEGRINI, 2002, p.356)

Nesta historietta à maneira de fábula, há a acusação ao homem, destruidor da natureza, mas também se pode tirar outra leitura. Todos os homens que têm vocação para perobas precisam dos outros para a sua sustentação. Aqueles que, após terem atingido o topo, acham que não precisam mais da mata comum em volta, acabam por cair. Seria esta história uma alusão aos que quando chegam ao topo esquecem quem lhe dava sustentação e por isso se isolam, tornando-se fracos?

Fiz estas transcrições para ilustrar a maneira como Pellegrini usou a idéia da metaforização da árvore como o ser humano, ou melhor, da natureza humana. E também que o uso recorrente desse discurso por vezes soa ambíguo.

Uma das impressões mais fortes que ficam deste livro é a de que a imagem de Luis Carlos Prestes sai arranhada. Em um homem público há a junção da figura pública com o a figura particular. Na narrativa em questão, há o desencanto de Juliano com o antigo líder no campo público, por querer que as qualidades individuais caminhassem unidas às do chefe político. Falta a Juliano a malícia ou a

acuidade de perceber que na política, muitas vezes, as convicções pessoais devem ser abandonadas em busca de um objetivo mais ambicioso.

Há uma clara tentativa de diferenciar o Prestes da Coluna do Prestes comunista. A uma pergunta da orientadora de Juliana, sobre a quilometragem percorrida pela Coluna, se não tinha sido inflada por Prestes, Juliano responde: "Bem, depois que ele virou político, dona, eu não sei, mas na coluna ele não costumava mentir, nunca enganou ninguém..."(PELLEGRINI, 2002, p. 124)". O mesmo processo em relação à Prestes é tentado por João Alberto, em suas memórias, quando a imagem do antigo líder vai se esmaecendo, devido à sua conversão ao credo comunista. Na ficção, Domingos Pellegrini trabalha com a falta de visão ou, melhor dizendo, da diferença que existia entre Prestes e os outros "Tenentes". Quando Juliano conta a Siqueira Campos que Prestes andava lendo livros comunistas, este responde: "O Prestes, comunista? Larga de ser bobo, Menino!"(PELLEGRINI, 2002, p. 230).

E surge, na visão de Juliano, uma definição de comunismo que se enquadra perfeitamente à idéia comum do brasileiro médio sobre essa doutrina. Ele tinha Prestes em alta conta, pois ele fora seu chefe durante toda a marcha da Coluna. Ao saber da conversão do antigo chefe ao comunismo, chega à conclusão que o "tal comunismo era um monstro capaz de encantar gente, já que tinha encantado até o Prestes." (PELLEGRINI, 2002, p. 264). E aí surge uma versão ficcional que é confirmada nas memórias de João Alberto e Juarez Távora, sobre a famosa discussão ocorrida em Buenos Aires. Tentando convencer Miguel Costa e Siqueira Campos de que a única saída era a revolução socialista, Prestes comenta que existem militares que são cabides de farda, revolucionários que são apenas conversa e pose, ao que Siqueira pergunta como ele, Prestes, podia fazer uma imagem sobre pessoas que tinham participado da marcha da Coluna. Aí aparece valorizada uma figura que, normalmente fica em segundo plano: Miguel Costa, que afirma que ser nacionalista e que o Brasil deve encontrar seu caminho sem influência francesa, inglesa nem russa. Prestes reponde que o caminho é a "revolução proletária", ao que Miguel responde "Revolução para otário". Segue-se uma tentativa de luta corporal, evitada por Siqueira e João Alberto. A incompreensão de um regime estranho aos costumes do povo brasileiro é ali descrita, quando Prestes afirma que Deus, pátria, família, são ópio do povo. Ao que

Miguel responde que a revolução que Prestes quer fazer é contra o povo e não com o povo. (PELLEGRINI, 2002, p. 265-266).

Quando narra sobre a Intentona Comunista de 1935, Juliano ainda coloca mais sombras sobre a figura de Prestes. Fazendo uma alusão sobre a participação de Harry Berger no golpe, o ex-participante da Coluna Prestes diminui seu antigo chefe. Segundo Juliano

outra mentira da revolução era que Prestes mandava, enquanto quem mandava no comitê central, e em Prestes também, era um alemão.

- Alemão, seu Juliano? Por acaso o senhor não está falando de Harry Berger?

- Esse mesmo, moça, o alemão do comitê internacional que veio dirigir de fato o partido pra revolução. (...)

Então vi que a própria chefia do Prestes era uma mentira, ele era o homem que lia a manifesto, fazia discurso, dava entrevista, era o santo do andor, mas quem tocava a procissão era o vigário. E o vigário era um alemão profissional de revolução, mal falava com a gente, cara fechada, sempre com a mulher, que servia de disfarce quando saía, o casal bem vestido, de braço dado, ele de gravata, nenhum polícia ia pensar que era o revolucionário número um do Brasil. Aí vi também a mentira de chefes que falavam em igualdades mas tratavam a gente como patrão trata empregado. !
"(PELLEGRINI, 2002, p. 350).

É quase impossível a um indivíduo que tenha conhecimento da trajetória política de Pellegrini, não fazer uma associação da posição de Juliano com a do autor. O desencanto de Juliano lembra a entrevista de Pellegrini de que o homem precisa de governo e os governos são humanos. E sobra para a imagem de Prestes uma sombra: a de um homem que não queria ser dominado por franceses ou ingleses, mas aceitava ser dominado por russos.

Interessante também que o herói de Pellegrini não deixa de fazer alusões à pouca habilidade equestre de Prestes. Criando uma situação em que um gaúcho está entrando para a Coluna, o narrador faz um contraponto entre a figura imponente do gaúcho, mesmo a pé e a figura pouco heróica de Prestes montando uma mula. Depois de perguntar a Prestes quando ia receber um fuzil, o gaúcho observa o chefe montar na mula, "naquele jeito desajeitado dele montar, (...). Eu fiquei ali vendo a lança e o gaúcho olhando o chefe naquela mula, ele montava duro, perna esticada, tão sem jeito que o gaúcho tirou o chapelão e falou olha, ele pode ser o maior general do Brasil, mas ...se fosse meu filho eu proibia de montar, pra família não passar vergonha." (PELLEGRINI, 2002, p. 130).

Foi escrito que a figura de Prestes sai diminuída em comparação com a de Siqueira Campos e de Miguel Costa. A própria narrativa é orientada para esse rumo, quando Juliano é ficcionalmente colocado como segurança de Siqueira e não de Prestes. A pouca vida de Siqueira também contribui para isso: tendo morrido cedo, teve pouco tempo para praticar atos que poderiam trazer arranhões à sua imagem¹⁶. Juliano participou do destacamento comandado por Siqueira Campos que praticou a manobra diversionista que permitiu que Prestes emigrasse em segurança para a Bolívia, com a Coluna. Conviveu mais com Siqueira; foi seu guarda-costa. Ficcionalmente, a razão é mostrar mais a vida do subordinado Siqueira do que do comandante Prestes. Ma isto não impede que Juliano tenha uma visão crítica de seu papel em relação ao chefe. Relembrando como a sua vida era difícil em São Paulo, quando era segurança de Siqueira, ele relembra que "era mesmo de cão aquela vida em São Paulo. Siqueira de vez em quando me fazia um elogio, como quem dá osso ou agrado a cachorro ...!"(PELLEGRINI, 2002, p. 235). Sem muito esforço, pode-se perceber de novo como o herói se coloca: um integrante do povo, humilde e que se contenta com pouca coisa, o que é contraditório se comparado com a figura geral de Juliano: a de um lutador.

Apesar de apontar algumas falhas nas, vamos dizer, costuras dos elementos que garantem a um texto uma unidade, uma coisa que não se pode negar a Pellegrini é a sua capacidade de escrever. Para fazer o paralelismo história-ficção, ele primeiro cria uma heroína contemporânea, que luta por ser autêntica, usa um piercing no nariz, o que não combina muito com a imagem de mestrandia, e vive uma vida independente. Resgata ficcionalmente, através do tempo, uma figura para servir de êmulo de Juliana, por sinal, Juliano, um velho combatente da, entre outras revoluções, Coluna Prestes. Coloca como par romântico e companheiro de lutas da heroína um mocinho com nome de herói da Coluna, Miguel Prestes.

Usando como personagem um ex-cêntrico e não uma figura histórica de proa, Domingos Pellegrini consegue um efeito produtivo para o seu projeto. Normalmente figuras como o seu herói, que são meros peões nas revoluções, apresentam dois efeitos: no caso de derrota são os primeiros a sofrer; em caso de vitória caem no esquecimento na hora de colher os louros e os lucros. Porém, além dessa caracterização de Linda Hutcheon, Juliano é um tipo

¹⁶ Pode ser feita uma comparação com as trajetórias de Juarez Távora e João Alberto: este viveu menos tempo e não teve tempo de ver sua imagem muito comprometida. Já Távora foi mais longe na idade e assim teve, pelas vicissitudes da vida política, fatos que não o engrandecem por completo.

de personagem que lembra muito o texto famoso de Walter Benjamin, "O Narrador". Segundo Benjamin, "o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência de seus ouvintes" (BENJAMIN, 1987, p.201). Escreve ainda que a narrativa (e por conseguinte o narrador)

não está interessada em transmitir o "puro em si" da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso. Os narradores gostam de começar sua história com uma descrição das circunstâncias em que foram informados dos fatos que vão contar a seguir, a menos que prefiram atribuir essa história a uma experiência autobiográfica."(BENJAMIN, 1987, p.205).

É o próprio Juliano relatando suas experiências. Mais apropriado ainda é que, por ser um personagem de ficção, o romancista não precisa lhe atribuir falas que precisem de comprovação, mas sim que apresentem verossimilhança. E Domingos Pellegrini apresenta uma saída para essa falta de comprovação com em relação à história: em uma passagem do livro, ao ser questionado pela orientadora de Juliana se o menino que fazia parte do Estado-Maior da Coluna não era outro, Juliano diz que o "Estado-Maior tinha o Gauchinho e o Menino, que era eu. Só que o Gauchinho tem fotografia em livro, eu não." (PELLEGRINI, 2002, p. 124). E em outra ocasião, ele como um narrador de memória, explica porque não pode dar conta de tudo o que aconteceu na Coluna: "eu era menino da cozinha do Estado-Maior, não podia ver tudo em todo lugar." (PELLEGRINI, 2002, p. 174). E o próprio autor vai lançando uma série de acontecimentos que justificam a falta de comprovação de verdade na história de Juliano: uma latinha de filme de fotos antigas que Juliano deixou com Juliana e Miguel, que poderia revelar a participação dele na Coluna, está com o conteúdo deteriorado. (PELLEGRINI, 2002, p. 89).

Assim, apesar do velho ter um baú cheio de recordações da Coluna, só resta a Juliana acreditar nele, pois não há provas do que ele fala; até mesmo este baú vai ser queimado no final da narrativa, de modo que, até para o leitor vai sobrar essa sensação. E na ficção Juliana vai ter uma vantagem, que é comentada por Benjamin:

Quem escuta uma história está em companhia do narrador; mesmo quem a lê partilha dessa companhia. Mas o leitor de um romance é solitário (...) Nessa solidão, o leitor do romance se apodera

ciosamente da matéria de sua leitura. Quer transformá-la em coisa sua, devorá-la, de certo modo. Sim, ele destrói, devora a substância lida, como o fogo devora lenha na lareira. (...) (BENJAMIM, 1987 p.213).

Nesse trecho de Walter Benjamin, há uma convergência de idéias com as de Jauss sobre a Estética da Recepção e a divisão da *mimese*, de Paul Ricoeur, sobre como se recebe a narrativa. Quem ouve o narrador sempre pode perguntar sobre determinado assunto; já quem lê um romance, sempre está solitário e tem que absorver o texto de acordo com o seu "saber prévio". É baseado em seu conhecimento anterior sobre os fatos que lhes são apresentados em um romance, o leitor, de acordo com sua expectativa e necessidade, extrai do texto a sua leitura.

Para que essa leitura fique em uma zona de dúvida entre história e ficção, Domingos Pellegrini utiliza um artifício interessante: o narrador dialoga com personagens históricos tanto na ficção quanto empregando fatos já consolidados na história. A própria convivência de Juliano com figuras como Siqueira Campos, Prestes, Getúlio Vargas é uma demonstração disso. Porém, a passagem mais ilustradora desse aproveitamento, é o fato de Juliano ter aprendido a escrever com Lourenço Moreira Lima. (PELLEGRINI, 2002, p. 124). É perfeitamente verossímil, pois se Juliano era menino do Estado maior da Coluna e Moreira Lima Secretário, os dois podiam ter se conhecido.

Quando o autor usa de registros já consolidados como históricos, o que de maneira geral seria dispensável, mas contribui para que o leitor "acredite" na narrativa, o faz tanto para apoiar a ficção como somente para evocar o fato histórico. Por exemplo, para seguir a linha de inconformismo com a passividade do povo que o seu herói apresenta, ele se socorre do pensamento de Moreira Lima. Na análise do livro de Moreira Lima foi visto que o secretário da Coluna tinha uma visão bem acre do povo, tachado inclusive de "pária". No livro de Pellegrini, Juliano afirma que o Doutor Lourenço não entendia como o povo podia se iludir tanto". A Coluna ia encontrando pelo sertão, "miséria atrás de miséria, ignorância criando mais ignorância, como dizia doutor Lourenço: - A maior prisão do Brasil é a ignorância." (PELLEGRINI, 2002, p. 175-176).

Mas é em notas de rodapé que os registros históricos tomam mais importância. É uma espécie de despistamento do leitor: as notas parecem destinadas a dar ao leitor uma dúvida sobre se está lendo ficção ou história. Quando faz uma comparação entre o Miguel Costa seu namorado e o da Coluna, ao

verificar a tralha do fotógrafo, aparece em nota de rodapé a descrição do que o Miguel Costa histórico carregava, citando como fonte o livro de Lourenço Moreira Lima, com a seguinte anotação: "(Nota de Juliana Prestes, como também as seguintes)" (PELLEGRINI, 2002, p. 45). A narrativa sobre a vida de Juliana não é feita em 1ª pessoa. Esse despistamento é feito para que o leitor tenha a impressão de que o narrador está construindo sua narrativa lendo os apontamentos de Juliana.

Quando, em mais uma agulhada a Prestes, Juliano diz que a Coluna não devia ser mais chamada de Prestes, que depois que virou comunista, virou uma "besta quadrada", o faz citando como fonte uma entrevista verdadeira, que é citada em nota de rodapé, por Joel Silveira à Manchete. (PELLEGRINI, 2002, p. 179). Porém, é nas referências a Siqueira Campos que essa recorrência a fatos históricos se torna mais interessante. Fiel ao projeto de ressaltar a figura de Prestes, ao mesmo tempo em que tenta criar uma atmosfera de mistério em torno de Siqueira, em duas extensas notas de rodapé surgem duas informações: primeiro a notícia de que Siqueira Campos teria consultado uma cartomante e esta teria dito que ele não morreria de balas nem de combates, mas sim afogado. Esta informação é creditada ao livro *O Revolucionário Siqueira Campo*, de Glauco Carneiro. A segunda informação é sobre a resposta que Siqueira teria dado à escritora brasileira Rosalina Coelho Lisboa, que lhe perguntava se valia a pena lutar contra tudo e todos com tão pouco apoio. O herói teria respondido: "A pátria tudo se deve dar e nada pedir, nem mesmo compreensão." (PELLEGRINI, 2002, p. 268).

Essa nota de rodapé atribuída a Juliana, aparentemente, além de pretender dar a impressão do narrador estar consultando as notas de Juliana Prestes, parece também querer dar um estatuto de personagem real para ela. É uma personagem que, um leitor que gosta de romances históricos, costuma deixar em segundo plano. Porém, é uma personagem interessante, também ex-cêntrica como Juliano e que permite ao narrador abordar certos pontos de vista exclusivamente femininos. A sua luta pelo direito de agir como bem entender, de usar piercing na universidade, de ser capoeirista, juntamente com a vontade de ser reconhecida como uma pessoa normal, a fazem uma heroína, nos dizeres de Linda Hutcheon, pós-moderna. Que outro tipo de heroína se sentiria à vontade para ter uma menstruação inesperada exposta sem mais nem menos? (PELLEGRINI, 2002, p. 33). Essa variação de temas em uma mesma narrativa é uma característica deste tipo de narrativa. Porém, para Juliana o autor cria um final bem ao estilo romântico. Casa-se com seu amor,

espera uma criança que "se for menino vai se chamar Venâncio e se for menina vai se chamar Antônia", (PELLEGRINI, 2002, p. 430), para homenagear o cozinheiro Venâncio e Antônio de Siqueira Campos, e segue pela vida sendo uma peroba e vendo a filha tornar-se uma perobinha. Já Juliano seguirá para o seu final trágico e quixotesco.

Antes de encerrar, não poderia deixar de mencionar uma personagem secundária para lembrar outra personagem secundária mais famosa. Como a Joana, companheira de Juliano, lembra no final a Juliana Couceiro Távira, de *O Primo Basílio*. Se a criada de Luisa sempre foi amarga e rancorosa, mas mantendo uma postura servil enquanto foi preciso, só se revelando quando descobre o segredo da ama, Joana mantém-se em toda a narrativa de Domingos Pellegrini, afora alguns momentos de ciúme e implicância, como uma boa pessoa. Só no final ela se revela uma pessoa incapaz de desprendimentos, pois esperava sempre uma recompensa por cuidar do velho Juliano. No final ainda dá uma receita de como se queimar uma casa. É interessante que, independente do autor, os modos de retratar uma figura estereotipada, como a velha ressentida, acabam por serem os mesmos.

O autor usa o incêndio da casa de duas maneiras. Primeiro, acaba com as provas que poderiam provar a dissertação de Juliana. Assim, acreditar ou não narrativa fica a cargo de cada um. Segundo, faz mais uma vez uma defesa da natureza contra a insensibilidade do ser humano. O pomar do velho está todo danificado, "laranjeiras e pés de poncãs com galhos quebrados, frutas verdes pelo chão, plantas medicinais pisoteadas, plantas de tempero arrancadas com raiz." (PELLEGRINI, 2002, p.427).

Finalizo essa análise com alguns comentários. O primeiro é a recorrência de discursos, o ecologista, o dos direitos individuais, o da defesa dos fracos entre outros. Só que, por vezes, quem conhece a história do autor empírico Pellegrini, acaba tentando a fazer a associação dos narradores que aparecem no livro com ele. O apelo a figuras fortes no papel libertário, é sintomático. Até os versos de I-Juca Pirama, de Gonçalves Dias, aparecem (PELLEGRINI, 2002, p. 393), para lembrar que o ser humano tem que lutar:

A vida é combate
Que aos fracos abate
E aos fortes, aos bravos
Só pode exaltar!

O apelo a Ghandi, Jesus, Tiradentes, na força louca do povo, em mistura a Siqueira Campos, soa por vezes como excessivamente panfletário. Essa luta para despertar o povo, que parece estar dormindo e ignorando a sua força louca, é por demais evidente.

O que eu tachei como defeito no início da análise, parece estar justificado pelo título da primeira parte, a que eu considero, pelo menos na parte histórica, mais bem feita. "À Coincidência, Mãe de Todos os Encontros". Se o narrador acreditava nessa possibilidade, então, pelo menos para ele isso se torna possível. A aparição de Juliano em todos os acontecimentos políticos importantes do século XX, também se justifica pelo título da segunda parte: "Aos Acasos, Primos dos Imprevistos e da Sorte".

Mas antes de terminar, não posso deixar de mencionar duas coisas. Primeiro a explicação de como Juliana se tornou uma peroba lutadora. "Talvez também devesse ter lido O pequeno príncipe, em vez de A vida de Joana d'Arc. Ou talvez fosse feliz fazendo Letras em vez de História; defenderia uma tese sobre um tipo qualquer de metáfora na obra de sabe lá quem, (...) (PELLEGRINI, 2002, p. 393).¹⁷

Mas o que fica mais forte em todo o romance é a desencanto do narrador com políticas e seus movimentos. Em um trecho, após dizer a um grupo escolar que "revolução é evolução com pressa", que a Coluna Prestes queria "Liberdade, governo de qualidade, justiça de verdade, uma revolução que ninguém sabia direito pra que, mas ao menos isso a gente sabia que queria.", ele define a Coluna Prestes: "Um bando de tontos querendo acordar um povo cordeiro." (PELLEGRINI, 2002, p. 332-333). Nessa mesma passagem, ele vai disparando contra a situação. A uma pergunta de uma escolar, sobre o que falta ao Brasil, responde:

Falta só vergonha, do povo e do governo, pra trabalhar mais e mamar menos! - inclinando-se para o gravador - Sabiam que o governo paga aposentadoria de filha de viúva da Guerra do Paraguai?! E, a guerra foi em mil oitocentos e sessenta e tantos, mas, como filha de viúva de militar pode continuar recebendo a pensão da mãe, o povo sustenta duas velhotas que têm pencas de netos e bisnetos, mas oficialmente solteiras porque senão perdiam a pensão...
(...)

¹⁷ (1) Domingos Pellegrini é formado em letras pela Universidade de Londrina, segundo a Revista Vox.

- Sabiam que deputado brasileiro ganha mais que deputado inglês e trabalha muito menos?
 - Sabiam que os juízes brasileiros empregam parentaiada em gabinete de outros juízes? E tem férias de três meses por ano, aliás como os deputados, sabiam?
 - Sabiam que esse governo falando em reformar, reformar, já empregou mais gente no governo que qualquer outro governo antes?
 - Sabiam que o que o governo tira do povo, em imposto, dava pra funcionar uma saúde muito boa? Mas o que se vê é hospital fechando...
 - Sabem o que é imposto indireto? É o imposto que a gente paga em tudo que compra, uma caixa de fósforo que seja, o governo já pegou sua parte lá na fábrica...
- (...) se querem saber, também falta pro Brasil é inteligência. (...) Da gente só tiram, só espremem mais e mais, e tome juro, e tome taxa, e tome escola ruim, hospital ruim, rua sem esgoto, loteamento fajuto, e a pessoa vai reclamar pra quem?(...) (PELLEGRINI, 2002, p. 333-334)

Talvez aí possa se ver uma associação do Domingos Pellegrini com o velho Juliano: os dois são lutadores cansados, inconformados e desiludidos. Se é uma falha, se prejudica o efeito artístico, se agrada ou não, isso depende de cada leitor. Talvez, o autor esteja mirando, em tempos de esperanças frustradas, fazer denúncia mesmo. Mas essa postura não deve surpreender, pois ele está sendo fiel ao tipo de artista que se propôs a ser: engajado com a realidade e comprometido com as lutas sociais, como afirma no trecho que está em epígrafe neste capítulo.

4. ELIANE BRUM: UMA VISÃO PELO AVESSE

Em todas narrativas analisadas, apareciam versões diversas sobre a Coluna Prestes, motivadas por diversos fatores, como o envolvimento pessoal ou ideologias. Porém, na minha pesquisa, deparei-me com uma narrativa em que a Coluna é vista por um ângulo até então pouco explorado. Com isso vão surgir aspectos da Coluna que não tinham sido ainda revelados, pois são, ou de pessoas humildes que fizeram a marcha da Coluna, ou de pessoas que sofreram a ação da Coluna.

A jornalista gaúcha Eliane Brum, responsável por esta narrativa, à qual deu o nome de *Coluna Prestes, O Averso da Lenda*, aparentemente parece motivada somente pela ânsia investigativa da jornalista. Ao fazer uma reportagem, descobriu o que seria uma boa história e a desenvolveu. Essa reportagem rendeu uma narrativa interessante por algumas semelhanças com narrativas já analisadas. Pela abordagem do fato histórico lembra Lourenço Moreira Lima e Jorge Amado, só que no sentido contrário, e pela construção lembra Domingos Meirelles, em escala reduzida. O modo de narrar da autora, além de sua abordagem, provocou o título do capítulo, pois ela apresenta a sua visão da Coluna basicamente olhando do avesso.

A sua abordagem às avessas da Coluna Prestes, se dá de maneira unilateral. Se Moreira Lima e Jorge Amado praticamente canonizaram a Coluna e seus líderes, evocando apenas fatos grandiosos e generosos, focando a narrativa nas ações dos chefes, Eliane Brum vai se dedicar a colher, pelo Brasil afora, depoimentos de ex-combatentes da Coluna e de pessoas que viveram em localidades por onde a Coluna passou. Na apresentação de seu livro, ela afirma que sempre foi fascinada pela Coluna Prestes e se propôs a refazer a marcha rebelde, na intenção de colher mais visões grandiosas da Coluna. Porém, o que saltou dos depoimentos, foi a outra face do acontecimento. O que resulta é uma obra de 160 páginas de acontecimentos que em nada engrandecem heróis como Prestes ou João Alberto. Segundo ela, a "voz do povo do Brasil de Prestes dá a dimensão humana de uma coluna que até hoje só admitiu heróis". (BRUM, 1994, p. 7).

Se fosse possível, por um passe de magia, apresentar a personagem de ficção Juliana Prestes, heroína de Domingos Pellegrini, à jornalista Eliane Brum, a resposta que Juliana persegue no romance *No Coração das Perobas*, estaria

respondida. Na sua dissertação de mestrado Juliana tenta provar o ponto de vista de que a Coluna era um movimento civil com organização militar, com militares no comando mas com cidadãos lutando pela liberdade. Se Lourenço Moreira Lima lesse também os depoimentos colhidos por Brum, também teria resposta para sua perplexidade quanto à má recepção que a Coluna tinha por diversos lugares onde passou. Na narrativa da gaúcha, a Coluna só foi bem recebida em lugares nos quais os habitantes não podiam lutar contra ela.

Antes de iniciar uma abordagem mais profunda da narrativa vou citar duas características de Brum: uma é a crueza da linguagem: quando fala do levante do Forte de Copacabana em 1922, escreve que só "dezoito militares e um civil honraram os culhões." (BRUM, 1994, p. 11). Outra característica é a de valorizar os humildes, e entre eles, as mulheres. Quando fala da passagem da Coluna por Santa Catarina, conta um caso de bravura feminina: uma mulher defendeu o marido de nada mais nada menos que Gumercindo Saraiva, caudilho castelhano da Revolta de 93. (BRUM, 1994, p.28). Na mesma ocasião, ela narra o fato de meia dúzia de rapazes, "frangotes", que se esconderam no mato com medo dos rebeldes. Numa manhã um deles gritou: 'e veio'. Não sobrou uma unha de gato inteira na clareira. O equívoco só foi desfeito algum tempo depois, quando alguns já nem tinham condições aromáticas de aparecer em público." (BRUM 1994, p. 29). O grito, soube-se depois, era sobre o leite que vinha "subindo alegremente", na chaleira. É interessante esse contraste entre as atitudes masculinas e femininas.

Quanto à trajetória da Coluna pelo Brasil, ela mesmo reconhece que houve uma romantização em excesso, pois havia um fato sempre esquecido: escreve ela que "hoje me parece óbvio que as lembranças (da passagem da Coluna) não tenham sido boas. Afinal, aquela foi uma guerra. E a Coluna uma tropa que precisa comer e vestir nos lugares mais miseráveis do país." (BRUM, 1994, p.7). Curiosamente Brum chega a insinuar que a filha de Prestes, Anita Leocádia, sabendo que de sua pesquisa poderiam emergir fatos que iriam manchar a imagem do pai, tentou demovê-la da viagem dizendo que o "Brasil que a coluna percorreu já não existe mais. As pessoas daquele tempo que ainda vivem estão gagás. (...) Se você quiser, vem para o Rio de Janeiro que te dou uma entrevista exclusiva sobre o Prestes.' Eu agradei e desliguei." (BRUM, 1994, p.5)

Realmente, das páginas surgem fatos mais associados a bandidos como Lampião do que à combatentes da liberdade. Surgem homens comuns e não heróis.

O livro parece feito para rebater tudo o que Moreira Lima escreveu de bom sobre a Coluna. Ao colher o depoimento de um antigo soldado do 1º Batalhão Ferroviário, que entrou na revolta sob o comando de Prestes, surge o fato de que a embriaguez na Coluna era um hábito. Hermogêneo Dias Messa afirma que a "embriaguez era quase permanente através de rios e sertões de um país que parecia não ter fim." (BRUM, 1994, p. 15). Assassínatos e estupros eram comuns por onde a Coluna passava. E isso desde o início. Em São Luiz Gonzaga, cidade onde os rebeldes resistiram por um certo tempo no Rio Grande do Sul, um vaqueano que se atrapalhou ao conduzir os revoltosos, foi julgado culpado e fuzilado. (BRUM, 1994, p.21)

Ela recupera episódios chocantes com o aparente objetivo de apagar a Coluna do andor no qual os construtores de heróis históricos colocaram. Quando descreve o combate de Ramada, cita o fato de que os cadáveres insepultos foram, em sua maioria, devorados por porcos. Domingos Lima, que na época da narrativa tinha 107 anos, afirma em seu depoimento : "Prestes era um bobalhão. Eu digo aqui e onde for preciso." E espera, nas palavras da narradora, a morte e um lugar na terra, que seja "longe dos porcos, das moscas e de seu inimigo Luiz Carlos Prestes." (BRUM, 1994, p.31).

Sobre um dos episódios mais famosos da fase gaúcha da Coluna, conta a história oficial que as tropas governistas dos coronéis Claudino Nunes Pereira e Firmino Paim Filho teriam combatido por quatro horas, vítimas de um engodo de Prestes, que teria jogado uma contra a outra. Segundo um morador da cidade de Barracão, foi diferente: foram as forças de Prestes que tirotearam entre si. (BRUM, 1994, p. 42-43). E assim, buscando respaldo nos depoimentos dos humildes ela vai destruindo a versão gloriosa da epopéia rebelde. Atitudes totalmente destituídas de piedade, como o caso de uma mãe recém saída de um parto que pede que os revoltosos lhe deixem pelo menos uma vaca, pois senão a criança morre de fome, ao que um tenente rebelde responde que ela separe a novilha se tiver forças, (BRUM, 1994, p. 51). Ou casos de estupros, como o da mulher de um morador chamado João Sabino Barbosa, que teve a sua mulher estuprada, no narrar de Eliane Brum, "com o sexo rasgado, sangue nas roupas arrebetadas e os olhos parados, vazios.". Depois este mesmo João se alistou nas forças da Coluna, só para descobrir os culpados e matá-los. (BRUM, 1994, p. 59). Ou quando um sargento do

2º Destacamento, de João Alberto, invadiu uma casa e violou a mulher com "requintes de crueldade", sem se importar com as crianças. (BRUM, 1994, p. 82).

Assassinatos e maus tratos emergem da narrativa de Brum a toda hora. Em Rio Bonito, cidade de Goiás, foram mortos três peões que, inclusive, tinham recebido bem a Coluna. Em Posse, no mesmo estado, os moradores que não conseguiram fugir, foram amarrados pelas pernas e jogados sobre lombos de cavalos carregados de toicinho, debaixo de zombarias dos rebeldes. Na mesma localidade, os moradores foram obrigados a dançarem nus, debaixo do som da sanfona, enquanto, nos matos, pessoas eram torturadas com alicates para revelar onde estava escondido o gado. (BRUM, 1994, p. 64-65). Só para finalizar o desfilar de maldades atribuídas à Coluna, transcrevo os seguintes episódios, o primeiro sobre um agricultor, Capistrano Carmo, morto, segundo a jornalista, havia 15 anos na época da sua pesquisa e que tinha o apelido de "pezão", e o segundo sobre um morador que defendeu o seu gado:

Naquele abril de 1926 Capistrano vivia na localidade de Serra Nova, a menos de 20 quilômetros de Rio Pardo. Os rebeldes invadiram a sua casa e o obrigaram a assistir aos sucessivos estupros da mulher. Enquanto um soldado se regalava montado na sua esposa, os outros se divertiam com Capistrano. 'Vamos cortar esse peção!' O berro era acompanhado por um golpe de facão. E o infeliz Capistrano era obrigado a tirar e botar o pé num cepo durante horas a fio." (BRUM, 194, p. 138)

Quando os revoltosos ocuparam a cidade de Oeiras, Antônio Galo brigou sozinho para não carregarem o se gado. Apanhou como bicho. Os rebeldes arrancaram as suas roupas, amarraram os seus testículos com uma corda e o obrigaram a correr de quatro. Humilhação demais para um homem de brio como ele. (BRUM, 1994, p. 152)

Somente as referências aqui feitas são suficientes para ressaltar o efeito que a narrativa de Brum provoca. Porém o que se condena na narrativa de autores como Moreira Lima ou Jorge Amado, que só mostraram o lado edificante da Coluna, condena-se em uma narrativa deste tipo. Se o objetivo da autora era mostrar a dimensão humana dos integrantes da Coluna, talvez fosse melhor haver um equilíbrio entre as parte ruins e as partes boas.

Ela resgata uma explicação para a falta de combatividade das forças legalistas. Segundo ela, citando uma carta do então ministro da Guerra, general Setembrino de Carvalho, os legalistas tinham que seguir procedimentos diferentes

dos rebeldes, pois seguiam leis. Já os rebeldes, "onde chegam, arrebanham a cavalhada, apossam-se os automóveis e correm desesperadamente. Mais além, onde essa cavalhada se fatigou ou os automóveis se fizeram imprestáveis, novo abastecimento em carros e animais e assim prosseguem numa carreira vertiginosa." (BRUM, 1994, p. 154). É uma versão contrária a da maioria dos historiadores que deixaram para a posteridade a imagem que, o que sustentava a Coluna eram os ideais.

Ideais estes que são também duramente castigados na narrativa de Brum. Prestes e João Alberto, na Coluna, eram tidos como fortalezas morais. Em uma cidade chamada de Monte Alegre, hoje Mairi, quando a Coluna foi recebida com discursos, "encontraram um comandante amargurado. 'Não. Vocês me receberam com música porque não puderam me receber à bala', bradou. Logo depois, deixou a cidade com o seu exército vestido, montado e alimentado pelo comércio de Monte Alegre." (BRUM, 1994, p. 145-149). João Alberto, quando um morador deu um "viva a revolução!", na cidade de Arapiranga, interior da Bahia, responde: "Nós já consideramos a revolução perdida, já pedimos anistia ao presidente Artur Bernardes e ele não nos concedeu. Se o povo reagir vamos usar a força." (BRUM, 1994, p. 125).

Comentei também que pela construção, a narrativa de Eliane Brum poderia ser considerada uma versão em escala menor da narrativa de Domingos Meirelles. Guardadas as devidas proporções, o método é o mesmo: o fio narrativo é a Coluna. Meirelles é mais ambicioso, possui mais material que lhe sirva de base, por isso, parte da coluna para uma visão geral do Brasil da época, usando, como já foi comentado, um método cinematográfico de variação de tempo espaço e cena. Já Eliane, tendo feito apenas o caminho da Coluna, foi mais comedida: faz abordagens de outros problemas, mas sem se afastar muito do seu cenário. Da comparação entre as duas obras, tiro duas conclusões: uma é a semelhança na maneira de sempre relacionar o passado ao presente. Quando chega em algum lugar onde colheu depoimentos, sempre apresenta uma imagem, com comentários que beiram a avaliação sociológica ou a crítica política. Quando chega em Sacarão-MS, em meio a depoimentos, faz uma relação entre o verdor antigo da mata e a chegada dos agricultores gaúchos, que desmataram tudo, sem perder a chance de comentar sobre as complicadas relações da civilização com os índios guaranis, terenas, kaiowás e kadiweus, "que se matam em guerras fratricidas entre as cercas

de arame farpado de reservas-prisões.", além de falar sobre o contrabando e tráfico de drogas nas aldeias. (BRUM, 1994, p. 54-57). Quando chega ao atual estado do Tocantins, quando fala do abandono do povo, escreve que, após a passagem dos rebeldes, a cidade de Natividade só foi sacudida por outra tragédia verde-oliva. E narra a morte do estudante João Silvino Lopes, nome verdadeiro Ruy Carlos Vieira Bebert, que foi uma das vítimas da Guerrilha do Araguaia.

Em certos momentos, a narrativa parece esquecer o seu foco principal, para enveredar pela reportagem de denúncia. Quando fala do abandono da Transamazônica, ela escreve que a estrada "persegue a trilha dos revoltosos da coluna Prestes e traça um rastro de surrealismo no sul do Maranhão." (BRUM, 1994, p. 83). E se seguem duas ou três páginas que abandonam o passado e narram a atualidade. No capítulo 12, ela faz uma recuperação da situação da seca do nordeste, com as suas conseqüências, e aproveita para comentar sobre a relação do nordestino com a religiosidade. Segue um raciocínio no qual um dos culpados da situação de miséria do nordestino é Deus. Ela recupera a fala de uma nordestina, Zezinha Maria de Jesus, na qual aparece a seguinte idéia: "Quem sabe é Deus. Relâmpago ninguém vê, trovão também não vê. Quando Deus não quer, não tem jeito. Sou conformada em ser pobre assim se Deus quer. Se Deus quiser, to com a casa limpa para amanhecer com fartura.", e a narradora comenta que a ela explica como se fosse simples explicar, e entender possível. (BRUM, 1994, p. 97). Em outra ocasião quem fala é a Maria Silva de Lima, que após dizer que se Deus está castigando o povo assim, é porque ele merece, diz, na despedida: "Vá com Deus. Que Deus alumie o seu caminho", frase que, segundo a narradora é a despedida do sertão. E ela conclui: "O deus da morte não vai nunca." (BRUM, 1994, p. 98). Aparentemente a jornalista não entende ou não quer entender as razões da religiosidade profunda do povo, religiosidade esta que por vezes é o único consolo.

A outra semelhança entre as narrativas de Brum e de Meirelles é derivada da anterior. Parece que mesmo tendo em vista um objeto de pesquisa, nunca deixam de ser jornalistas. Talvez seja por isso que "fogem" do seu assunto com facilidade. Deve ser o instinto jornalístico de não deixar passar qualquer chance de fazer notícia, ou de apresentar uma novidade.

A religiosidade mencionada anteriormente, vai desempenhar um papel importante no combate da cidade de Piancó, que vai ser assunto para um pequeno capítulo neste trabalho. É de sobra a narrativa mais diferenciada de todas as feitas

sobre o episódio, pois foi baseada em depoimento de pessoas daquela cidade. O padre que emerge da narrativa de Brum quase é um padre santo. Era um homem que era idolatrado e respeitado pelos moradores locais, pois, além de padre, o que não era pouca coisa naquele tempo no nordeste, era também um cabra macho. Um padre que quando teve suas ordens suspensas pelo bispo, por viver maritalmente com uma menina, responde: "Se o bispo diz que todas as ordens estão suspensas, que seja. Mas a batina não tiro porque comprei com o meu dinheiro, bradou." (...) Continuou rezando missa, mas sem administrar os sacramentos. (BRUM, 1994, p. 107).

Neste episódio é que a vontade de desmascarar a Coluna aparece mais latente. Segundo ela, durante toda a vida, e a cada entrevista sobre a marcha, o eterno comandante da Coluna, Prestes, foi chamado a explicar os acontecimentos que lá se sucederam. Piancó, de acordo com Brum, foi a única ferida que superou a lonjura do sertão e sombreou com algumas dúvidas a imagem de pacifismo, heroísmo e respeito às populações locais que a Coluna projetou na história. "Com o passar dos anos e a gradual robustez do mito da Coluna Pretes, o padre Aristides foi sendo transformado em um cangaceiro sanguinário e traiçoeiro que fez por merecer a morte. E o assassinato nada mais que a explosão de ira santa." (BRUM, 1994, p. 103-104). E ela invoca o testemunho do próprio Prestes para explicar o acontecimento. Da sua narrativa, baseada em testemunhos de pessoas que assistiram o combate, entre elas a própria filha de Aristides, o vulto que surge também é um mito: um homem bom, que não combateu cercado de jagunços, mas sim de "amigos", e que apenas obedeceu ordens no sentido de resistir, ordens estas do próprio presidente da província. Contra a versão de João Alberto e de Moreira Lima, o padre não foi morto em combate. Ele se rendeu e depois passou o que se segue, nas palavras de Eliane Brum:

O padre Aristides e outros nove sobreviventes foram amarrados e arrastados até um córrego chamado Barreiros, enlameado pelas chuvas de um dos invernos mais generosos daquele sertão. O padre ainda surpreendeu ao dizer com a mesma voz de canhão: 'Sei que vou morrer e não peço para não me matarem'. Há muito que o tempo de clemência já tinha passado para o padre. E o ódio dos rebeldes há muito tinha se transformado em loucura. Depois de assistir a degola dos companheiros de joelhos, o padre foi castrado e sangrado como um porco. (BRUM, 1994, p. 109)

Para João Alberto ainda sobra o fato de que, ao chegar a Piancó foi corrido à bala, dois dias depois. E mesmo depois que a "loucura" tinha passado, os revoltosos ainda continuaram a cometer maldades. Ao encontrar um homem chamado Manoel Zeferino, que com nove filhos ia atender o chamado de Aristides, eles, que nem sabiam que o padre tinha morrido, "foram amarrados no rabo de cavalo, e arrastados até Santana dos Garrotes. Foi um sofrimento medolho. Quando chegaram lá, cortaram a garganta deles. Uma judiação que nunca vi na vida." (BRUM, 1994, p. 113), é o comentário de Nelson José de Amorim, um paraibano que assistiu o combate.

Para finalizar esta análise é pertinente alguns comentários. Há uma clara falta de equilíbrio na narrativa de Eliane Brum, que aparentemente queria fazer uma pesquisa que confirmasse a história gloriosa da Coluna, mas quando deparou com depoimentos que apontavam para outra direção, não perdeu a chance de fazer uma narrativa que lhe rendesse mais atenções. Há também a razão pela qual a passagem da Coluna, se os comentários forem verdadeiros, não empolgou os brasileiros. Havia uma clara separação de formação cultural entre comandantes e comandados. E os comandados, em maior número, sempre estavam buscando uma chance de extrapolar as ordens superiores. Porém, não há como negar que as requisições, que eram verdadeiros saques, eram permitidas e até mesmo orientadas pelos chefes. Afinal a tropa precisava comer.

Em tempos de revisitações históricas, com as novas tendências da história de privilegiar outras visões periféricas, como por exemplo a dos humildes, a obra de Eliane Brum é uma boa fonte para estudos. E serve também para confirmar a afirmação de Paul Veyne sobre a não existência da história como única, mas sim a história de alguém, que sempre a vê do seu ponto de observação. E pouco sobra de glorioso da Coluna e de seus objetivos. A maioria dos combatentes foi usada como peça de manobra pelos "Tenentes", que acabaram por cair em uma armadilha: diziam que lutavam para libertar o povo dos governantes, mas acabavam por usar os mesmos métodos desses governantes. Uma mostra desses métodos é o de que muitos não sabiam porque lutavam. Um boliviano, Roberto Pilai, que conviveu com um ex-combatente da Coluna, faz o seguinte comentário sobre Benedito Barradas: "Coitado. Era um inocente. Não sabia por que tinha lutado." (BRUM, 1994, p. 158) Porém, podia ser inocente acerca dos propósitos dos comandantes da Coluna, mas em outros aspectos não era: o mesmo ex-combatente até morrer vivia dizendo: "Se

meu general Luiz Carlos Prestes vier me buscar, eu volto para o Brasil e degolo todo mundo." (BRUM 1994, p. 160).

Apesar de resultar uma narrativa que busca simplesmente desmistificar, como nos informa o próprio título, o relato dessas pessoas humildes que se tornaram combatentes e dos que sofreram a ação destes mesmos combatentes, servem para esclarecer o episódio da Coluna. E também serve para nos alertar sobre os feitos heróicos em demasia.

5. PIANCÓ - A PROXIMIDADE E O ENGAJAMENTO DETERMINANDO O PONTO DE VISTA

As análises realizadas sempre tiveram em vista que diversos fatores influenciam a narrativa. A distância temporal, a formação acadêmica e a ideologia são alguns destes fatores, bem como o envolvimento pessoal com o objeto da narrativa. Assim, é possível que no tratamento de um mesmo objeto surjam versões muito diferentes.

Na história da Coluna Prestes, existe um episódio não muito louvável para os revolucionários que, de acordo com o projeto de cada autor, aparece realçado na narrativa, ou nem aparece. Trata-se da tomada de Piancó, cidadezinha da Paraíba, onde um padre que também era chefe político opôs resistência à Coluna e, após ter se rendido, foi degolado. No capítulo anterior, foi observado como Eliane Brum deu curso a uma versão deste episódio sob o ponto de vista de pessoas que conviveram com o padre Aristides, que assim, de acordo com os interesses de cada escritor, surge como herói ou bandido.

No livro de Juarez Távora, Piancó não aparece porque o revolucionário cearense já estava preso. No livro de João Alberto, o combate é comentado de maneira muito superficial, com a justificativa que o 2º Destacamento, tropa de João Alberto, não tinha participado do combate. Após mencionar que a Coluna teve que lutar arduamente para vencer a "resistência obstinada do padre Aristides, misto de sacerdote e de cangaceiro, que chefiava a defesa de Piancó." (BARROS, 1997, p. 114), ele mais a frente vai escrever que a passagem de Prestes por Piancó, durara somente o tempo suficiente para vencer o padre. Nas suas palavras

O extraordinário, singular sacerdote, lutara valentemente, demonstrando desassombro até o último instante. Ao reconhecer a inutilidade da sua resistência, apresentou-se de peito aberto no meio da fuzilaria gritando: 'mil votos pela vida.' Infelizmente para ele a Coluna não andava à cata de eleitores. E por isso pagou mesmo com a vida a traição que usara como ardil, levantando uma bandeira branca ao avistar os revolucionários diante de Piancó. Nos primeiros momentos, fuzilou muitos de nós à queima roupa. (BARROS, 1997, p. 115)

É quase impossível que João Alberto não tenha sabido de detalhes do que aconteceu em Piancó. Ele era oficial com um alto posto de comando e a repercussão do incidente foi discutida pelo Estado-Maior, pois seria aproveitada pelo

governo de Artur Bernardes, para fazer propaganda negativa da Coluna. Mas, para um herói como ele, não ficava bem ser associado a um massacre: se ele era um herói, a tropa da qual participava só deveria praticar atos heróicos. Mas mesmo assim, há uma defesa implícita dos atos da Coluna: o padre praticou uma traição e foi castigado. A exclamação de "mil votos pela vida" também vai ser negada por alguns autores, como vai ser visto mais adiante.

Neill Macaulay, o brasilianista que escreveu sobre a Coluna, faz uma referência interessante sobre o episódio. Após fazer um breve histórico das relações políticas do padre com o presidente da província, Eptácio Pessoa, ele passa a descrever o acontecimento. Escreve que o padre recebeu ordens para resistir na cidade até chegar socorro. Segundo ele, a avaliação de que a cidade estava indefesa e abandonada foi das tropas revolucionárias, não tendo ocorrido nenhuma traição, como o acenar de bandeiras brancas de rendição. O padre só se rendeu após ter se esgotado a sua munição e ser ameaçado de ser queimado vivo. Após pedir tempo para rezar antes da morte, sem oferecer voto nenhum pela vida, ele teve negado o pedido de tempo e foi degolado. Para fazer tal narrativa ele invoca o testemunho de Manuel Cândido, um coletor de imposto que tinha permanecido na cidade e de dona Antônia César, a proprietária da casa onde foi realizada a defesa. (MACAULAY, 1977, 200-205).

Nas notas ao livro, ele busca esclarecer o que aconteceu, ao mesmo tempo que lança uma suspeita sobre os relatos dos revolucionários. Ele escreve que o revolucionário "Ítalo Landucci, escrevendo 20 anos depois de um evento que não assistiu, disse que bandeiras brancas tremulavam sobre Piancó, quando os homens de Cordeiro entraram na cidade." (MACAULAY, 1977, p. 256). A questão neste caso é, se houve a traição ou não, se o padre Aristides hasteou ou não a bandeira branca. A maneira como o padre se rendeu também é motivo de dúvidas. Ele se rendeu por falta de munição ou foi sobrepulado em combate? Os revolucionários alegaram que foi derrotado, mas Macaulay procura apresentar evidências do contrário. O americano refuta a versão de que o padre teria oferecido votos pela vida, apoiado em um relato de um outro padre, Manoel Otaviano, que era opositor político de Aristides e fez um relato sobre o episódio. (MACAULAY, 1977, p. 256). O americano lança mais uma dúvida sobre a atuação da Coluna: segundo ele, o alto-comando rebelde "alegaria que os coronéis Cordeiro de Farias e Djalma Dutra tinham deixado os prisioneiros aos cuidados de dois oficiais subalternos, antes que

o massacre ocorresse."(MACAULAY, 1977, p. 203). Observem o efeito ambíguo do termo "alegria": soa como desculpas. O fato é que, a partir daí, segundo Macaulay, a animosidade dos nordestinos para com a Coluna aumentou e mesmo oficiais normalmente comedidos, como Siqueira Campos, passaram autorizar a execução dos jagunços que eram feitos prisioneiros. Segundo Macaulay, só a interferência de Moreira Lima salvou um jovem de 17 anos, e isso por que era paraibano.

Lourenço Moreira Lima, ao narrar sobre o episódio o faz entrando em detalhes, mas sem mencionar a degola. Situa a cidade ao lado do rio do mesmo nome. Narra que a resistência do padre foi terrível, que se encontrava com ele um "assassino truculento que estava cumprindo 30 anos de prisão e era seu capanga de confiança." (LIMA, 1979, p. 256). Já é uma tentativa de associar o padre a um elemento negativo. Sobre a bandeira branca que teria sido hasteada, Moreira Lima considera que não tenha sido hasteada pelo padre, mas por outros e que os revolucionários, "avançaram confiadamente, sendo alvejados da casa onde estava o padre Aristides." (LIMA, 1979, p. 257). Ora, mais que a resistência do padre, o que deve ser ressaltado é a ingenuidade dos revolucionários, que avançam sem nenhuma precaução. Após ter sido incendiada a casa, segundo Moreira Lima, ela é invadida, morrendo o padre e os seus capangas em combate. Salvou-se o menino de 17 anos, por se portar dignamente ante Miguel Costa. (LIMA, 1979, p. 255-258) nenhuma menção à degola, nem às suas conseqüências. Afinal, Moreira Lima era um defensor da imagem da Coluna e não mancharia o seu nome e o nome da Coluna com um episódio pouco edificante, como uma cena de degola, pouco condizente com a imagem de homens civilizados e civilizadores que os revolucionários queriam passar.

Um outro autor, distanciado pelo tempo, e que fez a sua pesquisa muito tempo depois da pesquisa de Macaulay, fez uso dos mesmos processos investigativos e narrativos que o americano usou. Note-se que o americano mesmo reconhece, tanto nas notas quanto agradecimentos, que usou basicamente material escrito e publicado, só tendo conversado pessoalmente com um único ex-participante da Coluna: Luis Carlos Prestes, e mesmo assim, para olhar os originais de Macaulay e verificar "que, de maneira geral é correto." (MACAULAY, 1977, p. 11). O autor que usou a mesma tenacidade para buscar a verdade sobre a Coluna Prestes, foi Domingos Meirelles. E é na narrativa sobre Piancó que esse processo torna-se um exemplo mais preciso, porém mais parcial na busca da verdade.

Meirelles não esconde a degola, mas faz uma narrativa de modo a apontar o que levou a esta degola.

Adotando um estilo de contador de história, Meirelles inicia a narrativa sobre o episódio com uma breve recapitulação sobre a vida do padre Aristides e suas relações políticas. Conta inclusive sobre um roubo de gado em que o padre esteve envolvido. Confirmando que o padre recebera ordens do presidente da província para defender a vila até a chegada dos legalistas, ele, no entanto, adota a idéia da traição das bandeiras brancas. Meirelles tem um estilo curioso de narrar, pois se presentifica na cena que narra. Escreve que "vista assim do alto da serra, aninhada no fundo do vale, Piancó parece uma cidade adormecida. O único traço de vida visível, de longe, são as bandeiras brancas, espetadas nos telhados das casas. As bandeiras indicam que a população e as autoridades pretendem acolher os rebeldes em clima de paz." (MEIRELLES, 1997, p. 479). O narrador escreve ainda que Cordeiro de Farias recebera uma mensagem dos políticos locais que seria recebido com festas. Já foi escrito que Meirelles narra de um ponto favorável aos rebeldes. Assim, narra que, por detrás das bandeiras, "surgem, de repente, rostos hostis." Os homens de Aristides alvejam com facilidade os rebeldes gaúchos da tropa de Cordeiro de Farias. Assim, o "restante do destacamento de Cordeiro de Farias, enlouquecido com a traição, se atira sobre Piancó. Djalma Dutra joga também seu destacamento contra os defensores da cidade." (MEIRELLES 1997, p. 480). Observe-se que, apesar do autor querer favorecer os rebeldes em sua narrativa, coloca os jagunços de Aristides em extrema desvantagem numérica. Escreve o autor que um sargento muito querido da tropa, Laudelino, leva um tiro quando tenta atirar uma bomba incendiária na casa onde o padre resiste, o que enfurece a tropa. Meirelles parece querer justificar a atrocidade com esses antecedentes. Afinal, deveriam os jagunços deixar o sargento jogar uma bomba dentro, só para morrerem queimados? Após se entregar, o padre é degolado. Mas o autor, com o seu recurso de narrar dentro do acontecimento, como se estivesse lá, no momento da degola, ainda faz um contraste entre a figura próspera do padre e os jagunços "magros e andrajosos, a maioria descalça, com a boca quase sem dentes." (MEIRELLES, 1997, p. 481). Coincidindo com a narrativa de Macaulay há a cena em que o padre pede para rezar, mas não é consentido.

A partir da cena da degola do padre, o narrador adota um estilo neutro, pois de um ponto de vista favorável aos rebeldes, ele passa a explicitar a selvageria que toma conta dos participantes da Coluna. Descreve a degola e a sevícia do padre, com um dos rebeldes resolvendo ainda "castrá-lo e enfiar-lhe os testículos na boca." (MERELLES, 1997, p. 481). Descreve a agressão ao cadáver do padre, o suplício do uma família de jagunços, pai e quatro filhos, que os rebeldes matam com crueldade, sendo que um é arrastado por um cavalo até morrer, "como na Idade Média". E aí, surge na pena de um escritor tão simpático à Coluna, uma sombra sobre os seus chefes. Quando Prestes pergunta ao capitão Emigdio Miranda pelo padre Aristides e seus capangas, o capitão responde: "- Acho que fugiram. Apesar da intensidade do tiroteio, que foi ouvido de longe, Miguel Costa e Prestes aceitam a explicação sem maiores questionamentos e seguem adiante." (Meirelles. 1997. p. 482). E aqui o autor vai contradizer a narrativa de João Alberto: segundo ele, é o pernambucano que vai descobrir os cadáveres.

Meirelles aproveita o episódio para esclarecer o leitor sobre a degola, método de execução tão comum nas guerras gaúchas, onde a morte é praticada a sangue frio. E a maior preocupação dos chefes rebeldes, que ficam indignados com a degola, é a repercussão dos acontecimentos e como o governo vai explorar politicamente o fato. Há ainda uma cena na qual é justificado o trucidamento do padre. Quando um prisioneiro já citado ns parágrafos anteriores é interrogado, ele só se salva por responde a Siqueira Campos, quando este perguntou se sabia o que ia acontecer com ele, da seguinte maneira: "-Sei. Vocês vão me matar. Nós faríamos a mesma coisa com o senhor se tivéssemos vencido a batalha."(MEIRELLES, 1997, p. 483). Quer dizer, eles estavam utilizando a mesma arma do inimigo.

É nas notas que surge uma luz sobre o método que orientou Meirelles.

Citando fontes como Aspásia Camargo e Walder Góes, e Anita Prestes, ele reconhece que existem

várias versões sobre a tragédia de Piancó. Anita Prestes, op. cit., p. 248, conta que padre Aristides e seus capangas foram fuzilados pelos rebeldes; Cordeiro de Farias, ao ser procurado pelo autor, em maio de 1974, para dar um depoimento sobre a Coluna Prestes, impôs uma condição: não falar sobre o que aconteceu em Piancó. Em junho do mesmo ano, ao reconstituir a marcha do movimento rebelde, foi localizado em Corumbá um dos protagonistas desse episódio: o soldado Nelson Pereira de Souza, o *Bamburral*, que

aderiu às forças revolucionárias no Maranhão. Ele revelou que Aristides foi degolado e, em seguida, castrado. *Bamburral*, contou que foi escolhido, pessoalmente, por Emigdio Miranda para imolar o padre.(MEIRELLES, 1997, p. 733)

Até parece que o autor, apesar de ter simpatias para com a Coluna, encara a busca da verdade como sua maior preocupação. Saem arranhados do episódio os generais Prestes e Miguel Costa, os coronéis Cordeiro de Farias e Djalma Dutra e o capitão Emigdio de Miranda, que além da crueldade, ainda mentiu para o seu chefe.

Jorge Amado, na biografia que faz de Prestes, prefere realçar o papel de combatentes da Coluna, como a coragem do Capitão Pires, que foi ferido três vezes e antes, durante a marcha, já havia sofrido mais onze ferimentos. Prefere também a versão da traição do acenar da bandeira branca, e finaliza a sua narrativa do episódio, afirmando que, os revolucionários, "sob balas, penetram na casa do padre, dominando aquele último reduto adversário.." (AMADO, 1957, p. 154).

Na ficção esse acontecimento é usado para marcar uma característica do gaúcho, na narrativa de Érico Veríssimo, ou para criar o ápice, ou seja o clímax da epopéia da Coluna Prestes, como no caso tanto de Veríssimo como de Pellegrini. A característica do gaúcho que Veríssimo realça é o misticismo, que soa contraditório na personalidade de homens tão corajosos. O mesmo Toríbio que, ao brincar com o irmão, que não queria que ele fosse para Coluna, diz que se ele tivesse obedecido teria perdido tanta coisa, é capaz de acreditar em visões do outro mundo.

Na sua narrativa sobre a Coluna, Bio demonstra como, em uma guerra, revolução ou qualquer acontecimento que foge à normalidade, as ações dos homens também acabam por fugir àquela normalidade. Falando sobre Piancó, ele diz que nunca havia "dormido com padre" (...) e outra coisa que nunca tinha nunca feito com padre era brigar. Pois no Piancó fui obrigado a dar uns tirinhos no Pe. Aristides." (VERÍSSIMO, 1962, 545). O personagem de Veríssimo também assume a versão da bandeira branca, dizendo que o padre "nos armou uma cilada, veio de bandeira branca,... depois abriu fogo." (VERÍSSIMO, 1962, p. 545) . Não há menção á degola. Essa versão, se calcada em narrativas históricas sobre a Coluna, talvez seja adotada devido à leitura do livro de Moreira Lima: afinal esse foi um dos livros mais famosos e mais lidos sobre o assunto. Qualquer um que fosse escrever sobre a Coluna teria que ler esse livro. E Veríssimo, assim como Pellegrini mais tarde, usará esse episódio como divisor de águas, sobre a imagem que a Coluna apresentava diante da população, principalmente a nordestina. Já foi visto, em

outras narrativas sobre o assunto, como era díspar a visão sobre a luta revolucionária: segundo Moreira Lima, por exemplo, o povo não conseguia ver que a luta era para salvá-lo das garras da ignorância e da oligarquia. Na obra de Veríssimo, após a notícia da morte do padre, "tudo piorou. Corria a por toda a parte a notícia da morte do Pe Aristides, e em cada lugarejo onde a gente chegava nos recebiam a bala." VERÍSSIMO, 1962, p. 545). O episódio não é tão explorado por Veríssimo: afinal, nem a versão da morte do padre, por degola, havia sido largamente difundida, nem a Coluna em si era o objeto principal da narrativa do escritor gaúcho. O interessante é que, nesta narrativa, há uma ligação entre o combate de Piancó, talvez a morte do padre e uma visão de Toríblio. Logo após o combate, de Piancó, Bio se perde da Coluna com mais oito companheiros. Chegando a uma encruzilhada, os combatentes ficam indeciso sobre qual caminho seguir. Alguns não tiveram dúvidas e seguiram pelo caminho da direita. Bio também ia por esse caminho, quando viu o vulto de seu pai, morto havia mais de ano, fazendo sinais para que não fosse por lá. Assim ele e mais três de seus companheiros seguiram pelo caminho da esquerda e se salvaram; os outros morreram. Surge da leitura uma sensação de que Veríssimo quer passar ao leitor a seguinte idéia: como homens tão bravos, corajosos e em pleno século XX, acreditavam em visões e que a elas deviam as suas vidas. E isso não era privilégio dos mais brancos, como Bio: quando ouve o irmão, Rodrigo fica arrepiado. Ele mesmo já tinha tido experiências com o sobrenatural, por ocasião da morte de Alicinha, sua filha.(VERÍSSIMO, 1962, p. 548).

Pellegrini aborda mais demoradamente o episódio de Piancó. Primeiro porque o seu foco é sempre a Coluna Prestes, na narrativa de Juliano. Segundo, porque assim ele pode dar razão ao desencanto do velho combatente sobre as regras sociais e as razões que motivam o homem a fazer uma revolução. É interessante notar que Juliana Prestes parece representar um duplo ficcional de Pellegrini, assim como Juliano, por sua visão crítica, luta contra injustiças e valorização da ação do povo para mudar sua vida; porém a abordagem da atuação dos revolucionários neste episódio parece contrariar o projeto da heroína. Afinal, Juliana queria demonstrar, no seu Mestrado, que a Coluna era um movimento civilizado, cujos principais participantes eram civis, tendo os militares apenas tomado parte e decisões no campo militar. (PELLEGRINI, 2002, p. 11). Porém, Juliano vai narrar um episódio do qual a Coluna sai igualada a qualquer bando de

cangaceiros. Talvez seja esse mesmo o intento do autor: mostrar que o ser humano age por impulso, que não existe movimento político ou revolucionário capaz de controlar esses impulsos.

Pellegrini usa um artil narrativo. Se Juliano já está narrando sobre o passado, de memória, ele estabelece primeiro uma relação consequência-causa, em vez de causa-consequência: a situação da Coluna ficou ruim devido ao destempero demonstrado pela Coluna em Piancó. Deve ser observado que sutilmente o resultado da leitura muda: se em outras narrativas o povo é culpado, por sua ignorância, do fracasso da Coluna, aqui é a Coluna que vai dar razão para o esse fracasso. Juliano começa a abordar o assunto em uma reflexão de que os nordestinos da Coluna diziam que "era praga jogada pelo padre Aristides, aquele da maldita Piancó, uma cidadezinha enfiada no cu da Paraíba, como dizia Venâncio, mas que foi nossa Vaterlu, conforme doutor Lourenço, a partir daí a coluna desandou." (PELLEGRINI, 2002, p. 170). Se foi intencional ou não, não vem o caso, mas o contraste entre os projetos grandiosos da coluna fica claro em relação ao tamanho de Piancó: se a partir desse acontecimento o povo passou a odiar a Coluna, o destino da Coluna foi selado por uma "cidadezinha".

Essa sensação de incompreensão, de como o destino da Coluna foi selado naquele local, aparece nas expressões interrogativas usadas por Juliano. "Quem podia", "Quem sabe", são as expressões usadas para que a narrativa traduza a perplexidade de saber que foi um padre desconhecido, resistindo em uma cidade desconhecida, quem determinou o declínio da Coluna na imagem popular. Juliano relata que o padre se rendeu para não morrer queimado, e que aí o degolaram. Daí por diante, por todos os lugares que passaram, a Coluna era hostilizada, e segundo o personagem Venâncio, que representa na trama a figura boa, primitiva e de bons sentimentos, a "coluna mereceu". A barbárie demonstrada pelos integrantes da Coluna talvez sirva para mostrar que nos movimentos revolucionários o planejamento por vezes é prejudicado pelo acaso e por uma coisa que nem mesmo o chefe mais arguto pode controlar: a natureza do homem. Descrevendo como os homens injuriaram o cadáver do padre, o furaram com baioneta, o castraram e enfiaram os testículos na boca, serve como contraponto para a conduta de Venâncio, que chora e pronuncia uma frase que lembra Cristo: "- Perdoa meu Pai, que essa moçada não sabe o que faz." (PELLEGRINI, 2002, p. 171).

A partir desse episódio, a Coluna só ganhou a adesão de um jaguncinho que Miguel Costa salvou de morrer em Piancó. Segundo Juliano, 'o povo nordestino não perdoou, além de terem matado o padre, foi terem lhe cortado o saco e enfiado na boca' (PELLEGRINI, 2002, p. 172). Na sequência o narrador usa o episódio para diferenciar o revolucionário consciente do que "só entrava na pra coluna com sede de sangue só pelo gosto de campear e guerrear.". Diz Juliano que um desses combatentes, um gaúcho, perguntou um dia: "Sabe por que lenço de gaúcho é vermelho?", e logo dando a resposta: "Lenço de gaúcho é vermelho de degola e de donzela.". (PELLEGRINI, 2002, p. 173).

O narrador de Pellegrini, ao narrar com repulsa o episódio, alcança pouco depois, um efeito dramático. Uma das primeiras vítimas do modo de guerra brutal empregado pelos nordestinos após Piancó, foi justamente Venâncio, que tinha tentado impedir que o padre fosse degolado. E ainda aproveita para demonstrar como os chefes usam a palavra para motivar os homens. Diz que Lourenço Moreira Lima "falou que o Brasil ainda ia lembrar por muito tempo o nome desse herói, Venâncio Alves de Lima, e eu, criança, acreditei..." (PELLEGRINI, 2002, p. 180). O autor, depois, vai usar a filha de Juliana Prestes, para reparar o esquecimento: Juliana fala para a mãe que se a criança for "menino, vai se chamar Venâncio." (PELLEGRINI, 2002, p. 430) .

Desta abordagem do episódio do combate de Piancó, pôde-se ver que, cada autor, "vê", um fato do modo como lhe interessa ou como lhe é possível. Nas memórias ou em uma narrativa onde o autor figura como testemunha, não é interessante que um fato reprovável apareça em destaque. Em uma narrativa de cunho jornalístico ou histórico, há a busca da verdade, com o esmiuçar do fato. E, no campo da ficção, é interessante notar o aproveitamento que o autor faz, de maneira a empregar o fato de maneira mais rentável para sua narrativa.

7 CONCLUSÃO

Neste trabalho, foi feita uma tentativa de demonstrar como cada autor se posiciona, para fazer a sua narrativa. Seja em narrativas com intenções claramente ficcionais, sejam em narrativas com a intenção de fazerem história ou as jornalísticas, o autor, como sujeito que é, vai fazer sua narrativa baseada em interesses diversos ou em suas possibilidades.

Note-se que assumir esta posição discursiva nem sempre é voluntário ou consciente. Os autores de memórias, por exemplo, quando fazem as suas narrativas, estão certos de que estão prestando grandes contribuições para que a verdade seja estabelecida. Porém, a formação cultural do indivíduo não lhe permite uma isenção de valores, ao apreciar o fato. Então, o que vai alterar a consecução da narrativa, é o envolvimento maior ou menor do autor com um fato.

Quando tratei de narrativas feitas por militares, tentei demonstrar que a formação militar de ambos os autores não poderia deixar de influenciar no discurso. Mas, mesmo sendo praticamente contemporâneos na Escola Militar do Realengo, as suas narrativas surgem diferentes, pois cada indivíduo tem uma certa compreensão de si e quer que todos os outros indivíduos da comunidade com a qual está envolvido o vejam da mesma maneira. Assim, João Alberto e Juarez Távora, tentam se apresentar e se justificar ao público leitor, para terem assim uma imagem ideal construída.

Não posso deixar de alinhar Lourenço Moreira Lima, que fez um livro que pode ser considerado o discurso fundador sobre a Coluna Prestes, a Jorge Amado, que, se usou a Coluna como pano de fundo, o fez para criar o mito de Luis Carlos Prestes. Os dois autores, usam os mesmos recursos, pois têm em mente um mesmo resultado: o engrandecimento do objeto de sua narrativa, no primeiro caso, a Coluna, no segundo, o grande líder.

Quando comentei sobre Neill Macaulay, não pude deixar de ressaltar o desconhecimento que o mesmo apresentou do Brasil, e não apenas o desconhecimento geográfico, mas também cultural. Descontado o fato de que o autor já havia conhecido um país pobre da América Central (Cuba), tendo participado da Revolução Cubana, ainda assim sua narrativa busca realçar aspectos exóticos da nossa terra, sem perder de vista o seu objeto de tentar explicar o Brasil da década de 60, quando a pesquisa foi feita, a partir de uma mostra dos

movimentos militares e sociais a partir da década de 20. Escrevo que a sua leitura tem um efeito "exótico", pois por vezes ele abandona o seu foco narrativo para se perder em aspectos como lendas, costumes e práticas políticas correntes no interior do Brasil.

A narrativa híbrida de documentário e reportagem de Domingos Meirelles, é muito rica por se tratar de uma mistura de recursos literários, jornalísticos e televisivos. Assim, ajudado pelo tempo, por sua experiência e por um aparato tecnológico, Domingos Meirelles, faz uma narrativa na qual a Coluna é o fio central, mas sem desprezar os acontecimentos políticos e sociais que se desenrolavam à época.

Um aspecto que me intrigou, foi a habilidade com que os autores de ficção, Érico Veríssimo e Domingos Pellegrini, trabalharam para, a partir de um episódio histórico, construírem uma narrativa ficcional, de maneira a levar o autor a ficar indeciso entre a sensação de ler história, ou ficção. Essa discussão sobre a diferenciação de história e ficção, no meu trabalho vai ficar em aberto, pois as duas se entrelaçam e é impossível, por vezes, dizer onde acaba uma e começa outra. Há por vezes, na ficção, o aproveitamento de um fato registrado como histórico quase que na sua íntegra; mas ao ser colocado na moldura da ficção, mesmo este fato sendo história, vai adquirir um status de ficção, pois vai desempenhar um determinado papel na trama. Afinal, nenhum autor citaria um episódio histórico sem nenhum interesse. Daí a dificuldade em distinguir os dois discursos.

Na ficção de Érico Veríssimo, a Coluna é bem utilizada e serve para os objetivos do autor, entre eles, o de enriquecer a narrativa, colocando um personagem ficcional em um acontecimento reconhecido por todos os que leram sobre a história do Brasil, além de fazer uma análise do povo gaúcho, contraditório nas suas ações e na sua imagem, como aliás a maioria dos povos conhecidos.

Já Domingos Pellegrini merece um comentário à parte, pois em sua obra podem ser entrevistados aspectos que parecem permitir uma identificação entre autor e narrador, além de refletir, em certos momentos, um excesso de engajamento. As referências diretas a acontecimentos da década de 90, com os problemas sociais e económicos da época, a coincidência de nomes de personagens ficcionais com figuras históricas, por vezes passam a impressão de uma narrativa um pouco forçada no aspecto da verossimilhança. Outro ponto pouco verossímil é a presença de seu herói narrador, Juliano Siqueira em todos os acontecimentos importantes do

século 20. Esses pontos, mais uma profusão de eixos discursivos, tornam a sua obra agradável de ler, pois nunca é monótona, mas que peca em certos aspectos de construção.

Concluo aqui, afirmando que, assim como o episódio da Coluna Prestes, outros episódios foram, estão sendo e serão usados para revelar ao leitor a posição que o autor ocupa na sua vida em sociedade: o autor se revela através de seu texto, seja ele histórico ou não. Fazendo uma análise do passado, ele atinge o presente. Quer confirmando a versão oficial, quer apresentando abordagens diferentes, o autor sempre está buscando uma razão para a sua vida atual. Talvez, abandonando a postura de aceitar as coisas apenas como elas nos são passadas, o homem possa, através da volta ao passado, compreender a si mesmo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. TEXTOS ANALISADOS

- AMADO, J. **O Cavaleiro da Esperança**. São Paulo: Record, 1942.
- BARROS, J.A.L. **A Coluna Prestes**. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1997.
- BRUM, E. **Coluna Prestes: o avesso da lenda**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1994.
- LIMA, L M. **Coluna Prestes. Marchas e combates**. 3ª ed. facsimilada. São Paulo: Alfa Ômega, 1979.
- MACAULAY, Neil. **A Coluna Prestes**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.
- MEIRELLES, D. **As noites das Grandes Fogueiras - Uma história da Coluna Prestes**. São Paulo: Ed. Record, 1998.
- PELLEGRINI, D. **No Coração das Perobas**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- TÁVORA, J. **Uma Vida e muitas lutas**. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1973.
- VERÍSSIMO, E. **O Arquipélago**. Tomos 1, 2 e 3. Porto Alegre Editora Globo, 1961-1962.

2. TEXTOS CONSULTADOS

- A Narrativa Noticiosa e a Jornalística**. Disponível em www.iesb.br. Acesso em 20 mar. 2003.
- Associação Brasileira de Imprensa. **Domingos Meirelles: ajuste de conta com a história oficial**. Disponível em www.abi.com.br. Acesso em 05 mai. 2005
- ARAUJO, A. M. **Cultura Popular Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1973.
- AUERBACH, E. **Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental**. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- AZEVEDO, V. M. **Literatura e História: uma questão narrativa**. Disponível em www.ufop.br. Acesso em 20 mar. 2003.
- BARRETO, L. **O Triste Fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo, Ática, 1995.
- BAKTHIN, M. M. **Questões de literatura e estética: a teoria do romance**. São Paulo: UNESP, 1990.
- BANN, S. **As invenções da História: ensaios sobre as representações do passado**. São Paulo: UNESP. 1994.
- BARTHES, R. **Novos Ensaios Críticos**. São Paulo: Cultrix, 1972.
- _____. **O Rumor da Língua**. São Paulo/Campinas: Brasiliense/ Ed. Unicamp, 1988.

- BENJAMIN, W. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BORGES, R. **Entre o real e o ficcional: entrevista com o professor Rildo Cosson**. Disponível em www2.opopular.com.br. Acesso em 14 jul. 2003.
- BRAITT, B. **A Personagem**. São Paulo: Ática, 1987.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas: Ed.Unicamp, s/d.
- BRINKLEY-ROGERS, Paul. **America's Yanqui Fidelistas**. Disponível em site www.blythe.org, Acesso em 25 abr. 2005.
- BUONICORE, A.C. **Comunistas, cultura e intelectuais nos anos 1940 e 1950**. Disponível em www.espaçoacademico.com.br. Acesso em 20 abr. 2005.
- BURKE, P. **A Escrita da História- Novas perspectivas**. São Paulo: Ed. Universidade Paulista, 1992.
- CABANAS, J. **A Coluna da Morte**. Rio de Janeiro: s.n. 1927.
- CÂNDIDO, A. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: Nacional, 1967.
- _____. **A Personagem do romance**. In A Personagem de Ficção. SP: Perspectiva, 1964
- SEREZA, H. C. **Pellegrini mergulha no interior do Brasil**. Disponível em www.estado.estadao.com.br. Acesso em 21 ago. 2003.
- CHARTIER, R. **Cultura Escrita, Literatura e História**. Porto Alegre: ARTMED, 2001
- CUNHA, E. **Contrastes e Confrontos**. Rio de Janeiro: Record, 1975.
- _____. **Os Sertões**. São Paulo: Editora Três, 1973.
- DIAS, A. M. **Memória e ficção**. Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 95: Out-Dez, 1988.
- EAGLETON, T. **Ideologia**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.
- ECO, U. **Seis Passeios pelo Bosque da Ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. **Pós-escrito a O Nome da Rosa**. RJ: Nova Fronteira, 1985.
- FILIZOLA, A. **O Cisco e a Ostra: Agustina Bessa-Luís Biógrafa**. Campinas, 2000. Tese - Departamento de Teoria Literária, Unicamp.
- FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- _____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Ed. Unicamp, 2001

- GAY, P. **O Estilo na História**. SP: Companhia das Letras, 1990.
- GUTEMBERG, L. **O Jogo da Gata Parida**. São Paulo: Nórdica Ltda, 1987.
- HELENA, L. **Scherazade, Voz Ausente**. Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 95: Out-Dez, 1988
- HUTCHEON, L. **Poética do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- JAUSS, H. R. **A História da literatura como provocação à teoria literária**. São Paulo: Ática, 1994.
- LACOUTURE, J. **A História Imediata**. In A História Nova. São Paulo: Martins fontes, 1990.
- LE GOFF, J. **A História Nova**. São Paulo: Martins fontes, 1990.
- LIMA, L. C. **Sociedade e Discurso Ficcional**. RJ: Guanabara, 1986.
- _____. **Vida e Mimesis**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- Manual de Logística Militar em Campanha - C 100-10**. EGGCF, 2003
- Manual de Sobrevivência na Selva**. EGGCF, 1988.
- MENTON, S. **La Nueva Novela Histórica de La América latina 1979-1992**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- MORAIS, D. **O Imaginário Vigiado - A Imprensa Comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53)**. Rio de Janeiro, 1994.
- MORAIS, F. Olga**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979
- MOURA, C. **Introdução ao Pensamento de Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.
- OLIVEIRA, Diogo. **Domingos Meirelles: ajuste de contas com a história oficial**. Disponível em www.abi.com.br. Acesso em 21 abr. 2005.
- PELLEGRINI, D. **Terra Vermelha**. São Paulo: Moderna, 1998.
- _____. **O Caso da Chácara Chão**. São Paulo: Record, 2000.
- _____. **Zé Tonto**. Gazeta do Povo, Curitiba-PR, 03 mar. 05.
- QUADROS, E. G.. **Quando Clio se apaixonou por Hermes: Paul Ricoeur e as práticas historiográficas**. Disponível em www.unb.br. Acesso em 10 jul. 2003.
- QUEIROZ, J. V. (org). **A cultura do povo**. São Paulo: Cortez, 1978.
- Regulamento De Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial das Forças Armadas**. EGGCF, 1994.
- Revista Vox nº 8. 06 Ago 02. Disponível em www.corag.rs.gov.br. Acesso em 15 ago. 2003.

- RICOEUR, P. **Tempo e Narrativa**. SP: Papyrus, 3 V. 1994-1997.
- RIEDEL, D. C. (Org). **Narrativa - Ficção e História**. RJ: Imago, 1988
- ROSENFELD, A. **Literatura e Personagem**. In A personagem de ficção.SP: Perspectiva, 1964.
- SOARES, E. **Entrevista com Domingos Pellegrini, vencedor do Jabuti**. Disponível em www.folhaonline.com.br. Acesso em 05 mai. 2005.
- SODRÉ, N. W. **A Coluna Prestes. Análises e Depoimentos**. SP: Civilização Brasileira, 1978.
- SUSSEKIND, F. **O Brasil não é longe daqui: O narrador, a viagem**. SP: Companhia das Letras, 1990.
- TAVARES, H. **Teoria Literária**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.
- TODOROV, T. **A Conquista da América: a questão do outro**. SP: Martins Fontes, 1991.
- TOLEDO, R.P. **A Funcionária e a Parideira**. Revista Veja, São Paulo, nr 1890, 02 fev. 2005. .
- VELHO, G. **Memória Identidade e Projeto**. Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 95: Out-Dez, 1988
- VERÍSSIMO, E. **O Tempo e o Vento**. Rio de Janeiro: Editora Círculo do Livro, 1997.
- VEYNE, P. **Como se escreve a História**. Brasília: Editora UnB, 1982
- WEINHARDT, M. **Considerações sobre o Romance histórico**. Revista Letras nº 43. PR: UFPR, 1994.
- _____ **Mesmos Crimes, Outros Discursos?** Algumas narrativas sobre o Constatado. Curitiba: Ed. UFPR, 2000.
- WHITE, H. **Trópicos do Discurso**. São Paulo: EDUSP, 2001.
- _____ **Meta História: A imaginação histórica do século XIX**. SP: Ed. Univ São Paulo, 1992.
- ZILBERMANN, R. **A Estética da Recepção e História da Literatura**. São Paulo: Ática, 1989.

¹² Essa dicotomia existente entre o pensamento dos escritores comunistas e dos escritores não comunistas, vai provocar situações bem interessantes. O PCB queria apoiar os artistas não comunistas, mas queria uma contrapartida. O amor pela arte que Pedro Pomar apregoava, não se estendia a movimentos abstratos, que eram combatidos pelos comunistas por não ter uma posição de combate frente ao que eles achavam contra seus princípios.

Diversos artistas participaram do movimento comunista. Quando da campanha de 1945, com o PC na legalidade, Cândido Portinari, Jorge Amado, Graciliano Ramos foram candidatos, e até Carlos Drummond de Andrade foi convidado pessoalmente por Prestes.